

Ministério da Justiça

Segurança Pública



Conselho Nacional de Segurança Pública - Conasp

**20ª REUNIÃO ORDINÁRIA
CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA**

CONASP

6 e 7 de dezembro de 2012

Local:

**Sala de Treinamento Ana Paula Galdino
Shopping ID
SCN Qd. 6, Conjunto A, Torre A, 2º andar, Sala 209
Brasília, DF**

*Transcrição feita por meio da
Estenotipia Computadorizada Presencial*

ipsis verbis

INDICE

06/12/2012 – manhã	Pag. 3
06/12/2012 – tarde:	Pag. 28
07/12/2012 – manhã:	Pag. 52
07/12/2012 – tarde:	Pag. 77

6/12/2012
MANHÃ

1
2 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança Pública –**
3 **Presidente do CONASP)** – Bom-dia a todos. Vamos ficar de pé para um minuto de silêncio em
4 homenagem ao grande brasileiro Oscar Niemayer, e aproveitando também a todas as vítimas de São
5 Paulo e do País. Acho que poderíamos começar pelos informes porque não poderemos votar. Ontem
6 foi a votação em plenário da Lei de Organizações Criminosas. Os policiais aqui presentes sabem o
7 que isso significa de benefício para nós porque nós tínhamos que buscar sempre um
8 enquadramento, uma tipificação emprestada para que pudéssemos incriminar essas organizações e
9 agora essa lei tem essa tipificação e nós podemos trabalhar com mais tranquilidade. A lei traz
10 benefícios às polícias estaduais, mas para as federais é um pouco maior dada à característica da
11 investigação que é feita pela Polícia Federal e dado à característica da ostensividade feita pela
12 Polícia Rodoviária Federal. São crimes normalmente de grande porte, que estão sempre ligados a
13 organizações criminosas e que não tínhamos como tipificar isso dentro da nossa lei. E agora temos.
14 Foi um avanço. Nós estaremos votando o Auto de Resistência. Não que neguemos o Auto de
15 Resistência, mas o que queremos é que de qualquer forma terá que ter a apreciação do Judiciário
16 para dizer que aquilo foi uma ação legítima, porque o que acontece hoje é que não chega à
17 apreciação do Judiciário, normalmente, a autoridade policial judiciária toma por si que já é uma
18 extinção de punibilidade. E isso não é a autoridade competente. A autoridade competente para dizer
19 isso é o Judiciário. Então, é isso que queremos, que chegue à apreciação dele. Matéria de processo
20 tem que chegar ao Judiciário. E o Auto de Resistência é uma defesa do policial. E essa defesa vai
21 ser negada em juízo. A única coisa que queremos é que isso não seja furtado ao Judiciário de
22 apreciar esse ato. Então, deve ser votado agora. (*intervenção fora do microfone*). Vira processo de
23 qualquer forma. Têm estados que estão registrando o seguinte: eles extinguem o processo. Não é
24 normal isso, mas eles registram a resistência e arquivam o processo, uma vez que o autor da
25 resistência morreu. Não é o usual, o usual é que chegue pelo menos para a autoridade policial
26 apreciar, mas assim mesmo poucos chegam ao Judiciário. O que queremos é que isso tenha o
27 trâmite normal. Vá para o Judiciário e que matéria processual seja alegada em processo. O registro é
28 uma coisa e matéria processual é outra. Queremos o registro correto e depois a defesa. Isso deve ser
29 votado na semana que vem. Eu falei ontem com o deputado João Campos e ele me disse que,
30 possivelmente, eles irão votar essa matéria na semana que vem já. Sem dúvida, são alguns avanços
31 que temos de segurança pública. (*intervenção fora do microfone*). Tem sim. Inclusive porque os
32 delegados estavam alegando que nós estaríamos tirando a oportunidade de eles acompanharem a
33 perícia já que eles podem requisitar. O que nós pedimos é que o perito tenha autonomia e que ele
34 tenha condição de fazer o exame sozinho. O delegado não é médico; ele não está apto a necropsiar.
35 Por que ele precisa acompanhar isso? Ele vai ter o laudo no final. Entendemos que uma autoridade
36 policial do lado de um perito e aí nunca um caso desse pode inibir o perito, então o que queremos é
37 a apuração desse crime, de qualquer forma. E não estou dizendo em nenhum momento que não
38 existe a resistência e que o policial às vezes tem que, gente, somos humanos e sabemos disso, mas
39 queremos que o abuso seja coibido porque aí entra tudo em nome de resistência e não é assim.
40 Outra coisa que eu acho importante dizer a este colegiado é que nós tivemos a reunião dos CNCG,
41 que é o conselho dos Comandantes-Gerais, do Conselho dos Dirigentes de Polícia e do Conselho de
42 Secretários de Segurança Pública. Essa reunião foi realizada na semana passada em Santa Catarina.
43 E nós, pela primeira vez, conseguimos fazer uma reunião conjunta entre os comandantes da Polícia
44 Militar e os chefes de Polícia Civil. Nós marcamos para março do ano que vem a primeira reunião,
45 de dia inteiro, e serão elencados 3 temas, e eu pedi que um deles a Senasp pudesse determinar e os

46 outros dois cada um dos colegiados escolhessem. Eu pedi que eles se debrucem sobre o
 47 financiamento da segurança pública. Eu acho que cada vez mais estamos discutindo segurança
 48 pública de uma forma errada. Estamos discutindo segurança pública por aquilo que transborda do
 49 copo quando ele está cheio. Temos que discutir a raiz da segurança pública. Enquanto nós não
 50 tivermos um financiamento próprio para a segurança pública vamos ficar aqui discutindo porque tal
 51 coisa não foi para aquele lugar, porque foi para outro e tal, nós não temos financiamento próprio
 52 dessa política e aí ficamos discutindo política superficial. Ficamos discutindo aquilo deu errado,
 53 mas deu errado por quê? Porque falta estrutura da política de Estado e esta se faz com
 54 financiamento próprio sim. A continuidade da política vai ser garantida através do financiamento
 55 próprio. Então, eu pedi a eles que discutam. Eu considero que estamos chegando num ponto que lá
 56 atrás não visualizávamos, mas hoje estamos conseguindo, é um amadurecimento tamanho que nós
 57 vamos conseguir discutir com as polícias e com um colegiado como este qual o desenho de polícia
 58 que queremos para este País. E nós não podemos esperar que outros decidam por nós. Nós mesmos
 59 temos que decidir isso por dentro das nossas polícias, por dentro das nossas instituições o que nós
 60 queremos daqui para frente, porque ficamos sempre na crítica, criticamos aquilo que não deu certo,
 61 mas não estamos debruçando na raiz, razão pela qual eu acho de suma importância votar a Lei Geral
 62 da Polícia Civil. Pediram-me para que agora, eu, enquanto Senasp, encampe a Lei Orgânica da
 63 Polícia Militar. Não tem problema, vamos fazer a discussão; a perícia, nós vamos discutir isso. Isso
 64 são formas estruturantes da política, o financiamento é importantíssimo: como vamos garantir a
 65 continuidade da política se nós não temos orçamento garantido. E qualquer corte de financiamento
 66 vem sobre segurança porque saúde e educado são tidos como “imexíveis”, não podemos tocar
 67 porque são orçamentos vinculados, a segurança pública que é o tripé importante das políticas
 68 sociais não tem isso garantido. Eu tenho dito isso aqui reiteradamente, é só vocês pegarem as nossas
 69 discussões. E se possível fosse a Senasp, sozinha, fazer essa mudança, eu não teria problema de ter
 70 encampado isso, como já encampeí outras lutas por outras coisas que eu achei que eram
 71 estruturantes e necessárias. Vamos ter que fazer um movimento total. E considero que seria a
 72 grande pauta da próxima conferência, o financiamento dessa política de segurança pública, isso vai
 73 impactar em tudo. Nós estamos aí discutindo royalties de petróleo e tal e não se pensa em segurança,
 74 pensa-se em educação, na saúde. Não estou dizendo que uma coisa é mais importante do que outra,
 75 mas quantas pessoas não ficam doentes pela insegurança? Quantas pessoas chegam às mãos da
 76 polícia por conta da insegurança?

77

78 **O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio)** – Bom-dia a todos e todas. Eu queria fazer duas
 79 propostas a partir dessa fala inicial da doutora Regina: a primeira é que se há possibilidade de o
 80 Conselho receber semanalmente a pauta do Congresso Nacional sobre segurança pública; o que vai
 81 ser votado, o que está em pauta, quais são os projetos, porque para nós é importante saber o que está
 82 sendo discutido e o que será aprovado no Congresso.

83

84 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança Pública –**
 85 **Presidente do CONASP)** – Exceto o que entra de emergência que nem nós sabemos também.

86

87 **O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio)** – Tudo bem, mas só para acompanharmos *pari*
 88 *passu*. A outra proposta, normalmente, nós somos pautados pelos acontecimentos e tal. Eu queria
 89 propor que pensássemos quais são as grandes agendas que queremos ver implementadas no
 90 próximo ano, uma espécie de planejamento nosso a partir do que achamos importante para colocar
 91 em discussão neste Conselho, fazer um planejamento estratégico nosso para o próximo ano.

92

93 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança Pública –**
 94 **Presidente do CONASP)** – Olha, eu desafio o Conselho. Realmente o nosso tempo é muito curto.
 95 E não só deveríamos elencar um grande tema, mas o Conselho se debruçar sobre ele. Em minha

106 opinião, nós poderíamos inclusive começar a dividir o tempo do Conselho, é só uma sugestão, se é
 107 esse o grande tema que fique uma tarde, todas as reuniões, para discutir o grande tema. E o outro
 108 dia e meio para que se faça a pauta com outras coisas, mas que seja uma pauta fixa de meio período
 109 na qual traremos gente para falar, na qual o Conselho crie decisões que comecem a pressionar e
 110 integrar uma grande pauta. Porque se começarmos a atirar para todos os lados, nós nos dispersamos,
 111 inclusive dispersam esforços e também a força do próprio Conselho. Se pegarmos uma grande pauta
 112 que seja unânime, enquanto nós não tivermos dinheiro não faremos segurança, segurança é caro,
 113 segurança não é barata e nós precisamos ter esse financiamento. Se elegermos isso como a grande
 114 pauta, deixar meio período para este Conselho aprofundar sobre essa grande pauta e um dia e meio
 115 para as outras discussões do Conselho. É um desafio para gestores, trabalhadores e para a sociedade
 116 civil que une as três áreas. Porque na hora que tivermos o financiamento para a segurança pública
 117 inclusive para a sociedade civil cobrar é mais fácil. Hoje a sociedade civil não tem como pegar um
 118 orçamento da segurança pública cobrar do gestor porque nem o gestor tem condição de dizer se
 119 aquilo que está ali é o real. Eu recebo um orçamento nominal, eu recebo um limite inicial e vou
 120 tendo limites abertos ao longo do tempo. O orçamento público é hipercomplexo e às vezes o próprio
 121 gestor se perde por conta dessa liberação porque o que é orçamentário não é limite, o que é limite
 122 não é o real, como a sociedade civil vai acompanhar isso? No dia a dia, eu não posso licitar sem
 123 prévio empenho. Se eu não tenho a garantia do limite, eu não posso correr do processo licitatório
 124 porque não pode ser em nota, aí quando chega no fim do ano eles liberam o limite. O que eu fiz este
 125 ano? Eu avisei meu pessoal e avisei a PRF para deixarem os processos internos prontos porque no
 126 fim do ano vai sobrar limite. Então, o que aconteceu? A Senasp executou cem por cento dela e eu
 127 estou executando mais os limites que sobraram do MJ porque o ministro fechou até o dia dois o
 128 primeiro fechamento de limite e deixou do dia dois ao dia sete a recolha de todo o limite, o que me
 129 facilitou. E ontem eu ainda chamei a PRF para dividir com ela porque vamos conseguir ainda
 130 executar a rádio comunicação da PRF. Quer dizer, se eu tenho o meu orçamento no começo do ano
 131 certinho, isso acontece comigo, acontece no âmbito municipal e no âmbito estadual, é a mesma
 132 coisa. Então, se temos um orçamento real e sabemos que aquela fonte de financiamento não pode
 133 ser tocada facilita tudo, a fiscalização, o orçamento tudo.

124

125 **O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio)** – Regina, não fechando a pauta, mas abrindo para
 126 que possamos, quem sabe, ter isso como ponto de discussão, não sei se hoje ou amanhã ou na
 127 próxima reunião, ouvir quais são as perspectivas do Conselho, das entidades, dos segmentos, mas,
 128 de antemão, eu acho que a questão de financiamento é um ponto tático, e aliado a esse ponto tático,
 129 uma questão estratégica do Conselho é a concentração do SUSPE. Então, se caminharmos nessas
 130 duas direções.

131

132 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança Pública –**
 133 **Presidente do CONASP)** – Uma coisa intimamente ligada à outra, não dá para fazer o SUSPE sem
 134 ter o financiamento.

135

136 **O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio)** – Exatamente. Então, caminhar na direção na luta
 137 pelo financiamento próprio e tal, mas, estrategicamente pensando na concentração do SUSPE,
 138 alguma coisa assim.

139

140 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança Pública –**
 141 **Presidente do CONASP)** – Então, resumindo para os que chegaram agora, **o Tião propôs: 1 –**
 142 **Que o Conselho receba a pauta do Congresso semanalmente sobre segurança pública. Isso**
 143 **não tem problema, já vamos pedir à Secretaria de Assuntos Legislativos - SAL para ser**
 144 **encaminhado aos e-mails dos senhores.** Depois o Tião disse que este Conselho deveria elencar
 145 alguns temas, um planejamento estratégico para o ano. E eu fiz a seguinte provocação. Eu acho que

146 não podemos dispensar esforços, temos que concentrar esforços. E acho que o financiamento da
147 segurança pública é um ponto crucial para o desenvolvimento da política de Estado. Nós não temos
148 como garantir política de Estado se não temos financiamento próprio.

149

150 **O Sr. Jânio Bosco Gandra (Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais Civis –**
151 **COBRAPOL)** – Eu concordo plenamente com essas colocações. Eu considero fundamental que
152 foquemos, enquanto Conselho, para um ponto que poderá ser crucial para a sociedade brasileira
153 como esse da criação de fundo. Nós tínhamos aqui um fundo de segurança pública, mas é uma coisa
154 tão pequena que não vai atender os problemas nossos.

155

156 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança Pública –**
157 **Presidente do CONASP)** – O problema não é o fundo. É de onde sai o dinheiro do fundo porque
158 sai só do Tesouro.

159

160 **O Sr. Jânio Bosco Gandra (Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais Civis –**
161 **COBRAPOL)** – Mas, temos ideia para isso. Sem pensar nos royalties do petróleo, mas precisamos
162 entender que o Estado brasileiro gasta mais com álcool, com a droga lícita do que mesmo com a
163 droga ilícita e com o crack. A Ambev, conforme publicações, tivemos acesso a elas, faturou mais do
164 que a Petrobrás. Será que não seria o momento oportuno de a Ambev corrigir como uma espécie de
165 indenização para as vítimas que o álcool produz porque nos meus 25 anos de Polícia, eu trabalhei na
166 Delegacia das Mulheres 2, 3 anos, foi um aprendizado fenomenal, e vimos que 80% ou mais dos
167 espancamentos de mulheres eram por conta do álcool e isso vai para BO. Os acidentes de trânsito
168 que matam, quer dizer, o que se gasta com o SUS em atropelamentos, embriaguês na direção é uma
169 coisa fenomenal e não temos sequer uma política para captar. Eu considero que chegou a hora de o
170 governo, através do nosso Conselho, passarmos a discutir isso para aconselhá-lo a chamar essa
171 indústria da droga lícita, não só a Ambev, como outras também, para dizer-lhes se não querem
172 contribuir com a Nação, com a segurança pública e, também, indiretamente, com o Ministério da
173 Saúde porque vai reduzir os acidentes, as mortes violentas no trânsito e tal. Para vocês terem uma
174 ideia, nós fizemos uma pesquisa quando estávamos tratando de piso salarial da Polícia, porque
175 entendemos que as distorções têm que ser corrigidas. As instituições policiais hoje não funcionam
176 como deveria. Todas as instituições: Polícia Civil, PM, Polícia Federal, todas, nós capengamos.
177 Então, se vai destinar dinheiro a essas entidades, que ainda precisam se reestruturar, eu acho que é
178 necessário, sim, que comecemos nesse ponto. É brilhante a ideia. Não sei se seremos eleitos, se
179 nossa entidade será eleita, mas se continuarmos aqui no Conasp esse é um tema que devemos
180 discutir. Concordamos com a secretária da Senasp e se focarmos somente nesse tema, claro, vamos
181 discutir os outros, mas poderemos atingir a causa da grande problemática da segurança pública e
182 não só fazendo programas. E a Lei Geral passa sim por isso, é fundamental. Começa a se estruturar
183 um organismo na segurança pública que é fundamental, é o organismo de investigação policial. E
184 acho também que deve ser imediatamente a parte da PM. Ela deve ter também uma Lei Geral para
185 que possa tratar da reestruturação dela. Por isso, gostaríamos de discutir um pouco essa Lei Geral.
186 Acho que tem interesse, colega Regina, desde o ano passado, eu fui contra quando queriam discutir
187 a Lei Geral da Polícia Civil porque não havia tempo e acabamos deixando para discutir noutra
188 oportunidade. Mas, agora, se pudéssemos tirar pelo menos uma hora para discutir, não agora com o
189 Ministério da Justiça, mas com o relator, uma vez que este Fórum é o adequado porque têm os
190 trabalhadores, tem a sociedade civil, ficaríamos mais confortáveis enquanto trabalhadores, enquanto
191 beneficiados dessa Lei Geral, porque a sociedade civil está aqui. Obrigado.

192

193 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança Pública –**
194 **Presidente do CONASP)** – Já estamos com quórum. Eu gostaria de saber se concluímos essa
195 discussão e depois passaremos à votação da pauta. Podemos continuar? Sim, Célia, por favor.

196

197 **A SR^a. CÉLIA DANTAS GENTILE RIQUE (Gabinete de Assessoria Jurídica às**
198 **Organizações Populares)** – Bom-dia a todos e todas. Hoje é um dia especial porque é o último dia
199 do nosso mandato. E eu não sei se nesta ocasião eu me sinta animada ou mais desanimada. Chegar
200 aqui e ouvir uma provocação feita pela nossa presidente de que é importante que discutamos o
201 caráter público da segurança me chama muito a atenção e me toca muito, inclusive quando ela diz
202 tratar com anterioridade o universo de discussões técnicas que ocuparam a agenda desse Conselho,
203 eu acho que ela tem toda razão porque isso é o caminho da despolitização da nossa função. Então,
204 quando ela diz que o importante é botar na pauta o financiamento, eu ouço de outro jeito: a gestão
205 do dinheiro é onde passa geralmente a gestão do poder. Discutir financiamento não é discutir
206 rubrica não, é lutar pelos rumos da segurança. Ali estão os paradigmas, os grandes princípios ou não
207 contemplados. Um exercício que fizemos disso foi analisar o material da proposta do Brasil Mais
208 Seguro para Alagoas. Quer dizer, ali dentro já tinha confronto de paradigmas que anunciamos na
209 primeira Conseg. De forma que me parece que nós temos pelo menos para 2013 um desafio enorme
210 que é fazer um plano de trabalho, onde tenha um eixo, onde possamos situar e priorizar as
211 demandas que nos chegam aqui, sem perder o rumo de que estamos ocupando este lugar é da gestão
212 democrática e participativa de segurança pública. É esse o nosso lugar, o foco, a diretriz, quer
213 discutamos qualquer temática, técnica de qualquer coisa, o foco central é esse. Obrigada.

214

215 **O Sr. Rildo Marques de Oliveira (Movimento Nacional de Direitos Humanos)** – Bom-dia a
216 todos. Eu me sinto contemplado bastante na fala da companheira Célia, mas queria agregar que
217 quando a secretária, e eu concordo que devamos nos debruçar, de forma prioritária, para discutir a
218 gestão da política de segurança pública e que nós devemos também olhar, secretária, que um dos
219 debates que este País precisa fazer e esse tema está, tanto no setor dos trabalhadores, da sociedade
220 civil e também dos gestores de **segurança pública é a questão do Artigo 144 da Constituição**
221 que, infelizmente, ninguém se debruça sobre ele com a força política necessária para fazer com que
222 a partir dali, de fato, se estructure neste País outro modelo de segurança pública. O Brasil hoje no seu
223 modelo de segurança pública por esse Artigo 144 só produz um processo de segurança a partir de
224 repressão. Não há um item que fala sobre a prevenção e a violência e as políticas preventivas contra
225 a violência. E hoje mais do nunca precisamos avançar na questão da participação dos municípios
226 também dentro do sistema de segurança pública em que Artigo de 144 deixa extremamente
227 complicado. Eu acho que todos nós já sabemos das agruras que esse Artigo 144 produz e como
228 poderemos avançar, melhorar e criar, de fato, um sistema de segurança pública se nós tivermos
229 coragem política de tocar exatamente na modificação desse Artigo a partir do processo de debate.
230 Mas, é também fundamental, secretária, que a segurança pública é transversal porque é parte
231 estruturante da sociedade. E se ela é transversal não pode só a segurança pública ficar resolvendo
232 todos os problemas das desigualdades, das exclusões sociais que estão pautados hoje na sociedade.
233 Então, é fundamental também que a segurança pública possa fazer links, possa fazer debates com
234 outros níveis também de políticas públicas porque a segurança pública sempre paga o preço mais
235 alto de um Estado, mais ainda que permite uma grande desigualdade. E eu entreguei para a
236 secretária agora o livro “Direitos Humanos no Brasil III”, que é um diagnóstico dos direitos
237 humanos no Brasil, feito pelas quatro redes de direitos humanos hoje da sociedade civil no Brasil,
238 que é a Plataforma Dehesca, o Movimento Nacional de Direitos Humanos no qual que pertencemos, o
239 PAD em que nós produzimos um diagnóstico de direitos humanos no Brasil e com certeza aí nós
240 tocamos também na questão da segurança pública. Então, eu queria parabenizar inicialmente essa
241 ideia da secretária que nos provocou a um desafio muito positivo para o ano de 2013.

242

243 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança Pública –**
244 **Presidente do CONASP)** – Acho que poderíamos posicionar os conselheiros sobre o que estamos
245 conversando. Aos conselheiros que chegaram agora como não tínhamos quorum, nós começamos a

246 fazer alguns informes. **E um dos informes ou até mesmo um requerimento feito pelo**
247 **conselheiro Tião é que nós tivéssemos a pauta do Congresso na semana para que os senhores**
248 **possam acompanhar. E o segundo pleito é que este Conselho concentrasse para o ano**
249 **vindouro num planejamento estratégico alguns pontos para discussão. E aí nós avançamos no**
250 **seguinte de que poderíamos instituir um tema central para que este Conselho discutisse o ano**
251 **todo com um período da pauta reservado para isso, sem prejuízo dos demais temas que os**
252 **senhores trarão para cá. Mas um deles seria aprofundar no financiamento da segurança**
253 **pública. Que fizéssemos um debate incessante, até mesmo eu provoço com audiências**
254 **públicas, trazendo especialistas, se preciso for, com antecedência nós podemos trazer até**
255 **países vizinhos que passaram por isso, mas que têm as mesmas peculiaridades. Não vamos**
256 **trazer gente que não tem nada a ver com o nosso dia a dia, a Colômbia, países que têm muita**
257 **semelhança conosco e que superaram isso. E que pudéssemos ter uma pauta e que essa pauta**
258 **seria do Conselho. E também já aproveitando, para iniciar tudo isso, poderíamos trazer o**
259 **nosso pessoal de órgãos de controle e que dessem a este Conselho uma noção do orçamento**
260 **público para que víssemos onde estão os gargalos que estamos apontando aqui. Ou seja,**
261 **nivelar os conhecimentos de todos sobre orçamento público, dá uma geral sobre aquilo que**
262 **for mais importante para que pudéssemos então daí passar para a questão do financiamento.**
263

264 **O Sr. Marcos Dias dos Santos (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais –**
265 **FENAPRF) –** Quero cumprimentar a Regina Miki, conselheiros e as pessoas que estão sempre aqui
266 assessorando nossas reuniões. Eu acho muito pertinente privilegiar alguns tópicos que vamos
267 trabalhar no ano de 2013. Financiamento de segurança pública sem dúvida é o mais importante.
268 **Temos o mais urgente que vimos ontem na audiência pública que é o novo Código Penal,** que
269 nós precisamos nos inserir nesse processo. Ainda bem que nós teremos tempo para audiências
270 públicas agora mais para discutir o mérito do conteúdo do Código e **também outro tema que**
271 **devemos nos debruçar no ano que vem que é o Sistema de Informação da Segurança Pública.**
272 Não dá para você ficar apenas acessando dados de três anos atrás com relação a homicídios por
273 exemplo.
274

275 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança Pública –**
276 **Presidente do CONASP) –** Eu posso dar um informe sobre o Sinesp posteriormente à sua fala.
277

278 **O Sr. Marcos Dias dos Santos (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais –**
279 **FENAPRF) –** Outra coisa também na fala da doutora Regina que nos tranquiliza, é essa articulação
280 da Senasp com a Polícia Rodoviária Federal. Eu acho que toda sociedade ganha com isso, os
281 trabalhadores também que trabalham na área de segurança pública. Recentemente, eu estive em Foz
282 do Iguaçu e lá tive oportunidade de participar do Fórum Nacional de Combate à Falsificação e à
283 Pirataria. Esse fórum é composto de várias empresas, também do Conselho Nacional de Combate à
284 Pirataria, e um dos representantes de uma grande empresa multinacional disse? “Olha, é música aos
285 nossos ouvidos como vemos que os órgãos de segurança do governo estão conversando, estão
286 articulando” e nós, os policiais rodoviários federais temos a capacidade de conversar, de articular
287 com a Receita Federal, com as agências reguladoras, com a Senasp, ainda temos dificuldade de
288 articular, não da nossa parte, com as outras polícias, precisamos vencer isso aí, não de forma
289 esporádica quando você tem amizade com determinada pessoa de outro órgão, mas ao nível
290 institucional, a partir do diálogo, respeitando os limites, e principalmente, procurando preencher as
291 lacunas, vemos muitas guerras por causa de sobreposição de atribuições e sempre vai existir. Mas,
292 enquanto isso, nós não vemos as lacunas da segurança pública que não é território de ninguém e fica
293 a sociedade à mercê dessas disputas que não ajudam. Criam mais insegurança e injustiça social.
294

295 **O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio)** – Eu gostaria de fazer um encaminhamento à
296 Mesa, se me permite. O encaminhamento é que nós ouçamos as pessoas que estão inscritas sobre
297 esse tema e depois entramos na pauta específica do encontro e que **a Mesa Diretora, hoje ou**
298 **amanhã, possa pensar num calendário de um programa de discussão desse tema que estamos**
299 **aqui falando e no final do dia apresentemos uma proposta para aprovarmos.**

300

301 **O SR. GERALDO SOARES WANDERLEY (Pastoral Carcerária Nacional)** – Bem, essa
302 proposta da presidente é uma proposta muito interessante. É claro que Célia me contemplou na fala
303 dela dizendo que, na verdade, nós precisamos da saúde, a educação, que tem orçamento e tem
304 financiamento próprio. Está difícil, apesar de alguns avanços na educação, o Brasil precisa de
305 alguma coisa, parece que é mesmo pegar pela raiz. A questão da participação da sociedade,
306 efetivamente, que esse é um grande gargalo que o Brasil tem, a sociedade não se empodera do
307 conhecimento das coisas, como na segurança pública e isso é muito pior porque é um setor
308 extremamente inchado, e nós estamos para fazer a 2ª Conferência com grandes dificuldades. Acho
309 que a ideia é muito interessante, mas nós precisamos também que os governos queiram isso, que
310 tenham vontade política de fazer as reformas e que essa vontade seja verdadeira porque em sendo
311 verdadeira vão tentar fazer com que a sociedade se empodeire, participe, colabore e faça também o
312 monitoramento do durante e do pós. Mas, eu acho muito interessante que pautemos e levemos isso
313 muito a sério.

314

315 **O SR. PEDRO GASTALHO DE BICALHO (Conselho Federal de Psicologia)** – Bom-dia. Eu
316 gostaria de reforçar o que os conselheiros disseram acerca da importância da discussão dessa
317 temática, principalmente a partir da fala da Célia, que nos lembra muito bem que a gestão do
318 financiamento é na verdade a gestão do poder, portanto, a nossa discussão não é uma discussão de
319 onde estão as rubricas, mas o modo pelo qual elas são construídas e executadas. Desse modo,
320 acredito ser extremamente importante nessa discussão lembrarmos o que atravessam nas gestões de
321 poder que estão presentes no campo da segurança pública e entre esses atravessamentos dessa
322 gestão do poder está o clamor midiático ao qual todos nós, não só a segurança pública, mas todo
323 país está sempre refém. Eu gostaria de lembrar que na segurança pública o efeito desse clamor
324 midiático é sempre muito perverso, principalmente, porque ele toma como analisador a questão da
325 produção histórica do medo. O medo que não é simplesmente um sentimento, mas ele é
326 principalmente um operador político e enquanto operador político o medo que é produzido
327 historicamente, em especial por esse clamor midiático, ele serve principalmente para pautar o modo
328 pelo qual nós estamos fazendo a gestão do poder. Acredito que fazer uma ampliação da discussão
329 de orçamento ou de financiamento para uma discussão daquilo que atravessa, o modo pelo qual
330 a gestão do poder é de fundamental importância neste Conselho.

331

332 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança Pública –**
333 **Presidente do CONASP)** – Bom, voltamos à pauta então? Então, vamos lá. Temos aqui a
334 aprovação da Ata da 12ª Segunda Reunião Ordinária, a aprovação da pauta para hoje de manhã,
335 aprovação do processo eleitoral; às 14 horas, devolutiva do decreto da conferência; amanhã, às 9
336 horas, abertura da reunião para que os senhores possam discutir o relatório final e ao retorno do
337 almoço, situação de São Paulo, sistema prisional, normatização do uso das drogas, informes gerais e
338 encaminhamento e encerramento. Está aí a pauta. A minha primeira proposta aos senhores é que
339 aprovemos então a Ata da 12ª Reunião. Todos receberam a Ata? Teve apontamento? Estão aptos a
340 votar? Pedro, por favor.

341

342 **O SR. PEDRO GASTALHO DE BICALHO (Conselho Federal de Psicologia)** – É muito em
343 função da nossa audiência pública de ontem onde foi citada a questão da PEC 33 e da **Proposta de**
344 **Emenda Constitucional para redução da maioria penal é porque no dia 19 de dezembro**

345 nós teremos nova reunião de votação aqui em Brasília, acredito que seja fundamentalmente
346 importante que nos posicionemos em relação a essa temática em função da urgência, é só uma
347 proposta.

348

349 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança Pública –**
350 **Presidente do CONASP)** – Certo. Vamos aprova a Ata e depois discutiremos a pauta. Em regime
351 de votação. Os conselheiros que estão de acordo com a minuta de Ata que foi enviada permaneçam
352 como estão. **APROVADA POR UNANIMIDADE.** Aprovação da pauta. Há uma sugestão do
353 conselheiro Pedro que incluamos uma discussão sobre a PEC 33 e sobre a maioria penal. Eu
354 consulto os conselheiros. Então, teremos que redesenhar a pauta. Antes de informes gerais inclua
355 maioria penal e PEC 33. Depois os senhores façam um desenho de como ficará o dia para
356 dividirmos os temas.

357

358 **O Sr. Jânio Bosco Gandra (Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais Cíveis –**
359 **COBRAPOL)** – Exatamente para demonstrar à sociedade civil e demais órgãos o substitutivo da
360 Lei Geral.

361

362 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança Pública –**
363 **Presidente do CONASP)** – Então, mais um item Lei Geral da Polícia Civil, nós sabemos o que é.

364

365 **O Sr. Marcos Fábio Rezende Correia (Coletivo de Entidades Negras)** – Poderíamos falar
366 também sobre os “autos de resistência”?

367

368 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança Pública –**
369 **Presidente do CONASP)** – Já dei um enfoque. Mas eu posso reprisar. **Vai ser votado segunda ou**
370 **terça-feira. Se vocês quiserem o texto que vai ser votado eu posso pedir para trazer para cá.**
371 **Então, vou providenciar para trazer o texto do “auto de resistência”, da maioria penal e**
372 **da situação de São Paulo.** Bom, acho que poderíamos aprovar a pauta e depois faremos a
373 redistribuição de todos esses temas. Se não der tempo os senhores priorizem e fica depois o que não
374 der porque acrescentou bastante. Aí entra a prioridade dos senhores. Eu acho que, inclusive, a
375 devolutiva do decreto e a própria conferência não vai utilizar a tarde inteira hoje. Eu, de antemão,
376 digo que não poderei permanecer o dia inteiro aqui hoje. Amanhã eu tenho um evento que o vice-
377 presidente e que formatar esse evento com o ministro hoje sobre as fronteiras. Então, o Almir já
378 redesenha essa pauta. É a primeira coisa esse redesenho e as prioridades. Mas, eu acho que dá para
379 encaixar tudo, se economizar tempo.

380

381 **A SR^a. CÉLIA DANTAS GENTILE RIQUE (Gabinete de Assessoria Jurídica às**
382 **Organizações Populares)** – Para sexta-feira está destinada à discussão do relatório final. E se
383 eu não estou ouvindo mal, eu acho que não se deve diminuir esse espaço até porque muito
384 mais do que uma questão de um esquema de relatório, o que ele contempla ou não, nós
385 teríamos a incumbência de ter uma visão geral a respeito do que foi porque os entendimentos
386 do nosso papel são bastantes diferenciados, então o relatório deve refletir as diversas posições.

387

388 **O Sr. Heder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças Militares**
389 **Estaduais - ANASPRA)** - Com respeito ao relatório, só deixar claro para a plenária que da última
390 reunião havia tirado um grupo que construiria esse relatório. Como isso não foi feito, a proposta
391 nossa era de que trouxéssemos preliminarmente à plenária para que essa apontasse os pontos que
392 deveriam ser abordados nesse relatório. E como não deu o prazo e o tempo, a proposta é que a
393 plenária discute de que forma o que deverá estar contemplado e a partir daí a comissão trabalha em

394 cima disso, evidentemente, submetendo à plenária depois. Então, não tem relatório nenhum a ser
395 apresentado.

396

397 **O SR. MARCOS ANTÔNIO DA SILVA COSTA (CONSELHO NACIONAL DO**
398 **MINISTÉRIO PÚBLICO)** – Esse relatório é desta composição, não tem tempo não, teremos que
399 aprovar a nossa avaliação, não tem como passar isso para depois.

400

401 **O Sr. Heder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças Militares**
402 **Estaduais - ANASPRA)** – Não é isso que estou dizendo. O que estou dizendo é o seguinte: foi feita
403 uma composição de um grupo para elaborar esse relatório e apresentar à plenário. Essa parte não foi
404 cumprida. E aí a proposta para que não ficasse sem o relatório, aqueles que estavam na incumbência
405 de elaborar o relatório trouxe à plenária para que se faça o relatório à plenária. Então, se o tempo
406 vai ser curto, eu só quero deixar claro que não tem documento nenhum a ser apresentado, é isso.

407

408 **O Sr. Marcos Fábio Rezende Correia (Coletivo de Entidades Negras)** – O que nós estamos
409 colocando aqui, Marcos, é que apesar de termos encaminhado à Secretaria Executiva do Conasp e
410 para a lista vários e-mails falando da nossa necessidade de nos reunirmos um dia antes para
411 fecharmos o relatório, porque não dava para fazer tudo a distância, nós não obtivemos nem uma
412 resposta acerca disso. Então, por conta de não termos nenhuma resposta para nos encontrarmos
413 ontem ficou difícil nós sentarmos juntos porque foi uma tirada de decisão de uma reunião anterior.
414 Quem estava aqui, ouviu isso: que foi feita uma comissão que se sentaria um dia antes da reunião
415 para justamente finalizar esse relatório, foi isso que foi decidido aqui. Depois, apesar dos e-mails,
416 como de praxe, nós não obtivemos nenhuma resposta e chegamos aqui hoje desse jeito, precisando
417 de nos encontrarmos para poder fazer o relatório, é o comum do nosso cotidiano do Conasp, para
418 deixar bem nítidas as coisas.

419

420 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança Pública –**
421 **Presidente do CONASP)** – Bom, mediante isso, acho que poderíamos até no final da manhã de
422 hoje os conselheiros que estão com essa incumbência do relatório poderiam mostrar os temas que
423 foram elencados, pelo que entendi é isso, e aí poderiam dar um tempo aos conselheiros e, se fosse o
424 caso, eu não sei quais são os conselheiros que estão para apresentar o relatório, mas daria um tempo
425 para fazer um ensaio ainda para esta tarde, para depois então passar para o plenário. Mas, não
426 poderíamos perder muito tempo nisso porque estamos com uma pauta agora bem extensa.

427

428 **O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio)** – **Eu queria propor duas coisas: a primeira é**
429 **que os dois temas que foram aqui colocados possam ocupar a parte da tarde hoje depois da**
430 **devolutiva da conferência. Acho que dá tempo suficiente para colocar os 2 pontos aqui, aí já**
431 **fecha a pauta.**

432

433 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança Pública –**
434 **Presidente do CONASP)** – **Então, vamos puxar maioria penal, PEC e a Lei Geral para**
435 **hoje à tarde. Está bom.**

436

437 **O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio)** – E a outra questão, é que se houver possibilidade,
438 Marcos, dialogar um pouco com o Marcos, de hoje no final da tarde, nós nos reunirmos para
439 preparar pelo menos um roteiro de discussão e amanhã de manhã apresenta-se o roteiro e faremos a
440 discussão do balanço.

441

442 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança Pública –**
443 **Presidente do CONASP)** – **Então, Tião, a minha sugestão é que incluamos essa apresentação**

444 do roteiro no final da manhã de hoje porque aí dá tempo de os conselheiros até pensarem em
445 alguma coisa, é um roteiro, não é tão extenso. Os conselheiros fazem a apresentação no final
446 da manhã de hoje e aí vocês permanecem e deixam essa discussão, como a Célia pediu, de uma
447 manhã toda no relatório, aprofundando o roteiro. É consenso? Então, a pauta está aprovada.
448 **Vamos ao primeiro ponto: Informe sobre processo eleitoral.**

449

450 **O SR. VICENTE ANTONIO MARIANO FERRAZ (Conselho Nacional de Comandantes**
451 **Gerais das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares)** – Bom-dia a todos e todas.
452 Bom, nós tivemos no processo eleitoral do novo Conasp 47 entidades inscritas, redes, sociedade
453 civil e trabalhadores que são os eleitos. Em razão da decisão de o plenário de que o voto nessa
454 eleição seria cruzado entre trabalhadores e entidades, nós aprovamos uma alteração no edital das
455 eleições, garantindo que cada trabalhador poderia votar em até 6 redes e em até 6 entidades e as
456 entidades poderiam votar em até 9 entidades de trabalhadores. E assim foi feito. Nós tivemos só
457 uma situação de uma entidade que não foi aceita a sua inscrição em razão de ela não ter
458 comprovado 2 anos de existência. Pois bem. Nós tivemos algumas dificuldades nesse processo.
459 Uma delas foi que, talvez em razão do tempo, nós não tivemos o treinamento para usar o sistema do
460 Infoseg. Apesar de um dia ou dois dias antes ter sido analisado, visto e não deu problema, no dia
461 das eleições tivemos algumas dificuldades, algumas específicas e outras estruturais porque no meu
462 entendimento tem a ver com o próprio processo eleitoral. **A pontual é que o horário de início da**
463 **votação no sistema estava às 10 horas, quem estava aqui às 10 horas não conseguiu votar**
464 **porque o sistema estava trabalho com o horário não de verão. Na verdade, o computador**
465 **estava correto porque na Bahia e em outros lugares não têm horário de verão e são eleitores,**
466 **então, perderia uma hora. Resolvido isso, e eleição começou efetivamente às 11h15 minutos. Nós**
467 **tivemos uma situação de um equívoco na colocação de uma entidade do Rio de Janeiro que no**
468 **seu processo era eleitora e candidata e quando foi para o sistema saiu só como eleitora.** Isso foi
469 um problema administrativo nosso porque no processo ela estava inscrita nas duas coisas. **Mas, o**
470 **problema mais complicado que houve no processo eleitoral é que pelo menos 7 entidades não**
471 **tiveram seus votos computados.** Algumas delas presentes inclusive no Plenário Tancredo Neves
472 onde se deu o processo, citar o Héder Oliveira, presidente da Anaspra, que votou e não viu seu voto,
473 o José Neves também votou e o voto não apareceu, o Bride votou e o voto não apareceu e Tião do
474 Viva Rio, que eu me lembro foram essas as entidades, das 4, 3 estavam no plenário. Bom, mas aí
475 quando nós recebemos a lista que saiu no computador da votação final teve essa situação de quem
476 veio a Brasília para participar do processo e votou em Brasília e não teve o voto computado.
477 Independentemente dos problemas do sistema, o fato concreto é que essa não formalização de 7
478 votos implicou num resultado que a comissão tinha que tomar a decisão de homologar ou não.
479 Ontem nós fizemos uma reunião da qual participou eu, o Sílvio e o João, que são os três membros
480 da comissão, e entendemos que faltaram algumas coisas que teriam amenizado muito os problemas
481 estruturais que tivemos. Uma delas é que recebeu no email cadastrado a confirmação do voto. Isso é
482 fundamental. Uma eleição de 47 entidades nós tivemos problema com 20% delas. Então, recebeu a
483 confirmação do voto está definido. Um vídeo pequeno do Infoseg com treinamento explicando
484 minimamente como é o sistema para evitar os problemas que ocorreram. E aqueles que quiserem vir
485 para Brasília na votação no dia 30 foi disponibilizado um único computador da rede Infoseg para
486 votar e nós precisamos ter pelo menos 3 ou 4 computadores. Desse modo, **a decisão da comissão**
487 **eleitoral por unanimidade foi de não homologar a eleição realizada no dia 30.** Porque garantir
488 100% de lisura, de transparência por mais que tenha uma justificativa formal, legal, técnica do
489 Infoseg, um fato concreto é que 20% dos eleitores tiveram dificuldade de votar. **Então, a nossa**
490 **deliberação é que nós mantenhemos o colégio eleitoral, evidentemente, o processo todo, as 47**
491 **entidades serão exatamente as mesmas aprovadas** e que no dia 11 de janeiro de 2013 façamos
492 nova eleição, garantindo listagem on-line para os gestores da votação; que cada entidade possa
493 receber pelo email a confirmação do seu voto; e o vídeo mínimo de treinamento a ser encaminhado

494 às 47 entidades. Essas situações todas, de acordo com a coordenação do Infoseg, é possível fazer
495 essas alterações e nós minimizaremos os problemas estruturais que tivemos. O Márcio estava
496 lembrando que há dois anos, eram 127 entidades eleitoras e nós não tivemos nem metade dos
497 problemas que nós tivemos agora. Eu participei da comissão eleitoral também naquela ocasião e
498 uma das questões que eu já tinha, não só como presidente da Comissão, mas como membro do
499 Conselho levado para a secretária Regina **que na próxima gestão do novo Conseg nós temos que**
500 **discutir com o Ministério da Justiça, com a secretária a estrutura da Secretaria-Executiva**
501 **porque parte dos problemas, não houve nenhum dolo dos problemas específicos e dos**
502 **estruturais aqui no processo eleitoral.** Mas, nós entendemos que a estrutura hoje da Secretária-
503 Executiva com todo o esforço que possa ter feito a Suelen e a Cíntia, é muita pouca gente para ter
504 um acompanhamento deste Conselho, então termos uma Secretária-Executiva maior, eu acho que
505 talvez uma das possibilidades de não ter tido problema nenhum ou um problema maior há dois anos
506 foi que dispúnhamos de uma estrutura também maior na própria Secretária-Executiva. Nós não
507 tivemos o tempo hábil de treinamento dos órgãos. Então, foi surpresa para alguns não verem seu
508 voto quanto foi aberto em plenário e também era difícil encaminhar recursos não sabendo se seu
509 voto fora aceito ou não. Então, o processo ficou difícil e eu quero pedir em especial àquelas
510 entidades que foram eleitas pedir desculpas por essa situação, mas eu acredito que essa decisão é
511 melhor para mantermos transparência e garantir 100% de lisura e de espírito público democrático na
512 nossa eleição e a expectativa é que daqui a um mês todos esses problemas ou grande parte deles nós
513 teremos uma solução para não se repetir. Então, as entidades que participaram vão ter que se
514 estruturar de novo. Eu creio que não teremos grandes alterações do que foi essa primeira votação
515 até pela expressiva votação de determinado setor, mas não tem jeito, ir com dúvida para um novo
516 Conasp eu acho que mais perde do que ganha por mais desgastante que seja fazer um novo processo
517 eleitoral o entendimento da Comissão é que é o mais legítima a ser feito.

518

519 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança Pública –**
520 **presidente do CONASP)** – O conselheiro Marcos Rezende está inscrito e eu também. Antes de
521 passar a palavra eu consulto aos demais membros da comissão, Sílvio e João Francisco, se tem
522 alguma coisa a acrescentar. Como eles não têm nada a acrescentar, eu peço permissão aos senhores,
523 enquanto secretária Nacional de Segurança Pública, por conta do processo eleitoral dentro do
524 Ministério. Nós tivemos em reestruturação, e aí Mariano eu não estou justificando nada, por favor,
525 concordo com o andamento, acho que é a melhor coisa e acho que temos alguns encaminhamentos
526 em cima do que foi decidido, mas eu vou explicar algumas coisas que não se justificam. Como nós
527 estamos com o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública – Sinesp, nós vamos ter que
528 absolver não só o Infoseg como outros sistemas para fazer a leitura do Sinesp. Nós tínhamos até
529 então uma empresa dentro do Ministério que fazia todo o processo de TI. E como o Sinesp é um
530 sistema, que eu já falei aos senhores, que ficará maior do que o sistema da Receita Federal nós
531 tivemos que contratar o Serpro. E o Serpro por sua vez contratou a IBM para fazer o sistema do
532 Sinesp, razão pela qual nós não temos outra empresa trabalhando no Ministério. Então, naquela
533 ocasião, há dois anos, na eleição, embora nós tivéssemos mais entidades inscritas, nós tínhamos
534 uma empresa de fora trabalhando no Ministério deu maior suporte. Eu não estou justificando, estou
535 só explicando o que está acontecendo. Nós estamos num processos de transição. **Com relação à**
536 **Secretaria-Executiva eu fiz uma proposta ao ministro da Justiça e estou aguardando uma**
537 **resposta dele de um estudo de que nós tenhamos dentro do Ministério uma Secretaria-**
538 **Executiva única para os conselhos existentes do Ministério. Nós temos que ter uma Secretaria-**
539 **Executiva com um suporte grande para todos os conselhos do Ministério porque isso**
540 **facilitaria inclusive que as reuniões não se coincidissem, facilitaria que as publicações saíssem**
541 **mais concentradas, se tivéssemos um informe de conselhos no Ministério e cada de nós, por**
542 **exemplo, eu tenho um DAS 4, que é o da Suelen e cada uma dessas secretarias que têm uma**
543 **conselho consigo daria esse DAS para essa Secretaria-Executiva, então ela ficaria uma**

544 **Secretaria-Executiva robusta com o secretário, o conselho teria o secretário, mas teria o**
545 **administrativo conjunto que facilitaria uma estrutura.** Eu fiz essa proposta ao Ministro, ele acha
546 que viável, inclusive a proposta de todas essas secretarias estarem centradas no Gabinete do
547 ministro e não a nenhuma secretaria mais. Então, a Secretaria-Executiva de todos os conselhos
548 estaria dentro do Gabinete do ministro como órgão consultor e estaria lá dentro e a as secretarias
549 teriam uma presidência como é, eu tenho a presidência, a Secretaria da Pirataria estaria com a
550 Secretaria-Executiva, cada um dentro de sua presidência sem problema nenhum. A Senasp não
551 ficará afastada de processo algum, mas acho que fica de uma forma mais bem estruturada dentro do
552 Ministério para facilitar aos conselheiros. Nós estamos tratando disso para facilitar mais. Eu, de
553 antemão, peço mil desculpas aos senhores pelo que aconteceu. E para além disso também enquanto
554 Secretaria Nacional eu peço desculpas pela emissão das passagens, não foram nós que emitidos foi
555 o Gabinete, daí a razão que eu acho que tem que estar tudo concentrado porque a Secretaria está na
556 Senasp e aí é o Gabinete que emite as passagens, está errado isso. Tem que ter um órgão dentro da
557 Secretaria-Executiva e é essa Secretaria única que emite todas essas passagens dos conselheiros,
558 que terá o controle, é o administrativo. Então, a proposta é essa, estamos estudando isso nessa nova
559 reestruturação dentro do Ministério. Só peço aos senhores que tenham um pouco de paciência
560 porque nós mesmos, enquanto servidores do Ministério, temos passado por alguns problemas. Nós
561 temos que passar por uma estrutura agora inclusive porque teremos que desocupar dois (?) dentro
562 do Ministério da Justiça. Então, estamos ainda numa estruturação total. Estamos buscando construir
563 o Anexo III onde há o estacionamento ali atrás e aí nessa planta do Anexo III tem uma área só para
564 conselhos, mas tudo isso é planejamento. Peço desculpas. Como encaminhamento, eu sugiro que
565 tiremos uma nota oficial para colocar no site do Ministério da Justiça na página da Senasp e na
566 página do Conasp sobre a explicação da resolução e os passos a serem dados. Inclusive que as
567 entidades inscritas permanecerão as mesmas, que não será aberto mais nada, o processo é o mesmo,
568 só terá o dia de votação alterado. Essa nota oficial será assinada em conjunto por mim, Secretária
569 Nacional de Segurança Pública e pela comissão eleitoral. Vamos produzir essa nota, publica, para
570 que traga lisura; **E peço ao João Francisco que isso seja publicado na página do Governo**
571 **Federal já que é uma eleição de conselhos e nós temos a página dos conselhos no Governo**
572 **Federal. Daqui até lá, eu vou pedir para a assessoria do Gabinete da Senasp acompanhar o**
573 **processo junto à Infoseg que dá suporte à Secretaria-Executiva para que não tenhamos essa**
574 **falha. Peço também à Suelen que nós façamos entre este período de agora até o dia 11 um**
575 **teste de votação junto com a Comissão Eleitoral. Nós estaremos ainda em período de horário**
576 **de verão, que seja publicado que o horário é o horário de Brasília, portanto não é o horário**
577 **dos outros estados.** Mas aí temos que observar que o final também posterga uma hora, é como na
578 eleição normal. E eu enquanto conselheira eu acolho todos os argumentos e decisões dos senhores
579 como a correta porque eu também quero um processo transparente nisso.

580

581 **O Sr. André** – Bom-dia. Primeiro eu queria dizer que eu também estou de acordo com a decisão da
582 Comissão Eleitoral. A minha fala vai ser um pouco melancólica, acho que é um pouco o momento
583 de fazermos nossas lamentações justamente para podermos pensar diretrizes e redirecionamentos
584 para o próximo mandato. Acho que o que aconteceu durante o processo eleitoral e os
585 esclarecimentos que a Regina prestou aqui também corroboram, é uma espécie de ponta de um
586 iceberg, produto de uma série de desorganizações, de uma série de fragilidades em termos de
587 estrutura e aí eu queria manifestar duas lamentações. Primeiro me solidarizar com os colegas
588 conselheiros que foram à Plenária e não conseguiram votar. Acho que isso é uma frustração imensa,
589 tão grande quanto a dos outros colegas que foram votar e vão ter que votar novamente. E outra é
590 dizer que ainda que a decisão da Comissão Eleitoral tenha o horizonte da lisura, de fazer o processo
591 de maneira organizada possível, eu acho que não vai superar o desgaste já dado de ter que chamar
592 um novo processo inteiro, mas uma nova votação, isso vai pegar muitas entidades que participaram
593 dessa primeira votação num contrapé em termos dos seus cronogramas organizacionais, o mês de

594 janeiro para as entidades da sociedade civil complicado, muitas entidades ainda estarão no seu
595 recesso e vamos ter que acabar refazendo todas as articulações de novo que foi para todos que
596 participaram no processo em geral inverso grana articulação de novo, dizer que foi para todos que
597 participaram desse processo em geral foi um esforço grande de articulação, de conversas, de
598 construção; o que teremos que voltar a fazer. Isso já entra um pouco nas nossas reflexões para
599 discussão do relatório final. Acho que o desgaste está dado mesmo. Eu só queria manifestar o meu
600 apoio pela decisão da Comissão Eleitoral, seria leviano, eu como entidade porque teoricamente fui
601 eleito defender que não e manter esse processo, acho que não é justo com as outras entidades que
602 não votaram, mas queria registrar esse lamento e dizer que isso é um desgaste que vamos ter que
603 arcar porque isso seria uma espécie de fechamento de mandato e estamos fechando um pouco mal.
604

605 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança Pública –**
606 **presidente do Conselho) –** Com a fala do conselheiro tenho mais uma ideia que tem que ter
607 ponderada, eu acho que poderíamos pegar essa nota oficial e encaminhar pela Secretaria-Executiva
608 para todos que estão aptos a votar e a todos que concorrem à eleição também. Acho que temos que
609 ajudar as entidades a propagar o dia 11 de alguma forma. Nós não podemos minimizar isso. Eu
610 concordo com a Comissão Eleitoral que teremos que mudar para o dia da votação para dezembro,
611 mas temos que nos ater a data, isso não é só prejudicial para a sociedade civil, volto a dizer, as
612 entidades de trabalhadores também têm problemas nas férias. Eu consulto à Comissão Eleitoral se
613 teríamos condições ainda de fazer este ano. Temos até 30 de dezembro.
614

615 **O Sr. João Francisco –** Eu consulto como membro se o ministério tiver condições com o Infoseg
616 depois dessas melhorias no sistema que eles já sinalizaram que é viável, eu não vejo problema
617 nenhum ser realizada este ano mesmo.
618

619 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança Pública –**
620 **presidente do Conselho) –** Eu vou voltar para o Ministério no período da tarde, vou chamar o
621 pessoal do Infoseg, eles já sabem o que vocês pactuaram. O Alexandre estava presente. Mas
622 para fazermos isso, precisamos fazer um teste, temos que colocar uma página simulada para
623 as entidades testarem. Um dia aberto para simulação. Eu peço que este Conselho escolha a
624 data. Eu volto para lá e marco o teste. Eu concordo com o Marcos Rezende que temos que
625 fazer ainda este ano.
626

627 **O Sr. Vicente Antonio Mariano Ferraz (Conselho Nacional de Comandantes Gerais das**
628 **Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares – CNCG-PM/CBM) –** A decisão pelas
629 razões colocadas é não homologar e ter nova eleição. Nós tivemos dificuldade de estabelecer
630 dezembro e uma delas que é necessário pelo menos 3 encaminhamentos novos para a Rede Infoseg
631 para garantir que não repitamos os mesmos problemas. Se a Rede Infoseg garantir que vai ter no
632 sistema as entidades vão receber emails para confirmar o seu voto, uma listagem vai estar
633 disponível etc, podemos fazer entre o Natal e o Ano-Novo, ainda este ano.
634

635 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança Pública –**
636 **presidente do Conselho) –** E o dia 20 de dezembro? Até antes do Natal, já resolveria isso. Eu vou
637 lá instar o pessoal do Infoseg. Vocês poderiam tirar umas três datas aqui para mim, por favor, eu
638 vou pedir à Suelen para ligar para o Quadros e acelerar esse processo. Eu consulto à sociedade civil
639 o dia 20, por favor. Dia 20 pelo Infoseg tem condições.
640

641 **O Sr. Nilson Edemar Pfeifer (Federação dos Profissionais em Papiloscopia e Identificação –**
642 **FENAPPI) –** Eu gostaria de pedir um esclarecimento à Comissão Eleitoral se já foi publicado o

643 cancelamento dessas eleições e se haveria a possibilidade, por exemplo, de somente essas entidades
644 que tiveram essa dificuldade de fazerem o voto *a posteriori*.

645

646 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança Pública –**
647 **presidente do Conselho)** – Não, isso já foi esclarecido. É o seguinte, a eleição só altera o dia. E a
648 nota oficial sairá deste Conselho hoje após a publicação, não poderia nada ser publicado sem passar
649 pelo Plenário. Eu pergunto se está resolvido este ponto e calculo que podemos votar pelo voto da
650 Comissão.

651

652 **O Sr. Abelardo Camilo Bride (Associação dos Policiais Militares Estaduais do Brasil –**
653 **AMEBRASIL)** - Bom-dia, senhores. Eu faço só uma solicitação à Comissão Eleitoral é que não
654 pressione a equipe do Infoseg, só pergunte a eles qual a data mais viável, a mais próxima.

655

656 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança Pública –**
657 **presidente do Conselho)** – É dia 20, já consultei. E quem vai pressionar a Infoseg sou eu e não
658 vocês.

659

660 **O Sr. Abelardo Camilo Bride (Associação dos Policiais Militares Estaduais do Brasil –**
661 **AMEBRASIL)** - É porque se pressionar esse pessoal de TI acaba dando erro novamente.

662

663 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança Pública –**
664 **presidente do Conselho)** – Eu não só vou pressionar como eu me mantive, e todos sabem disso,
665 enquanto Secretária Nacional, a par desse processo como um todo porque achei que era o meu
666 papel. Eu não vou interferir em voto, em nada, mas, administrativamente eu vou pegar o processo
667 na minha mão. Eu vou pegar o funcionamento, no meu gabinete junto com a Suelen para que eu
668 acompanhe o funcionamento do Infoseg. O conselheiro Bride tem toda razão, o Conselho não pode
669 pressionar o Infoseg, eu, enquanto secretária Nacional, posso sim cobrar do Infoseg. Eu, de forma
670 alguma, Marcos, não quero interferir em composição de conselho ou quero interferir em qualquer
671 conduta enquanto conselheiros. Eu não faço isso, até mesmo quando vocês quiserem fazer qualquer
672 coisa contra esta presidência ou contra a Secretaria Nacional eu encaminharei, porque esse é o meu
673 papel.

674

675 **O Sr. Abelardo Camilo Bride (Associação dos Policiais Militares Estaduais do Brasil –**
676 **AMEBRASIL)** - Eu faço uma solicitação: a confirmação do voto não seja por email. O sistema no
677 momento que eu concluir o voto tem que confirmá-lo. Analisando o meu caso: eu fiz a votação,
678 acompanhei até o final, confirmei o meu voto, para mim eu teria votado. Pode ter sido um problema
679 de conexão no momento que eu apertei e que eu perdi, mas para mim já tinha votado. Então, o
680 sistema tem que nos garantir, na hora que eu confirmei meu voto, o sistema tem que dizer que o
681 voto foi computado. Com isso já vai resolver o problema.

682

683 **Sr. Elder Costa Santos (Fórum Nacional de Juventude Negra – FONAJUNE)** – Eu queria
684 concordar com a manutenção da eleição para este ano ainda, mas antes eu gostaria de pedir
685 desculpas pelo vacilo que dei não consegui votar porque 30 de novembro estava em atividade no
686 estado da Bahia e coloquei na agenda para o final da tarde, só que era horário de verão, e,
687 infelizmente, não pude votar. Então, eu queria pedir desculpas às entidades que prometemos votos e
688 ao mesmo tempo agradecer às entidades que votaram em nós e prometer que da próxima vamos
689 conseguir votar.

690

691 **O Sr. Marcos Fábio Rezende Correia (Coletivo de Entidades Negras)** – Primeiro eu gostaria de
692 parabenizar a decisão, não só à Comissão Eleitoral, como nossa, conjunta, que não teve nenhuma

693 manifestação contrária que mostra o nosso respeito ao que foi colocado aqui e a seriedade do que se
 694 trata. A nossa preocupação com o sistema é que, Regina, mesmo administrativamente querendo
 695 tocar o sistema, eu não confio em sistemas assim como esse, só o sistema. Hoje tem muita
 696 modernidade, mas não tem muita segurança com modernidade. Então, eu acho que além desse
 697 sistema, deveríamos pensar numa forma mais simples que seria votar no dia e mandar por sedex.
 698 Não ficar só nesse sistema e depois acontecer de novo. Eu estou falando isso porque se acontecer de
 699 novo vai ser um fiasco. Terá um dia de testes. A gente vê muitos dias de testes de urna eletrônica e
 700 no dia dá algum tipo de problema. Estou dizendo isso para pensarmos num outro plano, no plano b
 701 para que caso a urna não confirme o voto, será possível mandar também por email.

702

703 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança Pública –**
 704 **presidente do Conselho)** – Eu vou além, uma coisa não exclui a outra.

705

706 **O Sr. Jânio Bosco Gandra (Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais Civis –**
 707 **COBRAPOL)** – Eu estou completamente concordando com ele, eu levantei até antes de você que
 708 dada a essa problemática que temos do prazo, a proposta para nós seria cinco dias úteis, nós
 709 deveríamos comunicar que todos mandam por sedex. No correio, existe a possibilidade de enviar a
 710 carta já selada, o Ministério manda a todos os candidatos e ele só vai lá e deposita no correio.

711

712 **O Sr. João Francisco** – A possibilidade de termos uma ou duas alternativas também terá que ficar
 713 aqui pactuado que será mantido e garantido o sigilo do voto. Marcos, estou dizendo isso porque já
 714 tivemos sinalizações de pedidos de votação. Agora este Plenário tem que deliberar que, embora
 715 tenha essa possibilidade de alternativas para o voto que isso seja já pactuado, ficar restrito à
 716 Comissão eleitoral, talvez fiscais, para manter o sigilo do voto.

717

718 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança Pública –**
 719 **presidente do Conselho)** – O Plenário é soberano, não é problema nenhum, pode ser feito isso,
 720 mas, inclusive, com a republicação porque foi publicado com as normas de votação, como seria o
 721 processo. Então, nós vamos ter que ao emitir a nota oficial colocar os esclarecimentos e aí tem outra
 722 ponderação a ser feita: uma coisa não exclui a outra, mas só vale um voto. Então, tem que observar
 723 isso, quem votou por meio eletrônico prejudica o voto porque a pessoa pode ter voto divergente. É
 724 nulo, eu sei, mas é pior. Então, a minha proposta é que a Comissão Eleitoral vá para uma sala, se
 725 reúne, traz para o Plenário, votamos e soltamos a nota oficial. Eu concordo com o Marcos
 726 plenamente, não temos que correr um segundo risco. Eu não posso dizer que foi só a Infoseg a
 727 culpada porque o que o Brite disse está certo. Eu estava em Santa Catarina e não conseguíamos
 728 acessar nada lá. Então, a Comissão se reúne, traz para cá, vejam a data.

729

730 **O Sr. Jânio Bosco Gandra (Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais Civis –**
 731 **COBRAPOL)** – Eu queria concluir minha fala. A minha proposta seria fazer exatamente a eleição
 732 unicamente da forma que iremos propor: A Comissão tem condições de saber o endereço de cada
 733 eleitor e candidato? Certo. Então, esse é um problema já sanado. A Comissão tem condição de fazer
 734 as cédulas e encaminhar para esses respectivos eleitores e candidatos? Tem, então ótimo. Terceiro
 735 ponto: a carta-resposta a comissão vai encaminhar e ele vai encaminhar sem nome, então não vai ter
 736 como identificar quem votou em quem. Aí acaba com Infoseg. Até nos Estados Unidos a votação é
 737 simples, no papel. Nós somos poucos eleitores, só fôssemos milhares. Essa é a proposta para o
 738 pleno, nada de internet.

739

740 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança Pública –**
 741 **presidente do Conselho)** – Eu creio que é unânime, temos que encontrar a fórmula. Mas todos os
 742 conselheiros acatam que nós temos um segundo modo ou mudar o modo de votação. A proposta do

743 conselheiro Marcos é unânime, é isso. Então, vamos começar a discutir o como. Tem a proposta do
744 Gandra, já conhecemos.

745

746 **O Sr. Marcos Dias dos Santos (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais -**
747 **FENAPRF)** – Já discutindo então os encaminhamentos, eu sou contra essa proposta de apenas o
748 voto no papel, de abandonar o meio eletrônico. Temos dificuldades com o meio eletrônico, mas ele
749 veio, está lá, me ajudou muito, na sala de embarque eu consegui registrar o meu voto. Então, a
750 despeito de tudo, nesse caso me ajudou. O sistema eletrônico veio para ficar, o Brasil é exemplo
751 nisso. Nós precisamos priorizar isso, nos exercitarmos, corrigir os problemas que tivemos, mas
752 manter o meio eletrônico, fazendo concomitantemente com o papel porque nos casos que der
753 problemas esse voto vai ser computado, se não deu problema não vai nem aberta aquela carta. Essa
754 é a proposta do conselheiro Marcos Dias e é a proposta que Fenaprf apoia.

755

756 **João Francisoc** – O fato é que a Comissão precisa sentar antes até mesmo para trazer propostas
757 para vocês para saber as possibilidades, por exemplo, se mantivermos a rede eletrônica
758 informatizada e a confirmação também por meio sedex ou qualquer outro meio, a rede
759 informatizada nesse formato atual você não consegue identificar quem votou, enquanto que no
760 sedex sim, o que pode acontecer é, por exemplo, hoje, no formato atual, eu posso votar em uma
761 entidade e encaminhar outra lista diferente porque o formato atual, é por isso que precisamos
762 conversar com o pessoal do Infoseg as possibilidades até mesmo para trazer sugestões para vocês.
763 Precisamos saber o que é viável, o que já está certo é que teremos alternativas. Agora, as propostas
764 alternativas precisamos conversar com a Infoseg para saber a viabilidade, mantendo sempre a
765 isonomia e o sigilo do voto.

766

767 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança Pública –**
768 **presidente do Conselho)** – Eu consulto à Comissão Eleitoral se o responsável pela Infoseg
769 estiver aqui por volta de duas horas se os senhores estarão aptos a uma reunião com ele
770 porque aí fecha isso. Ele acabou de ligar dizendo que no dia 17 tem condições de entregar pronto o
771 sistema. Eu acho que temos que ter o plano a e o plano b. E para o Infoseg, como tem o recesso de
772 final de ano, eles preferem que seja este ano mesmo.

773

774 **O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio)** – Só para reforçar aqui a proposta do Marcos, é
775 bem razoável trabalharmos com as duas possibilidades. O que vale é a votação eletrônica, dando
776 problemas, consulta a votação no papel, confirmado o voto, nem abre lá o papel e pronto.

777

778 **O Sr. Jânio Bosco Gandra (Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais Cíveis –**
779 **COBRAPOL)** – A minha dúvida, Tião, é como nós vamos proceder caso haja problema, vamos
780 supor que teremos problemas com 10% dos votos no meio eletrônico. Então, vai proceder a abertura
781 das cartas. Como conseguirmos aferir se aquele voto é o mesmo, ou ele duplicou, ou ele votou? Nós
782 vamos votar em 9, por exemplo, nós vamos votar em 6, eu voto no Infoseg em 6 e depois eu alterno
783 meu voto porque as candidaturas são maiores a concorrência, eu posso votar na Viva Rio e em outra
784 entidade, alternativamente. Eu acho complicado. É preciso que o Infoseg diga, temos que esperar
785 mesmo que ele venha até aqui para não ficarmos conjecturando. Eu não estou entendendo. É
786 possível identificar quem votou e não em quem votou, se eles disserem isso eu retiro a nossa
787 proposta, caso contrário está mantido para votar, por mais que sejamos derrotados.

788

789 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança Pública –**
790 **presidente do Conselho)** – Se teve uma falha sequer no meio eletrônico já abandona e já passa para
791 a computação manual. Por exemplo, faríamos as cédulas e encaminharíamos, faz o voto eletrônico,

792 se der problema, não confirmou ou teve qualquer problema, a Comissão eleitoral já de pronto já tem
793 autorização para abandonar o meio eletrônico e passar para a contagem manual.

794

795 **O Sr. Marcos Dias dos Santos (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais -**
796 **FENAPRF)** – A proposta como foi falada não foi bem essa que eu estava apoiando para
797 encaminhamento. O nosso encaminhamento é para aquele voto que não foi computado o registro no
798 sistema é que abra então a carta correspondente. E não que se desconsidere toda a votação
799 eletrônica.

800

801 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança Pública –**
802 **presidente do Conselho)** – Como manteremos o anonimato? Se eu sei que a entidade não votou e
803 eu abrir a carta eu saberei o voto da entidade.

804

805 **O Sr. Abelardo Camilo Bride (Associação dos Policiais Militares Estaduais do Brasil –**
806 **AMEBRASIL)** - Eu fazer a seguinte sugestão: mantém-se no dia, apoiando a fala da secretária, a
807 votação eletrônica. Deu problema na votação eletrônica, vamos para a votação manual. Eu faço
808 parte de uma associação lá no meu estado e a votação dá muito certo: A comissão manda para cada
809 entidade uma cédula; um envelope em branco e um envelope já endereçado para a Comissão
810 Eleitoral os dados de quem vota pelo lado de fora. A minha responsabilidade é pegar esses
811 envelopes, lacrar o envelope em branco, colocar dentro do envelope da comissão, colocar isso
812 dentro de um sedex 10 e despacho para a comissão o número rastreador do meu envelope. A
813 comissão vai receber esse voto. E se apura o voto manual. Não mistura a votação eletrônica com
814 votação no papel. O envelope de fora está dizendo que a instituição tal votou e o voto está no
815 envelope branco que vai para a urna. Depois de estarem todos conferidos lá dentro é que vai abrir o
816 envelope branco. Não vai saber de quem é o voto.

817

818 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança Pública –**
819 **presidente do Conselho)** – Por isso eu falei que tem que anular a eletrônica e passar para a manual,
820 se tiver problema porque senão vai saber o voto.

821

822 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de Segurança**
823 **Pública)** – Pessoal, é só uma informação. Eu não sei se ficou claro a todos uma das mudanças que
824 eu achei mais importante no Infoseg. Quem estava lá no dia percebeu que nós deixávamos uma tela
825 projetando que aparecia o número de entidades que tinham votado. Agora vai aparecer quais foram
826 as entidades que votaram, o nome da pessoa que votou e o número de entidade que votou. Então,
827 por exemplo, se o Tião sentar, votar e o nome dele não aparecer lá, ele não votou e vamos avisá-lo
828 que o voto não fora computado. Nós vamos conseguir muito mais rápido, e durante a assembleia
829 eleitoral identificar algum problema na votação de alguma pessoa. Isso já está previsto no sistema
830 que vai facilitar muito o acompanhamento nosso para ver se está funcionando e também o plano B.

831

832 **O Sr. Márcio da Silveira Marins (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais,**
833 **Travestis e Transexuais – ABGLT)** – Só um complemento para não confundir. Escrevendo o
834 novo edital, ficar atento lá para o tempo de postagem. Até porque eu posso ficar até 5 da tarde
835 tentando votar pelo computador e se eu não conseguir eu não terei tempo de ir ao correio.

836

837 **O Sr. Heder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças Militares**
838 **Estaduais. ANASPR)** – Se prevalecer, principalmente, para a Comissão Eleitoral, o voto
839 eletrônico eu gostaria de receber a confirmação por email diferentemente do que o conselheiro
840 Bride disse que não seria necessário porque se eu votei, estava presente, confirmou e não computou
841 o voto. Então, se aparecer lá “parabéns você votou” só vai ajudar, não tinha isso escrito. Então, eu

842 receber por email é fundamental para eu ter a informação porque eu recebi a senha 3 vezes e ela foi
843 bloqueada. A outra questão que evidentemente fica prejudicada, mas eu deixo aqui para pensar é
844 que a entidade da qual faço parte em Minas Gerais, a Anaspra, nós utilizamos a urna eletrônica do
845 TRE para votar. São cadastrados os diretores, as chapas e isso tem um custo que é a necessidade de,
846 eventualmente, vir a Brasília. Isso prejudica sobremaneira algumas entidades e da sociedade civil
847 principalmente que não dispõe de recursos, mas é algo que nunca tivemos problema. Lá eu cadastro
848 os eleitores e pronto. É uma reflexão utilizar a urna do TRE porque isso não dá problema. E pela
849 Anaspra nós já discutimos todas essas questões de rede, a sugestão para encaminhamento é que a
850 votação se dê por meio de cédulas que serão enviadas, postadas, que dispensem a Infoseg, a
851 Comissão Eleitoral rubrica as cédulas com módulos de segurança e tem um prazo. Eu recebo as
852 cédulas e posto no correio no prazo estipulado. É o que Bride disse, é a votação num envelope
853 branco, dentro do envelope identificado que a entidade votou e dispensa a votação eletrônica. Essa é
854 a minha proposta.

855

856 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público)** – Bom-dia a
857 todos. **Do ponto de vista procedimental se houver alteração da forma como será feita a**
858 **votação vai ter que ser alterado o edital e ser publicado.** Talvez seja importante tirar cópia do
859 edital porque se for realmente para mudar vamos ter que aprovar novamente essas novas regras. E
860 estas terão que ser publicadas. Se não for para alterar o edital o procedimento será mais
861 simplificado. Então, basicamente, procedimentalmente, vamos ter que fazer isso, até porque essas
862 regras, como vai ser feita a votação atinge diretamente o interesse das entidades. Se isso não estiver
863 claramente estabelecido dentro de um processo formal e normativo, as pessoas vão tentar anular na
864 via judicial essa nova eleição. Se é para mudar a regra, então temos que nos debruçar sobre o texto
865 do edital aprovado e dizer o que vamos alterar. A segunda colocação que eu gostaria de fazer,
866 divergindo um pouco da presidência, a responsabilidade administrativa da Senasp por este processo
867 já existia, não vai ser assumida agora, a Senasp como a presidente do Conasp é responsável
868 administrativamente por tudo que ocorre de bom e de ruim aqui do Conasp.

869

870 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança Pública –**
871 **Presidente do CONASP)** – Eu não me eximi de responsabilidade em momento algum.

872

873 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público)** – Mas,
874 aparentemente a colocação parecia assim: “Agora eu estou assumindo a responsabilidade pelo
875 processo que vai sair agora”. Não é isso. E aqui o que ocorreu com essa eleição simboliza
876 basicamente um processo de desconstrução deste Conasp. Isso é claro e evidente.

877

878 André – **Mais algumas ponderações no sentido do como. Mais do que opinar se vai ser digital**
879 **ou manual, nos dois casos têm que ter metodologias bem definidas para funcionar.** O primeiro
880 ponto eu acho que conjugar os dois não é uma boa proposta. Ainda que as coisas tenham que dar
881 certo de primeira tenham que ter redundância, essa ideia de criando redundância cria-se segurança,
882 como processo eleitoral acaba fragilizando porque se tem duas fontes de emissão, são mais duas
883 maneiras de o cara dizer que o voto dele não deu certo e tal. O importante é que os dois métodos
884 sejam claros e detalhados no edital e que fique claro ao eleitor a maneira de votar. Isso é
885 fundamental, independentemente se eletrônico ou não. Entrando na minúcia do que aconteceu, eu
886 estava aqui na Plenária e o problema maior não foi o fato de algumas entidades não terem votado,
887 foi o fato de que as entidades que estavam na Plenária não terem votado, quer dizer, terem achado
888 que tinham votado e não tinham. Também o que acontece lá na ponta tem limites para acompanhar.
889 Não necessariamente vamos garantir que todo colégio vote. Não é disso que está tratando porque
890 senão vamos ter que invalidar o processo toda vez que uma ou duas entidades não votarem. O que
891 aconteceu na Plenária em relação ao Infoseg é que tinha uma funcionalidade básica assim, depois

892 que apertava para enviar o voto, abria-se um pop up, uma tela em cima da outra que tinha um botão
893 de confirmação embaixo, só que ele não tinha barra de rolagem. Então, não se via o botão de
894 confirmação embaixo, via-se aquela tela lá parada e você achava que tinha votado. Suponho que
895 tenha sido isso que aconteceu com os conselheiros que estavam na Plenária e que não votaram.
896 Então, esse esforço de manter o Infoseg é fundamental que isso seja revisto e corrigido junto com a
897 equipe. Outro problema que também é delicado, a questão de segurança, não sei como isso se
898 resolve em termos técnicos, é que essa questão de validar o computador e nem todo computador
899 conseguia ser validado, isso também foi uma dificuldade. Mas, o principal foi essa bobeira que era
900 um tela que abria para olhar lista de votação e você não viu o botão que tinha que confirmar e aí
901 achava que já tinha votado. Então, tem que ter redundância é no processo de confirmação. Tem que
902 aparecer na tela e vir por email um recibo que foi enviado.

903

904 **O Sr. Benedito Domingos Mariano (Conselho Nacional de Secretários e Gestores Municipais**
905 **de Segurança Pública)** – Na verdade, essa questão toda aí foi a partir da provocação do Marcos
906 Rezende de ter um plano b. A forma, eu acho que não é uma decisão da comissão, nós podemos
907 aprovar em Plenário aqui, como já decidimos aqui fazer este ano e não ano que vem a nova eleição.
908 **A minha sugestão é que a eleição seja eletrônica, com essas referências que já foram colocadas**
909 **aqui. Quando eu voto sai no computador a confirmação, se eu quiser imprimi-lo que teria**
910 **condições. Então, essas questões de certa maneira o Infoseg diz que é possível, até o dia 20,**
911 **garantir tudo isso.** Garantindo tudo isso e ainda eventualmente ter um problema eletrônico, você
912 tem possibilidade de votar com cédula que já está pronta. Mas a cédula não é a regra. **Eu concordo**
913 **com o André, ter dois procedimentos não é recomendável,** pode dar mais confusão do que
914 solução. Então, a eleição é eletrônica, vamos facilitar o voto, mandar aquele vídeo dizendo como
915 faz, treinamento, e garantir essa transparência após a votação ser confirmado o voto. Deu problema?
916 Teremos cédulas prontas para mandar para a entidade por email e tal. Mais como exceção e não
917 como regra. Essa é a sugestão. O plano B é só exceção à regra e o voto ser eletrônico. Não sei se
918 conseguimos trabalhar um consenso disso aqui.

919

920 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Rede Desarma Brasil)** – Eu tinha pedido a palavra, o voto
921 eletrônico como o Mariano disse, é o voto que mantém o sigilo, mas eu quero dizer a vocês que eu
922 tentei receber a senha e não a recebi. E quando recebi levei quase uma hora com ajuda do
923 coordenador do processo, que tentava um e outro meio. Eu vou dizer uma coisa, se queremos o voto
924 eletrônico, se o Conselho Nacional quer um processo mais limpo possível de articulação como foi
925 feito, eu gastei do meu bolso passagem, hospedagem para estar aqui. Eu acho que quando se quer
926 limpo é que todos os votantes estejam aqui na articulação e que se possa fazer um processo
927 democrático como foi, porque se nós despendêssemos o dinheiro para fazer a construção da nossa
928 cidadania, **eu peço ao Ministério da Justiça que traga todos os votantes e que tenhamos um**
929 **processo aqui.**

930

931 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança Pública –**
932 **Presidente do CONASP)** – **Ministério da Justiça já responde de antemão: eu não tenho**
933 **recursos próprios para isso.**

934

935 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Rede Desarma Brasil)** – Pois eu digo que não tenho
936 confiança nesse sistema eletrônico da impossibilidade técnica de ter a qualidade para que eu receba
937 no mesmo momento a confirmação. Vejam bem, estamos aqui e somos devotados à causa,
938 passamos o dia inteiro para poder votar e temos um dia de trabalho lá, quantos dias de trabalho e de
939 articulação para que o voto seja computado, porque a Infoseg lá no meu estado não funciona.
940 Temos que ir para um processo que seja o mais fácil e não o mais complicado.

941

942 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança Pública –**
 943 **Presidente do CONASP)** – Eu gostaria de fazer alguns esclarecimentos. Nós não podemos em
 944 hipótese alguma dizer que o meio eletrônico não é satisfatório porque não poderíamos nem
 945 estarmos sentados todos aqui porque fomos votados por forma eletrônica no voto anterior. Então,
 946 temos que buscar uma compatibilização nisso. **Os senhores foram votados de forma legítima,**
 947 **transparente e não deu problema. Temos que partir para o avanço. E este é manter o plano B**
 948 **sim como o Marcos Rezende disse por que tudo mundo pode ter problema, a qualquer**
 949 **momento.** Existe inclusive no processo eleitoral o TRE mantém urna a parte porque até lá pode ter
 950 problema. o que não pode acontecer é uma segunda anulação de eleição, porque aí é a
 951 desmoralização. Agora o problema constado também não é solução simples. Acho que devemos
 952 encerrar essa discussão porque já foi debatido altamente, a Comissão Eleitoral tem sim que se
 953 reunir, deve-se ater a tudo que for legal para que seja republicado, já foi falado aqui, eu acho que
 954 estamos num horário muito bom, deveríamos encerrar e voltar às duas horas impreterivelmente,
 955 **mas me sinto muito à vontade de pedir aos senhores para passar a palavra que não estarei**
 956 **aqui hoje e nem amanhã. Eu agradeço a todos os senhores este ano, agradeço a colaboração**
 957 **dos senhores, peço desculpas por algum posicionamento, acho que é normal num processo**
 958 **democrático, me sinto muito à vontade de dizer que esse conjunto de pessoas tem ajudado por**
 959 **demais, até mesmo com as críticas e isso tem sido satisfatório dentro da Secretaria Nacional**
 960 **de Segurança Pública.** Agora, digo aos senhores o seguinte: eu sempre tive um posicionamento de
 961 ouvir a todos, acho que isso vai continuar sendo meu posicionamento, mas de forma alguma eu
 962 nunca conscientemente eu quis enfraquecer este colegiado, seria uma insanidade da minha parte,
 963 aquele colegiado que eu ajudei a criar desde o primeiro momento, eu não cheguei aqui porque fui
 964 indicada, nós viemos para cá juntos, e muitos dos conselheiros que aqui estão ajudaram a construir a
 965 história deste Conselho e aqueles que não têm a sua instituição por trás disso que também ajudaram
 966 que pode não ser a pessoa física que está aqui, mas a instituição construiu isso por anos e anos,
 967 construiu a história da segurança pública deste País porque não estamos aqui de graça, todos nós
 968 que aqui estamos e digo uma coisa aos senhores: se há uma coisa que não admito em hipótese
 969 alguma é que eu seja taxada de irresponsável. Uma das coisas que eu mais tenho comigo é o meu
 970 dever enquanto servidora pública, desde o horário dos meus compromissos porque nunca chego
 971 atrasada até a prestação de contas de erário e tudo mais. Então, **eu só peço aos senhores podem**
 972 **fazer a crítica que quiserem dentro da técnica e dentro da segurança pública, mas se essa**
 973 **crítica passar para o âmbito pessoal, eu vou tomar as minhas providências.** O meu muito
 974 obrigada.

975

976 **O Sr. Marcos Fábio Rezende Correia (Coletivo de Entidades Negras)** – Então, Regina, já que
 977 você não vem à tarde e amanhã, eu acho que não podemos confundir as questões pessoais com as
 978 institucionais. Então, o meu respeito à figura ou a pessoa Regina Miki eu vou ter sempre, porque é
 979 assim que devem ser as normas e as relações pessoais. Entretanto, eu acho que a condução da
 980 Secretária Nacional de Segurança Pública deste Conselho me deixou muito frustrado. Eu esperava
 981 muito mais da secretária. No processo de construção do Conasp, nós acreditamos muito que durante
 982 aquele processo na conferência na sua primeira gestão, para nós inclusive pudesse ser muito mais
 983 interessante o conselho sem estar no Gabinete do Ministro porque você nos convenceu através de
 984 suas ações, mesmo quando nós tivemos alguns atritos inclusive do que era possível fazer.
 985 **Entretanto, nesta gestão, eu acho que faltou zelo, e não estou falando aqui da coisa pública,**
 986 **zelo pelo Conselho, zelo pelas nossas lutas, zelo pelas nossas pautas, zelo por tentar incorporá-**
 987 **las no cotidiano do Ministério, zelo por entender que o estávamos tentando aqui era**
 988 **justamente de elementos que iriam fazer um Brasil melhor na área de segurança pública.** E é
 989 por conta desses elementos e outros diversos, porque também não podemos dizer que aqui existe
 990 um super Conselho que resolveria tudo, mas é que nós entendemos, por exemplo, em Salvador
 991 temos um aumento na Bahia de 8 anos de 300% de homicídios de jovens negros. De uma pauta que

992 aprovamos aqui no ano passado, de uma resolução que queríamos fazer um debate sobre isso e
993 nunca tivemos sequer uma reunião sobre isso. Encaminhamos aqui depois da discussão para o Plano
994 Juventude Viva e nós estamos lá aguardando lá uma tomada mais ampla do que vai acontecer,
995 acreditamos no plano, mas falta um ano e meio, dois anos de governo e a próxima reunião
996 presencial do Juventude Viva é daqui a 6 meses. Então, a minha análise é que o conselho precisa
997 sim, e a crise dessa eleição também é prova da crise deste Conselho. **Eu entendo quando o Marcos**
998 **Costa diz que faltou cuidado porque tínhamos na outra eleição 10, 12 pessoas trabalhado para**
999 **que ela fosse realizada de forma tranquila, e nessa tivemos duas ou três. Então, o**
1000 **esvaziamento e a sobrecarga causam também desgaste e mal-estar. E aí não estou procurando**
1001 **dizer que a culpada de tudo é a Regina, mas eu acho que a Regina** que conhecemos que fala se
1002 vier como questão pessoal vai para cima, essa mesma Regina é a que nós confiamos e que pudesse
1003 dizer: “Por este Conselho eu mato e morro porque é meu filho e estou no meio disso”, é isso
1004 também que queríamos. Então, boa parte das nossas angústias é cobrando a quem confiamos que
1005 tivesse por nós talvez um tempo. Então, essa é a deixa que faço e, ao mesmo tempo, digo que nós
1006 conselheiros temos que também, de outro lado, entender que independentemente de concordar ou
1007 discordar da forma como o **Ministério tenha conduzido nossas ações há muito tempo eu falava**
1008 **que nós precisávamos ter posicionamento político e nós ainda não conseguimos durante muito**
1009 **tempo entender isso.** Por quê? **Porque fica aqui uma briga corporativista e não é isso, se não**
1010 **pararmos de colocar as nossas pequenas demandas como as demandas principais e entender**
1011 **que os debates aqui passam ao largo da construção de uma sociedade brasileira que preze por**
1012 **uma segurança pública diferenciada nós vamos continuar na próxima gestão a mesma coisa.**
1013 Nós vamos passar um ano discutindo a conferência e depois veremos que não serviu de nada,
1014 nenhuma diretriz, nada de nada. Então, vamos ter mais responsabilidade nós mesmos com a nossa
1015 luta, porque se a luta não der para ser nas salas que a façamos nas ruas, que façamos documentos
1016 porque é assim que a luta política se deflagra. É isso que temos que ter coragem para fazer,
1017 independentemente das nossas corporações e entidades e dos cargos que almejamos muitas vezes e
1018 que nos silenciam frente às responsabilidades que temos que ter.

1019

1020 **O Sr. Marcos Dias dos Santos (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais –**
1021 **FENAPRF) –** Eu quero dizer que o Marcos Rezende traduziu nosso pensamento e da nossa
1022 Federação. E às vezes somos mais contundentes nas nossas palavras na ausência da doutora Regina
1023 Miki mas, é **por falta dessa ausência mesmo de diálogo, nós sentimos desprestigiados como**
1024 **Conselho no âmbito de todo Ministério da Justiça com essas ausências. Deixamos de fazer**
1025 **reuniões itinerantes justamente para facilitar a presença tanto da secretária quanto do**
1026 **ministro ou alguém do gabinete. E é tão importante essa presença porque hoje mesmo eu seria**
1027 **muito crítico de todo esse processo eleitoral se não houvesse essa explicação, eu me sinto**
1028 **contemplado com que foi apresentado, as justificativas, os problemas operacionais do sistema,**
1029 **mas, Regina, você esteve aqui e explicou, deu essa prestação de contas que é tão importante a**
1030 **todo servidor público. Por isso me sinto contemplado na fala do Marcos Rezende, queremos**
1031 **essa Regina Miki guerreira, defendendo este filho que ela teve muita participação na sua**
1032 **geração, que é o Conasp.**

1033

1034 **O Sr. Jânio Bosco Gandra (Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais Cíveis –**
1035 **COBRAPOL) –** Só quero dizer ao nosso companheiro Marcos Rezende que, infelizmente, talvez
1036 até motivou mudar minha fala porque este Conselho é composto por entidades de trabalhadores e da
1037 sociedade civil organizada e também de gestores, com interesses, é claro, na suas respectivas
1038 instituições. Eu quero perguntar aqui para alguém da sociedade civil, por exemplo, você está aqui
1039 porque você está representando uma entidade. O que a sua entidade tem como princípio básico para
1040 estar aqui neste Conselho? Vai ser corporativo, ou vai ser ideológico, político-partidário ou vai ser
1041 uma coisa pessoal de cada um? Porque a Cobrapol, enquanto entidade, eu posso colocar aqui um

1042 PhD formado em Harvard e tal, eu tenho possibilidade de fazê-lo. Sabe por que não fazemos isso e
 1043 colocou uma pessoa que nem pós-graduada eu sou? Porque é necessário sim pela primeira vez a
 1044 coragem que teve o presidente Lula e o ministro Tasso de abrir essa possibilidade nunca jamais
 1045 vista no nosso País onde nós estamos sentados, capengando sim, aí eu concordo com você por
 1046 outras razões que você mesmo disse, eu concordo em parte, mas como poderíamos estar aqui
 1047 sentados e não estamos aqui para defender a nossa entidade? Muitas vezes eu voto e falo aqui
 1048 contrariado porque eu enquanto pessoa, Gandra, também penso em algo macro, mas não podemos
 1049 chegar ao macro se nós estamos aqui representando uma entidade. A secretária, por exemplo, teve
 1050 um papel fundamental juntamente com o Alberto Kopittke, quer dizer, e você estava presente
 1051 conosco, começou uma história diferente, começou um marco que nós, é claro, ficamos cheio de
 1052 ansiedades, ficamos ansiosos sim porque era a primeira vez que nós trabalhadores sentávamos num
 1053 Conselho de Segurança Pública criado pelo Governo Fernando Henrique que era apenas de uma
 1054 classe de delegados de polícia que ficavam dizendo quem iria passar recursos para A ou B. Isso não
 1055 podemos abrir mão, temos que ser sim corporativos no nosso discurso. E cada uma terá que fazer
 1056 suas defesas. **Se o senhor Marcos Rezende quiser abrir mão de defesa dos princípios da**
 1057 **entidade é um direito, mas nós não podemos enquanto nossa entidade abrir mão da defesa da**
 1058 **categoria Polícia Civil do Brasil.** Era isso que eu queria dizer.

1059
 1060 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil)** – Eu queria saber
 1061 quem está com a palavra, o Tião disse que vai esperar a secretária.

1062
 1063 **O Sr. Pedro Paulo Bicalho (Conselho Federal de Psicologia)** – É só uma sugestão, eu acho que
 1064 está cedo para encerrarmos a reunião, caso tenhamos entendimento que a pauta da manhã foi
 1065 esgotada, eu queria fazer a proposta de começarmos a discutir a PEC 33 ainda neste horário para
 1066 aproveitar o fato de que ainda está cedo.

1067
 1068 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil)** – Eu e conselheiro
 1069 Héder estivemos no Interconselho e lá nós participamos do grupo de trabalho dos outros conselhos.
 1070 E quando participamos do Conselho de Saúde, nós dizemos como o Conselho Nacional de
 1071 Segurança Pública está um pouquinho avançado, mas que achamos que precisa melhoria. A
 1072 dificuldade dos outros conselhos era tamanha que nos sentimos o melhor dos conselhos. A maioria
 1073 dos conselhos não delibera, só fazem sugestões. Eu queria trazer isso, não estou querendo com isso
 1074 ganhar votos, mas eu tenho dever de dizer que o que vi no Interconselho, o nosso está em melhores
 1075 condições.

1076
 1077 **O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio) -** Eu queria dizer que eu também vejo o Conselho
 1078 a partir dessa importância que o Marcos Rezende colocou e que a gente só se expressa da maneira
 1079 que temos nos expressado aqui porque há uma intenção verdadeira de que as coisas de fato
 1080 aconteçam. Não estamos aqui brincando. Quando há cobranças à secretária, ela vem no melhor
 1081 sentido, pelo menos da nossa parte, porque não é uma cobrança no sentido pessoal, é uma cobrança
 1082 de quem está jogando junto. Eu tenho certeza que algumas coisas poderiam ser um pouco melhores.
 1083 Vou dar aqui um exemplo, eu acho que o que temos aqui no Conselho é tão rico, as entidades, os
 1084 quadros políticos, os articuladores nos estados e nas suas regiões poderiam ser mais bem usados
 1085 pela segurança pública no País, pelo ministro, pelo governo. Vou pegar aqui o caso de 300% na
 1086 Bahia. **Seria fundamental a secretária, presidente do Conselho, de braços dados com o pessoal**
 1087 **da Bahia, ir conversar com o governador e buscar alternativas, dizer na imprensa que o**
 1088 **Conselho está preocupado com essa situação, assim como São Paulo, quer dizer, usar mais**
 1089 **essa riqueza que o Conselho tem nas coisas na pauta efetiva de Segurança Pública do País, eu**
 1090 **acho que esse desafio temos que avançar, aproximar as entidades a este Conselho com coisas**
 1091 **práticas e objetivas talvez fortaleça mais ainda este Conselho que começa a amadurecer, a**

1092 **ganhar um pouco mais que gostaríamos que ganhasse.** A minha fala vem mais no desejo de
1093 aproveitar essa riqueza que o Conselho tem porque quando não praticamos, abrimos espaços para
1094 discussões vazias.

1095

1096 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público – Estamos**
1097 **num momento de avaliação desse biênio. Eu acho que o relatório, mas do que um relatório final ele**
1098 **tem que dar uma mensagem muito clara do que este Conselho entende sobre a política nacional de**
1099 **segurança pública, sobre o próprio Conasp, sobre o papel da Senasp no Conasp. Eu fico muito à**
1100 **vontade porque ali quem está representando o papel da presidente é o governo e o governo está num**
1101 **ambiente de controle social. Este é um ambiente de controle social que o governo chamou a**
1102 **sociedade civil e segmentos e disse que iria bancar isso, o controle social na área de segurança**
1103 **pública. E não há controle social sem cobranças e sem críticas.** Não adianta esses arroubos de
1104 Regina dizendo que vai tomar as providências, podem ser tomadas todas as providências, todo
1105 mundo aqui é responsável, mas a democracia e essa democracia que nós queremos construir na área
1106 de segurança pública é feita de cobranças, o governo não se mexe sem cobranças e esse governo foi
1107 à sociedade civil e aos trabalhadores dizendo: “Eu quero ser controlado socialmente”. Mais de uma
1108 vez nós já falamos que este Conasp com as pessoas e entidades que aqui estão estavam abertos a
1109 construir com a Senasp, com o Ministério da Justiça e com a presidência uma realidade melhor para
1110 a área de segurança pública. Dois anos se passaram, fora um ano da composição provisória, porque
1111 aquilo aparentemente explicava por que talvez não tivéssemos muitos resultados, mas quando
1112 viesse a composição definitiva talvez fosse outra circunstância, dois anos, e o que mudou? No meu
1113 entendimento **é que a presidência perdeu a oportunidade de liderar porque a liderança é um**
1114 **processo de legitimidade que se constrói não pelo poder, não pela autoridade, mas pelo**
1115 **reconhecimento de quem está naquela posição governamental está construindo em conjunto**
1116 **com os segmentos que são atingidos por uma política pública uma melhor realidade para este**
1117 **País.** Continuamos com 50 mil homicídios por ano, cem mil homicídios neste biênio, um projeto-
1118 piloto sobre homicídios em Maceió. Há Política Nacional de segurança pública? Então, é
1119 importante que nesta data nós possamos refletir sobre qual mensagem queremos deixar para a
1120 próxima composição.

1121

1122 **O Sr. Vicente Antonio Mariano Ferraz (Conselho Nacional de Comandantes Gerais das**
1123 **Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares – CNCG-PM/CBM) – Eu queria fazer**
1124 **dois ou três apontamentos. Primeiro que eu acho que o nosso debate, as nossas críticas que são**
1125 **inerentes ao processo democrático têm que ser como pressuposto à contribuição para o debate**
1126 **segurança pública. Muitas vezes a nossa crítica vai mais para a questão interna**
1127 **administrativa do Conselho por debater qual é o papel deste Conselho na segurança pública.**
1128 Então, a crítica não é só na participação ou não do governo, mas do papel deste Conselho no debate
1129 mais amplo de segurança pública. Do ponto de vista interno, **secretária Regina, eu acho que uma**
1130 **das questões para o próximo biênio, que você já sinalizou que está discutindo isso com o**
1131 **ministro, é repensar a dimensão da Secretária-Executiva deste Conselho.** Isso é uma coisa
1132 importante e não é nenhuma crítica à Suelen ou a Cíntia, mas que tem que ter uma estrutura maior
1133 para o funcionamento. Acho boa ideia o Conselho, esses e outros, estarem vinculados ao Gabinete
1134 do Ministro, é uma relação orgânica política direta com o Gabinete do Ministro. Eu acho que nós
1135 não refletimos de maneira adequada ainda porque o governo é do mesmo partido ou coligação, mas
1136 o governo é outro, Dilma não é Lula, no ponto de vista de segurança pública, o Governo Federal
1137 aponta por outras linhas. Tem uma visão diferente sobre o papel dos municípios na segurança
1138 pública e isso nós temos que refletir aqui que é a alteração da 1ª Conferência até essa. Então, se tem
1139 uma nova linha de que maneira nós, enquanto Conselho, vamos ser ouvidos pelo Governo que tem
1140 um enfoque diferenciado que tinha o governo Lula na área de segurança pública. Não tem a mesma
1141 referência de atuação que teve os últimos dois anos de Governo Lula, razão pela qual o Programa

1142 Nacional de Segurança Pública e Cidadania passou por uma revisão e não é hoje o carro-forte do
1143 debate nacional do Ministério da Justiça. Eu entendo que isso não é uma questão pessoal da
1144 secretária Regina ou do ministro, é o novo enfoque na área de segurança pública e temos que
1145 aprofundar nesse debate aqui. Eu não gosto dessas reuniões que dizem que jogamos fora dois anos
1146 que estivemos aqui. Quer dizer, **tivemos dificuldades, mas não jogamos fora dois anos de**
1147 **trabalho sentado aqui 4 ou 5 vezes ao ano. Eu acho que o principal legado que esse relatório**
1148 **tem que apontar é que o conteúdo programático da 2ª Conferência é resultado de debates**
1149 **deste Conselho, quem definiu os eixos estratégicos para a 2ª Conferência foi este conselho.** Foi
1150 ele que deliberou que vai discutir grupo de extermínio, crime organizado, mudanças estruturais nas
1151 polícias. Da forma como foi discutida a Primeira Conferência eu não tenho dúvida que todos ou
1152 parte dos textos que nós colocamos para a Segunda Conferência não entrariam. Então, temos que
1153 valorizar o já fizemos aqui. Com todo respeito a quem fez o projeto básico, mas o projeto básico da
1154 1ª Conferência era genérico, não tinha participação efetiva da sociedade. Eu fui muito crítico ao
1155 projeto básico. Hoje depende deste Conasp fazer projeto básico da Conferência, estabelecer o que
1156 nós queremos dialogar com a sociedade na 2ª Conferência. Então, só por isso já valeu a pena
1157 estarmos sentados aqui durante dois anos. Nós temos a responsabilidade de indicar para a sociedade
1158 que perfil de debate sobre segurança pública nós queremos fazer, quais são os temas que nós
1159 entendemos prioritários na segurança pública. E muitas vezes, essa que é a questão estratégica deste
1160 Conselho fica para sexta-feira, às 5 horas quando a maioria dos conselheiros já foi embora. E
1161 perdemos muito tempo por questões de debates e críticas que ela pode pontuar o meu desejo de
1162 criticar, mas não leva a lugar nenhum. Um debate muito subjetivo e que eu não consigo ver um
1163 pano de fundo de que nós estamos preocupados com a segurança pública, o debate é contribuir para
1164 que o governo avance nesse sentido, abra os olhos para essa direção que não está colocada. Então,
1165 eu diria que, neste resumo, secretária, que é fundamental, primeiro, ter um envolvimento, e talvez
1166 sair uma comissão, não só daqui, mas também do governo do Ministério da Justiça sobre a
1167 Conferência mas estarmos dialogando, não só administrativo, mas também estar dialogando de que
1168 forma nós chegar à 2ª Conferência que está marcada para o ano que vem porque do ponto de vista
1169 do que está hoje a estrutura do Conselho vamos ter dificuldade de chegar à 2ª Conferência. Então,
1170 tem que melhorar a Secretaria-Executiva, ter maior interação com o Ministério da Justiça, com a
1171 Senasp, o Gabinete do Ministro porque queremos dar um avanço na 2ª Conferência. Eu acho que na
1172 soma do debate, nós avançamos e uma das propostas aqui desta mesa que criamos, a pauta em tese é
1173 montada por nós mesmos de não ter uma das nossas reuniões que não saímos com uma moção
1174 crítica sobre determinado tema e tornar-se isso público. **Acho que falta para este Conselho uma**
1175 **relação mais direta com os meios de comunicação, com a sociedade, todas as moções ou**
1176 **pareceres que tiramos aqui a sociedade não conhece. Talvez pensar um boletim específico do**
1177 **Conasp para mostrar temas profundos que debatemos aqui. Eu acho que o debate só interno,**
1178 **infraconstitucional não ajuda avançar o nosso conselho e a sociedade brasileira espera mais**
1179 **dele, que ela dialogue os grandes temas, dialogue com a sociedade e não fique só nas questões**
1180 **de dificuldades estruturais que, parte dela tem a ver com a dinâmica nova do novo Governo**
1181 **Federal que tem uma leitura diferente do governo Lula com relação à segurança pública.**

1182

1183 **O SR. GERALDO SOARES WANDERLEY (Pastoral Carcerária Nacional)** – Bem, na
1184 verdade, nós voltamos a discutir essa realidade que durante esses dois anos tem pontuado em fazer
1185 um protagonismo mais ativo. Realmente nós não caímos na mesmice dos outros conselhos, ficamos
1186 o tempo todo fazendo críticas ao governo, querendo nos mexer, isso é importante. Mas, sabemos
1187 que segurança pública neste País é uma coisa complicada e é um assunto que o pessoal não quer
1188 tratar muito. Vejam que Lula tratou antes de presidente. Ele já tinha um projeto pronto, o Instituto
1189 de Cidadania que eu participei de seminários regionais. Quer dizer, **o governo teve medo de mexer**
1190 **em segurança pública e continua com medo. E não tem como mais não mexer porque não**
1191 **vamos manter esse patamar de 50 mil homicídios por ano e a situação de violência que cada**

1192 **vez mais aumenta. Então, quando criticamos um pouco o Ministro, nossa presidência, exige a**
 1193 **presença um pouco mais aqui é na intenção mesmo de colocarmos mais protagonismo nisso.**
 1194 Eu me lembro nos levantes de 2006 em São Paulo, a Coordenação Nacional da Pastoral estava
 1195 hospedada na CNBB. E nós pegamos bispos, secretário Nacional e botamos lá. Mas não estávamos
 1196 com a consciência, ela nasceu ali. E sugerimos a Campanha da Fraternidade, aí botamos os bispos
 1197 da CNBB em contato com o Ministério da Justiça e daí surgiu um seminário que o ministério
 1198 patrocinou, foram dois dias, 120 pessoas do país todo. O ministério deixou-nos convidar essas
 1199 pessoas. Eu acho que surgiu daí a coragem do governo de fazer a Primeira Conferência porque o
 1200 governo estava com medo. Então temos medo de tratar dessas questões, especialmente, quando diz
 1201 respeito a mexermos no sistema justiça criminal. Mas aqui a crítica se faz nesse sentido, no sentido
 1202 de que quer que esse negocie ande, e vai andar na medida em que se fizer prioridade claramente.
 1203 Não acho que isso vá atingir a nossa presidente que tem demonstrado compromissos com a
 1204 segurança pública, mas ela tem os limites também. Mas pode fazer mais.

1205

1206 **O Sr. José de Ribamar de Araújo e Silva (Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia –**
 1207 **FNOP)**Eu estou aqui na linha dos ouvidores. Hoje efetivamente é a última reunião que estou
 1208 participando porque o Fórum deverá substituir já que meu mandato está encerrando. Até estou
 1209 convidando todos para um seminário de encerramento dessa gestão, 18 de dezembro, em São Luiz,
 1210 aqueles que puderem. Eu acho que a avaliação que temos que fazer de fato é uma avaliação
 1211 prospectiva, na justa medida de que estamos vivendo uma crise que essa fase de implantação nos
 1212 permite. Não podemos é deixar que isso se instale e nem superar e nem aprender com ela e aprender
 1213 com os demais conselhos. Eu acho que temos alguns conselhos que precisam nos inspirar,
 1214 **sobretudo em ganhar capilaridade**, aqui foi falado do plano, foi falado do Pronasci durante um
 1215 tempo se falou do SUSPE, a modalidade que podemos aprofundar e discutir. Mas, o fato é que a
 1216 força deste Conselho tem que ganhar em capilaridade. **Quem são efetivamente os nossos**
 1217 **interlocutores em todos os estados e nos municípios? Aqueles insites que nós inauguramos à**
 1218 **luz do Pronasci e da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública de conselhos comunitários**
 1219 **precisam ganhar organicidade em termos de sistema para que ganhem capilaridade e a**
 1220 **força que precisamos ter.** E se você olhar para o SUS com todas as dificuldades e o Conselho de
 1221 Saúde, a força dele ainda reside em grande parte no fato de ter um exército, no melhor sentido,
 1222 capilarizado em todos os municípios do Brasil. A mesma coisa já estamos indo para a 4ª
 1223 Conferência do CONSEA que se convenceu disso, que precisa ter mais do que políticas e
 1224 programas uma concepção sistêmica e intersetorial de uma política que deve dialogar com as
 1225 diversas políticas. E nisso reside grande parte no nosso empoderamento e da nossa visibilidade. A
 1226 modalidade, **nós já inauguramos no Conselho Nacional de ter audiências públicas, elas**
 1227 **deveriam também ser aprofundadas e por nós replicadas nos estados e nos municípios sobre**
 1228 **os grandes temas sobre os quais temos uma pauta a ser discutida. Concordo que as audiências**
 1229 **públicas têm que ter um objeto prático, quer dizer, toda discussão que fizemos ontem tem que**
 1230 **ter um encaminhamento concreto, seja em termo de resolução** e começar a olhar para andar
 1231 mais em cima, não só focando na nossa presidente do Conselho, mas na nossa presidente da
 1232 República, que sobre diversos temas também precisa ser instada. Eu queria insistir, sobretudo
 1233 olhando para a questão das ouvidorias de segurança pública, agora que chegamos a 20 no país, de
 1234 que nós precisamos investir numa política que o Pronasci fortemente batia que é das
 1235 condicionalidades. Se é verdade que para se ter um bolsa-família precisam ter condicionalidades,
 1236 para ter milhões de recursos de segurança pública algumas condicionalidades têm que ser criadas. E
 1237 entre estas têm que estar o alinhamento a essa política que inclui instrumentos de controle social e3
 1238 entre estes estão o Conasp, os conselhos estaduais, as ouvidorias autônomas e tudo mais que nós já
 1239 temos bem discutido e precisamos aprofundar sua aplicação prática em todo o Brasil em nome de
 1240 um efetivo pacto federativo. Muito obrigado.

1241

1242 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-presidente. Rede Desarma Brasil)** - Então, encerramos
1243 essa parte da manhã e às 14 horas estaremos aqui. Até lá.

1244

1245

6/12/2012

1246

1247

TARDE

1248

1249 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-presidente) (Rede Desarma Brasil)** - Vamos iniciar a
1250 parte de tarde. Vamos colocar a pauta. A pauta será a devolutiva do decreto e conferência. **Nós**
1251 **daqui da Secretaria-Executiva e da presidência não temos nenhuma devolutiva do decreto e**
1252 **nem da conferência por** parte do Ministério da Justiça. É preciso que nos posicionemos. A palavra
1253 está aberta para essa discussão para ouvirmos os segmentos, gestores, sociedade civil e
1254 trabalhadores.

1255

1256 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP) – A**
1257 **sugestão que vou fazer é a seguinte: este nosso encontro o que vai sair de relevante e que**
1258 **talvez possa fazer alguma coisa para que o governo movimente, é nós discutirmos a avaliação**
1259 **do biênio. E a avaliação do biênio significa o seguinte: qual é a avaliação do Conasp sobre a**
1260 **política nacional de segurança pública. Há política neste biênio no Governo Federal ou não há? É**
1261 **suficiente ou insuficiente? Foi excelente? Conasp: funcionou ou não? Isso aqui se nós decidirmos**
1262 **fazer essa avaliação política desses dois anos poderá fazer o governo se movimentar. Agora temos**
1263 **que enfrentar isso. Aqueles temas que estão ali nada disso vai ficar. Se este Conasp tiver a seguinte**
1264 **posição: o Conasp entende que a política nacional de segurança pública foi excelente, foi**
1265 **insuficiente, tomar posição. É isso que vamos fechar esses dois anos. Temos que passar agora**
1266 **para discutir a avaliação política e aí não é o relatório do que fez ou não fez, relacionar os**
1267 **resoluções que foram aprovadas aqui, isso aí é o de menos, agora dizer o seguinte que nesses**
1268 **dois anos o Conasp entende que a política nacional de segurança pública está tudo bem ou**
1269 **não, isso sim é que é uma manifestação política de peso e aí talvez seja escutada no Gabinete**
1270 **do Ministro e na Presidência da República.**

1271

1272 **O Sr. Marcos Dias dos Santos (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais –**
1273 **FENAPRF) –** Acho que já superamos bastante isso porque uma vez que já aprovamos a pauta
1274 temos que seguir o que foi deliberado hoje pela manhã. E **agora estamos falando sobre a**
1275 **devolutiva do decreto e da conferência.** É óbvio que aguardamos até hoje uma resposta formal do
1276 Gabinete do Ministro da Justiça porque estivemos com o chefe de gabinete, a plenária do Conasp
1277 foi lá, houve o compromisso de que haveria uma resposta antes dessa reunião. Então, ou nos damos
1278 por vencidos e vamos absorver, tanto essa questão do decreto e mais urgente ainda da conferência e
1279 deixar que o governo decida da forma como queira decidir ou vamos lá novamente cobrar essa
1280 resposta. **A minha proposta seria mais no sentido de ir lá e não nos damos por vencidos.**
1281 **Precisamos de uma resposta, seja sim ou não porque cada instituição que aqui for reeleita tem**
1282 **implicações a essas respostas do governo. E as novas que forem eleitas também terão com**
1283 **relação à conferência porque pode perder um pouco do trabalho que já fizemos e ter mais**
1284 **dificuldade para realizar essa conferência. Mas, nós precisamos dessa resposta, positiva ou**
1285 **negativa.** É o que vai daqui para o final do ano orientar as nossas decisões. Porque caso a minha
1286 entidade seja eleita ela vai indicar e vai mandar para cá, diante de uma negativa do governo vamos
1287 acatar ou vamos para outra instância de enfrentamento dessa situação por tudo aquilo que já
1288 tensionamos aqui ao longo de dois anos de um decreto autocrático. Então, que primeiro respeitemos
1289 a pauta e que segundo vamos tensionar até o último momento a devolutiva do decreto e conferência,
1290 com novamente nossa presença buscando mais uma reunião com o chefe de gabinete do ministro da
1291 Justiça. Para mim isso é mais importante. A questão do relatório, amanhã falaremos sobre ele.

1292

1293 **O Sr. Geraldo Soares Wanderley (Pastoral Carcerária Nacional – ASAAC):**

1294 – Sobre o que o Marcos Costa disse eu acho que ele tem razão, mas seria uma demanda muito
 1295 grande. Imagine fazer uma avaliação da política nacional de segurança é muito difícil. Certamente,
 1296 politicamente seria interessante. Agora sobre a devolutiva do decreto houve mais alguma coisa além
 1297 da nossa ida lá? Não disseram nada. Então, vamos de novo lá.

1298

1299 **O Sr. Marcos Fábio Rezende Correia (Coletivo de Entidades Negras) – Perguntei há um mês na**

1300 lista do Conasp sobre o processo eleitoral e sobre a devolutiva. E naquele momento, o conselheiro
 1301 Mariano disse: “Vamos fazer as eleições e encaminharemos essas questões”. Eu fiz questão
 1302 inclusive de citar o companheiro para instigá-lo a falar sobre esse fato. Temos que ter muita certeza
 1303 do que queremos. E aí **eu concordo do Marcos Costa. Talvez até não consigamos fazer uma**
 1304 **avaliação do tamanho que queremos fazer, mas precisamos deixar um documento dizendo**
 1305 **todos os prós e todos os contras.** Porque se o ministro não mudar o decreto, do processo eleitoral,
 1306 com certeza não vai ter mais ninguém do que estão aqui hoje. **Nós temos já que assumir a nossa**
 1307 **condição de desmoralizados, é bom até que conste em ata assim: “O conselheiro Marcos**
 1308 **Rezende se coloca na condição de desmoralizado e desrespeitado frente ao Ministério da**
 1309 **Justiça porque afinal de contas está nítido que tanto faz dar resposta ou não dar.”.** Nós
 1310 estamos falando disso há um ano, ou nós tomamos a vergonha na cara e diz que não faz eleição no
 1311 dia 20 ou toma vergonha e diz que está suspenso até resolver isso, ou continuamos tocando o barco
 1312 acreditando que alguém vai ajudar resolver. Mas uma parte de fazer política é justamente não
 1313 esperar que os outros façam concessões, mas lutar para que os nossos objetivos sejam aceitos.
 1314 Precisamos ter isso bem no nosso cerne para chegar a algum lugar.

1315

1316 **A Sra. Raquel Willadino Braga (Observatório de Favelas do Rio de Janeiro) - Eu queria**

1317 **também reforçar a necessidade de se fazer um balanço político. Circulou a proposta de um**
 1318 **relatório que eu entendo que é relevante, mas tem um caráter muito mais técnico, mas diante**
 1319 **do quadro que estamos aqui é imprescindível que esse mandato seja fechado com uma**
 1320 **avaliação de caráter político de posicionamento claro.** Eu queria trazer aqui um rebatimento que
 1321 sentimos dessa falta de respeito e esse sentimento de desmoralização na reunião que fizemos no Rio
 1322 de Janeiro, tentando articular o processo da Audiência Pública. Nós pedimos uma conversa com a
 1323 Secretaria de Segurança Pública do estado, foi prontamente atendido, nós temos aqui neste
 1324 Conselho quatro entidades do Rio de Janeiro que estiveram presentes nessa reunião e chegando lá
 1325 fomos muito recebidos, porém fortemente questionados como é que iríamos articular uma
 1326 mobilização para a conferência se não se tem certeza que isso vai ser realizado no ano que vem. Em
 1327 que medida não nos comprometer, isso já está claro inclusive nos estados, o nível de fragilidade
 1328 desta instância está posta publicamente. E não reagirmos a isso, os esforços de pautar o Ministério
 1329 nessa direção foram feitos muitas vezes. A resposta também está clara, acho que aqui boa parte das
 1330 entidades que integra esse Conselho se dispõe a continuar neste espaço, entrou no processo
 1331 eleitoral, isso significa que estão apostando na importância de construir um conselho forte, mas, de
 1332 novo, reiterando conselheiros que me precederam está nas nossas mãos fazer isso. **Ficamos**
 1333 **esperando pelo Ministério está claro que a tendência de fragilização progressiva está**
 1334 **colocada.**

1335

1336 **O Sr. José de sde Araújo e Silva (Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia – FNOP) Primeiro,**

1337 eu queria considerar que não teve uma devolutiva é uma resposta em função dela nós devemos nos
 1338 posicionar, na verdade já estamos fazendo o que foi proposto pelo Marcos Costa. Eu acho que
 1339 temos de fazer de forma sistemática e com um produto final que tenha implicação imediata de
 1340 reação de hoje para manhã junto ao Ministério. Nós temos uma série de missões que foram
 1341 desdobradas de uma série de posições tomadas por este Conselho, eu tive a mesma experiência lá

1342 no Maranhão que a Raquel também teve como membro lá do Conselho Superior de Segurança
 1343 Pública quando pautei essa reunião mobilizando entidade da sociedade civil ir junto à Secretaria,
 1344 essa deslegitimação que acaba acontecendo em função de uma 2ª Conferência e a primeira, **então,**
 1345 **em função de tudo isso, eu acho que merece mesmo uma avaliação política prospectiva que**
 1346 **tivesse uma ação imediata de hoje para amanhã para que pudéssemos efetivamente coroar**
 1347 **esse mandato com um gesto político que implicasse no fortalecimento da política que aqui**
 1348 **ombreamos para executar.**

1349
 1350 **O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio) - Bom, separando as duas coisas. Uma coisa é a**
 1351 **devolutiva da Conferência e o Artigo 6º, duas coisas diferentes. Com relação a esse primeiro**
 1352 **ponto eu acho que, eu sei que é difícil, mas eu creio que está na nossa mão resolver isso. E aí**
 1353 **eu proponho que façamos uma gestão junto à presidência do Conasp para que até amanhã**
 1354 **tenhamos essa resposta.** E aí, sim, tomaremos uma posição talvez mais radicalizada. Então, fazer
 1355 gestão junto à Regina dizendo: **“Não tem como dar continuidade aos trabalhos sem saber duas**
 1356 **coisas: uma, o que vai acontecer com este colegiado que vai estar aqui no próximo mandato e**
 1357 **se vai ter conferência que me parece é a pauta principal do Conselho para o ano que vem”.**
 1358 Sem essas 2 coisas todo processo que estamos fazendo não tem sentido. Fazer uma reeleição para
 1359 quê? Para executar o quê? Com quem? Temos que tomar uma posição de acordo com a resposta que
 1360 vier de lá. Isso é uma coisa. **A segunda coisa eu concordo plenamente que tenhamos que ter**
 1361 **uma avaliação política do Conselho. Amanhã está pautado isso, agora acho que as duas coisas**
 1362 **se somam. Tanto o relatório técnico que mostra o que foi feito etc, como a avaliação política**
 1363 **do Conselho.** As duas coisas são fundamentais e uma pode embasar a outra.

1364
 1365 **O Sr. Benedito Domingos Mariano (Conselho Nacional de Secretários e Gestores Municipais**
 1366 **de Segurança Pública) – Bom, com relação a uma avaliação política do Conasp se quisermos**
 1367 **fazer no pleno teremos que zerar toda essa agenda que está para sexta-feira e só discutir isso.**
 1368 **Nós temos seis pautas aqui e vamos discutir questão política em meia hora? Então, zera tudo e**
 1369 **a reunião de amanhã é a avaliação política. E não acho que é questão menor nós citarmos na**
 1370 **avaliação política quantas resoluções tivemos em dois anos, quantas moções, sob pena de**
 1371 **todas aquelas moções e resoluções que aprovamos não valerem nada. Tem que citar como**
 1372 **atividade do Conselho, não vou nessa avaliação de chutar o balde porque o resto não serviu**
 1373 **para nada, eu não tenho essa leitura. Se teve encaminhamento ou não, isso é outra história,**
 1374 **mas que as resoluções aqui que apontavam para determinadas questões que, na época, cada**
 1375 **entidade que apresentou era relevante e nós aprovamos ou então não sei porque encaminhou.**
 1376 **Ele tem duas partes, uma avaliação do trabalho nosso, outra parte são as dificuldades**
 1377 **estruturais que o Conselho passa, e terceiro uma avaliação mais geral política sobre a questão**
 1378 **de segurança pública envolvendo este Conselho e o Governo.** Não dá para jogar tudo no balde. O
 1379 Conselho aqui não é governo, é um Conselho que está vinculado ao Ministério, e toda luta política,
 1380 eu aprendi isso, não tem empate na relação política, ela é sempre conflitante. Então, se avaliarmos
 1381 que o Conselho em dois anos deu dois passos para trás e nenhum para frente, temos também que
 1382 nos incluirmos nessa autocrítica, ou nós perdemos tempo, nós todos aqui durante dois anos. Tem
 1383 que ter alguma coisa que valeu estarmos aqui dois anos. Então, por isso que acho que tem que ser
 1384 um debate de um dia todo. Temos que aprovar aqui primeiro mudar a pauta. Com relação à
 1385 devolutiva do decreto, eu acho que isso é diferente da conferência. Não tem um posicionamento que
 1386 não vai ter conferência, precisa estabelecer qual é a dinâmica que vamos levar a conferência, que
 1387 está solta. E a conferência solta para nós é mais complicado no ponto de vista do Conselho porque a
 1388 responsabilidade em tese da conferência é nossa. Temos que estabelecer um *timing* político com o
 1389 governo para a realização da conferência. Eu acho que não tem que voltar lá e falar com o chefe de
 1390 gabinete, que é um gestor administrativo e que não vai mudar nada ir lá de novo. Eu fiz e repito isso
 1391 aqui, todas as entidades aqui, independentemente dessa devolutiva se nós não tivéssemos problemas

1392 que tivemos no processo eleitoral, nós já tínhamos feito a eleição. Todos participaram. O único que
 1393 colocou a questão eleitoral com relação à devolutiva foi o Marcos. E eu disse a ele que é separado.
 1394 Isso faz parte da dinâmica política aqui de atraso e de avanços, e as entidades todas participaram. Já
 1395 tínhamos um novo Conselho com devolutiva ou não no dia 30, só não temos em razão dos
 1396 problemas estruturais que ocorreram. Eu faço a sugestão porque não sou eleito no Conasp de que as
 1397 entidades dos trabalhadores e a da sociedade civil eleitas agora no dia 20 de dezembro indique o
 1398 conselheiro que a entidade entender que deva para vir para o Conasp, mesmo que seja o mesmo, se
 1399 vai aceitar ou não, isso é muito mais importante do que voltar lá e falar com o chefe de gabinete.
 1400 Isso vai acelerar muito mais uma decisão sobre o decreto, sobre a recondução, que acho que é
 1401 legítimo que ela seja das entidades e o governo não defina isso, não sou a favor, **já disse isso de**
 1402 **uma recondução permanente para ficar 20 anos aqui, a entidade pode ficar 20 anos, mas as**
 1403 **pessoas uma única recondução, eu acho extremamente razoável.** Enquanto não se define isso, as
 1404 entidades votam. Colocam os mesmos nomes e aí cria uma situação que vai ter que se sentar sob
 1405 pena de não ter Conasp. **Então, do ponto de vista político isso é mais uma crise bem colocada,**
 1406 **dialeticamente colocada do que ir lá de novo, falar com um cara que não sabe nem o que está**
 1407 **acontecendo aqui possivelmente. Se eu fosse da sociedade civil e dos trabalhadores eu**
 1408 **participaria no dia 20 e discutira com a minha entidade quem vai representar nos próximos**
 1409 **dois anos, é isso.**

1410
 1411 **A Sra. Célia Dantas Gentile Rique (Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações**
 1412 **Populares – GAJOP) –** Novamente, nós estamos continuando com os nossos impactos, incertezas
 1413 que saímos daqui em outubro. Ela está se prolongando. **Agora tem uma coisa inclusive eu**
 1414 **gostaria de prestar contas porque em outubro nós saímos daqui com o compromisso assumido**
 1415 **de que nós iríamos fazer a consulta pública etc. Eu fiz e trouxe o meu, prestando as minhas**
 1416 **contas do que é do nosso compromisso, nossa responsabilidade. Mas, o problema não é**
 1417 **simplesmente um relatório.** Nós estávamos já via email discutindo se iríamos colaborar com essa
 1418 agenda de hoje, com essa montagem, ou se realmente nós deveríamos dar uma parada para fazer
 1419 esse balanço político. **Bom, o que eu quero dizer é o seguinte: eu acho que conferência não é**
 1420 **simplesmente relativa às decisões deste Conselho. Conferência é da população, é da sociedade**
 1421 **que já conquistou isso desde a Constituinte, criar canais políticos institucionais de participação na**
 1422 **gestão pública. Eu acho que somos meros facilitadores. E achei uma coisa muito interessante no**
 1423 **Recife porque o primeiro item a responsabilidade do governo passar a devolução das decisões da**
 1424 **Primeira Conferência ele não tem esse relatório. E ele teve que dizer para aquele público do mesmo**
 1425 **jeito é uma situação vexatória porque nós falamos lá em nome de um Conselho Nacional a respeito**
 1426 **daquela mobilização, mas as pessoas já estão se organizando para a próxima conferência.** Eu
 1427 acho que se essa questão vai chegar até a base eu não me incômodo não, eu acho que é isso mesmo,
 1428 é o real da luta que vivemos. **E o papel nosso é fazer reverberar se este Conselho vai ficar aqui**
 1429 **muito bem sentado neste escritório de Brasília ou quais são as relações orgânicas mais**
 1430 **próximas que temos com as nossas bases.** De forma que eu acho que temos uma situação que
 1431 extrapola os limites desta sala. Eles já aconteceram e já vai haver alguma repercussão no momento
 1432 em que for informado que não vai ter mais conferência ou que a conferência está em questão.

1433
 1434 André – Eu quero ecoar algumas falas que foram feitas aqui concordando com alguns pontos e
 1435 também trazendo um pouco do meu testemunho dessa reunião que eu tive lá no Rio de Janeiro. Em
 1436 primeiro lugar, eu acho que Mariano colocou umas questões bem pertinentes. **Eu acho que temos**
 1437 **que nos posicionar em relação a essa devolutiva deixando claro que o Conselho não recua o**
 1438 **entendimento que ele tem a respeito desse ponto.** Eu acho que existe quase uma chantagem
 1439 emocional que está afetando os nervos deste Conselho já há alguns meses a respeito desse ponto
 1440 porque ele produz uma insegurança jurídica para seguirmos com os nossos trabalhos, mas o que é
 1441 importante é aquilo que já deliberamos aqui, que o entendimento que tivemos a respeito desse

1442 ponto. Eu concordo com o Mariano que temos de deixar claro **manifestar publicamente que**
 1443 **vamos continuar com o processo, que vamos encampar o trabalho de construção do Conasp**
 1444 **independentemente da devolutiva desse decreto que nós, as entidades aqui que participam**
 1445 **desse processo eleitoral vão indicar sim seus representantes em função do entendimento que**
 1446 **já temos, é claro que no ponto de vista jurídico tem lá suas consequências**, mas isso é
 1447 secundário tendo em vista a decisão e a discussão política que já fizemos isso aqui dentro. Acho que
 1448 estamos nos deixando afetar demais por essa espécie de chantagem jurídica do tipo: quais são seus
 1449 horizontes que eles têm ou não. **Concordo com a questão que a Célia coloca que conferência e**
 1450 **tal não é um processo só que depende da parte do ministro ou daquilo que ele resolve fazer lá**
 1451 **na agenda dele, é uma processo de construção mais coletivo, mais público e em relação à**
 1452 **avaliação política** eu acho fundamental, não podemos perder a oportunidade nesta última reunião
 1453 para fazermos, independentemente dos pontos de pauta que temos que discutir porque daqui isso
 1454 não pode sair. A política passou, eu já fiz uma fala semelhante a essa em outra oportunidade, ao
 1455 largo do Conselho, a política institucional inclusive, não foi só a política em geral não, porque o que
 1456 tivemos aqui de programas e projetos foram *prêt-a-porter*, coisas que já chegaram prontas, que não
 1457 participamos do processo de construção e essa foi a tônica dos 2 anos. Então, se nós não dedicarmos
 1458 pelo menos nesta última reunião para fazermos esse balanço estaremos perdendo a oportunidade de
 1459 nos manifestar mais claramente.

1460

1461 **O Sr. Marcos Dias dos Santos (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais –**
 1462 **Fenaprf) – Eu estou mais do que convencido de que realmente não seria uma boa estratégia**
 1463 **retornarmos lá ao Gabinete do Ministro da Justiça. Agora o Marcos Rezende trouxe uma**
 1464 **ideia de paralisarmos os trabalhos até termos uma resposta em definitivo. O que eu acho que**
 1465 **é bastante pertinente, uma resposta à altura, à altura do descaso que estamos tendo período**
 1466 **por mais de 2 anos com relação a essa tema.** Isso quando começamos a sinalizar a questão do
 1467 edital de eleições foi lembrado isso aqui numa reunião que deixamos de discutir o decreto por um
 1468 período porque estavam ficando praticamente improdutivas as nossas reuniões. Mas, **agora como**
 1469 **estamos dentro de um processo eleitoral, existe a questão que implica bastante nisso que é o**
 1470 **Artigo 6º do decreto.** Isso foi há duas reuniões. Na última reunião, fomos até a uma instância
 1471 próxima ao ministro da Justiça, acho que cada tentativa nossa o descaso aumenta. Precisamos de
 1472 uma resposta à altura. Se vamos inviabilizar o processo eleitoral vamos inviabilizar inclusive a nova
 1473 composição do Conasp para corrigir essa falta de respeito com o nosso Conselho. Eu acho que
 1474 encontra eco sim, Marcos Rezende, se você não formalizar eu formalizaria numa proposta de
 1475 encaminhamento.

1476

1477 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil) – Só para esclarecer,**
 1478 **essa proposta foi antes dessa outra eleição.**

1479

1480 **O Sr. Marcos Fábio Rezende Correia (Coletivo de Entidades Negras) – Para mim a colocação**
 1481 **do Mariano com relação ao Artigo 6º é bastante pertinente. Nós elegemos e mandamos nossos**
 1482 **representantes. Eu retiro, eu acho que não tem necessidade.**

1483

1484

1485 **O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio) – Bom, na direção do que consensuou o Marcos**
 1486 **e o Mariano em também retiro a minha proposta de cobrar uma posição da Regina e vamos**
 1487 **tocando o barco.**

1488

1489 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público) –**
 1490 **Aproveitando, por que não aprovamos uma decisão colegiada nesse sentido, já deixa firmado**

1491 **isso. “O Conasp entende que os novos conselheiros eleitos serão definidos a partir de suas**
1492 **entidades, não se aplicando as restrições do decreto”.**

1493

1494 **O Sr. Márcio da Silveira Marins (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Travestis e**
1495 **Transexuais) – Até porque, Marcos, as entidades já têm seus regimentos. A ABLGT, por**
1496 **exemplo, eu posso ser reconduzido aqui no Conasp uma vez, uma terceira eu não posso.**

1497

1498 **O SR. MARCOS DIAS DOS SANTOS (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários**
1499 **Federais - Fenaprf) –** Eu fiz uma pesquisa em cerca de 10 conselhos. A maioria vinculadas ao
1500 Ministério da Justiça e nenhum deles tem essa vedação de permanência dos conselheiros. Vários
1501 deles permitem recondução. A maioria permite e outros nem trata dessa questão. **Eu acho que**
1502 **podemos construir, isso é uma decisão colegiada, no sentido de que: “A permanência do**
1503 **conselheiro que isso fica restrito apenas a cada mandato”.**

1504

1505 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil) –** Compete às
1506 entidades, fica melhor. Vamos fazer o texto agora.

1507

1508 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público) –** Qualquer
1509 coisa, Almir, poderíamos imprimir o texto e já pega a assinatura de todos que estão aqui. E aí já
1510 manda por fax para o Gabinete do Ministro, para todo mundo dando conhecimento.

1511

1512 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil) –** Vamos para uma
1513 decisão colegiada?

1514

1515 **O SR. JOSÉ ROBERTO NEVES (Sindicato dos Agentes Penitenciários Federais) –** Bom, já
1516 tínhamos feito essa discussão dessa ação do Conselho caso não viesse a devolutiva. A preocupação
1517 que eu tenho e talvez seja algo que temos a considerar nessa decisão colegiada é em se mantendo a
1518 postura do Ministério não mudando o decreto, qual será o próximo passo? **Eu acredito que nós nos**
1519 **posicionando aqui de que as entidades vão fazer as indicações independentemente do decreto,**
1520 **parece um primeiro passo.** Caso o ministro venha a manter o posicionamento, nós poderíamos já
1521 dizer quais seriam os próximos, quer dizer, **fazer uma intervenção jurídica, uma intervenção**
1522 **política, uma denúncia nos meios de comunicação?**

1523

1524 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil) –** Eu acho, José
1525 Neves, que cada instituição poderá ter sua iniciativa. Foi afetada na sua autonomia toma a decisão.
1526 Eu acho que a decisão colegiada proposta atende aos anseios de todos aqui ou não. Vamos colocar
1527 para aprovação.

1528

1529 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público) –** Se vocês
1530 preferirem eu vou ali escrevo e depois votam. Qual é o próximo tema? **Eu acho que seria a**
1531 **avaliação política.**

1532

1533 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil) –** Nós vamos
1534 **suspender a reunião por 10 minutos para construção da moção e depois vamos reiniciar.**
1535 **Pessoal, a pauta foi sugerida que fosse a avaliação política em vez das outras pautas. Temos**
1536 **que decidir aqui se vai mudar.** Fizeram uma proposta. Olha, não tem devolutiva, não tem
1537 indicativo de que a conferência existirá, temos que tomar uma decisão sobre isso também.

1538

1539 **O SR. GERALDO SOARES WANDERLEY (Pastoral Carcerária Nacional) –** Não, para a
1540 conferência nós temos aquele aval do ministro aqui, só que, posteriormente, na verdade, precisaria

1541 de ser confirmado isso. E não foi confirmado pelo Ministério, mas isso foi decidido com o ministro
1542 aqui, inclusive adiar, a pedido dele.

1543

1544 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil)** – Como tem muita
1545 gente fora fazendo inclusive articulação sobre esse assunto, vamos dar 10 minutos e voltamos.
1546 Pessoal, estamos fazendo uma decisão colegiada, mas acho que, na verdade, já tínhamos tomado. Se
1547 por exemplo o Grande Oriente for eleita novamente, independentemente disso, já ia mandar as
1548 mesmas pessoas, essa decisão não vai interferir em nada. A maioria das instituições que tínhamos
1549 combinado anteriormente já iam mandar as mesmas pessoas. Vamos dar sequência aos dois temas.
1550 **Quem tiver suas moções já redigidas podem trazer que poderemos fazer a aprovação durante**
1551 **o dia.**

1552

1553 **O Sr. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho (Conselho Federal de Psicologia)** – **O meu pedido de**
1554 **fazer uma discussão sobre esse tema aqui se faz relação à urgência do tempo político da**
1555 **própria discussão. Ontem na Audiência Pública foi falado em relação à PEC 33,** a votação está
1556 marcada para o dia 14, portanto, daqui a uma semana praticamente. E tem outra discussão que é o
1557 fato de outros conselhos nacionais estão se posicionando oficialmente em relação a isso. Hoje de
1558 manhã saiu a nota pública do Conanda, e eu acredito que esse seja um tema que tem uma interface
1559 muito direta com a segurança pública e acredito que uma nota pública do **Conasp pode inclusive**
1560 **fortalecer essas outras notas públicas desses outros conselhos que estão surgindo,**
1561 **principalmente, porque na nossa Conseg existem diretrizes em relação à maioria penal.** Só
1562 lembrado que o Brasil é signatário da Convenção Internacional dos Direitos da Criança e do
1563 Adolescente, exatamente por que ele é signatário que foi promulgado o Estatuto da Criança e do
1564 Adolescente que tem como principal questão o rompimento com a chamada Doutrina de Proteção
1565 Irregular e assunção da chamada Doutrina de Proteção Integral onde duas questões importantes são
1566 colocadas: criança e adolescente são sujeitos de direitos e são prioridades nas políticas públicas. E
1567 um dos efeitos da Doutrina Integral é o rompimento da dicotomia legal em relação a toda ideia de
1568 criança e a ideia de menor que estavam presentes nos códigos anteriores, que é o Código de Melo
1569 Matos de 1927 e o Código de 1979. **O que nós percebemos por essa proposta de redução de**
1570 **maioridade penal é a ampliação de uma discussão que reforça a lógica penal e a lógica do**
1571 **encarceramento em especial com a juventude negra. A substituição de políticas públicas de**
1572 **saúde, de assistência e de educação por políticas penais responde a um clamor promovido pelo**
1573 **medo,** algo que já discutimos hoje de manhã, e inverte a discussão do medo enquanto uma
1574 produção histórica. E é preciso que nós nos lembremos que de acordo com vários relatórios que
1575 estão circulando, essa juventude se a discussão da maioria penal é uma discussão em relação em
1576 especial aos tipos de crimes que esses jovens estão cometendo vamos nos lembrar que ao invés da
1577 juventude ser aquela que mais mata, ela é pelo contrario a que mais morre. Eu acredito que a
1578 maioria penal inverte o problema que temos, ela escamoteia um problema que é de genocídio de
1579 determinada parcela da juventude, em especial a juventude negra de periferia e transforma essa
1580 mesma população que é hoje vítima de um genocídio de coletivo para o lugar daquela que perpetua
1581 a violência. Então, por conta desses argumentos, eu acredito que seja de fundamental importância
1582 que o Conasp se manifeste oficialmente com uma nota pública ou com outra proposta qualquer, mas
1583 acredito que a nossa fala não é uma fala qualquer, ela vem de um lugar muito importante, que é o de
1584 segurança pública, somos atores extremamente importantes nessa discussão. Por esse motivo,
1585 reitero o pedido para que possamos colocar oficialmente.

1586

1587 **O SR. VICENTE ANTONIO MARIANO FERRAZ (Conselho Nacional de Comandantes**
1588 **Gerais das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares)** – Eu acho que essa questão
1589 da maioria penal é muito mais relevante para fazermos uma decisão colegiada e encaminhar

1590 para o Congresso, para o ministro, do que retomarmos um tema que nós já discutimos e que é uma
1591 decisão das entidades.

1592

1593 **O Sr. Marcos Fábio Rezende Correia (Coletivo de Entidades Negras)** – Nós colocamos na
1594 pauta, enquanto o Marcos Costa escrevia o texto sobre a proposta acerca do processo eleitoral e das
1595 nossas decisões do nosso pleno aqui com relação às entidades encaminharem os nomes. Então, o
1596 que o Marcos está sugerindo é que aprovemos isso primeiro e depois abre as discussões acerca
1597 desse ponto de pauta.

1598

1599 **O SR. VICENTE ANTONIO MARIANO FERRAZ (Conselho Nacional de Comandantes**
1600 **Gerais das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares)** – Eu acho que a minha
1601 proposta não precisa ser uma decisão colegiada, é uma decisão política das entidades que não
1602 precisa mandar um texto para o Ministério para dizer o que vou fazer depois de ser eleito. Isso é
1603 uma decisão política, não precisa mandar para lá.

1604

1605 Marcos Reznde – Mas queremos mandar como ata, não é mandar para lá.

1606

1607 **O SR. VICENTE ANTONIO MARIANO FERRAZ (Conselho Nacional de Comandantes**
1608 **Gerais das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares)** – Então, não é uma decisão
1609 colegiada.

1610

1611 **O Sr. Marcos Fábio Rezende Correia (Coletivo de Entidades Negras)** – Não, é aprovar na ata.

1612

1613 **O SR. VICENTE ANTONIO MARIANO FERRAZ (Conselho Nacional de Comandantes**
1614 **Gerais das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares)** – Então, eu sou a favor,
1615 agora mandar para lá eu acho que não tem sentido. É uma resolução nossa.

1616

1617 **O SR. MARCOS ANTÔNIO DA SILVA COSTA (CONSELHO NACIONAL DO**
1618 **MINISTÉRIO PÚBLICO)** – Está discutindo o que Pedro falou, essa questão é outra questão,
1619 então vamos separar. Ou se discute a proposta de Pedro e avança e fecha a proposta dele, ou
1620 suspendemos a proposta dele e abre essa aqui.

1621

1622 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil)** – Vamos suspender
1623 a proposta do Pedro, ele concordou de suspender e vamos abrir para o debate sobre a decisão
1624 colegiada.

1625

1626 **O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio)** – Enquanto discutimos o ponto que está
1627 colocado aqui, o Pedro poderia fazer um texto para termos uma decisão colegiada.

1628

1629 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil)** – Vamos abrir para
1630 o debate porque para algumas entidades terá alguma interferência. Por exemplo, eu decido aqui,
1631 caso eu seja eleito, eu já indico as pessoas, a minha instituição pode ter um posicionamento
1632 diferente e mandar outra pessoa. **Vamos ouvir o que Marcos Costa escreveu.**

1633

1634 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público)** – Eu vou
1635 passar sem os considerandos, depois voltamos a eles: **“RESOLVEU, por maioria, aprovar a**
1636 **DECISÃO COLEGIADA de que a indicação dos representantes das entidades eleitas para o**
1637 **biênio 2013/2014 insere-se na autonomia de cada uma das eleitas, sem restrições decorrentes**
1638 **do Decreto 7.413/2010, em fase de revisão, conforme proposta já aprovada pelo CONASP”.**
1639 Não estou dizendo que a entidade terá que indicar alguém ou fulano de tal, estou dizendo que está

1640 na autonomia da entidade. E por que isso deve ser registrado numa decisão colegiada? Primeiro, se
 1641 for para registrar em ata, qual é o receio de registrar em ata e registrar em decisão colegiada? Qual é
 1642 a diferença? Não há diferença na formalidade. Mas, a decisão colegiada é bom porque: “Olha, nós
 1643 estamos fazendo isso aqui com base inclusive numa decisão do pleno” e isso vai ter que ser
 1644 enfrentado por alguém do Ministério eventualmente queira: “Nós não aceitamos isso”. Sim, mas
 1645 isso não foi feito por qualquer entidade, foi fruto de um consenso estabelecido por este plenário e
 1646 tem endereço, Decisão Colegiada número 4, está aqui. Então, a formalidade é importante no sentido
 1647 de ser referência porque é uma formalidade porque você tem um decreto que diz que não. E está
 1648 enfrentando um decreto.

1649

1650 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil)** – A Grande Oriente
 1651 pediu para falar, quem quiser depois. Eu concordo com o Marcos, terá que ler primeiro, iríamos
 1652 discutir sem ler. Eu vi muita gente dizer que queríamos permanecer no Conasp. Mas não era só na
 1653 ideia de uma pessoa continuar o que pode ser um anseio de todos, sem nenhum problema. **Agora, o**
 1654 **que é importante ser colocado aí na decisão colegiada que o Marcos fez, que é a base da**
 1655 **discussão é “insere-se na autonomia de cada instituição eleita”. A Rede Desarma Brasil está**
 1656 **em acordo com isso.** Inserindo na autonomia, mesmo que venham as mesmas pessoas, mas não
 1657 pode inserir na autonomia.

1658

1659 **O Sr. Benedito Domingos Mariano (Conselho Nacional de Secretários e Gestores Municipais**
 1660 **de Segurança Pública)** – Quero reforçar que o melhor caminho para resolver essa questão é depois
 1661 de eleitas as entidades indicarem, independentes do decreto, quem a entidade entenda que deva vir
 1662 para o colegiado aqui. Se as entidades eleitas que é o mesmo conselheiro encaminha o mesmo
 1663 representante. Evidentemente que isso vai criar uma situação de ou aceita os mesmos representantes
 1664 ou não dá posse. Aí fica uma situação política clara para ser resolvida. Aí eu acho que são culturas
 1665 diferentes, colega Marcos, eu vim de movimento social e você de movimento mais formal. Eu acho
 1666 que algumas decisões políticas não precisam ser colocadas no papel: fazem, tomam. Então, do
 1667 ponto de vista se espera encaminhar essa decisão colegiada e não encaminhar não interfere em nada.
 1668 Acho que mais prejudica do que ajuda porque já temos a decisão das entidades que vai ser tomada,
 1669 não precisa avisar. Olha, não teve uma decisão sobre a mudança do decreto até eleição do dia 30 e
 1670 possivelmente não teremos até a próxima eleição que nós definimos aqui. Ora, eu que não sou
 1671 eleito, como gestor indico que essa não é a questão menor, o texto é aquele ali mesmo, não tem
 1672 divergência, é na forma, eu acho que não precisa encaminhar isso ao governo porque cada entidade
 1673 aqui já tomou sua decisão e tocamos o barco. **Agora, se as entidades da sociedade civil e dos**
 1674 **trabalhadores entendem que essa decisão que já foi tomada tem que ser registrada por**
 1675 **decisão colegiada eu também não sou contra, eu só acho que ela é desnecessária, então, não é**
 1676 **uma divergência de fundo e tal, razão pela qual reforço a decisão, mas encaminhar ou não,**
 1677 **porque acho que o registro não é necessário me dou o direito de me abster desse**
 1678 **encaminhamento porque acho que encaminhar ou não, não vai ferir em nada a decisão já**
 1679 **tomada por cada entidade autonomamente de definir quem vem para o Conasp.**

1680

1681 **O Sr. Marcos Dias dos Santos (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais –**
 1682 **Fenaprf)** – Eu vou me permitir aqui uma divergência do conselheiro Mariano, concordando com o
 1683 Marcos Costa, porque temos que formalizar sim, manifestar formalmente essa decisão nossa.
 1684 E outra coisa não prejudica em nada, então, não vejo o porquê de não aprovarmos essa
 1685 deliberação.

1686

1687 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-presidente - Rede Desarma Brasil)** – Bom, são duas
 1688 propostas. Vocês estão aptos para votação?

1689

1690 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público** – Já que já está
1691 indo para votação, deixe-me dar uma lida nos considerandos para ninguém dizer que aprovou uma
1692 coisa sem estar lá. Então, vamos lá: “*Considerando* que, em sua 20ª reunião Ordinária, identificada
1693 por este CONASP, que o artigo 6º do Decreto Federal 7.413, de 30 de dezembro de 2010, que
1694 dispõe sobre a estrutura, composição, competências e funcionamento deste Conselho, está gerando
1695 dúvidas e inseguranças quanto à sua interpretação, uma vez que sugere que os atuais Conselheiros
1696 em exercício neste Conselho não poderão voltar a ser indicados para uma nova composição do
1697 Pleno a ser nomeada a partir de janeiro de 2013, o que fere a autonomia das entidades eleitas em
1698 definir os respectivos representantes; *Considerando* as discussões realizadas na 2ª Reunião
1699 Extraordinária e a ausência, até o momento, da manifestação do Ministério da Justiça pela
1700 modificação do Decreto 7.413, de 30 de dezembro de 2010”, aí eu amarro com a questão da
1701 autonomia e deixo claro o seguinte que o decreto já está em processo de revisão, tanto que há uma
1702 proposta nossa lá que ainda está pendente. Amarrei dessa forma porque aí resguarda qualquer
1703 interpretação.

1704

1705 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-presidente - Rede Desarma Brasil)** – Então, aqueles
1706 que aprovam ficam do jeito que estão. **APROVADO POR MAIORIA, COM ABSTENÇÃO DO**
1707 **CONSELHEIRO BENEDITO MARIANO.** A proposta do conselheiro Marcos Costa é de que
1708 essa decisão colegiada seja assinada por todos os presentes, com abstenção do conselheiro Mariano.
1709 Não precisa? Então, está bom. Conselheiro Mariano para um informe sobre o processo eleitoral.

1710

1711

1712 **O SR. VICENTE ANTONIO MARIANO FERRAZ (Conselho Nacional de Comandantes**
1713 **Gerais das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares)** – **O Alexandre da Rede**
1714 **Infoseg esteve aqui e fez a seguinte sugestão da eleição ser no dia 18 e não no dia 20** porque no
1715 dia 18 terá mais apoio de pessoal técnico acompanhando o procedimento. Se não tiver nenhum
1716 obstáculo disso, nós formalizamos dia 18, dois dias antes. O encaminhamento que vai ser informado
1717 às 47 entidades, que nasceu do debate aqui do pleno, é que a **eleição é prioritariamente eletrônica,**
1718 **eles vão testar o sistema e talvez encaminhar o mais rápido possível um vídeo mínimo por**
1719 **email para as pessoas treinarem, eu disse para ele como é mostrado no sistema, então a eleição**
1720 **é eletrônica, mas as 47 entidades receberão 2 envelopes lacrados,** que é a proposta do Bride, que
1721 **só votarão na cédula se, eventualmente, não conseguirem votar no voto eletrônico. Então, aqui**
1722 **as entidades que tenham disponibilidade de acompanhar a votação in loco aqui em Brasília**
1723 **vai ter para cada entidade também uma cédula, qualquer problema vota na cédula, nós,**
1724 **evidentemente, cancelamos o outro e bota lá na urna para garantir que se deu problema no**
1725 **eletrônico vota imediatamente no papel.** E aí vamos acompanhar, vai sair listagem de quem votou
1726 para não ter eventualidade de dois votos no eletrônico e no papel. Eu acredito que nenhuma
1727 entidade vai fazer isso, porque ninguém aqui vai ficar fazendo mutretagem entre nós mesmos. **Se**
1728 **todos aprovarem, a reunião será no dia 18 de dezembro.**

1729

1730 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-presidente - Rede Desarma Brasil)** – Só um
1731 esclarecimento: o envelope branco entendemos para o sigilo e tal. Até quando vai poder postar isso?

1732

1733 **O Sr. Héder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças Militares**
1734 **Estaduais. ANASPRA)** – Já pensando nesse procedimento nós que estávamos presencialmente
1735 findou a eleição emitiu-se um relatório. Então, é sugestão para pensar. A partir do momento que
1736 emitiu o relatório, vamos partir de duas hipóteses básicas: nós tivemos lá 3 não votantes. Aqueles
1737 três não votantes enviarão os envelopes para cá. A sugestão é que no dia imediatamente posterior
1738 ele poste isso porque você tem um resultado às 17 horas. Ele sabe pela relação do Infoseg que ele
1739 não votou e ele precisa postar isso no correio. Não dá para ser no mesmo dia. A pergunta que eu

1740 faço é que se for apenas um que tiver que enviar esse voto para cá, isso é quebra de sigilo? É
 1741 pergunta, vamos admitir isso? Se for que conste isso no relatório porque o envelope veio o
 1742 remetente em branco para não ter a quebra de sigilo, mas falta apenas um, ele sabe que ele é o
 1743 último que não votou, ele vai votar, obviamente o voto dele será computado e só tem ele, isso é
 1744 quebra de sigilo? É uma pergunta. Se for isso tem que constar no edital. Porque isso é quebra, se
 1745 tiver dois envelopes você não sabe quem votou em quem, ou os dois votaram.

1746

1747 **O Sr. Abelardo Camilo Bride (Associação dos Policiais Militares Estaduais do Brasil –**
 1748 **AMEBRASIL)** - Eu faço a seguinte sugestão. Se chegar 15 horas e deu problemas significativos de
 1749 não conseguir votar, toda a votação no papel, cancela a eletrônica. Se misturar as duas, teremos
 1750 problemas. Então, a votação é até às 15 horas, horário de Brasília, é isso? O Infoseg consegue
 1751 monitorar o log. Ou seja, se eu me loguei no sistema ou não. Se eu me loguei até às 15 horas, tentei
 1752 uma, duas vezes e não consegui, telefonei à Comissão Eleitoral, coloco o técnico da Infoseg online,
 1753 não deu, é problema mesmo, cancela a votação eletrônica e passa para o papel para todo mundo.
 1754 Agora, de um não conseguir, desculpa o perdão da palavra, mas gera possibilidade de falcatura. Eu
 1755 posso não votar, deixar, vai ter gente aqui acompanhado a eleição e vai dizer o seguinte: “Ficou um
 1756 voto e aí depende do meu voto decide a eleição”.

1757

1758 **O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio)** – Eu tinha entendido, salvo engano, que a
 1759 proposta do Marcos era ter a garantia de que todos os votos seriam apurados. É muito mais simples
 1760 primeiro: todas as entidades vão receber envelopes lacrados, com sigilo e tal e vou colocar seus
 1761 votos ali. Então, todas as entidades caminham seus votos, vão ficar sob a guarda da comissão
 1762 eleitoral, em dando um problema de não aparecer o voto eletrônico daquela entidade se apura. Por
 1763 exemplo, acabou a apuração, a entidade tal. Como quebrou o sigilo?

1764

1765 **O Sr. Héder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças Militares**
 1766 **Estaduais. ANASPRA)** – Quebrou o sigilo porque apurou de todo mundo, não apurou do Viva
 1767 Rio, foi lá tirou o envelope é quebra de sigilo. Mas, não vai ter que publicar o resultado? É o que
 1768 estou dizendo, porque se chegar com o envelope tirou o envelope do Viva Rio porque o que está
 1769 identificado não é a cédula eleitoral, ela vem num envelope em branco, mas para saber de quem é
 1770 aquele voto, ou seja, que você encaminhou, você manda aquele envelope branco num sedex escrito
 1771 lá Viva Rio. Então, se você vai lá e tira ora que computar o voto o Tião votou em A, B e C, quebra
 1772 de sigilo.

1773

1774 **O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio)** – Mas é melhor fazer isso e garantir as eleições do
 1775 que de novo ter um novo processo.

1776

1777 **O Sr. Héder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças Militares**
 1778 **Estaduais. ANASPRA)** – Mas aí há quebra, teríamos votado por email e não precisaria deste
 1779 processo. A sugestão que pode se pensar, e nesse caso eu vou concordar com você na seguinte
 1780 sugestão: todos mandam seus votos por sedex. Deu um único problema eletrônico, despreza o
 1781 eletrônico e abre todos os votos de papel, aí eu vou concordar, porque aí todos estarão no sigilo.

1782

1783 **O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio)** – Eu problemático mandar depois o voto, manda-
 1784 se antes, se for precisa apurar, tudo bem. Se não precisar, não apura, porque se for mandar depois é
 1785 complicado. E a data para chegar é a data da eleição, até às 15 horas. Não chegou não considera. O
 1786 prazo é o do protocolo.

1787

1788 **O Sr. Jânio Bosco Gandra (Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais Civis –**
 1789 **Cobracol)** – A proposta do Bride é mais ou menos parecida com a nossa. Trata-se de uma eleição

1790 manual, **a proposta nossa era desprezar a votação virtual e passar para somente manual.**
 1791 **Temos que decidir.** Ou enfrentaremos a possibilidade de ter uma falha mais mínima que seja nesse
 1792 processo online pela Infoseg ou nós optamos logo para fazer a manual, não vejo nenhum problema
 1793 nela. No nosso caso, para os estados nós mandamos uma carta-resposta, uma cédula, assinada pela
 1794 comissão, geralmente composta de 3 mesmos, todos três assinam e estão os candidatos é só marcar.
 1795 Ele marca, fechou, e coloca na carta-resposta que já é porte pago e a pessoa tem o prazo de postar
 1796 até o dia x e de chegar até o dia y. Quer dizer, pode-se ter um prazo bem dilatado para isso, pode
 1797 chegar, mas vai chegar. Essa carta é como se fosse um AR. O correio tem o protocolo de entrega.
 1798 Esse é o processo mais transparente e seguro no meu entender, haja vista que estamos com um
 1799 pouco de receio de dar algum problema. **Eu queria até sugerir ao Infoseg trocar o I pelo L**
 1800 **minúsculo ou vice-versa, e o O pelo Zero, caso contrário vai ter o mesmo problema, ninguém**
 1801 **consegue identificar essa senha, vai dar problema.** Se vai ser a mesma senha, eu, pelo menos não
 1802 tenha a minha mais. Eu me cadastrei no computador da Infoseg. É esse apelo que faço aos colegas e
 1803 dizer que esse sistema funciona. Nós não vamos desprezar o sistema, muito pelo contrário,
 1804 estaremos fazendo isso porque ainda não nos adequamos. O Infoseg não é um sistema de votação,
 1805 diferentemente do sistema do TSE, que já foi testado anos e anos. Já pensou se der problemas
 1806 novamente: Onde vai ficar a idoneidade do nosso Conselho? Vai ficar duvidoso perante a opinião
 1807 pública. Bride, eu acho que é isso, você faz isso também na sua associação, nós também fazemos.
 1808 Nunca deu problema de alguém votar errado. Às vezes ele anula, ou então ele marca e manda para o
 1809 correio. Você não identifica o voto dele porque essas cartas-respostas quando chegarem vão estar
 1810 lacradas e aí cédulas vão estar dispostas dentro de uma urna, todas vão se misturar, então está
 1811 preservado o sigilo do voto. É essa a minha contribuição.

1812
 1813 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público) –** Pessoal,
 1814 talvez uma possibilidade que poderia ser pensada para este processo eleitoral seria o seguinte:
 1815 poderia ser **duas alternativas: uma, se identificado que há um problema técnico do sistema e se**
 1816 **isso for chancelado pela comissão que está lá presente, você poderia prorrogar a votação**
 1817 **daquele que não conseguiu votar, para o mesmo dia ou para o dia seguinte,** esse é um caminho.
 1818 **Outro caminho é você fazer isso antes, quer dizer, é você votar antes, como as eleições**
 1819 **americanas.** Qual é a razão de não poder fazer a votação eletrônica em dois dias? Eu não me
 1820 lembro do porquê de ser esse sistema de votação tão fechado assim?

1821
 1822 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-presidente) (Rede Desarma Brasil) –** Podemos pensar
 1823 nisso.

1824
 1825 **O Sr. Marcos Dias dos Santos (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais –**
 1826 **Fenaprf) –** Eu penso que aumentar esse prazo de votação pelo sistema eletrônico já vai diminuir
 1827 bastante a possibilidade de erro e claro mantendo a equipe de suporte para corrigir os problemas.
 1828 Então, tendo essa equipe que pode dar esse suporte, por exemplo, 2 dias de eleição, eu acho que já
 1829 resolve. E o sistema manual por correspondência é subsidiário. Se durante dois dias se esgote todas
 1830 possibilidades de fazer o registro do voto eletrônico então recorra para aqueles que não conseguiram
 1831 registrar o voto eletrônico, registra o voto por correspondência. Vai ficar prejudicado o sigilo apenas
 1832 se isso acontecer com um votante, com a entidade eleitora, vai ficar prejudicado o sigilo daquela,
 1833 mas é um risco que temos que correr. Não vicia o processo porque o voto só vai ser revelado ao
 1834 final da apuração.

1835
 1836 **O Sr. Jânio Bosco Gandra (Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais Cíveis –**
 1837 **COBRAPOL) –** Eu quero tirar uma dúvida. Vamos supor então que consigamos fazer só pelo
 1838 Infoseg. **Se der problema pelo menos em duas entidades que não consigam votar por algum**
 1839 **motivo, nem no primeiro dia e nem no segundo. O que poderá acontecer? Anular o processo**

1840 **de novo.** Nós estamos fazendo nova votação porque alguns não conseguiram votar e eu concordo
1841 com isso. Vamos supor que duas entidades estejam precisando de um voto. Ele não consegue nela
1842 própria? Enquanto que o manual não. Ora, se vamos optar por um que é 100%, as não vamos
1843 continuar com um que é 90%. O que eu prefiro? Nenhuma chance de erro.

1844

1845 André – Bom, algumas considerações são de caráter metodológicas, Primeiro para decidir por uma
1846 coisa ou por outra é melhor pensarmos em todos os detalhes de cada um. Eu tinha falado aqui de
1847 manhã que não é saudável que mesclamos dois métodos que isso poderia abrir mais fragilidades.
1848 Tem que haver uma previsão para a dificuldade de votação que pode surgir. As regras têm que estar
1849 claras a todos, caso o eleitor encontre alguma dificuldade terá um número de telefone para entrar
1850 em contato de tal a tal horário. Isso não quer dizer que todas as entidades vão conseguir votar. Isso
1851 também não quer dizer que o processo vai ser impugnado por uma ou duas entidades não
1852 conseguiram votar. O problema que deu foi porque 7 entidades que estavam no plenário acharam
1853 que teriam votado e não votaram. Esse foi o problema. Então, não podemos pensar aqui numa
1854 eleição infalível, sem erros. O que tem que ter é o procedimento claro. Eu acho que tinha problema
1855 sim, o procedimento não era claro, não era simples, se o sistema der conta de corrigir esses
1856 problemas até o dia 18, com testes e tudo, é legítimo que a comissão opte por isso. O sistema de
1857 cartas, por sua vez, tem que ter precauções. Primeiro, se decidirmos fazer a eleição por correio é
1858 importante que a comissão eleitoral entre em contato com cada um dos eleitores para confirmação
1859 de endereço, para indicar o dia da postagem da cédula e tal porque uma entidade eleitora poderá
1860 alegar depois que a cédula foi mandada para outro endereço e tal e por aí vai.

1861

1862 **O SR. MARCOS ANTÔNIO DA SILVA COSTA (CONSELHO NACIONAL DO**
1863 **MINISTÉRIO PÚBLICO)** – Se você abrir essa correspondência, você está abrindo outro leque de
1864 regulamentação. Você tem que regulamentar isso e é mais problema. Se você resolver isso dentro
1865 do procedimento eletrônico que já existe não teremos que criar regras novas de maior complexidade
1866 e lidar com algumas possibilidades de novas impugnações sobre novas coisas que vão começar
1867 agora. Então, **manter a alternativa eletrônica, eu acho que vai ser aquela que vai custar em**
1868 **termos normativos de futuras impugnações, menos ao Conasp do que criar um novo**
1869 **procedimento que pode ter novos problemas.**

1870

1871 **O SR. VICENTE ANTONIO MARIANO FERRAZ (Conselho Nacional de Comandantes**
1872 **Gerais das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares)** – Só retomando o que o
1873 André disse, o maior problema que tivemos, com exceção do companheiro Bride, foi no plenário.
1874 Pode ser que o voto 100% manual dê menos problemas. Mas não dá para garantirmos que esse voto
1875 não vai ter problema nenhum. A sugestão é a seguinte: vieram pelo menos metade nos leitores
1876 estavam no Tancredo Neves. Primeiro que possamos incentivar as 47 entidades dentro do possível
1877 que venha participar in loco da votação. Aquelas que puderem vir e que estão no plenário votam no
1878 papel porque aí não corre o risco que o Hélder disse que é só uma instituição, porque em meia hora
1879 votam todos. E deixamos a votação eletrônica só para quem não estiver presente. Porque 100% dos
1880 problemas que ocorreram in loco não terão. E nós podemos estabelecer para as entidades que não
1881 vierem acompanhar a votação in loco a sugestão do Marcos Costas, do dia 16 até o dia 18, o sistema
1882 está aberto, já poderá votar. Então, no dia 18 já vamos ver se alguma entidade teve problema em
1883 votar. Nessas eleições, eu acho que 70% a 80% estarão in loco e os que faltam votam
1884 eletronicamente. Eu acho temerário aprovarmos aqui que a eleição é só no papel. O pessoal vai
1885 melhorar o sistema, isso quer dizer o seguinte, eu votei, vai sair o meu voto, vai receber o recado
1886 que votou, vamos acreditar que o sistema vai melhorar. O papel é segunda hipótese. Agora, se
1887 tivéssemos votado no papel todos que estavam presentes, 10 horas teríamos terminado a eleição e já
1888 feita uma preliminar de quem estava presente. Acho que podemos trabalhar com as duas
1889 alternativas e insistir para que venham aqui, para quem vier já tem cédula pronta e urna. E para

1890 quem tiver dificuldades de vir terão dois para votar e nesses dois dias vamos conhecer eventuais
 1891 problemas e tentar sanar para que ele consiga votar. É isso.

1892

1893 **O Sr. Abelardo Camilo Bride (Associação dos Policiais Militares Estaduais do Brasil –**
 1894 **AMEBRASIL) - Encaminhamento: mantém só votação eletrônica. A votação é num único dia,**
 1895 **só poderá votar no dia seguinte quem dentro do prazo da eleição, o prazo do horário previsto,**
 1896 **entre em contato e relate a dificuldade. É claro que sem a divulgação do resultado. Se uma**
 1897 **entidade não votou e não entrou em contato, está encerrada a eleição. Aí faremos num dia só e**
 1898 **quem tiver problema vai ligar naquele período, a interface pelo que eu vi vai estar mais**
 1899 **amigável. O meu problema não teria ocorrido se eu tivesse a confirmação do meu voto na tela e**
 1900 **poderia ter sido resolvido na hora.**

1901

1902 **O Sr. Rildo Marques de Oliveira (Movimento Nacional de Direitos Humanos) –** Eu queria
 1903 chamar a atenção, primeiro, dizer que a comissão eleitoral foi de um grande valor e proporcionou a
 1904 garantia que todos nós aqui defendemos. Do processo que viemos, das falhas que ocorreram, a
 1905 comissão teve a coragem suficiente de garantir o direito da manifestação através do voto vindo a
 1906 anular o pleito e propor um novo porque um número x de votantes não tiveram seus votos acusados.
 1907 Eu acho que a comissão eleitoral tem consenso. E estamos fazendo uma discussão aqui de um
 1908 processo de que estamos desconfiando de tudo. Nós nunca vamos conseguir prever todas as
 1909 hipóteses que podem ocorrer numa falha de eleição. Eu acho que temos que fazer esforço para que
 1910 nós aproveitemos os 47 votos, mas e se alguém se abster? Pressuponho que o sistema falhou? Eu
 1911 persigo o caminho da última pessoa que me antecedeu. Eu acho que nós devemos manter a votação
 1912 eletrônica e a instituição que se vê prejudicada no sentido de acesso, ela deve de imediato contatar
 1913 ou comissão eleitoral, que tem que criar um canal de comunicação imediato e essa entidade se
 1914 garante outra forma de manifestação de seu voto que não por aquele sistema. Eu queria chamar a
 1915 atenção dos companheiros porque não vamos sair muito disso. Ninguém vai encontrar aqui um
 1916 mecanismo mágico se todos os eleitores não colaborarem para uma regulação que saia daqui hoje
 1917 nesse sentido.

1918

1919 **O Sr. Marcos Fábio Rezende Correia (Coletivo de Entidades Negras) –** Quanto mais discutimos
 1920 mais eu vejo falibilidade no debate. E essa a minha preocupação porque eu começo a conjecturar
 1921 muita coisa. Assim, o mundo tem malandragens, eu não estou aqui para dizer que todos são meus
 1922 amigos. Então, eu posso, por exemplo, pegar um grupo de eleitores, amigos, e todo mundo vai ligar
 1923 dizendo que tiveram para votar. Mas, ninguém vai ter resultado? Eu também não sei por que tem
 1924 uma série de elementos no meio disso tudo. Estou levantando essa lebre porque isso pode acontecer
 1925 sim. Porque pode ser que 15 entidades não votem e 15 entidades decidem depois tudo se quiserem.
 1926 Temos que tomar muito cuidado. É muito perigoso o que estamos predispondo a fazer. **Por conta**
 1927 **disso, talvez seja o ideal o voto eletrônico,** quem não votou no meio do processo liga, tenta
 1928 resolver, votar, vota por email, fala por telefone e vota no viva-voz, mas esse negócio de papel, eu
 1929 tenho medo também. Eu prefiro votar em aberto do que ficar nesses votos secretos. Quando o Bride
 1930 coloca: “a pessoa que não conseguir votar e relatar pode votar no dia seguinte”. A pessoa relata que
 1931 não conseguiu votar e neste mesmo dia ela vai ter que ir lá e colocar o voto dela de papel, é isso? É
 1932 consertar nesse dia mesmo?

1933

1934 **O Sr. Abelardo Camilo Bride (Associação dos Policiais Militares Estaduais do Brasil –**
 1935 **AMEBRASIL) -** É o horário de votação ser um pouquinho menor para que dê tempo até às 4 horas
 1936 da tarde para sanar panes. Então, é nós votarmos até às 13 ou 14 horas, esse é o horário de votação,
 1937 se teve problema tem até às 15, 16 horas para sanar o problema.

1938

- 1939 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Vice-presidente - Rede Desarma Brasil)** – Temos
 1940 essa proposta de a eleição ser das 10 às 14 horas.
 1941
- 1942 **O SR. VICENTE ANTONIO MARIANO FERRAZ (Conselho Nacional de Comandantes**
 1943 **Gerais das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares)** – Nós temos que trabalhar
 1944 com a hipótese de ter segundo turno. A ideia de a eleição acabar às 15 é que se quatro
 1945 entidades empataram vai para o segundo turno essas quatro entidades. Está previsto no nosso
 1946 edital. Então, o ideal é começar às 9 horas e vai até o meio dia, é suficiente, estamos falando de 47
 1947 entidades das quais metade estará no plenário. Então, das 9 ao meio dia vota, se deu problema dá
 1948 mais uma hora para resolver os problemas, e às 13 ou 14 reinicia. Às 15 horas começa o segundo
 1949 turno das eleições, se eventualmente for necessário, aí com poucas entidades.
 1950
- 1951 **A Sra. Raquel Willanido Braga (Observatório de Favelas do Rio de Janeiro)** – Eu queria
 1952 ponderar só essa questão do horário pensando um pouco no que foi o tempo que levamos para
 1953 auxiliar algumas pessoas que tiveram dificuldade que estavam no estado. Houve pessoas que
 1954 precisei colocar com o técnico 5 ou 6 vezes. Então, se pudesse ir um pouquinho mais à frente no
 1955 horário daria uma margem de segurança.
 1956
- 1957 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Vice-presidente - Rede Desarma Brasil)** – De 9
 1958 as 14 horas.
 1959
- 1960 **O SR. VICENTE ANTONIO MARIANO FERRAZ (Conselho Nacional de Comandantes**
 1961 **Gerais das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares)** – Então, não encaminha
 1962 célula para nenhuma entidade, é eleição eletrônica? Se não conseguiu de forma nenhuma, podemos
 1963 sugerir manda por email como foi feito e nós aprovamos?
 1964
- 1965 **O Sr. Marcos Fábio Rezende Correia (Coletivo de Entidades Negras)** – Gente, se mandar por
 1966 email quebra o sigilo, mas o sigilo é de interesse de quem vota.
 1967
- 1968 André – Os problemas que surgirem a comissão eleitoral resolve caso a caso.
 1969
- 1970 **O Sr. Marcos Fábio Rezende Correia (Coletivo de Entidades Negras)** – A comissão eleitoral
 1971 existe para isso. Resolve na hora os problemas.
 1972
- 1973 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de Segurança**
 1974 **Pública)** – Nós conversamos com o pessoal do Infoseg sobre a possibilidade do que aquilo que a
 1975 doutora Regina falou, cada estado votar no horário daquele horário do estado, terá que ser o horário
 1976 de Brasília, das 9 às 14, horário de Brasília.
 1977
- 1978 **O SR. VICENTE ANTONIO MARIANO FERRAZ (Conselho Nacional de Comandantes**
 1979 **Gerais das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares)** – Para não deixar
 1980 dúvidas: o voto é eletrônico. Vai ter um sistema mais amigável, facilitar enxergar, vai ter
 1981 treinamento, vai ser encaminhado um vídeo de como votar, vai sair a identificação de que o
 1982 voto foi confirmado. E os eventuais problemas terão que resolvidos, isso colocaremos no
 1983 edital, no horário das 9 às 14 horas. Então, a pessoa não pode votar faltando um minuto para as
 1984 duas porque poderá ter problema e passa do horário. Até sugerimos que a votação seja na parte da
 1985 manhã, se tiver problema terá tempo.
 1986

- 1987 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Vice-presidente - Rede Desarma Brasil)** – Só tem
 1988 uma coisa que precisamos definir com o Infoseg porque estava com o meu notebook, não consegui
 1989 acessar por ele e o fiz pelo do Osmar.
 1990
- 1991 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de Segurança**
 1992 **Pública)** – Outra coisa que preciso saber: a senha foi enviada para todos e a senha ainda está
 1993 válidas. Se as pessoas forem votar nos mesmos computadores não vão precisar fazer aquele
 1994 cadastro todo de novo. Se precisar, eu retiro o cadastro de todos e cadastro todos de novo para
 1995 receber novas senhas. Vamos fazer tudo de novo. Nós estamos trabalhando com um sistema de
 1996 segurança.
 1997
- 1998 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Vice-presidente - Rede Desarma Brasil)** –
 1999 **Pessoal, o mais seguro é cadastrar todo mundo novamente, nós podemos ter problemas de**
 2000 **novo. O sistema vai facilitar muito, só terá uma senha, não mais duas. Pessoal, foi aprovado**
 2001 **como sugerido? APROVADO. (INTERVALO)**
 2002
- 2003 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Vice-presidente - Rede Desarma Brasil)** Bom,
 2004 Pedro ficou com a construção do documento.
 2005
- 2006 **O SR. GERALDO SOARES WANDERLEY (Pastoral Carcerária Nacional)** – **Eu gostaria de**
 2007 **dizer uma pendência da pauta que passou. É sobre a Conseg. Porque por aquele calendário,**
 2008 **ficamos de setembro a novembro de fazer aquelas apresentações.** Não fizemos. Se nós agora
 2009 terminarmos essa reunião, voltarmos para casa, nós vamos esta aqui em fevereiro. Janeiro e
 2010 fevereiro era o tempo de instalar as comissões estaduais e também de escrever os textos. Então,
 2011 como nós já decidimos sobre as eleições e que vamos continuar mais ou menos daquele jeito, isso é
 2012 um assunto que se não houver problema lá fica decidido. Mas, a Conseg fica atrasada. Por exemplo,
 2013 **eu realizei o encontro, que teve mais ou menos 30 instituições, com a presença do secretário de**
 2014 **Segurança, e tem agora nos dias 19 e 20 com duzentas pessoas. E falando sobre essa história,**
 2015 **de aval e tal. Eu acho que a Conseg que estava na pauta não foi discutida. E se nós não**
 2016 **discutirmos vamos inviabilizar a realização ou colocá-la muito para frente.**
 2017
- 2018 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Vice-presidente do Conasp - Rede Desarma**
 2019 **Brasil)** – Nós voltaremos a esse tema, Geraldo.
 2020
- 2021 **O SR. MARCOS DIAS DOS SANTOS (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários**
 2022 **Federais)** – **Eu só queria lembrar que sobre a questão da maioria, existe uma diretriz**
 2023 **priorizada na 1ª Conseg que por coincidência é a diretriz número 33, onde na conferência que**
 2024 **rejeita também essa diminuição da maioria penal. Então, é um compromisso nosso, uma**
 2025 **responsabilidade de refutar essa diminuição da maioria penal, haja vista que os princípios**
 2026 **e diretrizes da 1ª Conseg existe uma relativa à criança e do adolescente, que é essa. Não tem**
 2027 **nada mais com relação isso, embora na época tentamos aprovar algum outro princípio ou diretriz**
 2028 **que fazia referência também. Então, é responsabilidade de Conselho perante o que foi priorizado na**
 2029 **1ª Conseg.**
 2030
- 2031 **O SR. JOSÉ ROBERTO NEVES (Sindicato dos Agentes Penitenciários Federais)** – Eu queria
 2032 tratar de uma já que temos na iminência de mudar a pauta de amanhã de uma recomendação, eu não
 2033 sei se seria mais oportuno fazer a discussão agora, ou esperar aprovar essa.
 2034
- 2035 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Vice-presidente do Conasp - Rede Desarma**
 2036 **Brasil)** – Aprovar a PEC 33.

2037

2038 **A Sra. Raquel Willadino Braga (Observatório de Favelas do Rio de Janeiro)** – Só queria trazer
2039 mais um elemento que reforça o posicionamento deste conselho. No Observatório de Favelas nós
2040 trabalhamos com muito mais força no campo da juventude e da segurança, mais de 2008 para cá,
2041 temos desenvolvido ações com foco mais específico na adolescência. E na interlocução com os
2042 atores vem do movimento de infância e adolescência, muitas vezes há uma resistência forte de
2043 travar debates relacionados à segurança justamente por conta dessa perspectiva da proteção integral,
2044 de dizer: “Bom, temos que pensar muito mais a partir da promoção de direitos e da proteção do que
2045 qualquer debate que possa dar margem criminalização desse grupo”. Então, encontramos
2046 resistências também do lado de lá para fazer essa interface. **E eu acho que no momento como esse**
2047 **um Conselho de Segurança se posiciona a contra claramente à redução na maioria penal**
2048 **tem um peso simbólico muito significativo.** Essa é uma luta de muitos anos, é uma luta
2049 imprescindível para todos os atores que levam a sério a discussão sobre direitos no Brasil.

2050

2051 **O Sr. Rildo Marques de Oliveira (Movimento Nacional de Direitos Humanos)** – A minha fala
2052 vai no sentido de manifestar já claramente a aprovação da manifestação redigida em razão do tema
2053 de suma importância. Primeiro porque quem propõe a PEC 33 e luta já algum tempo para que haja
2054 essa redução nunca trouxe indicadores e elementos concretos de que o problema da violência passa
2055 por uma quantidade de adolescentes mais milhões de vezes menores do que o conjunto de outros
2056 adolescentes que estão na sociedade que justificassem ter uma medida desse porte e que afetasse
2057 toda a juventude e adolescência como um todo. Segundo, porque fica claro que o Estado brasileiro
2058 não tem um projeto para a juventude, nem para a infância, nem para a sociedade na medida em que
2059 ao invés de nos últimos 22 anos fazer implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente cria
2060 uma tentativa como solução rasa do problema, e ineficiente, a redução da maioria penal em
2061 detrimento da aplicação integral do ECA que é uma luta de anos que vem sido travada pelas
2062 entidades de direito humanos, pela sociedade civil e o Estado não consegue efetivamente demarcar
2063 claramente para a nação brasileira qual é o projeto que se tem para esse juventude. Depois quem
2064 propõe isso mostra claramente que não quer um Estado acolhedor, ao contrário quer ampliar a
2065 exclusão e a desigualdade porque uma pequena parte desses adolescentes que se envolve às vezes
2066 em atos infracionais quer traduzir que essa pequena pauta signifique um todo. E isso significa que
2067 estamos diante de um Estado que não acolhe. Outra questão que acho importante é que o Estado
2068 continua não afirmando direitos e nós de vez em quando ouve os debates dizendo que as crianças e
2069 os adolescentes têm muitos direitos e poucos deveres. Ora, isso é uma falácia e um tremendo
2070 sofisma porque todos nós sabemos que existe para cada direito um ou dois deveres correspondentes.
2071 E enquanto eu não tiver uma sociedade que não afirme direitos eu não vou ter uma sociedade que
2072 compreenda a necessidade e respeito e faça os seus deveres. Ainda o que vai contra essa PEC 33 é a
2073 noção de que nós não construímos espaços de diálogo para compreendê-lo diferente. Ao contrário,
2074 nós construímos sistemas para excluir e expulsar o diferente ainda mais, aprofundando ainda mais o
2075 grau de desigualdade que existe na sociedade. Com a PEC 33 estamos demonstrando, o Congresso
2076 Nacional demonstrará, se aprovada, que não conhece o seu público que precisa de educar. E ao
2077 invés de dialogar que precisa passar pelo processo de educação, e não só formal, mostra que não
2078 quer dialogar e não tem nenhuma proposta de educação. E, por último, senhores, a PEC 33 vai no
2079 sentido de coisificar as pessoas e sujeitos, como se sujeitos e pessoas fossem coisas. Se vão rebaixar
2080 para 16 anos a maioria penal, para quanto rebaixarão a identificação do que significa criança e
2081 adolescente neste País. **E missão que está sendo colocada aqui no Conasp é uma missão muito**
2082 **importante e o peso deste Conselho em se manifestar contra a aprovação da PEC 33**
2083 **reputamos como da maior importância para garantirmos o direito e a igualdade de milhões**
2084 **de jovens e adolescentes que estão em situação de desigualdade.** Não será com punição
2085 excessiva, com prisão que nós resolveremos o problema da violência. Afinal esse modelo o
2086 conhecemos há pelo menos 500 anos, que se bate, mata, prende como resposta de controle à

2087 violência e nós sabemos não tem resolvido. Nós precisamos pensar é de um outro olhar sobre a
 2088 questão. Então, parabenizo aqui o conselheiro Pedro pela manifestação por escrito e solicito a todos
 2089 que manifestem-se a favor dessa manifestação.

2090

2091 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público)** – Chegou
 2092 uma notícia aqui pelo Correio Brasilense que eles adiaram a votação. E, provavelmente, essa PEC
 2093 não vai ser votada agora. Esse tema que divide muito as opiniões. É a chamada questão política.
 2094 Ontem, naquela fala do representante da OAB ficou uma coisa bem interessante sobre o que é
 2095 racismo. Não, injúria real não é racismo, mas o Congresso pode dizer o que é racismo aquilo que é
 2096 injúria real. Pode tipificar como racismo aquela conduta. Essa é uma decisão de natureza política. O
 2097 que é racismo para o sistema judicial brasileiro pode ser dito. Não está fechada essa discussão.
 2098 Quem diz que é injúria real é a legislação. Na mesma forma, é esse debate. É um debate que divide
 2099 opiniões. Aqui há ma escolha política que vai considerar uma série de elementos. Por exemplo, se
 2100 você olhar o mapa da maioria penal na Europa países como Itália, Alemanha tratando suas
 2101 crianças e são democracias consolidadas. Então, não há de ser considerado isso um retrocesso em
 2102 relação a políticas de defesa das crianças, talvez não seja, agora, que é uma decisão política cada
 2103 país escolhe o seu caminho. Agora, absolutamente você não pode dizer que isso é um retrocesso,
 2104 especialmente, se você for, digamos assim, diminuir de 18 para 16 anos quando aqui os
 2105 adolescentes já votam, têm os seus direitos etc. Então, até que ponto essa discussão podemos fazer
 2106 agora neste momento tão tumultuado? É algo que tem alguns argumentos. As convenções
 2107 internacionais não proíbem o Brasil de fazer isso. Mas, é uma escolha que o Brasil pode fazer. Essas
 2108 convenções de direitos humanos não proíbem de fazer isso. Boa parte do sistema de direitos
 2109 humanos está lá convivendo com países, Dinamarca, França, Alemanha, Escócia. Agora que essa é
 2110 uma questão de opção nossa. Nós podemos dizer que não queremos esse modelo para o Brasil. Nós
 2111 queremos que seja 18 anos por isso e isso. Então, eu contesto algumas bases do argumento, falar de
 2112 convenção internacional, essa coisa toda, que isso impediria, não impede. Se não impediria todos
 2113 esses países que são signatários dessas convenções também de direitos humanos. E eles estão lá
 2114 com as suas legislações. E até que ponto, por exemplo, uma forma de você, a redução da
 2115 maioria penal não pode ser também um elemento de proteção da própria infância e da
 2116 adolescência. Porque existe processo de cooptação de menores, complexos. Então, **o ambiente do**
 2117 **Congresso é algo que vai ser prioritário agora ou até o final de ano, já está fechando a pauta**
 2118 **do Congresso para este ano. E uma PEC tem uma primeira votação, tem a segunda votação,**
 2119 **volta, vai para outra Casa. Então, há realmente a urgência, para agora? Temos que aprovar**
 2120 **isso agora?**

2121

2122 **O Sr. Elder Costa Santos – Fórum Nacional de Juventude Negra – FONAJUNE** - Inicialmente
 2123 gostaria de parabenizar o companheiro Pedro que trouxe essa discussão. **No nosso entendimento,**
 2124 **essa PEC é mais uma tentativa do Congresso Nacional de criminalizar a população negra e**
 2125 **pobre do nosso país.** As crianças e adolescentes negros não têm os seus direitos garantidos e estão
 2126 correndo risco de serem penalizados justamente por isso. Então, é incompatível com a realidade
 2127 nacional a redução da maioria penal tendo em vista que o Brasil não cumpre suas obrigações
 2128 com o segmento para o qual estão querendo reduzir a maioria penal. E para nós isso não é
 2129 novidade porque no Século 19 houve uma redução da maioria penal porque era logo após o
 2130 contexto da abolição e as crianças negras eram alvo da redução da maioria penal. Para nós é
 2131 uma tentativa de prender as crianças e adolescentes e dar continuidade ao processo de extermínio
 2132 dos jovens. Eu conclamo, senhoras e senhores, a se posicionarem sim contrário a essa redução, até
 2133 porque é uma questão de coerência este Conselho vem se colocando durante dois anos contrário a
 2134 todas as políticas de segurança pública que prejudicam setores mais vulneráveis da sociedade. Acho
 2135 que não devemos fechar este mandato sem ter esse posicionamento.

2136

2137 **O Sr. Marcos Dias dos Santos (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais –**
2138 **Fenaprf)** – É coerência inclusive com a 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública. Nós não
2139 devemos deliberar aqui totalmente contrários àquilo que a conferência priorizou.

2140

2141 **O Sr. Elder Costa Santos – Fórum Nacional de Juventude Negra – FONAJUNE** – Exatamente.
2142 Então, para finalizar, **eu conclamo o conselho a se posicionar sim cabalmente contrário a essa**
2143 **PEC 33.**

2144

2145 **O Sr. Jânio Bosco Gandra (Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais Cíveis –**
2146 **Cobracol)** – Eu só quero fazer aqui nosso apoio à ideia do companheiro Elder. Eu acho que o Brasil
2147 ainda não está preparado para adotar essa política progressista. Sabemos que vamos chegar lá. Se
2148 não cuidarmos da segurança pública, essa política terá que ser adotada. A partir da insegurança,
2149 começa a ter essas ideias como criminalizar fosse melhorar a segurança pública. E nós sabemos que
2150 não vai melhorar coisa alguma. Terão mais imbróglis, vão colocar crianças nas penitenciárias que
2151 não têm o mínimo de cuidado para adultos, imaginem para crianças. Agora, sabemos que as
2152 crianças vão ser presas mesmo porque elas estão cometendo delitos de adultos. E muitas
2153 organizações criminosas estão absorvendo essas crianças para incluí-las no crime organizado, nós
2154 sabemos disso e não é novidade. Agora, entendemos que o momento não é esse ainda. Nosso Brasil
2155 que é a 6ª economia mundial, eu acho que é ainda a 33ª potência de ideias voltada à proteção da
2156 vida humana. **Então, nós somos contrários. Eu já manifestei dando o meu voto** e apoiando a sua
2157 brilhante exposição.

2158

2159 **O Sr. Everardo de Aguiar Lopes (Rede Desarma Brasil)** – Bem, eu já havia mostrado ao Pedro e
2160 mostrado a alguns amigos sobre essa questão porque já tem manifestação de várias entidades da
2161 sociedade civil com respeito a essa PEC. Mas, eu acho que o Conasp tem que se manifestar de
2162 forma mais explícita por que o que está sendo colocado pra nós hoje? Eu acho muitas vezes
2163 achamos que o Estado não tem nenhuma política de proteção. Eu acho que tem deficiência da
2164 política de proteção sim do que diz respeito a crianças, adolescentes do Brasil. Qual é a política para
2165 esse segmento? É uma política estratégica. Isso ninguém tem dúvida. Agora, temos outro problema
2166 que é um Congresso extremamente conservador e que está aproveitando a crise da segurança
2167 pública para bater no governo e nós sofremos com isso. Vejam, algumas questões muito práticas:
2168 aqui na Câmara do DF, quinta-feira, foi aprovado um projeto legislativo dando porte de armas às
2169 pessoas que trabalham nas instituições socioeducativas. Isso é uma loucura. A Câmara Distrital tem
2170 uma política de oposição do governo então encontra um segmento fragilizado, então vamos bater.
2171 Na quinta-feira de manhã, tivemos uma Audiência Pública na Câmara federal para o pessoal
2172 vinculado à fábrica de armas, ao pessoal do Viva Brasil, o Bolsonaro e o Fraga, essas pessoas da
2173 Comissão de Segurança que são totalmente contrárias a qualquer política de direito bateram na
2174 Campanha do Desarmamento como se esta fosse a política de segurança do Estado, o que não é
2175 verdade também. Então, ao nos posicionarmos com relação contrária, e aí mobilizar a sociedade
2176 para que o Parlamento tome uma atitude contrária à PEC 33, precisamos dizer claramente como é
2177 que está esse Congresso no que diz respeito ao reconhecimento às políticas de direito como você
2178 falou ali. Essa tem um olhar diferente porque é uma decisão política. Eu concordo muito com o
2179 Marcos, é uma decisão política sim, Se o governo não tiver aliados como nós, com esses segmentos
2180 aqui, com essa capilaridade o governo vai ficar acuado porque existe uma crise sim. Não podemos
2181 fechar os olhos a essa crise. Existe crise de insegurança, existe mortalidade grande, existem crianças
2182 e adolescentes que cometem crimes, nós não podemos é ficar acuados com isso. Temos que ter
2183 como argumentos, primeiro, que mobiliza a sociedade, segundo, que dê credibilidade a nós e
2184 colocar quem é o nosso principal adversário agora que é esse Congresso que, infelizmente, é um
2185 Congresso que tem feito dessas políticas fragmentadas a sua única ação de oposição ao governo. E
2186 sofre a sociedade brasileira.

2187

2188 **O Sr. Vicente Antonio Mariano Ferraz (Conselho Nacional de Secretários e Gestores**
2189 **Municipais de Segurança) -** Eu quero repetir a fala de conselheiros aqui **para reforçar de que a**
2190 **diminuição da maioria penal, na prática, é um projeto que criminaliza a juventude, as**
2191 **crianças, principalmente a juventude e crianças pobres e negras. Esse é o fato objetivo que**
2192 **está por trás dessa questão.** Eu represento aqui neste Conselho o Conselho Nacional de Secretário
2193 e Gestores Municipais de Segurança. Possivelmente entre os gestores de segurança tem aqueles que
2194 defendem a diminuição da maioria penal. Agora quem está aqui representando a instituição está
2195 numa função política estabelecendo uma posição política. Então, respeitando aqueles que são
2196 contrários, aqui a representação do CONSEIS não tem dúvida de ir de encontro a essa PEC. E acho
2197 estranho o companheiro Marcos Costa ter dúvida sobre essa questão, com todo respeito. Porque às
2198 vezes batemos muito nas questões do fortalecimento e o Conasp, são nessas questões que queremos
2199 saber se o Conasp vai ser fortalecido para valer, colocando o dedo na ferida, entrando nas questões
2200 de fundo, importantes, que envolvem a sociedade. É aí que temos de posicionar o Conasp. Por isso,
2201 grande parte de países da Europa tem a maioria penal aos 12, 14 e aos 16 anos. Isso não quer
2202 dizer ou é referência para concordarmos. Acho ruim que países europeus tenham a maioria
2203 penal aos 12, 14 anos. E o nosso exemplo é mais grave porque grande parte desses países não teve o
2204 caldo repressivo que temos na nossa história. Eu disse naquela conferência mais de 300 anos com a
2205 cultura de capitão-do-mato que evidentemente está se fazendo um esforço para mudar, a transição
2206 democrática talvez demore mais no setor de segurança pública, mas tem feito esforço para mudar.
2207 De modo que eu quero reiterar aqui, independentemente de quando vai ser votado, se agora ou
2208 daqui a 10 anos, o Conasp precisa deixar claro para a sociedade a sua posição, se no consensual,
2209 majoritária, **porque a questão de crianças e adolescentes no Brasil é uma questão**
2210 **fundamentalmente de políticas públicas, de oportunidades e não de diminuição de maioria**
2211 **penal.**

2212

2213 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil) –** Temos 5 pessoas
2214 inscritas. É consenso que votemos agora porque senão vamos perder o quórum? Em regime de
2215 votação: aqueles que aprovam fiquem do jeito que estão. **APROVADO POR MAIORIA, COM**
2216 **UM VOTO CONTRA.**

2217

2218 **O Sr. Heder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças Militares**
2219 **Estaduais. ANASPRA) –** Eu desejo que conste em Ata que a Anaspra é contrária à redução da
2220 maioria penal.

2221

2222 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil) –** A moção foi
2223 aprovada.

2224

2225 **O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio) –** Eu vou fazer o encaminhamento: primeiro, é
2226 muito importante que essa moção seja vinculada em todos os nossos sites das nossas
2227 entidades; segundo, a função do conselho é aconselhar o governo nas questões de segurança.
2228 Isso tem que ir como um documento para o governo para que ele se posicione também
2229 contrário a essa aprovação porque afinal de contas a maioria dos deputados que lá estão é do
2230 governo.

2231

2232 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil) –** A ideia é
2233 endereçar essa decisão aqui tomada ao Senado, ao Congresso e ao governo. Nós vamos escolher a
2234 quem vai ser enviado.

2235

2236 **O SR. JOSÉ ROBERTO NEVES (Sindicato dos Agentes Penitenciários Federais)** – Parece-me
 2237 que ainda não mudamos a pauta de amanhã. E tem um tema aqui que eu queria pedir o apoio para
 2238 aprovação de uma recomendação para não nos debruçarmos nesse tema amanhã. Eu gostaria de
 2239 fazer hoje ainda para garantia do quórum.

2240

2241 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil)** – Mas, já não tem
 2242 mais quórum. Prepara direitinho e amanhã vamos aprovar.

2243

2244 André – Eu vou ser bem breve até porque vou reiterar alguns argumentos que os colegas
 2245 apresentaram. Eu queria tentar contribuir um pouco para a compreensão do significado político
 2246 dessa PEC e de se colocar contra essa PEC. É claro que do ponto de vista formal, jurídico e em
 2247 contraste com as recomendações e tal, isso não representa nenhum avanço e nem retrocesso em si
 2248 porque as leis na teoria da política jurídica formalista, elas não têm conteúdo, não tem juízo de valor
 2249 e tal.

2250

2251 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil)** – Um momento, por
 2252 favor, nós estamos com quórum. Podemos votar a recomendação do José Neves. Vamos ouvir o
 2253 conselheiro e depois colocamos em votação.

2254

2255 André – O que ela representa em termos de retrocesso político tem dois pontos fundamentais que
 2256 não podemos desprezar e que dependem do nosso contexto e da realidade política brasileira e é
 2257 nisso que temos que focar para discutir esse assunto. Primeiro é que essa proposta se choca com um
 2258 campo de direitos em construção que foi um campo produzido através de lutas e processos de logo
 2259 prazo da democracia brasileira e essa vai contra esses campos de direitos que são os direitos de
 2260 defesa, de proteção de jovens e crianças brasileiros. Isso é um campo fundamental e esse campo foi
 2261 construído por setores mais progressistas, mais democráticos. Outro ponto que não podemos deixar
 2262 de dialogar aqui, que o nosso colega Everardo colocou, é que essa proposta emana dos setores mais
 2263 conservadores e retrógrados da sociedade brasileira. Não vou entrar no mérito da discussão, mas o
 2264 contexto é um contexto sim de retrocesso e de atraso na democracia brasileira porque é uma retórica
 2265 velha, gasta que ainda está muito presente no discurso reacionário no Brasil que confunde direitos e
 2266 privilégios. É como se qualquer garantia de direitos representasse no fim das contas um privilégio a
 2267 determinado setor da sociedade. E não é disso que se trata. Trata-se de defender vidas, de evitar
 2268 mortes, e de ter condições políticas para construir políticas públicas pautadas nessas agendas. Que
 2269 são políticas que ainda engatinham. A nossa posição política não terá necessariamente impacto no
 2270 resultado dessa votação, mas é indispensável que nós nos manifestemos contrário para que mesmo
 2271 tendo sido aprovada haja alguma resistência pública a esse respeito que vai representar atraso na
 2272 construção da democracia brasileira.

2273

2274 **O SR. MÁRCIO DA SILVEIRA MARINS (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays,
 2275 Travestis e Transexuais)** – Antes de passar para o Coronel Derner, todos concordam que
 2276 encerremos as inscrições agora desse tema? O Neves ainda tem a apresentação para fazer.

2277

2278 **O Sr. Cel Altair Derner Filho (Conselho Nacional de Comandantes-Gerais das Polícias
 2279 Militares e do Corpo de Bombeiros Militares)** – Eu gostaria de concordar com a análise que o
 2280 Marcos fez de que isso não é necessariamente retrocesso. Essa PEC faculta ao Ministério
 2281 Público, ele que é o maior defensor do ECA e dos direitos das crianças e dos adolescentes,
 2282 analisar os casos que poderão ser imputadas a redução penal. Então, penso que sim pode ser
 2283 um fator proteção. Alguém mesmo falou aqui que a maioria dos crimes cometidos não é por
 2284 menores. Então, vamos parar de generalizar as coisas. Penso que o tema atual está tão em voga
 2285 porque é uma demanda da sociedade atual, o ECA com todos os avanços que teve há 22 anos

2286 infelizmente os resultados não conseguimos trazê-los para o lado bom, claro que por falta de
2287 aplicação do ECA, da aplicação pelo governo que estão ali preconizadas. Mas, é um tema atual sim,
2288 não vejo nada de retrogrado nisso e penso que pode ser um fator de proteção porque uma vez que é,
2289 segundo dizem, os crimes praticados pelos menores são exceções, então vamos sim tratar esses que
2290 são excepcionais dessa forma, com fiscalização do Ministério Público.

2291

2292 **A Sra. Raquel Willadino Braga (Observatório de Favelas do Rio de Janeiro)** - Eu me senti
2293 muito contemplada pela fala dos conselheiros que me antecederam, em especial do Elder e depois
2294 do Mariano, mas eu só queria trazer aqui um elemento que está no texto que precisa refletir um
2295 pouco mais, quando falamos de criminalização desse grupo, de que estamos e o que se traduz em
2296 termos letalidade de adolescente neste país. Temos acompanhado a evolução dos homicídios na
2297 adolescência com recorte específico e infelizmente a cada processo de atualização dos dados o
2298 quatro que constatamos é cada vez mais grave. Quando estamos fazendo **essa discussão sobre**
2299 **redução da maioria penal e olhando para o adolescente como um potencial criminoso,**
2300 **estamos contribuindo fortemente para o acirramento dos índices de homicídios na**
2301 **adolescência e, em particular, dos adolescentes negros, pobres, moradores de favelas deste**
2302 **país. Acho importante reiterar esse registro.** A nossa reflexão tem que ser invertida, tem que ser
2303 na linha da valorização da vida e da promoção de direitos.

2304

2305 **O Sr. Marcos Fábio Rezende Correia (Coletivo de Entidades Negras)** – Eu estava olhando aqui
2306 no Código Penal de 1940, no seu Artigo 49: “O juiz atendendo a culpabilidade e os antecedentes, a
2307 conduta social, a personalidade do agente aos motivos e circunstâncias do crime, bem como o
2308 comportamento da vítima estabelecerá, conforme seja necessário, o suficiente para reprovação e
2309 prevenção do crime”. Por que estou colocando isso para discutir essa PEC? Porque é exatamente o
2310 que está posto nos dias atuais, ou seja, quando continuamos a discutir, trazemos de volta à baila essa
2311 questão do jovem ser tratado como um sujeito que pode ser penalizado por conta de determinado
2312 idade, nós sabemos do que estamos falando porque esse Código é uma consequência de uma
2313 reforma que penalizava somente negros. Então, não podemos esquecer que se um lado nós estamos
2314 aqui tratando em vários debates de como essa população negra é penalizada com essas ações, nós
2315 sabemos que quando nós diminuimos a maioria penal e aí concordo com o Mariano e o Elder,
2316 sabemos quem vamos atingir. E essa população já é atingida o tempo todo. Basta vermos nos
2317 últimos dados não só no Mapa da Violência, do Ministério da Justiça, todos os dados mostram que a
2318 juventude branca, os homicídios com relação a ela, tem caído, enquanto a juventude negra de 2004
2319 até 2012 aumentou 300%, no caso, por exemplo, da Bahia e a média do Brasil foi de 133%. Então,
2320 nós não podemos nos furtar a fazer as leituras das entrelinhas do que está colocado sob pena, e aí
2321 Marcos Costa eu concordo com você sobre muitas coisas, mas discordo disso, de nós não
2322 pensarmos que como nos países que outrora foram denominados de primeiro mundo ou
2323 desenvolvidos, que por uma série de elementos não são tão desenvolvidos como deveriam, porque
2324 sabemos o que acontece nesses países com relação aos imigrantes, a uma série de elementos que
2325 eles julgam absurdos no geral, mas que também eles não têm uma proporção de distorções
2326 históricas com os deles como os que temos aqui. Nós não podemos pegar a população da Finlândia,
2327 que 90% de brancos e dizer que na Finlândia faz isso. Porém, aqui no Brasil o histórico é que a
2328 população negra acaba sendo a maior penalizada quando o tema é esse.

2329

2330 **O SR. MARCOS ANTÔNIO DA SILVA COSTA (CONSELHO NACIONAL DO**
2331 **MINISTÉRIO PÚBLICO)** – **As suas considerações como a do André e a de Elder trouxeram**
2332 **argumentos que não aparecem normalmente porque são argumentos válidos politicamente.**
2333 Eu disse que essas questões de convenções, de tudo mais, eu acho que não é argumento. Agora,
2334 pode ser um argumento sim a realidade que vivemos. **E aí é o que a Raquel disse no sentido de**
2335 **que eventualmente no contexto que estamos em que não há uma política que rebate os**

2336 **homicídios neste país, mudar o contexto geral dessa envergadura pode amplificar os**
 2337 **homicídios**, mas isso nunca aparece às vezes. Isso que foi falado agora no diálogo claro, concreto, a
 2338 nossa preocupação é que na situação atual não é porque isso talvez seja materialmente ruim, talvez
 2339 pode estar embutido assim: “Se amanhã o Brasil conseguir daqui a 50 anos chegar num nível que
 2340 chegou esses países europeus talvez nós cheguemos nisso aqui”, não se fala assim. Por que não se
 2341 fala assim: “Porque a briga política é pesada e que precisa ir realmente pelo embate e dizer: nós não
 2342 aceitamos por isso e isso”. Mas, existem outras pautas que são pautas escondidas que são as pautas
 2343 da realidade. Tanto que eu usei o exemplo do advogado da OAB quando ele diz que é injúria real.
 2344 Não, aqui da lei é uma decisão política. Política pura, de escolha de qual é o caminho que teremos
 2345 trilhar.

2346
 2347 **O Sr. Abelardo Camilo Bride (Associação dos Policiais Militares Estaduais do Brasil –**
 2348 **AMEBRASIL)** - Senhores, eu tenho uma posição um tanto quanto dúbia com relação a essa PEC.
 2349 Vejo que todos se preocuparam quando falaram em reduzir a maioria penal de 18 pra 16. Eu não
 2350 vejo preocupação deste Conselho e o que a Justiça, o Ministério Público, os governantes, os
 2351 secretários de Educação, de Saúde, de Segurança Pública estão fazendo para que as crianças não
 2352 cheguem ao crime. É uma minoria, onde é que eles estavam? E aquele menor que passou 30 vezes
 2353 pela delegacia pelo mesmo crime, assalto à mão armada? Que providência foi tomada? Passa pela
 2354 delegacia e é jogada na rua de volta. É fácil ser contra a PEC33, é fácil dizer que é contra a redução
 2355 da maioria. O que nós vamos fazer para que essas crianças não cheguem lá? Depois que elas
 2356 chegam lá é muito difícil reverter, não estamos fazendo nada para tirar essas crianças da lá.

2357
 2358 **O Sr. Luiz Carlos Nóbrega Nelson (Departamento de Polícia Federal)** – Obrigado, é só uma
 2359 colocação. Eu vejo a abordagem dessa PEC sob outro enfoque. **Eu só gostaria que não fosse**
 2360 **abordado como política de segurança pública. Porque eu vejo como política de segurança**
 2361 **pública aquilo que interage no sistema e tem reflexo na sociedade, seja reduzindo os índices de**
 2362 **violência, seja melhorando o sistema. Na verdade essa redução de maioria é uma opção**
 2363 **legislativa.** Temos um sistema que adotamos a teoria biológica, têm países que adotam a
 2364 psicológica que valoram uma pessoa, sua capacidade de responder com base no seu grau de
 2365 entendimento. No nosso não, 18 anos ele responde como maior nas penas do Código Penal, abaixo
 2366 dos 18 anos estão regidos pelo ECA. Agora, a redução da maioria penal seja para 16, 14, seja
 2367 aumento para 21 anos não vai ser uma política de segurança porque não vai reduzir os índices de
 2368 violência. A diferença vai ser no tratamento, se aquele fato tido como reprovado vai se chamar
 2369 crime, vão dar um nome, ou se aquele fato reprovado vai dar um nome chamado ato infracional do
 2370 menor. Então, no fundo é uma discussão que tem reflexos sim porque a comunidade negra sobre, os
 2371 pobres sofrem, quaisquer pessoas sofrem também porque terão um tratamento finalístico
 2372 diferenciado, vai ser uma pena maior do Código Penal enquanto nos termos do ECA não é
 2373 naturalmente uma pena, mas um tratamento socioeducativo diferenciado. Mas, ela não reduz índice
 2374 de violência. Não é política que vai trazer mais segurança para a sociedade e tampouco aprimorar o
 2375 sistema de segurança pública.

2376
 2377 **O Sr. Vicente Antonio Mariano Ferraz (Conselho Nacional de Secretários e Gestores**
 2378 **Municipais de Segurança)** - De um ponto de vista, vou trabalhar com o ponto de vista seu que não
 2379 é um tema mais voltado para segurança pública, mas a justificativa se chega ao Congresso
 2380 Nacional essa PEC é segurança pública. Mas, esse equívoco não é aleatório. É que para os setores
 2381 conservadores entendem que melhora a segurança pública diminuindo a maioria penal. É só
 2382 pegar o perfil de quem defende isso no Congresso Nacional e não vai melhorar. Como disse o
 2383 próprio Bride aqui. Quer dizer, a tua fala só reforça de que o setor conservador da Sociedade
 2384 Brasileira que se expressa também no Congresso Nacional transforma a questão política pública,
 2385 política social tudo em questão de segurança pública. Essa questão dá uma resposta imediata,

2386 reativa à crise profunda do setor de segurança pública que não se reforma, que não tem perspectiva
2387 de fazer mudanças estruturais, sejam legislativas, sejam de ordem interna de formação, transforma
2388 tudo numa resposta de quanto mais dura a legislação penal, nós vamos melhorar a segurança
2389 pública, é um engodo, não vai melhorar, o que vai acontecer é que nós vamos ter 200, 300 mil
2390 adolescentes presos e a violência vai aumentar e nós criminalizamos e não é qualquer um preso, nós
2391 sabemos qual é o perfil daqueles que vão ser presos a partir da maioria penal, 99.9% são os
2392 pobres e os negros.

2393

2394 **O Sr. Luiz Carlos Nóbrega Nelson (Departamento de Polícia Federal)** – Só para concluir e não
2395 de forma divergente, de forma alguma, eu acho pauta de segurança pública se você quer ter um
2396 efeito pragmático, segurança pública tem esse viés pragmático, é você se tivesse uma discussão no
2397 Congresso, eu acho que o erro vem de lá trazer isso como segurança pública, que seja uma opção,
2398 cada país tem a opção de escolher se é 18, 14 ou 16, mas pauta de segurança é você pegar o sistema
2399 que você está, analisar e ver: quais as formas de prevenir e quais as formas de ressocializar aquele
2400 que delinuiu, o maior, ou quais as formas de socioeducar melhor aquele tido como inimputável, a
2401 criança ou o adolescente, que você tem um sistema que funcione, isso é sistema de segurança
2402 pública, é você trabalhar os sistemas policiais, os sistemas de ressocialização dos indivíduos, mas
2403 não uma tratativa que pega na verdade uma carona na segurança pública, porque não é pauta de
2404 segurança pública, a redução ou aumento da maioria penal não vai reduzir a violência, vai ser
2405 dado um tratamento diferenciado, mas o fato social tido como reprovável permanece o mesmo.

2406

2407 **O SR. MÁRCIO DA SILVEIRA MARINS (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays,**
2408 **Travestis e Transexuais)** – Temos uma solicitação do conselheiro José Neves sobre um ponto
2409 que estava na pauta de amanhã que é sobre o sistema prisional, uma recomendação que ele já
2410 enviou aos e-mails de todos.

2411

2412 **O SR. JOSÉ ROBERTO NEVES (Sindicato dos Agentes Penitenciários Federais)** – Bom,
2413 pessoal, eu preciso da atenção de vocês, inclusive o Marcos Rezende foi um dos que propuseram
2414 aqui a mudança da pauta, e tem um item dessa pauta que acabamos sendo prejudicados, portanto, eu
2415 concordando com a inversão da pauta de amanhã, eu gostaria de propor uma resolução na tentativa
2416 de tentar contemplar as angústias que nós tínhamos em relação a esse tema proposto. **O tema vem**
2417 **basicamente ao encontro das últimas manifestações do Ministério da Justiça em relação ao**
2418 **sistema prisional e que a partir dessa manifestação vários segmentos ocuparam um espaço**
2419 **muito interessante na mídia sobre as condições do sistema prisional e fizeram com que o**
2420 **Ministério da Justiça criasse um grupo de trabalho para investigação em relação a essa**
2421 **questão. Comissão semelhante foi instaurada na Comissão de Segurança Pública na Câmara**
2422 **dos Deputados para fazer esse mesmo debate.** De forma que entendemos que este Conselho
2423 também debate o sistema prisional tendo aqui uma Câmara Temática permanente que discute que
2424 nós realizamos aqui uma audiência pública para o aprofundamento desse debate e a partir dela
2425 aprovamos algumas recomendações. Então, então hoje nós discutimos muito prestígio ou
2426 desprestígio deste Conselho frente ao Ministério e eu vejo a não participação deste Conselho nessa
2427 questão ela agrava esse sentimento de desprestígio. Para não ocupar muito o tempo dos senhores, eu
2428 vou pedir para o colega colocar essa recomendação e **peço o apoio de vocês, e essa recomendação**
2429 **até por conta do tema merecia um debate maior, mas o tempo não vai permitir, mas é no sentido de**
2430 **solicitar ao Ministério da Justiça que permita a participação deste Conselho efetivamente**
2431 **acompanhando esse grupo de trabalho para que possamos a partir disso trazer algum substrato aqui**
2432 **para este Conselho. Vamos lá: “A Plenária do Conselho Nacional de Segurança Pública –**
2433 **CONASP/MJ, em sua 20ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 6 e 7 de dezembro, no uso de**
2434 **suas competências legais e regimentais, conferidas pelo artigo 12 do Decreto Federal**
2435 **7.413/2010 e pelo artigo 46 do Regimento Interno deste Conselho, e: Considerando as recentes**

2436 **declarações de vossa excelência sobre o sistema prisional brasileiro, reconhecendo seus**
 2437 **problemas; Considerando que será criado, no âmbito do Ministério da Justiça, um grupo de**
 2438 **trabalho para investigar as causas dos problemas no sistema prisional; Considerando que este**
 2439 **conselho tem a função de debater sobre temas da segurança, tendo inclusive como uma de**
 2440 **suas instancias uma câmara temática específica do sistema prisional; Considerando que este**
 2441 **conselho realizou recentemente uma audiência pública sobre o sistema prisional, aprovando, a**
 2442 **partir desta, recomendações destinadas a vossa excelência e aos governos estaduais, sobre o**
 2443 **sistema prisional, pautadas na primeira CONSEG; PNDH-3; e discussões da audiência**
 2444 **pública, e; Considerando o interesse institucional deste conselho; o acúmulo sobre o tema e**
 2445 **sua possibilidade de contribuição RESOLVE RECOMENDAR ao Ministro da Justiça que**
 2446 **permita a participação de representantes do Conselho Nacional de Segurança Pública**
 2447 **(Conasp) junto ao grupo de trabalho do Ministério da Justiça, que vai investigar os problemas**
 2448 **do sistema prisional”.**

2449

2450 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP) -**
 2451 **Neves, por que você não faz uma decisão colegiada e diz que o Conasp manifesta interesse em**
 2452 **participar?**

2453

2454 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Vice-Presidente) (Rede Desarma Brasil) –**
 2455 **Estamos prontos para votação. APROVADO. Até amanhã às 9 horas. É isso.**

2456

2457

07/12/2012

2458

2459

MANHÃ

2460

2461 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil) - Mediador – Bom**
 2462 **dia a todos e todas, vamos iniciar nossa reunião mesmo sem quórum. Mas nós estamos com uma**
 2463 **oportunidade rica de ter a devolutiva experiência de Pernambuco da nossa conselheira Célia**
 2464 **Rique e ela não queria falar, mas nós a convencemos, devido à importância que tudo foi feito.**
 2465 **Antes de passar a palavra a Célia para fazer isso nós gostaríamos de corrigir o equívoco que**
 2466 **cometemos ontem que foi da falta de apresentação do coronel Altair Derner pedimos desculpas em**
 2467 **nome da presidência, ontem foi um dia um pouco atribulado. Então, coronel, nossas desculpas e**
 2468 **está aberto, eu gostaria que tivesse a palavra para ouvirmos a sua voz.**

2469

2470 **O Sr. Cel Altair Derner Filho (Conselho Nacional de Comandantes-Gerais das Policias**
 2471 **Militares e do Corpo de Bombeiros Militares) – O CNCG, pelo menos não vai ser penalizado**
 2472 **pelo decreto que manda ter a rotatividade nas entidades, eu estava conversando com o Bride, isso**
 2473 **não vai nos atingir porque por estatuto que nós pretendemos alterar, já mandamos aos conselheiros,**
 2474 **o mandato do presidente é por um ano, a diretoria que ele constitui com direito à reeleição, então no**
 2475 **caso de haver uma reeleição é no máximo por dois anos essa diretoria executiva permanecerá**
 2476 **participando do CONASP, o coronel Nazareno participou da reunião anterior e por questões de**
 2477 **agenda ele não pôde continuar a participar desta e deixou o primeiro suplente, mas, enfim, eu me**
 2478 **considero apresentado, ontem conversei com todo mundo, até porque também cheguei um pouco**
 2479 **atrasado ontem, mas estamos aí para tocar a discussão e colaborar no que for solicitado.**

2480

2481

2482 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil) - Estamos felizes**
 2483 **com sua presença. Conselheira Célia.**

2484

2485 **A Sra. Célia Dantas Gentile Rique (Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações**
2486 **Populares – GAJOP) –** Bom dia a todos e todas. Primeira coisa que eu queria de comentar com
2487 todos os presentes é que ontem nós fechamos que nosso expediente da manhã seria ocupado com a
2488 função, **com a tarefa importantíssima que é o nosso balanço político das nossas realizações.**
2489 **Então, eu continuo afirmando que isso é que é importante para ser tratado,** mas, do ponto de
2490 vista dos nossos compromissos coletivos, nós discutimos o projeto da 1ª CONSEG e fizemos
2491 acordo a respeito da realização das consultas nos estados etc. De forma que cumprindo com esse
2492 acordo coletivo nós fizemos os nossos encaminhamentos e como já tinha falado anteriormente havia
2493 uma mobilização inicial da sociedade civil porque a Secretaria não nos dava resposta positiva desse
2494 engajamento de junho até outubro, de forma que ela veio a se engajar em outubro, **mas,**
2495 **resumidamente, o que eu queria falar para os senhores que o processo desencadeado**
2496 **realmente envolveu aquilo que a proposta diz respeito de pigmentos e envolveu desde o**
2497 **compromisso da mobilização com a realização, definição da metodologia, processo de**
2498 **discussão, todas as etapas, inclusive com os gastos** que aconteceram, o GAJOP teve que rachar
2499 com a Secretaria despesas de almoço e de vale-transporte do movimento popular. Bom, **o fato é que**
2500 **nós conseguimos essa integração e garantir aquilo que é o espírito desse projeto, a consulta é**
2501 **simplesmente uma etapa uma da conferência, ela não substitui a conferência e tem um papel**
2502 **fundamental de mobilizador,** faz quatro anos que nós não abrimos esse debate em torno de
2503 conferência, então retomar esse processo é uma tarefa bastante grande, desafiadora e nós já fizemos
2504 uma espécie de exercício, de ensaio bem-sucedido a respeito disso. Houve um envolvimento muito
2505 grande inclusive do movimento popular, com os representantes de trabalhadores da segurança para
2506 a condução desse trabalho, me parece que foi muito interessante, nós tivemos um diálogo e isso já
2507 oportunizou que há uma movimentação já se preparando para a constituição da comissão
2508 organizadora **quer dizer quando o CONASP chegar a Pernambuco para implantar, vai**
2509 **encontrar uma coisa bastante latente.** Nós fizemos uma programação e uma metodologia de
2510 trabalho absolutamente cumprindo roteiros do projeto preliminar. No que diz respeito àquilo que
2511 nós queremos saber, razão pela qual se faz a consulta, que é a resposta, a apreciação, a coisa mais
2512 difícil era fazer com que as pessoas não entendessem que a consulta é a respeito do modelo de como
2513 melhor fazer uma conferência e as pessoas já queriam substituir pelo processo de Conferência
2514 direta. Então, isso é uma coisa mais difícil para se esclarecer, porque é um movimento inteiramente
2515 novo, as pessoas não conhecem ainda esse processo democrático dessa consulta que antecede. Bom,
2516 o que gostaria de dizer do ponto de vista dos eixos temáticos houve uma discussão muito rica e se
2517 vocês quiserem ver de houve contribuições significativas de desdobramento e de uma necessidade
2518 de ampliação dos eixos para garantir certa coerência e melhor abordagem das questões que foram
2519 objetos da atenção. Quanto à metodologia, tiveram duas questões cruciais e que envolveram a
2520 questão do consenso, uma, é a questão do processo eletivo municipal, quer dizer, ninguém aceita
2521 não fazer conferência municipal, seja via consórcio de municípios, seja regiões administrativas,
2522 aquele critério dos municípios de índice de maior a violência, dentro dos 77 maiores do Brasil o
2523 pessoal nem entende aquela questão e rejeita vigorosamente, o consenso é geral, não admitem
2524 aquele tipo de coisa. A outra questão em relação a esta organização.

2525

2526 **A Sra. Raquel Willanido Braga (Observatório de Favelas do Rio de Janeiro) - -** Quería saber
2527 se teve demanda e de que as municipais fossem eletivas ou não, se a demanda é que tenha
2528 conferência em todos os municípios.

2529

2530 **A Sra. Célia Dantas Gentile Rique (Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações**
2531 **Populares – GAJOP) –** Não que elas sejam eletivas em conjunto. Agora eles acordam que seja via
2532 consórcio que nós não vamos fazer isso nos 184 municípios de Pernambuco e tem estado como
2533 Minas que tem mais de 700. Pois, é então essas coisas são difíceis, é por consórcio, por região
2534 político-administrativa, tudo o pessoal aceita, mas que saia uma base de representação municipal.

2535 Pois é... (*intervenções fora do microfone*) Não, para estadual que isenta em um processo seletivo
 2536 para estadual.

2537

2538 **O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio)** - Fundamental essa sua devolutiva justamente
 2539 naquilo o que nós vínhamos pensando e fomos derrotados aqui. **A minha pergunta é se de alguma**
 2540 **forma isso pode nos ajudar a minimizar esse problema porque, certamente, isso vai se repetir**
 2541 **em outros municípios, você vai ver que as pessoas querem participar, querem votar** enfim. A
 2542 pergunta é se nós temos como já com essa regra aprovada resolver essa questão?
 2543

2544

2544 **A Sra. Célia Dantas Gentile Rique (Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações**
 2545 **Populares – GAJOP) – O** detalhamento foi feito. Nós tínhamos inicialmente quatro eixos
 2546 temáticos, eles se desdobraram, se ampliaram. E o interessante, por exemplo, no primeiro eixo quer
 2547 dizer, tudo o que diz respeito à gestão democrática e o controle social, todo aquele desdobramento
 2548 foi separado e foram produzidos mais dois, a questão do financiamento é um desdobramento de um
 2549 eixo como um assunto específico considerado de maior importância e não quer envolver com mais
 2550 nada ele precisa ser discutido de *per si*, isso já tem uma visão essas questões. Mas, se quiserem ler e
 2551 acompanhar, e tirar cópia, façam como quiser. E o interessante é que no final como a devolutiva era
 2552 a primeira questão a ser dentro da proposta metodológica, o Recife não tem um relatório do que foi
 2553 a conferência de Pernambuco apesar daquela enorme produção de um ano e meio nós produzimos a
 2554 conferência, a primeira conferência trabalhando um ano e meio. De forma que criamos um modelo
 2555 metodológico, tudo mais, mas após esse trabalho da Comissão Organizadora ficou a cargo da
 2556 Secretaria, porque inclusive o material foi gravado e tudo, pois não se tem esse relatório. **Mas tem**
 2557 **uma coisa muito interessante que eu acho que foi dado conhecimento, se colocou ao nível de**
 2558 **domínio público que até então era privado, reservado da administração que o compromisso**
 2559 **político com a conferência não é uma ação, não é um evento, é um compromisso político com a**
 2560 **sociedade e que não foi registrado**, não foi devolvido à sociedade o que se passou exatamente o
 2561 encaminhamento a respeito das decisões todas tomadas, ninguém conhece esse conjunto ainda de
 2562 decisões de Pernambuco. **Bom, o fato é que tem uma moção foi finalizada, uma moção em**
 2563 **defesa do encaminhamento para a instalação do Conselho que inclusive há uma rejeição**
 2564 **muito forte** de que as pessoas presentes, os participantes exigem que realmente o Conselho exista e
 2565 exerça a função do Conselho entre outras coisas é exatamente é instalar a conferência, isso acontece
 2566 com todos os conselhos de políticas públicas sua função e o pessoal não aceita, queria essa próxima
 2567 conferência resulte de um decreto, como foi o caso da primeira do governador, o pessoal está
 2568 assumindo isso. De forma que, pelo menos do ponto de vista da mobilização, nós voltamos a
 2569 exercer um papel pedagógico importantíssimo que é a retomada do diálogo a um conjunto da
 2570 sociedade a respeito do que é a construção de uma política de segurança pública, para mim é isso. E
 2571 outra, retomando a conversa de ontem, eu acho que fazer as conferências ou lutar por esse projeto é
 2572 lutar pelo encaminhamento e a concretização de conferências, eu acho que isso é um papel político
 2573 fundamental deste Conselho, **porque conferência não é uma questão simplesmente de uma**
 2574 **decisão administrativa deste conselho, conferência é uma conquista da sociedade**, se reporte a
 2575 Constituinte de 88, nós garantimos na nossa Constituição cidadã o artigo do direito da participação
 2576 da gestão pública através de canais políticos institucionais já está previsto consagrado na
 2577 Constituição, não é mais a administração pública não, nós somos simplesmente os facilitadores para
 2578 que as conferências se realizem. Cuidado para nós não invertermos exatamente a ordem das coisas.
 2579

2580

2580 **A Sra. Raquel Willanido Braga (Observatório de Favelas do Rio de Janeiro)** - – Bom, primeiro
 2581 o queria parabenizar o GAJOP, eu acho que esse exercício que foi feito em Pernambuco foi
 2582 extremamente relevante para nossa construção, fico também muito feliz de ver que apesar dos
 2583 percalços que nós temos avaliado aqui ainda existe uma mobilização local lá muito significativa
 2584 nesse campo que é resultado de um processo que teve um envolvimento grande de muitos atores.

2585 Então, mais uma vez, Pernambuco mostra a força da mobilização social, eu acho que isso é muito
 2586 significativo. Acho que, e aí pensando no caso do Rio de Janeiro, nós temos quatro aqui, nós temos
 2587 uma organização de Pernambuco, no Rio nós temos quatro organizações, que têm peso local e de
 2588 alguma maneira nós travamos na hora em que o diálogo com a Secretaria não foi na forma que nós
 2589 esperávamos, e aí Célia você tem toda razão, a conferência definitivamente não têm que depender
 2590 disso, nós temos o exemplo das conferências de direitos humanos que foram tocadas durante muitos
 2591 anos sem o governo, chamadas pela sociedade civil em diálogo com a Comissão de Direitos
 2592 Humanos. Então, só dizer que eu tenho 100% de acordo com a tua avaliação, eu acho que a
 2593 devolutiva que você traz aqui é muito importante nesse momento de pensar o horizonte de trabalho
 2594 para o Conselho no próximo mandato e como é que nós tocamos esse processo de construção das
 2595 conferências em um nível mais local. Em relação a esclarecimentos, **eu queria que você falasse**
 2596 **um porque mais sobre o que apareceu no ponto de vista dos eixos, você disse que teve uma**
 2597 **demanda de ampliação, não ficou claro para mim se o que houve foi uma qualificação mais**
 2598 **precisa do conteúdo dos eixos propostos ou a solicitação de que nós tivéssemos novos eixos do**
 2599 **desenho.**

2600

2601 **A Sra. Célia Dantas Gentile Rique (Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações**
 2602 **Populares – GAJOP) –** Olhe, a qualificação das temáticas exigia um desdobramento daqueles
 2603 eixos para uma melhor organização da abordagem dos temas como foi, por exemplo, o eixo
 2604 primeiro que tem um enunciado é enorme e ficou bastante claro que toda a parte relativa gestão
 2605 democrática e controle social foi garantido em um eixo só, os demais desdobramentos que nós
 2606 tínhamos no primeiro eixo, 21 vocês estão lembrados, eram 21, parecia um jornal de assuntos a
 2607 serem tratados, então eles foram desmembrados em mais dois. Positivamente, teve esse tipo de
 2608 conteúdo agora se vocês quiserem ver, a coisa que eu estou me lembrando da questão do
 2609 financiamento que foi uma coisa muito bem posta e exigida que fosse trabalhada com o índice
 2610 especial da política do sistema de segurança pública. Tem mais alguma coisa?

2611

2612 **O Sr. Heder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças Militares**
 2613 **Estaduais. ANASPR) -** Célia, por favor, em relação ao público participante, você teve como
 2614 diagnosticar se foram participantes que fizeram parte da Conferência Nacional, da estadual ou é um
 2615 público novo que está entrando agora? Em relação aos trabalhadores, houve alguma participação,
 2616 ela foi oficial, eu digo, você procura no comando ele determina ou ela foi voluntária?

2617

2618 **A Sra. Célia Dantas Gentile Rique (Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações**
 2619 **Populares – GAJOP) –** Olha, é voluntária porque veja, eu identifico no que diz respeito a alguns
 2620 gestores e à representação dos trabalhadores da segurança, sobretudo, o pessoal que estava
 2621 compondo a Comissão Organizadora Estadual é o mesmo pessoal que endossou e apoiou. Do ponto
 2622 de vista do movimento popular das entidades aí era muito misturado, tinha gente nova porque
 2623 inclusive as nossas bases, a nossa dinâmica também se amplia, se renova. E o interessante é que nós
 2624 não fizemos mobilização dirigida a municípios, nós não tínhamos como bancar isso, mas por conta
 2625 desse trabalho de base nós tivemos muito dos municípios da região metropolitana presentes, isso é
 2626 que foi interessante, foi uma mescla de gente que nunca tinha participado de conferência ou de
 2627 política pública da segurança, outros que já tinham esse tipo de acúmulo, mas o que é interessante é
 2628 que a sua grande maioria traz um acúmulo de experiência de ser participante, até de delegados de
 2629 outras conferências de políticas públicas, isso é muito interessante porque enriquece a nossa
 2630 experiência.

2631

2632 **O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio) –** Eu queria também parabenizar o GAJOP e dizer
 2633 que nós temos realidades também bastante diferenciadas em nossos estados, nós estamos já há
 2634 alguns anos em uma luta imensa lá no Rio de Janeiro para constituir um Conselho Estadual de

2635 Segurança Pública, viemos no embalo da primeira conferência e até hoje efetivamente nós não
2636 conseguimos, temos essa dificuldade lá, mas achamos que este momento agora de articular a
2637 segunda conferência aí para além dos limites que temos com relação à Secretaria de Segurança, eu
2638 acho que é uma oportunidade ímpar para nós, efetivamente, conseguirmos mobilizar a sociedade, os
2639 trabalhadores, nós, de fato, conseguirmos implantar o Conselho no Rio de Janeiro, **a pergunta que**
2640 **eu gostaria de fazer, Célia, é tem como você nos manda por inscrito essas suas percepções, não**
2641 **precisa ser relatório completo, porque isso vai nos ajudar muito em nossos estados.**

2642

2643 **A Sra. Célia Dantas Gentile Rique (Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações**
2644 **Populares – GAJOP) –** Pois não, posso fazer o relatório e vocês levarem cópia, eu teria de
2645 encaminhar para a Comissão Técnica, responsável de mobilização de conferências. Então, pessoal,
2646 quem é que está aqui da comissão?

2647

2648 **O Sr. Heder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças Militares**
2649 **Estaduais. ANASPRA) –** Eu acho que é Garcez, Raquel, eu, Almir, Eliana.

2650

2651 **A Sra. Célia Dantas Gentile Rique (Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações**
2652 **Populares – GAJOP) –** Pois é, se você puderem passar para identificar em alguma daquelas fotos,
2653 a pessoa que era gerente da Secretaria, a gerência de participação social, foi ele o envolvido que
2654 tinha sido um dos nossos companheiros da equipe de coordenação passada, ele está na mesa
2655 fazendo a abertura. E foi muito diferente e diversificada essa participação, tinha uma representação
2656 multi, a pluralidade da representação que estava lá. Muitos, até crianças, grupo de crianças e
2657 adolescentes.

2658

2659 **A Sra. Célia Dantas Gentile Rique (Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações**
2660 **Populares – GAJOP) –** É Ari Cunha, você conhece.

2661

2662

2663 **O Sr. Marcos Dias dos Santos (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais –**
2664 **Fenaprf) -** Gostaria também de parabenizar a Célia, foi um trabalho muito bonito esse que você
2665 está apresentando e inspira também a que cada um de nós reproduza em nossos estados, claro que
2666 temos dificuldades enormes como você também teve. Eu quero até conversar mais com você até
2667 para saber como posso também realizar essa consulta lá em Tocantins. Gostaria de registrar aqui
2668 parabéns por esse trabalho.

2669

2670 **Sr. Elder Costa Santos (Fórum Nacional de Juventude Negra – FONAJUNE) –** Bom dia, todos
2671 e todas, desculpa pelo atraso, conselheira Célia, queria parabenizar pela iniciativa, dizer que isso
2672 inspira a nós da Bahia a realizarmos. **A minha pergunta é o seguinte: perante o público foi**
2673 **possível perceber a presença de segmentos que são historicamente excluídos e que tem**
2674 **interesse em discutir essa questão, por exemplo, a juventude, população negra, como foi essa**
2675 **questão dos segmentos? E a segunda pergunta é: qual é a avaliação do público em relação aos**
2676 **encaminhamentos da Primeira Conferência?** Que não tem como discutirmos a segunda sem que
2677 o público se manifeste perante os encaminhamentos da primeira Conseg, o que eles avaliam como
2678 avanço e retrocessos?

2679

2680 **A Sra. Célia Dantas Gentile Rique (Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações**
2681 **Populares – GAJOP) –** Bom, em relação a esse e vamos dizer mosaico diferenciado. plural nós
2682 temos, mas nós tivemos a mobilização que nós tivemos fôlego para fazer. Tinha representação de
2683 juventude em geral, a juventude negra, através mesmo como movimento negro tinha do
2684 Observatório Negro, agora não se teve uma amplitude que nós tivemos durante a conferência, nós

2685 colocamos 1.500 representações da sociedade civil organizada na primeira conferência, tendo outras
2686 condições evidentemente e o tempo também que era reduzido, mas teve uma diversidade muito
2687 grande, inclusive como estava dizendo, nós não tínhamos condições de fazer a abordagem
2688 municipal, mas por conta das relações que nós estabelecemos a a partir das diversas articulações,
2689 nós tivemos representantes de municípios da região metropolitana. O que este senhor (foto) que é o
2690 gestor público, ele nos prometeu, estava na agenda durante apresentação que deveria ter sido
2691 apresentado este relatório, o relatório da 1ª Conseg todas as decisões tomadas que até hoje, eu pelo
2692 menos sei apenas de alguns pedaços, coisa fragmentada, ninguém conhece porque esse relatório não
2693 foi publicado e, de fatod eles disseram que iriam apresentar, que mandariam a cópia para todo
2694 mundo e também não apresentaram, de forma que eu acho também interessante, nós já
2695 conversarmos isso, **a conferência é um compromisso público e político do senhor governador**
2696 **que instalou a conferência, através de um decreto então a conclusão, até o relatório também é,**
2697 **então está faltando para a sociedade o cumprimento de um compromisso público e isso se**
2698 **tornou evidente durante essa ocasião.**
2699

2700 **O Sr. José de Ribamar de Araújo e Silva (Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia – FNOP) –**
2701 Bom dia a todos. Eu queria cumprimentar também a Célia, nunca é demais, e dizer que talvez nós
2702 tivéssemos aprendido com vocês porque nós fizemos um esforço muito grande de fazer com a
2703 instância da Secretaria de Segurança Pública do Maranhão, e lá no Maranhão tem uma
2704 singularidade nesses três anos mudou de governador para governadora de uma forma muito
2705 traumática e de secretário três vezes, e nós tivemos que cantar o bê-a-bá todinho até para dizer que a
2706 conferência é um dever do estado, é uma obrigação de estado e não avançamos muito, deveríamos
2707 ter ousado mais e espero fazermos isso nessa direção. **A minha pergunta é: que compromisso**
2708 **prático se estabeleceu a partir dessa devolutiva nesse intervalo que compreende até a**
2709 **conferência, seguramente isso foi muito mobilizador é que compromissos práticos se**
2710 **agendaram até para que essa cobrança?**
2711

2712 **A Sra. Célia Dantas Gentile Rique (Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações**
2713 **Populares – GAJOP) –** Olha, já tem uma pequena agenda com um calendário, o começo de
2714 janeiro de retomada porque há uma mobilização e até compromisso dos representantes dos
2715 três setores de se prepararem enquanto comissão organizadora, quer dizer, quando nós
2716 instalarmos oficialmente a conferência em Pernambuco já contamos com a base mobilização
2717 de interessados em constituir as tarefas da Segunda Conseg, eu acho que isso é uma coisa
2718 fundamental. **Outra coisa é a moção em torno da cobrança para que o Conselho seja realmente**
2719 **seja instalado. São duas decisões políticas muito importantes.**
2720

2721 **A Sra. Raquel Willanido Braga (Observatório de Favelas do Rio de Janeiro) –** Célia, a
2722 intervenção do Elder me fez lembrar os dois pontos que tínhamos pensado em incluir no processo
2723 de consulta da última reunião, daí eu gostaria de saber se vocês fizeram lá, primeiro era
2724 justamente uma devolutiva nossa sobre o monitoramento das deliberações da Primeira
2725 Conferência Nacional e o segundo um certo balanço do que foi esse processo do mandato do
2726 CONASP e aí eu queria saber se vocês chegaram a fazer esse nível de diálogo ou se a consulta
2727 ficou focada mesmo no projeto da conferência.
2728

2729 **A Sra. Célia Dantas Gentile Rique (Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações**
2730 **Populares – GAJOP) –** Ficou focada mesmo na discussão do projeto porque o tempo era muito
2731 pequeno não dava para fazer uma tarefa tão grande como vocês viram na apresentação nós fizemos
2732 dez encontros só depois da organização dos três segmentos, é muito encargo para uma entidade
2733 pequena, cheia de acúmulos, que todo mundo sabe. Então, de qualquer modo, eu acho que esse
2734 diálogo em torno da importância da conferência e da importância que tinha essa consulta

2735 **porque ela se afirma como um processo cada vez maior e melhor de democratização do**
 2736 **processo de Conferencia, nós não vamos simplesmente instalar a segunda CONSEG, nós**
 2737 **estamos fazendo o envolvimento na discussão desse modelo e eu acho que isso ficou percebido**
 2738 **porque já existe movimentos semelhantes em relação à educação, há toda uma mobilização**
 2739 **para que se façam as discussões prévias do modelo e da conferência sobre igualdade racial.**
 2740 Bom, eu queria dizer aos meus novos que chegaram a pouco que eu comecei a fazer essa conversa
 2741 simplesmente prestando contas, muito rapidamente, de um compromisso coletivo, é a única
 2742 intenção, porque eu estou bastante ciente do nosso acordo de ontem, nós vamos ocupar nosso
 2743 expediente de hoje de manhã com uma coisa importantíssima que é o nosso balanço político. Eu
 2744 não estou ocupando espaço do nosso calendário não, era simplesmente passar conhecimento e
 2745 prestar contas, eu sou membro de um coletivo, se eu faço acordos coletivos, eu obrigação de
 2746 cumprí-los.

2747

2748 **O Sr. Marcos Fábio Rezende Correia (Coletivo de Entidades Negras)** – Bom dia a todos e
 2749 todas, Célia, não precisa nem falar sobre isso porque você representa para nós o que você fez com
 2750 certeza e de forma alguma ocupou tempo, mas nos deu a dimensão do trabalho que esse Conasp
 2751 deveria fazer cotidianamente, que é atingir as bases, trazendo retorno e levar de volta as
 2752 contribuições de segurança pública, parabéns nós nos sentimos orgulhosos pela competência do
 2753 trabalho.

2754

2755 **O Sr. Rildo Marques de Oliveira (Movimento Nacional de Direitos Humanos)** – Então, nós
 2756 também queríamos parabenizar a Célia e dizer que a Célia deu uma grande contribuição no sentido
 2757 de ter construído para nós nas consultas públicas uma matriz. Matriz de um processo que a
 2758 democracia ela foi de fato garantida nesse processo lá de Pernambuco e que houve a participação
 2759 dos três segmentos e isso foi fundamental para que a segunda conferência ocorra e que traga de fato
 2760 uma grande expectativa, ajustes em relação à primeira e um direcionamento político enquanto
 2761 políticas públicas de segurança pública. Mas, eu queria dizer aos conselheiros que talvez em muitos
 2762 estados que estão representados aqui neste Conselho e eu não sei como esta comissão vai atingir
 2763 esses estados que têm aqui a representação no Conselho e que essa experiência da Célia pudesse nos
 2764 servir de matriz, pelo menos essa é a proposta que o movimento nacional vai levar para seus filiados
 2765 nos estados que não têm representação aqui, dessa consulta pública dessa segunda conferência.
 2766 Então, nós só agradecemos essa contribuição da Célia.

2767

2768 **A Sra. Célia Dantas Gentile Rique (Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações**
 2769 **Populares – GAJOP)** – Eu agradeço as palavras de todos vocês, mas nós precisamos lembrar de
 2770 uma coisa **que é anterior a tudo isso que foi a existência do projeto preliminar e todos nós**
 2771 **concorremos com a elaboração desse projeto preliminar.** Não existiria essa consulta se não
 2772 houvesse uma intenção de aperfeiçoamento desse processo e se não houvesse a força, determinação
 2773 de montar e de fechar esse projeto preliminar. Eu acho que eu só vim mesmo cumprir parte de um
 2774 acordo e comigo estiveram presentes várias pessoas. **Precisamos nos lembrar que um trabalho a**
 2775 **ser, inclusive, relatado como um dos itens do nosso desempenho aqui no Conasp, pois é**
 2776 **exatamente a elaboração desse projeto preliminar.**

2777

2778 **O Sr. Heder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças Militares**
 2779 **Estaduais - ANASPRA)** – Bom, acho que eu sou o último inscrito e aí voltamos à pauta. Célia,
 2780 primeiro agradecer e reconhecer a *mea culpa* como integrante da mesa, quando ontem você uma das
 2781 primeiras falas suas, apresenta esse relatório e faltou-nos a sensibilidade de oportunizar, naquela
 2782 ocasião, que você fizesse a demonstração desse trabalho. Se nós queremos o respeito do governo
 2783 para com o Conselho, se nós não dermos o respeito a nós mesmos pelos trabalhos por nós
 2784 reproduzidos, como exigir do governo que ele respeite o Conselho? Então, fica aqui a *meã culpa*

2785 enquanto integrante da mesa de não ter tido a sensibilidade ontem naquele momento quando você
2786 apresenta o relatório e é fundamental se nós queremos cobrar do governo, se teremos ou não a
2787 conferência, quando aquilo que pactuamos de que haveria as consultas públicas nos estados ou se
2788 apresenta o relatório e nós não tivemos a sensibilidade de que, naquele momento, oportunizar essa
2789 apresentação. Você até o presente momento foi a que cumpriu o pactuado, evidentemente que
2790 houve todo um pré-projeto que foi trabalhado, aprovado pela plenária, mas, eu faço a *mea culpa*
2791 que se tivéssemos tido essa sensibilidade ontem, teríamos tido essa apresentação ontem, e se eu não
2792 dialogo com você hoje, agora pela manhã, para que você fizesse a apresentação este Pleno iria
2793 embora para casa sem conhecer o magnífico trabalho que você fez e, principalmente, você cumpriu
2794 aquilo que foi pactuado na plenária porque para nós é muito fácil cobrarmos um posicionamento
2795 devolutivo de decreto, devolutiva de conferência em nós mesmos não valorizamos neste ato o seu
2796 trabalho que foi em cumprimento aqui pactuado. Parabênzo pelo trabalho que foi desempenhado e
2797 eu não tenho dúvidas que isso aí será, sim, um balizador para as de mais conferências públicas que
2798 acontecerão, então, parabéns pelo seu engajamento porque você demonstrou, e eu me recordo muito
2799 bem que você contextualizou se seria importante, se tínhamos tempo, você deixou muito claro de
2800 que talvez não houvesse tempo, disponibilidade, recursos, e com todas as dificuldades você
2801 demonstrou naquele período você foi a única que fez até o presente momento a consulta pública.
2802 Então, fica o registro do seu trabalho, da importância que tem para nós evidentemente o relatório
2803 pelo que você disse será disponibilizado e nos balizará muito. Muito obrigado.

2804

2805 **A Sra. Célia Dantas Gentile Rique (Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações**
2806 **Populares – GAJOP)** – Só um lembrete, eu acho que o Rio Grande do Norte também fez no dia 26
2807 de novembro, vocês estão lembrados? Geraldo Wanderlei já apresentou o esquema metodológico e
2808 seria bom se ele falasse a respeito disso também.

2809

2810 **O Sr. Heder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças Militares**
2811 **Estaduais - ANASPRA)** - Então, se ele chegar nós pedimos, eu me retrato. Acho que também
2812 deveríamos solicitar a ele que fizesse uma síntese porque é um acúmulo para aqueles que não
2813 fizeram, então se não houver nenhum mais inscrito, podemos passar à pauta. Algum problema?
2814 Gandra, por favor.

2815

2816 **O Sr. Jânio Bosco Gandra (Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais Civis –**
2817 **COBRAPOL)** - Eu só queria cumprimentar a colega conselheira, eu acho que o exercício que ela
2818 fez demonstra a todos nós que é possível se houver vontade e empenho de cada um de nós, eu acho
2819 que se fôssemos assim, deixássemos de lado as questões do governo, que o governo não nos apoia.
2820 O que a colega Célia realizou com responsabilidade e denodo lá no seu estado, eu acho que é
2821 possível, sim, nós mobilizarmos, não só a equipe ficou incumbida de fazer essas mobilizações em
2822 seus respectivos estados, mas todos nós temos sim essa condição, até nós enquanto entidade
2823 classista, Marcos, eu acho que é importante nós começarmos a levar para nossas bases e para nossas
2824 entidades essas possibilidades de investir mesmo financeiramente para bancarmos esses encontros,
2825 nós conseguimos mobilizar as nossas categorias e as categorias, certamente, conseguiremos
2826 mobilizar as secretarias e quem sabe lá os movimentos sociais para que nós possamos junto realizar
2827 esse trabalho, eu acho que o trabalho da Célia merece todo nosso respeito, todo respeito da
2828 Confederação dos Policiais Civis, muito obrigado.

2829

2830 **O Sr. Heder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças Militares**
2831 **Estaduais - ANASPRA)** – Mais alguma ponderação? Por favor, então vamos retomar a pauta e se
2832 compactuar nós discutiremos agora o relatório, não é isso? Então, nós já deixamos claro que não
2833 tem nenhum modelo de relatório preestabelecido, a não ser uma sugestão da Eliana que trouxe a sua
2834 estrutura e aí nós temos que retomar ao diálogo de ontem quando foi proposto inclusive pelo

2835 conselheiro Marcos Costa e referendado por alguns outros de que não se tratasse apenas meramente
2836 de um relatório cartesiano, ou seja, aquele que tivesse a sua conotação política para além daquele
2837 que for a quantas moções, quantas audiências, então, **o que nós precisamos agora discutir é esse**
2838 **relatório. Se ele será feito já de pronto, se será dado um novo passo a partir das diretrizes ou**
2839 **se inclusive eu conversei com alguns ontem, talvez em face da exiguidade de tempo e aí é uma**
2840 **proposta que vai ser aberta à discussão é de que as falas dos conselheiros em um determinado**
2841 **momento lincássemos como relatório da sua entidade e fazendo a sua avaliação porque isso**
2842 **fica registrado na ata pela estenotipista e aí ele faz avaliação,** ou então nós vamos ter que
2843 sistematizar através de alguém, não sei. Então, precisamos discutir agora é esse formato do
2844 relatório, então, tem só um esqueleto, gostaríamos de apresentar no mínimo para ver se há um
2845 consenso, se não há, se vai modificar ou não, porque se for superado nós vamos para outra fase, é a
2846 proposta de como vamos trabalhar isso aqui agora.

2847

2848 **O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio) –** Eu creio que não há uma tarefa muito fácil, **mas**
2849 **eu acho que se nós partirmos com o que já tem aí colocados, o roteiro,** alguma coisa que nos
2850 ajude, eu acho que é uma coisa importante, **isso é a primeira pontuação. A segunda eu acho que**
2851 **é fundamental que cada conselheiro ao fazer o seu balanço, avaliação do conselho, faça**
2852 **também da sua participação, enquanto entidade, enquanto membro do Conselho, tenha essa**
2853 **preocupação também de se colocar, como também avaliador de si mesmo. E terceiro é**
2854 **fundamental que desse processo nós tenhamos uma nota pública desse balanço, porque é**
2855 **fundamental que nós externize isso, ficar apenas entre nós talvez não seja tão produtivo, é**
2856 **importante que a sociedade saiba qual foi o balanço que cada um fez de si mesmo.**

2857

2858 **A Sra. Raquel Willanido Braga (Observatório de Favelas do Rio de Janeiro) –** Em relação a
2859 isso lembrar que a partir da proposta de estrutura que a Eliana enviou, tiveram contribuições da
2860 Célia e seria importante que fossem consolidadas, como proposta preliminar.

2861

2862 **O Sr. Heder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças Militares**
2863 **Estaduais - ANASPRA) –** Vamos olhar, se não tiver, nós abrimos o e-mail aqui e salva, porque a
2864 Célia mandou a *posteriori* à Eliane, nós estávamos reunidos na quarta-feira de manhã quando abri
2865 e-mail. Acho que você deve ter mandado na terça-feira a noite ou quarta-feira de manhã e nós já
2866 tínhamos aberto o da Eliane, nós acrescentamos as suas sugestões a esse para ver qual vai ser o
2867 formato.

2868

2869 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público) –** Eu creio
2870 que talvez nós pudéssemos **ir para uma decisão colegiada com o subtítulo Avaliação Biênio**
2871 **2011/2012 e numa página você dizer o que tem que ser dito politicamente.**

2872

2873 **A Sra. Raquel Willanido Braga (Observatório de Favelas do Rio de Janeiro) –** Eu vejo dois
2874 **movimentos possíveis aqui, eu acho que tem, de novo retomando, uma dimensão técnica e**
2875 **política desse balanço para nós sairmos com uma nota de posicionamento público.** Talvez nós
2876 tenhamos condições aqui de circular um pouco a palavra e entender o que é consenso e o que
2877 poderia sair como um posicionamento para fora deste mandato num texto de uma página, isso é
2878 uma coisa. **Tem outra coisa que é um balanço mais minucioso do que este Conselho produziu e**
2879 **aí eu acho que precisaria passar e aí o próprio trabalho que o Heder realizou no âmbito da**
2880 **monografia dele tem uma contribuição importante que já tem todo um estudo, leitura das**
2881 **atas, enfim, para nós fazermos com mais seriedade o reconhecimento do que esse Conselho**
2882 **também conseguiu construir ao longo desses dois anos.** Eu acho que para hoje não há tempo
2883 hábil de realizar isso, mas se houvesse um grupo que se disponibilizasse a trabalhar em um prazo
2884 mais estendido fosse interessante ter um relatório de caráter mais técnico e que olhasse com mais

2885 cuidado ponto a ponto o que nós produzimos, o que nós formulamos, o que nós conseguimos
2886 recomendar, o que nós conseguimos encaminhar e implementar.

2887

2888 **O Sr. Pedro Paulo Bicalho (Conselho Federal de Psicologia)** – É só uma sugestão, nós
2889 precisamos agora de nos debruçar sobre o que nós fizemos, **acredito ser importante nesse mesmo**
2890 **relatório que nós fazemos encaminhamentos para a próxima gestão, eu acho que essa pode ser**
2891 **uma boa oportunidade, um bom fruto que o trabalho que nós vamos fazer hoje pode deixar para a**
2892 **próxima gestão não exatamente pensar no registro do que não foi feito, mas do que nós pensamos**
2893 **para fazer.**

2894

2895 **O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio)** – Só para reforçar essa ideia da Raquel de ter um
2896 grupo de trabalho que dê sustentação para esse diálogo que vai ocorrer aqui agregado à proposta do
2897 Pedro que eu acho que é fundamental deixar esse legado para o próximo mandato, é só reforçar
2898 isso.

2899

2900 **O Sr. Heder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças Militares**
2901 **Estaduais - ANASPRA)** – Nós colocamos na estrutura do relatório. Então, nós temos aqui duas
2902 propostas, se não houver nenhuma outra, **a primeira é a do Conselheiro Marcos Costa de um**
2903 **relatório de uma página de um posicionamento político e a outra de um relatório mais**
2904 **estruturado de atividades envolvidas.** Eu saber em qual nós vamos trabalhar primeiro, porque são
2905 duas propostas, se uma vencer a outra...

2906

2907 **O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio)** – Eu acho que a ideia é apresentar é o que já foi
2908 feito pela Eliana e o (ininteligível).

2909

2910 **O Sr. Heder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças Militares**
2911 **Estaduais - ANASPRA)** – Ela apresentou a estrutura do relatório.

2912

2913 **O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio)** – Exato. **Isso vai abrir um diálogo, um debate.**
2914 **Ao final do debate aquilo que for consensuado vira uma nota de uma página, e o**
2915 **aprofundamento desses temas vira uma pauta para o grupo de trabalho aprofundar e**
2916 **apresentar depois um trabalho mais minucioso, um não substitui o outro.**

2917

2918 **O Sr. Heder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças Militares**
2919 **Estaduais - ANASPRA)** – Porque eu havia entendido que essa estrutura que será apresentada ela
2920 não tem ainda nada inscrito do ponto de vista de consolidação de dados, então, não vamos discutir a
2921 estrutura e a proposta da Eliana com as sugestões da conselheira Célia. Almir, por favor, retoma a
2922 Presidência que eu vou copiar para ele as sugestões da conselheira Célia e já vamos trabalhando
2923 essa estrutura.

2924

2925 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público)** – O relatório
2926 não está escrito. Se nós entrarmos na discussão de fundo, ela provavelmente para fazer uma página
2927 vai levar muito tempo. Nós não temos muito tempo, nós só temos essa sessão desse biênio, se
2928 quiser mandar uma mensagem do...

2929

2930 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil)** - E à tarde alguém
2931 sai e fica sem quórum.

2932

2933 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público)** – Então,
2934 discutir, por exemplo, uma página que tenha, digamos assim, potencial de impactar politicamente a

2935 Política Nacional de Segurança Pública vai ser difícil, então ir para esse relatório, com essas coisas
 2936 aí, não está nem escrito, acho melhor começar assim: qual é o recado? Qual é a nossa avaliação? Aí
 2937 é uma avaliação política do CONASP que nós queremos deixar, isso só isso já dar pano para manga
 2938 para muitas discussões aqui, não vai ser fácil construir uma página aqui do nada.

2939

2940 **O Sr. Marcos Dias dos Santos (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais –**
 2941 **Fenaprf)** - Eu concordo também com o conselheiro Marcos Costa e até falando em nome da
 2942 Comissão que foi designada pela Plenária do Conselho na última reunião, na verdade, nós não
 2943 tivemos, não fomos instrumentalizados através de que nós solicitamos que foi uma reunião aqui
 2944 para trazermos já esse relatório, essa avaliação pronta, entretanto, nós temos uma monografia
 2945 realizada pelo conselheiro Heder que traz faz um breve histórico, relaciona documentos e traz um
 2946 relato de cada encontro, se não me falha, até o 16º Encontro do Conselho nesse período de dois anos
 2947 e que serve já de um primeiro passo. Eu acho que fica condensado em um documento um histórico
 2948 desses dois anos do conselho que vai ser muito útil aos conselheiros que vão chegar aqui, os novos
 2949 e nós não poderíamos perder, as é claro que debruçarmos sobre isso hoje aqui na Plenária nós não
 2950 vamos chegar ao final do dia e concluir esse documento, **então é o que eu solicito é que**
 2951 **novamente nós solicitamos que essa Comissão seja instrumentalizada para fazer esse**
 2952 **documento e hoje então nós trabalhamos nessa avaliação política que estava sugerida pelo**
 2953 **Conselheiro Marcos Costa.**

2954

2955 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil)** – Bom, vamos
 2956 tentar juntar as propostas para que depois nós possamos fazer o debate político aquela avaliação que
 2957 o Tião sugeriu, tentando sintetizar nisso o que Pedro falou, nesse relatório possa conter as
 2958 sinalizações, as coisas que foram construídas e daqui sair um documento hoje mais simples desse
 2959 debate político que nós vamos colocar em pauta. Então, como são convergentes todas as ideias aí
 2960 com relação ao relatório físico, esse analítico que deve ter o anexo que conterà por sugestão do que
 2961 foi apresentado aqui um trabalho da monografia do conselheiro Heder e que esse Plenário decida
 2962 novamente como proposta do Conselheiro Marcos Dias para que seja instrumentalizada aquela
 2963 Comissão que já foi aprovada por esta Plenária o tempo necessário para a produção desse relatório.
 2964 **A Comissão ficou Héder, Marcos Dias, Marcos Rezende, Célia Rique, Eliana e a Mesa**
 2965 **Diretora**, então produzir isso marcar um dia... Eliana... Então há consenso de nós aprovarmos isso?
 2966 Há consenso?

2967

2968 **O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio)** – Deus queira que ela possa, mas na
 2969 impossibilidade da Eliana não poder participar, eu queria sugerir o Pedro Bicalho.

2970

2971 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil)** - Estamos em
 2972 consenso com relação a isso?

2973

2974 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público)** - Pedro vai
 2975 independentemente de...

2976

2977 **O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio)** – Ótimo, minha intenção é que ele participe.

2978

2979 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil)** - Não há
 2980 impedimento de as pessoas estarem aqui e participar. Mais ele ou outra pessoa que quiser, não vai
 2981 substituir, e outras pessoas de Brasília puderem fazer essa contribuição. Há consenso para
 2982 aprovação desta proposta? Então, aqueles que aprovam permaneçam do jeito. Então, **FOI**
 2983 **APROVADO POR UNANIMIDADE.** Vamos abrir o debate político desses dois anos, está aberta
 2984 à Plenária, a Plenária agora é plena para fazer o uso da palavra, então começamos com Eder.

2985
2986 **O Sr. Heder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças Militares**
2987 **Estaduais. ANASPRA) - Evidentemente que eu não posso me valer até porque o foco e o objeto**
2988 **era outro completamente diferente, mas eu tive a oportunidade de encerrar o meu trabalho**
2989 **monográfico em Especialização de Justiça Federal e eu abordei o CONASP no seu primeiro ano de**
2990 **mandato e a sua contribuição para a política nacional de segurança pública. É uma crítica a nós**
2991 **mesmos e isso eu fiz o trabalho, algumas entrevistas com alguns conselheiros e fundamentalmente**
2992 **atuei fazendo análise das atas, então eu fiz a leitura de todas as atas do primeiro ano de mandato,**
2993 **comecei da nona ata até a décima quarta e as duas extraordinárias, e eu pude perceber, basta ler, que**
2994 **em nove meses de mandato o CONASP eu não vou dizer que patinou porque na verdade não se**
2995 **trata disso. Nós ficamos presos à alteração do decreto, é um tempo considerado se analisarmos que**
2996 **um mandato de dois anos com reuniões bimestrais, nove meses nós ficamos discutindo o decreto,**
2997 **decreto esse inclusive que proposto por nós as alterações, não foram ainda consolidadas, efetivadas,**
2998 **enfim. Nós pudemos perceber nesse estudo que as questões substantivas não foram aqui tão**
2999 **bem tratadas, nós ficamos muito mais na questão da atividade meio de CONASP de**
3000 **funcionamento de Secretaria-Executiva, mas esse é um pequeno diagnóstico de um estudo**
3001 **acadêmico evidentemente sem qualquer viés e conotação política, mas o que causa à**
3002 **ANASPRA hoje, por exemplo, espécie é que pelo menos e isso não foi objeto de meu estudo,**
3003 **mas é que os documentos elaborados pelo CONASP eles muito pouco tiveram os seus efeitos**
3004 **desejados. E aí nós percebemos que alguns desses documentos produzidos pelo Conselho**
3005 **dizem respeito ao próprio Ministério da Justiça que não aquiesceu do posicionamento do**
3006 **CONASP, isso merece uma reflexão.** Nós já entendendo, compreendendo bem essa questão do
3007 pacto federativo, da independência dos Estados, a ANASPRA, por praticamente dois anos,
3008 trabalhou internamente aqui para que fosse aprovada uma recomendação, uma moção com relação à
3009 pena restritiva de liberdade para os policiais e bombeiros militares, foi aprovada pelo pleno e
3010 também não surtiu efeito prático nenhum, mas o que não significa dizer que a ANASPRA se deu
3011 por vencida porque retomaremos isso aqui se confirmados os eleitos aqui independentemente de
3012 quem aqui esteja porque essa é uma bandeira da ANASPRA quando se discute na Sociedade Civil a
3013 liberdade para diversos tipos de cometimento de crimes para nós é muito caro a prisão
3014 administrativa por uma questão administrativa porque se quiser prender tem um Código Penal,
3015 Código de Processo Penal, Código Penal comum então para prender não falta instrumento. A
3016 ANASPRA não defende em momento algum a quebra da disciplina e da hierarquia, mas
3017 entendemos que prisão administrativa não se aplica, não se fere mais aplicar porque fere a
3018 cidadania, a dignidade da pessoa humana, ficar preso porque deixou de prestar uma continência e aí
3019 nós temos ouvido e reiterado vezes não se aplica, então se não se aplica vamos acabar com a pena,
3020 aí fala que não se aplica e aí vai no Estado do Ceará uma lei aprovada em 2003 que é outro tipo de
3021 prisão, então a análise que a ANASPRA faz é de que nós produzimos muito sim, por incrível que
3022 possa parecer basta debruçar nas atas e veremos, nós não podemos confundir as duas dimensões
3023 entre aquilo que produzimos e aquilo que teve efeito prático, e nós sabemos como funciona as
3024 questões das implementações das políticas públicas neste país, basta recordarmos aí que o direito a
3025 memória à verdade está aí nos direitos humanos e levaram quantos anos até que alguém tivesse a
3026 coragem de estabelecer essa pauta e ter uma comissão agora. Então, nós não pretendemos aqui dizer
3027 que nós não produzimos nada, produzimos muito se o resultado esperado foi ou não aquele
3028 alcançado, é outra dimensão que precisa ser analisada, mas, então, para eu concluir que os
3029 conselheiros não percam a dimensão de que a participação democrática, esse modelo de democracia
3030 participativa, ele vai muito além da produção de qualquer documento, e aí eu digo com muita
3031 tranquilidade sem qualquer resquício, o discurso, a possibilidade de diálogo que eu exerço aqui com
3032 o CNCG que eu exerço aqui com a FENEME, que eu exerço aqui com a M Brasil eu não consigo
3033 com o meu comandante na minha unidade. Então eu não posso perder essa dimensão de que a
3034 democracia participativa permite que a todos nós aqui atores, a todos nós aqui conselheiros

3035 possamos exercer na mesma condição de conselheiro o diálogo respeitando-nos, divergindo e
3036 convergindo, então essa dimensão não pode ser despercebida por todos nós porque um dos frutos
3037 da democracia participativa é o diálogo e se não existisse o Conselho por certo o Elder não estaria
3038 apresentando as suas demandas aos profissionais da Segurança Pública, eu não estaria apresentando,
3039 enfim, então para todo o viés político que precisa ser dado a produção do CONASP eu acho que o
3040 que vale ressaltar aqui é que nós não fomos tolhidos em nossas falas e isso tem um peso e isso está
3041 numa dimensão muito acima, se o resultado esperado não ocorreu é uma outra história, mas
3042 ninguém aqui teve cerceado o seu direito de expor, de contrapor, de dizer se sim ou não. Eu posso
3043 concluir? Isso é o básico do básico para a sociedade civil, mas não é o básico do básico para um
3044 praça de Polícia Militar, então a avaliação da ANASPRA neste momento dos resultados esperados
3045 não foram realmente todos, mas da participação eu não tenho como não referendar esse espaço de
3046 debate político como democrático. Então, eu concluo dizendo, com todos os percalços, e aí o Almir
3047 fez um comentário ontem e já por duas vezes nós participando dos Fóruns Interconselhos e eu
3048 afirmo com quem é aguerrido que o nosso Conselho está muito a frente de outros tantos conselhos
3049 que sequer são deliberativos, muitos são consultivos, não se reúnem, não deliberam, não encontram
3050 uma estrutura, nós precisamos melhorar muito, eu não tenho dúvida disso. Aí fica a questão eu devo
3051 me comparar aos outros ou ser referência para os outros, mas eu não posso perder essa dimensão de
3052 que nós conseguimos estabelecer ainda por mais prematuro que seja um canal de diálogo e de
3053 debate que eu acho que isso que é o importante e é preciso persistir. Muito obrigado.

3054

3055 **O Sr. Nilton Edemar Pfeifer (Federação dos Profissionais de Papiloscopia e Identificação –**
3056 **Fenappi)** – Primeiramente, eu gostaria de dizer a esse Conselho que eu talvez não teria autoridade
3057 para fazer uma avaliação completa do que aconteceu nesse período, nesse período que está sendo
3058 avaliado o Conselho, e logicamente a Conselheira Simone que participou desde o início ela teria
3059 mais propriedade em fazer tal avaliação. Apesar do pequeno tempo de convívio no CONASP, e
3060 onde eu estou procurando me qualificar observando o funcionamento e procurando me qualificar
3061 para debate, mas especificamente na área da perícia foram produzidos aqui nesse Conselho o
3062 mínimo três documentos que eu considero bastante importante onde efetivamente o resultado
3063 prático igual também citado pelo Conselheiro Heder não foi obtido resultado prático que eu acho
3064 que deveria haver um compromisso talvez um compromisso maior por parte do Ministério da
3065 Justiça e por parte da Secretaria Nacional de Segurança Pública, em especial da Presidente da mesa
3066 no encaminhamento desses documentos para que se produzissem resultados práticos. Mas, a
3067 Recomendação nº 4 solicita que o Secretário de Estado e Defesa Social de Alagoas reconsidere a
3068 decisão de nomear um profissional estranho aos quadros da perícia criminal na condução lá do carg,
3069 acho que Superintendente do Estado, a Recomendação nº 6 versa sobre a modernização dos órgãos
3070 periciais e autonomia dos órgãos periciais, apesar de nós entendermos que essa autonomia já existe
3071 de fato que não há interferência ou ingerência da autoridade policial, ao menos que nós tenhamos
3072 conhecimento não existe essa interferência ou ingerência nos trabalhos técnicos periciais, mas vai
3073 estar sacramentado por escrito alguma coisa nesse sentido e recentemente foi feito uma nomeação
3074 da Comissão para estudar essa questão da autonomia pelo Ministério da Justiça onde tem um
3075 representante da área federal, das perícias, da área estadual e também da sociedade civil com
3076 participação inclusive com membros deste Conselho. E também a Recomendação nº 7 que promove
3077 a nomeação para cargo dos Dirigentes dos Estudos da identificação do profissional Papiloscopista,
3078 porque é um absurdo que neste país um órgão não possa ser gerenciado por integrantes da própria
3079 carreira, sendo que há interferências nocivas quando isso não acontece. Então, para complementar,
3080 eu espero que esse Conselho possa atuar mais incisivamente nessas recomendações porque pode
3081 haver o principio da condicionalidade, algumas verbas vão ser liberadas no que depende do próprio
3082 Ministério da Justiça eu acho que nós poderíamos trabalhar para que esse resultado pudesse
3083 acontecer. Muito obrigado.

3084

3085 **O Sr. Sílvio Garcez (Conselho de Dirigentes de Órgãos Periciais do Brasil)** – Bom-dia a todos,
3086 na carona de que o Pfeifer disse, eu também não me sinto em condições de falar efetivamente
3087 acerca de todas as discussões por conta de não ter participado diretamente, se bem que no começo
3088 nós acompanhamos algumas coisas, Humberto Pontes seria realmente a pessoa que deveria falar,
3089 mas eu não posso deixar de citar algumas questões no âmbito da perícia forense, eu acho que Perito
3090 Criminal aqui na mesa o único Perito criminal sou eu atualmente hoje aqui, o companheiro Pfeifer é
3091 Papioscopista também falou, mas eu gostaria de no gancho dele dizer o seguinte, essa Resolução nº
3092 04 que solicitava a mudança do dirigente-geral de Perícias do Estado de Alagoas aconteceu. **E eu**
3093 **diria que o que o CONASP colocou foi preponderante para que o dirigente que não era um**
3094 **profissional de perícia fosse retirado e hoje lá existe um odontologista que é da área pericial**
3095 **que é o dirigente-geral. Isso é fruto diretamente de um trabalho do CONASP isso tem que ser**
3096 **registrado.** Eu participo diretamente dos trabalhos de Alagoas porque eu sou integrante da Força
3097 Nacional e sou responsável pela Perícia da Força existe uma equipe de Peritos que está lá, e houve
3098 sim por conta dessa moção que foi enviada para lá, o próprio Governador do Estado sentiu a
3099 necessidade de trocar por conta inclusive do que nós falamos aqui, houve peso sim do que foi falado
3100 do que foi solicitado. **Outra coisa importante que eu acho que foi fruto de discussões internas e,**
3101 **veja, eu quero deixar claro que eu estou falando no âmbito da Perícia, as questões relativas a**
3102 **outros segmentos eu também acho que nós não evoluímos, mas eu peço permissão para eu**
3103 **falar um pouquinho da Perícia e depois eu entro nessa outra questão, no dia 27 de novembro**
3104 **agora o Ministro de Estado da Justiça, por portaria, criou um grupo de trabalho que vai**
3105 **discutir a autonomia da Perícia no Brasil isso é um avanço e isso começou a partir de**
3106 **discussões que foram feitas aqui com os Peritos Federais, com os Peritos da ABC, com o**
3107 **Conselho de Dirigentes isso é fruto desse trabalho do CONASP** nós não podemos deixar de
3108 constatar fatos, eu estou simplesmente como Perito, ver e reportar, eu estou reportando o que eu
3109 estou vendo eu não estou entrando em análise política, isso de fato aconteceu, esse grupo de
3110 trabalho do qual Humberto Pontes e eu também faço parte e outros aqui também fazem parte vai ter
3111 um papel muito efetivo e preponderante para que se crie de fato uma independência efetiva da
3112 Perícia no Brasil, a autonomia da Perícia já acontece em vários estados o que precisa é que isso se
3113 institucionalize efetivamente e nós consigamos fazer com que a Perícia tenha autonomia que, agora
3114 puxando um pouquinho que brasa para minha sardinha, é só olhar o que aconteceu no Estado de São
3115 Paulo a Perícia paulista hoje é considerada uma das maiores Perícias da América Latina por ser uma
3116 Perícia autônoma, por ter uma dotação orçamentária própria e por ter conseguido desenvolver os
3117 trabalhos sem atuação direta ou indireta de quem quer que seja, ou seja, pessoas estranhas à questão
3118 pericial. Então, eu acho que existem duas questões bastante importantes que foram efetivamente
3119 produzidas e concretizadas a partir de atos e ações deste Conselho. A questão que hoje, vamos dizer
3120 assim está mais efetiva e se discute mais aqui, eu gostaria de dizer o seguinte como físico eu
3121 conversava até com o colega aqui ontem, eu acho que nós caminhamos, do caos nasce à ordem, as
3122 coisas estão caminhando, eu acho que o Conselho ele tem muito que evoluir, mas ele está
3123 caminhando tem que ter também paciência porque as coisas políticas elas tem, e eu não quero
3124 ensinar padre nosso para nenhum dos vigários que estão aqui, quem sou eu? Mas, nós precisamos
3125 também entender que esse espaço é um espaço que foi conquistado e que não pode ser perdido, nós
3126 temos que brigar, tem que lutar para que esse espaço se mantenha o mais independente possível e
3127 que quiçá um espaço que seja deliberativo de fato e de direito, era isso.

3128
3129 **A Sra. Célia Dantas Gentile Rique (Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações**
3130 **Populares – GAJOP)** – Bom, me parece que a discussão que nós gostaríamos de ter exatamente
3131 para que tivéssemos um panorama do que foi realmente nosso desempenho político para que
3132 possamos ter os elementos numa visão mais prospectiva do que deve ser as nossas proposições para
3133 o próximo mandato, eu tenho impressão que uma coisa é o pano de fundo, as atividades que nós
3134 realizamos têm uma relação entre objetivos e missão, isso é um pano de fundo para que nós

3135 possamos fazer uma análise. E dentro disso está agora me ocorrendo duas coisas, para **mim o início**
3136 **do nosso mandato foi marcado por uma luta no campo da afirmação da nossa**
3137 **institucionalidade**, o que aconteceu? Quais eram os encaminhamentos e em face de que realmente
3138 nós lutávamos? Isso é uma coisa. **Dentro desse espaço da institucionalidade estava muito claro**
3139 **enquanto defensores de uma política pública de segurança a nossa incidência no PPA e**
3140 **inclusive a Audiência Pública no Senado para dar visibilidade, publicização a respeito de tudo**
3141 **que não se encaminhava em termos da pretendida política de política pública da segurança.** A
3142 outra coisa que eu acho que é marcante do ponto de vista da nossa capacidade de organização do
3143 nosso trabalho numa perspectiva não só dos encaminhamentos técnicos, mas, sobretudo, **dos**
3144 **encaminhamentos políticos foi quando nós definimos as Câmaras Técnicas lutamos por elas,**
3145 **aí eu acho que teve realmente uma ruptura porque nós abandonamos aquele trabalho**
3146 **minucioso feito que exatamente explicitava nossas posições. E eu gostaria de registrar só como**
3147 **lembração mesmo que a Comissão Técnica relativa ao orçamento conduzida pelo Inesc e pelo**
3148 **ISER foi apresentada em um dia num momento com este Plenário vazio praticamente.** Eu não
3149 tenho lembrança exatamente do que era que estava posto nessa Comissão técnica. Eu estou me
3150 reportando a isso porque era um dos pontos essenciais das nossas lutas, não existe política sem o
3151 orçamento e para cobertura de quê? Eu gostaria só de colocar como lembrete de pontos pelo menos
3152 para o ano de 2011 que nós nos debruçamos e fizemos as atividades e se analisava na perspectiva da
3153 relação entre atividade natureza dos trabalhos que realizamos aqui e o tempo gasto na distribuição
3154 desse trabalho, eu acho que essas coisas seriam destacadas, esses três aspectos. Obrigada.
3155

3156 **O Sr. Marcos Dias dos Santos (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais –**
3157 **Fenaprf) - Eu também não poderia deixar de lembrar aqui as decisões que o Conselho**
3158 **deliberou em relação à aposentadoria especial dos policiais e, de forma unânime, foi aprovada**
3159 **uma decisão colegiada, e também aqui sempre que falar em decisão colegiada eu vou lembrar**
3160 **que foi uma contribuição muito importante do conselheiro Marcos Costa e muito tem**
3161 **contribuído para este Conselho** e um instrumento dinâmico, rápido e no mesmo dia nós
3162 entregamos aquele documento nas mãos do Ministro da Justiça e o Ministro, veja a importância do
3163 Conselho que às vezes nós não conseguimos entender, quando ele recebeu o documento das minhas
3164 mãos ele disse: “Isso daqui é muito bom” e eu disse: “Olha, Ministro, e foi aprovado de forma
3165 unânime”, “Excelente”, então nós vemos que ele tem esse compromisso em manter essa
3166 aposentadoria especial dos policiais e ele se sente fortalecido com esse instrumento quando vai
3167 dialogar com o Ministério do Planejamento, Casa Civil e o Gabinete da Presidência e depois
3168 também nós então tivemos tempo para preparar uma recomendação e essa recomendação também
3169 foi entregue. E aí serve também de um alerta para nós **que não basta você ter um documento**
3170 **aprovado aqui, você tem que pegar e sair a campo cobrando esse compromisso do Governo**
3171 **com aquilo que nós decidimos e também fica marcado aí que foi acho que até agora o único**
3172 **documento que nós tivemos uma resposta formal do Governo** negando, mas que já estabelece
3173 qual é o ânimo, o Governo foi transparente na vontade dele e isso já mostra o tipo de luta que os
3174 movimentos ligados aos trabalhadores e que vão buscar com certeza apoio da sociedade civil para
3175 defender esse regime diferenciado de aposentadoria que todos entendem que é correto e que é justo.
3176 Então, **eu acho que fica como ponto positivo aí como foi tratada a questão da aposentadoria**
3177 **dos policiais pelo Conselho Nacional de Segurança Pública e também os encaminhamentos que**
3178 **foram dados.**
3179

3180 **O Sr. Jânio Bosco Gandra (Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais Civis –**
3181 **COBRAPOL) –** Minha participação agora é na mesma linha do conselheiro Marcos Dias e fazer
3182 um agradecimento público ao Ministro da Justiça que acatou de pronto e recebeu a nossa Comissão.
3183 E foi repassado para ele imediatamente em audiência para essa Comissão e como Marcos disse nós
3184 recebemos um retorno, infelizmente, um retorno completamente equivocado e eu acho que depois

3185 até que poderia rediscutir porque nós temos que mostrar para eles os equívocos desse
3186 posicionamento. E o Conselho foi um papel importante nesse processo, se nós utilizarmos esse
3187 instrumento que nós temos aqui no pleno do Conselho para todos os conselhos que nós iremos dar
3188 para o Governo, quando começamos a exercitar o papel deste Conselho com esses instrumentos, por
3189 exemplo, como foi feito com a aposentadoria especial que já foi até tema da 1ª Conseg, nós vemos a
3190 importância que tem um Conselho para um Governo que quer dividir, pelo menos em tese, a
3191 responsabilidade das políticas, então nós estamos aqui cumprindo com a nossa responsabilidade de
3192 aconselhar e os instrumentos e meios que nós encontramos nós estamos tentando fazê-lo. É claro
3193 que foi corporativo, eu digo que sim porque atinge tão somente uma classe, uma categoria de
3194 trabalhadores da segurança pública, mas é importante, qual a importância então disso para a
3195 sociedade brasileira? Ora, se a partir do momento foi discutido com essa mesma sociedade
3196 brasileira pela Conseg Estaduais e que eles decidiram que deveria ser assim como uma política de
3197 segurança pública dotar os policiais desse instrumento de aposentadoria diferenciada é porque
3198 aconteceram vários estudos que chegaram a esse ponto de dizer que é bom sim. Aí o Ministério do
3199 Planejamento diz o seguinte: “Olha, infelizmente, senhor Ministro da Justiça não podemos atender
3200 por que o Governo quer que seja equânime a aposentadoria, que todos sejam tratados de formas
3201 iguais, os desiguais devem ser tratados de formas iguais, e aí vemos que alguma coisa está errada,
3202 ou nosso governo brasileiro está totalmente fragmentado e não tem rumo nenhum, o rumo dele é
3203 dado de acordo com as circunstâncias políticas e os acordos políticos para que se mantenha essa
3204 governança, ou nós entendemos que ele vai ter que dizer: “Olha, nós não queremos dividir isso com
3205 nenhum conselho, nós não queremos dividir com a sociedade civil”, e o governo passaria a
3206 administrar essa política de segurança pública com os técnicos, e com os seus partidos aliados, mas
3207 proporcionar para que nós possamos discutir e nós discutimos, aconselhamos, faz conferências,
3208 olha, pessoal, houve um gasto ao erário para se realizar a 1ª Conferência Nacional de forma muito
3209 grande e nós entendemos que aquele investimento que o Governo estava fazendo de fato iria
3210 resultar em uma Política Nacional de Segurança Pública, e nós não vimos isso, qual é a prioridade
3211 do Governo Federal hoje em relação à segurança pública e aos organismos de polícia? Eu acho que
3212 nenhum, eu acho que a prioridade é sim os jogos, os grandes eventos, nós vamos nos restringir a
3213 essa Copa, depois a Copa de Futebol e vai ter os policiais, não sei como que vai ter, se vai ter ainda
3214 as Forças Armadas ou se vão ser os organismos de segurança que vão participar, nós não
3215 entendemos para onde que o Conselho Nacional de Segurança poderá participar na ajuda desses
3216 grandes eventos, mas de maneira que, para encerrar, eu quero dizer que o Governo Federal e nós
3217 enquanto conselho, até porque houve uma resposta para nós, não para nós trabalhadores viu Marcos
3218 Resende, para o pleno do Conselho de algo que foi deliberado pelo pleno e dizer que como que o
3219 governo trata as cotas dos negros, por exemplo, que devem sim, como eu sou descendente de
3220 indígenas, de sermos tratados, porque nós somos desiguais, nós devemos ser tratados de forma
3221 desiguais, nós não devemos ir nós não devemos ir para a vala comum, tanto é que já foi aprovado,
3222 mas ao mesmo tempo que o governo nessa direção coerente para a polícia age de forma incoerente,
3223 senão vejamos, somos servidores públicos? Sim. Somos diferenciados? Eu faço essa pergunta, ou o
3224 policial é um servidor comum, não menosprezando as outras categorias dos servidores, não, eu sei,
3225 eu não estou tentando convencer, mas eu estou fazendo essa pergunta, estamos exercitando isso à
3226 reflexão de todos, porque nós temos que entender que o governo está agindo de duas maneiras, de
3227 duas formas politicamente para determinados segmentos eu ajo dessa forma, para o segmento
3228 polícia, ele não, ele tem que trabalhar com Alzheimer, com problema cardíaco pegando uma pistola
3229 .40 na cintura, ele tem que está totalmente entorpecido por drogas ilícitas e lícitas e tem que estar
3230 com uma pistola .40 na cintura e abordando pessoas, abordando crianças, etc. Será que é certo isso,
3231 meu Presidente? Então, eu deixo isso aqui nessa última reunião para que nós façamos essa reflexão,
3232 ao nosso Ministro da Justiça, fica, portanto o nosso profundo respeito por ele nos ter tratado com
3233 respeito enquanto entidade classista, Ministro da Justiça, enquanto ao Conselho nós temos algumas
3234 restrições e eu acho que deveria o Governo através no Ministério mesmo falando tudo aqui que nós

3235 já sabemos, mas eu creio que se nós fizermos um balanço do nosso Conselho de zero a 10, nós nos
 3236 esforçamos sim para que tivéssemos a nota 10, infelizmente, o nosso professor deu a nota zero para
 3237 os nossos trabalhos.

3238

3239 **O Sr. Marcos Fábio Rezende Correia (Coletivo de Entidades Negras) –** Eu acho que aqui nós
 3240 temos vários elementos diferentes para tratarmos na nossa análise, tem um elemento que é o
 3241 elemento conjuntural, ou seja, qual a influencia deste Conselho nas políticas de segurança
 3242 pública do país, então isso é uma conjuntura nacional, o que nós entendemos do tempo que nós
 3243 estamos aqui e das pautas que foram colocadas, tanto pela sociedade, pelo grupo que compõe este
 3244 conselho, que é a sociedade civil, o trabalhador, e gestores públicos é para o governo e também o
 3245 caminho oposto, as notícias que o governo trouxe até nós e as devolutivas que nós demos, por
 3246 exemplo, o governo trouxe até nós a questão das fronteiras, não foi isso? O governo também trouxe
 3247 algumas questões de orçamento, de como estavam configuradas as mudanças, então têm esses
 3248 elementos que é uma coisa, tem o outro elemento que nós temos que analisar, que é elemento acerca
 3249 das nossas lutas, das classes que nós representamos ai eu entendo o Gandra quando ele fala, e vários
 3250 setores que aqui estão, Garcez que é uma outra coisa, para a nossa classe foi importante por causa
 3251 de tais elementos que nós aprovamos, nós levamos em tal lugar, e nós conseguimos avançar por
 3252 causa disso, ou seja, nos ajudou nas nossas lutas de políticas de classe, então, este Conselho
 3253 independentemente da presença ou de uma movimentação maior do Ministério da Justiça com
 3254 relação a isso nos ajudou, porque nós aprovamos a moção deste Conselho, levamos, nós fizemos a
 3255 nossa luta política que a nossa fonte de batalha é nos estados e nos municípios e conseguimos uma
 3256 atenção ou um respeito por conta disso, e um outro elemento e também assim, as lutas dos
 3257 movimentos sociais, nós aprovamos uma moção, pode ser que lá na ponta nós tivermos uma
 3258 articulação política, ou um prestígio, ou que este CONASP ainda tenha um prestígio, porque
 3259 também tem isso, não é? Em determinado momento, você aprova uma moção aqui e ela é
 3260 reconhecida lá na ponta porque o entendimento lá na ponta é porque isso aqui tem prestígio, porque
 3261 a partir do momento em que lá na ponta o pessoal fala: “Ah, mas é do CONASP, não é do CNJ
 3262 não? Então, *deixa para lá.*” Com o passar do tempo pode virar isso também, enquanto achar que
 3263 aqui tem prestígio, tem esse prestígio lá do município ou do estado, mas quando o estado entender
 3264 que não tem prestígio, por exemplo, a Regina Miki e a Suelen mandaram para o estado da Bahia
 3265 umas ou três vezes um documento dizendo da importância da implantação do Conselho Estadual de
 3266 Segurança Pública, e duas ou três vezes o Secretário respondeu, mas nós já temos aqui, então ele
 3267 deu uma resposta dizendo: “Não precisa. Nós sabemos nos cuidar”, e os índices mostram na Bahia
 3268 que os homicídios aumentam assustadoramente, e não houve uma ação mais incisiva por parte do
 3269 Conselho com relação a isso, não houve uma tomada de decisão política, não digo do Conselho,
 3270 mas do próprio Ministério, porque o Conselho tomou, quando é que o Conselho tomou? Quando
 3271 aprovou um documento aqui em Plenária, falando do genocídio, da juventude negra, do extermínio
 3272 da juventude negra, das pautas que a segurança pública deveria adotar, inclusive colocando como
 3273 pauta principal do orçamento, ou do debate da segurança pública, tudo isso aconteceu aqui dentro
 3274 do Conselho, mas isso não foi colocado em prática na realidade da sociedade brasileira e as
 3275 respostas por não ter sido colocada na prática estão aí, os dados estatísticos estão aí com relação ao
 3276 extermínio dos jovens negros, então, esse sangue que está escorrendo, escorre de muitas mãos, de
 3277 mentes ou do nosso não fazer, não que nós aqui não tentemos, nós não tivéssemos feito esforço,
 3278 mas talvez uma ida da Secretária Nacional de Segurança Pública para conversar com nós, com o
 3279 governador, ou a ida do Ministro falando: “Olha, tem algo que é muito importante”, prestigiando
 3280 algo que aconteceu aqui chamando aqueles que tem esse debate e não precisava ser só aqueles dessa
 3281 área não, claro que tem que ser nossos policiais civis, os militares os técnicos papiloscopistas, os
 3282 policiais federais, ou seja, chamando o conjunto de força falando: “Vamos pensar em um plano?”
 3283 então talvez esse não lugar afete a todos nós que é a sociedade, então o que é que eu estou
 3284 colocando aqui que eu vou concluir, que depois eu vou falar de novo, como pontos que devem estar

3285 nesse relatório, mas um ponto que tem é aquele nossos pontos para o futuro que foi, por exemplo, a
 3286 Conferência, que ontem o Mariano lembrou bem, quando nós aqui sentamos , fizemos o grupo de
 3287 discussão, aprovamos a pauta da próxima conferencia, os temas, como eles se dão, tem uma
 3288 contribuição nossa para o futuro, o que então eu estou colocando aqui é que tem vários elementos
 3289 diferentes, tem um elemento que é nós com nós mesmos, hoje a relação com o movimento social
 3290 com força de segurança pública tradicionais, os órgão de segurança pública são mais tranquilos,
 3291 com certeza nós nos entendemos mais do que há dois anos, conversa, se entende, faz parcerias,
 3292 entende que são pessoas, são seres humanos que têm suas alegrias, frustrações então isso é uma
 3293 coisa, outra coisa é a ação política concreta, essas ações políticas concretas entre setores do
 3294 Conselho ainda não conseguiu acontecer, ainda não houve nenhuma ação entre a sociedade civil e
 3295 os trabalhadores concretamente, nós ainda não sentamos com o Gandra e fez uma ação política
 3296 concreta, com o Marcos Dias, com o Berner, foi ninguém , ou com o Kleber, então, significa que
 3297 nós ainda nao conseguirmos sintetizar essas nossas relações de Conselho em relação para a
 3298 sociedade como um todo, enfim, eu acredito que nessa nossa análise temos que saber dividir os
 3299 elementos para não ficar confusas as coisas, os papéis de quem, porque o Marcos Dias fez um
 3300 documento que o Ministro achou lindo, legal, massa, mas aí quais são os papéis, o Conselho faz um
 3301 documento ele acha lindo, mas e os papéis? Estão sendo cumpridos? Sob pena de nós não fazermos
 3302 uma análise que recaia sobre nós uma serie de cobranças, entendeu? Que não são justas também.
 3303 Eu, pelo menos, aí eu não posso falar pelo conjunto, comecei esse biênio falando que nós
 3304 deveríamos fazer um debate político do Conselho sendo colocadas as pautas, e mais pautas sobre
 3305 burocracia do Conselho, eu não posso esquecer isso, eu não posso esquecer que eu passei e as atas
 3306 são a prova disso, que eu passei três ou quatro reuniões dizendo: “Gente...” “Não, mas nós temos
 3307 que discutir o decreto.” “Mas gente.” “Não, mas tem o decreto”. Nós discutimos cinco reuniões o
 3308 decreto e o Ministro foi lá e mudou o Decreto todo, então concluindo, eu acho que cabe nós
 3309 fazermos essas pontuações aí à mesa diretora, **estou fazendo a sugestão aqui, que é colocar o**
 3310 **seguinte, qual o papel do Conselho na Segurança Pública: Qual o papel que nós**
 3311 **desempenhamos dentro do Conselho? Qual o papel do Ministério e ao receber as notícias**
 3312 **destes Conselhos, as resoluções desse Conselho? E quais os nossos papéis corporativos ou das**
 3313 **nossas entidades dentro desse espaço? E qual foi o nosso legado para o futuro? Porque eu acho**
 3314 que aí ajuda nós também não ficarmos colocando os pés pelas mãos e fazendo uma hora elogia
 3315 outra hora morde, fica parecendo que é jogo de morde e assopra, quando na verdade todo mundo
 3316 tem um pouco de razão aqui, ou muita razão quando está colocando, é isso.

3317

3318 **O Sr. Márcio da Silveira Marins (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais,**
 3319 **Travestis e Transexuais – ABGLT) – Bom-dia a todas e todos, a principio eu quero dizer que**
 3320 **concordo 100% com o que o Marcos colocou, não era muito diferente do que eu ia colocar,**
 3321 **que era o papel político deste Conselho, eu creio que não dá para deixar de falar também na**
 3322 **falta de importância que, pelo menos, eu e alguns conselheiros e conselheiras sentimos que era**
 3323 **dada pela SENASP não vou colocar nomes diretamente, eu creio que são palavras meio pesadas**
 3324 **também, mas eu posso chamar de sucateamento, Suelen, não é nada contigo, mas é sucateamento**
 3325 **da Secretária-Executiva que funcionava com oito pessoas, e hoje nós temos duas pessoas tendo**
 3326 **que cobrir tanto trabalho isso já foi falado ontem, que também não acredito que seja fala de**
 3327 **interesse de quem está na Secretaria-Executiva, é que ficaram sobrecarregadas e esse é o tipo de**
 3328 **valor que estamos vendo que o Ministério da Justiça está dando para este Conselho, reforçando o**
 3329 **que o Marcos estava falando, qual a importância que dão aos encaminhamentos, as**
 3330 **recomendações, as moções por parte do Ministério da Justiça? Uma coisa que esperávamos**
 3331 **muito da BGLT, fui criticado dentro da BGLT porque todas as atas eu encaminho para a ABGLT e**
 3332 **sou questionado por 257 organizações nas 27 unidades federativas, a galera ali cobra de uma**
 3333 **maneira que vocês não têm noção, e só tivemos nesse biênio três pautas da ABGLT, por quê?**
 3334 **Porque eu coloquei desta forma. Até estava entendendo o momento do Conselho, é um momento de**

3335 construção, é necessário discutir o decreto, mas chegou um ponto que não dava mais, mas aí creio
3336 que também nós aqui ainda **temos que fazer *mea culpa*, o pleno se perdeu, trabalhadores,**
3337 **gestores e sociedade civil, nós nos perdemos, eu também estou incluído nessa, até porque**
3338 **começamos a andar em círculos em algumas pautas e não conseguimos desenvolver,** chegou
3339 um período que eu cheguei a ficar desanimado, continuei cumprindo o papel aqui no Conselho
3340 desempenhando da maneira que tinha que fazer, dando retorno ao segmento que eu represento aqui,
3341 porque entendo que segurança pública em determinados momentos as questões específicas devem
3342 ser abordadas, mas devem ser tratadas de uma maneira horizontal, política de segurança pública é
3343 política de segurança pública, não é para A e nem para B, **mas acredito que nós não avançamos**
3344 **em algumas pautas que eram essenciais, principalmente nós a sociedade civil,** enfim, por falta
3345 de visão total do Conselho, visão geral deste Conselho aqui. Para finalizar, eu só queria falar
3346 seguinte, que nós temos que ter um posicionamento diferente as organizações que ficarem as que
3347 não ficarem e entidades, **nós temos que começar a olhar de forma diferente, não podemos**
3348 **passar mais um biênio rodeando decretos e outras questões que, de fato, não vão impactar na**
3349 **violência e discriminação aqui no nosso Brasil, é isso.**

3350

3351 **O Sr. Pedro Paulo Bicalho (Conselho Federal de Psicologia)** – Bom, eu acho que qualquer
3352 análise que nós possamos fazer sobre esse tempo do CONASP deva ser a partir de discussões macro
3353 e micro políticas, minhas observações são de quem está aqui há quatro reuniões, então cheguei aqui
3354 já mais no fim do que no começo do mandato, **e uma das questões que me chamou atenção**
3355 **quando eu cheguei aqui é a nossa própria existência enquanto fato político, eu cheguei aqui e**
3356 **estranhei de uma maneira muito positiva o fato de que na mesa diretora estava a ABGLT e**
3357 **um representante de praças, e isso eu acho que é um fato político na maior importância em**
3358 **um conselho que tem como discussão a segurança pública do ponto de vista nacional,** então
3359 que essas duas entidades, por exemplo, façam parte da mesa diretora, é, sim, um fato político
3360 construído por essas entidades que estão aqui, então **eu acho que somente esse encontro ele já**
3361 **seria uma potência.** Acho que fazendo uma análise macro nós vivemos hoje uma análise de
3362 conjuntura em que o conservadorismo tem ares de democracia, e acredito que isso produz
3363 ressonâncias em todas as áreas e inclusive em nós, e acho que, por conta disso, um dos nossos
3364 maiores desafios é não sermos reduzidos à condição de periferia, e acredito que muitas vezes nós
3365 assim nos sentimos, somos apenas uma instituição com ar democrático para tornar a segurança
3366 pública mais cheirosa, nesse sentido parecer periferia não é de fato uma boa percepção. **E acho**
3367 **que um dos pontos que faz nos sentirmos assim, é o fato que majoritariamente nós**
3368 **conhecemos os projetos da própria segurança pública nacional *a posteriori*, quando somos**
3369 **convidados para o lançamento de algo que já está desenhado parece que é para nós nos**
3370 **sentirmos felizes porque afinal de contas somos convidados para o lançamento, mas não**
3371 **somos chamados ou não nos são apresentados os projetos em sua construção,** acredito que essa
3372 deva ser a nossa grande dificuldade de participar da construção da segurança pública nacional e não
3373 exatamente conhecer o que foi construído para opinar, sendo que uma das nossas maiores
3374 percepções é que nossa opinião de fato não afeta. Então, eu acho que nesse sentido é um ponto para
3375 nós pensarmos e enfim mudarmos, principalmente para uma próxima gestão. Mas, nós temos
3376 **também um ponto de vista micropolítico que não é exatamente incidência dessa grande**
3377 **estrutura conservadora com a área democrática sobre nós, mas, principalmente, a partir das**
3378 **nossas relações, acho que essas relações são a potência do nosso Conselho e nós devemos**
3379 **apostar nisso,** não é à toa que nós estamos juntos e que nós podemos construir questões juntos, eu
3380 acredito que muitas vezes o CONASP não é só apenas essa reunião que acontece a cada dois meses,
3381 mas nós somos o CONASP durante o restante dos meses, o restante dos dias que compõe os meses,
3382 e eu posso dar um testemunho bem contundente pelo fato de que nós somos o único conselho
3383 profissional que faz parte do CONASP, e entendemos que o lugar dos conselhos profissionais é o
3384 lugar de lutar para ocupar esses lugares, nós não devemos ser convidados para estamos nos lugares

3385 e sentimos muito pelo fato de que nesta eleição nós não tivemos os nossos pares lutando para estar
3386 aqui assim como nós estivemos. E uma das coisas que nos faz pensar também sobre esse avanço é
3387 que eu queria dar um exemplo bem próprio, acho que todos sabem eu sou oficial da reserva da
3388 Polícia Militar e sempre tive dificuldade nesse meu lugar hoje de pesquisador de uma interlocução
3389 maior com a própria polícia que foi a minha instituição, e a partir desse lugar no CONASP me foi
3390 muito mais fácil, eu sou professor hoje em duas universidades fora do país em cursos de doutorado
3391 de estudo de polícia, nós não temos no Brasil, um doutorado específico para policiais, mas na
3392 Irlanda do Norte e na Escócia onde eu sou professor uma vez ao semestre, lá tem e eu consegui por
3393 conta desse meu lugar institucional no CONASP que 20 policiais da Polícia Militar do Rio de
3394 Janeiro passassem o mês de janeiro e fevereiro agora de 2013 nesses dois países junto com os
3395 policias daqueles lugares. Isso só foi possível a partir daquela apresentação aqui sobre Segurança
3396 Pública de Grandes Eventos, a partir disso eu fui atrás daquelas pessoas, consegui fazer todos os
3397 convênios, no dia 3 de janeiro os policiais estão indo para lá para um convênio com policiais da
3398 Irlanda do Norte e da Escócia, pode ser uma pequena contribuição, mas essa contribuição só foi
3399 possível por conta desse lugar institucional, então existe toda essa discussão micropolítica que nós
3400 não podemos também perder de vista.

3401

3402 **O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio) – Eu vou dizer bem pausadamente para que**
3403 **isso fique registrado na ata e de, alguma forma, sirva para ajudar o grupo de trabalho que vai**
3404 **fazer um detalhamento das nossas falas, enfim, primeiro eu tinha sugerido que nós fizéssemos**
3405 **uma avaliação da nossa participação enquanto entidades enquanto pessoas aqui dentro do**
3406 **CONASP.** Nesse aspecto, eu queria dizer que nós temos uma satisfação, enquanto Viva Rio, de ter
3407 buscado em todos os momentos do CONASP seja no processo que criou o CONASP, seja da 1ª
3408 Conferência dar uma contribuição que fizesse com que esse conselho avançasse, participamos de
3409 todos os grupos que o Conselho instituiu, aqueles que fomos convidados como PPA, GT da Força
3410 Nacional, somos a entidade que teve aqui durante todas as reuniões, senão com a minha presença
3411 em todas elas como suplente da entidade, valorizando aquilo que aqui é discutido. Achamos que nós
3412 deixamos muito a desejar, enquanto Viva Rio e enquanto a minha participação, na relação do nosso
3413 estado, da devolutiva das coisas que aqui são estabelecidas, aprovadas, discutidas para o conjunto
3414 das entidades do nosso estado, então nesse aspecto eu queria fazer a *mea culpa*. **Quanto ao**
3415 **CONASP, nós percebemos claramente que, principalmente nesse último ano, nós vimos um**
3416 **esvaziamento, não só material, mas político do CONASP. Então, isso eu gostaria muito de**
3417 **registrar** porque não estou dizendo de onde vem, ou quem teve o propósito, mas sentimos isso
3418 efetivamente, no **esvaziamento institucional do CONASP**, e talvez a prova mais clara disso seja
3419 **a nossa Secretária-Executiva que ontem aqui foi colocado como um dos problemas que nós**
3420 **estamos vivendo.** Acho que a nossa produção documental foi muito boa, se nós fizemos **um**
3421 **balanço de todos os documentos que nós já provamos das moções, dos encaminhamentos e tal,**
3422 **foi muito boa, acho que não temos do que reclamar disso,** por outro lado, achamos **que,**
3423 **efetivamente, houve uma baixíssima resolução efetiva dessa documentação,** ou seja, **ela foi**
3424 **produzida, mas não surtiu na sua maioria nos casos efetivos.** Acho que nós temos **um**
3425 **baixíssimo dialogo com a sociedade,** esse Conselho não dialoga com a sociedade, eu acho que esse
3426 é um problema que nós temos que superar, **acho que nós utilizamos muito mal e muito pouco as**
3427 **mídias do nosso país,** nós não utilizamos mídia, portanto nós também não usamos os instrumentos
3428 de dialogo com a sociedade, **nós temos pouquíssima influência política no Governo,** nós não
3429 conseguimos influenciar o Governo, as nossas ações, as nossas decisões, a nossa documentação
3430 aqui é aprovada, acho que falta uma **estratégia política do Conselho como um todo, nós ficamos**
3431 **muito pautado pelos acontecimentos do cotidiano da conjuntura,** e não consegue te uma
3432 estratégia mais definida enquanto Conselho, **acho que o Governo, que o Ministério da Justiça**
3433 **que é SENASP, de maneira geral, não utiliza da riqueza que esse Conselho tem,** e ontem
3434 quando eu falei para a secretária Regina que achava muito ruim, por exemplo nos casos que a aqui

3435 nós tivemos, a Bahia, em São Paulo não ter havido esse aproveitamento da força política que o
3436 Conselho tem, principalmente, nos estados onde as coisas estão acontecendo, isso é péssimo, isso é
3437 muito ruim, e **queria propor** na linha que o Pedro colocou, as seguintes questões, primeiro, **criar**
3438 **instrumento de diálogo com a sociedade**, isso foi aprovado pela CONSEG inclusive no Rio de
3439 Janeiro, que nós criaríamos instrumentos de diálogos com a sociedade, boletim, informativo,
3440 alguma coisa que pudesse dialogar com a sociedade. **Segundo, pautar a mídia com as nossas**
3441 **posições aprovadas aqui no Conselho**, não é aquela história de que o fulano ou beltrano vai sair
3442 dizendo na mídia um monte de coisa, mas aquilo que estiver aprovado pelo Conselho que virou
3443 documentação do Conselho deveria sim ganhar espaço e ser pautado na mídia nacional. **Terceiro,**
3444 **elencar canais com capacidade de influenciar a política do governo a partir da deliberação do**
3445 **CONASP**. Todos nós temos as nossas redes de influência, as polícias têm, os delegados têm, as
3446 associações têm, a sociedade civil tem, as pessoas que fazem parte de partidos têm, então usar de
3447 todos os instrumentos que nós temos ao nosso redor, nas nossas mãos, para influenciar
3448 politicamente o Governo com as decisões que nós tivermos aqui dentro do CONASP. E, por fim,
3449 **planejar ações táticas e estratégicas para o CONASP de 2013**.

3450
3451 **A Sra. Célia Dantas Gentile Rique (Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações**
3452 **Populares – GAJOP)** – Olha, a minha intervenção é muito pequena, eu achei muito interessante a
3453 abordagem do nosso companheiro Pedro. E eu acho que pegando um pouco a carona, a questão
3454 macropolítica que nós carregamos, quando nós chegamos aqui, foi que nós tínhamos que correr com
3455 o prejuízo, porque quando nós realizamos a 1ª Conferência, a primeira CONSEG em 2009,
3456 significava 20 anos de Constituição cidadã, e nós estávamos enfrentando um movimento
3457 retardatário na sociedade e em relação a essa questão da participação política da sociedade nos
3458 rumos e na decisão da segurança pública. De forma que isso, ele é representativo e tem a sua
3459 repercussão em relação a isso, ao que queira se afirmar. Porque são lutas em relação ao
3460 conservadorismo da sociedade, que marca esse tipo de proposta política. Agora, quando eu quis
3461 dizer que nós tínhamos inicialmente com todo o nosso, nós chegamos aqui com entusiasmo enorme,
3462 uma energia imensa e tentávamos afirmar institucionalmente, não era à toa que eu acho que nós
3463 passamos umas duas sessões, três, eu não me lembro bem, mas passamos bastante tempo no
3464 primeiro semestre de 2011 tentando afirmar a nossa constitucionalidade em relação a esse papel da
3465 luta democrática pela segurança pública. **Mas, o que eu quis dizer é que as Câmaras Temáticas,**
3466 **eu acho que elas são significativas, não porque ela ia garantir uma visão consensuada de tudo,**
3467 **era exatamente o contrário, porque ela seria o espaço de explicitação das diversas posições e**
3468 **das lutas que porventura nós pudéssemos tratar aqui, encaminhar aqui**. Inclusive também ver
3469 como cada temática dela e até o adensamento político pela contribuição das bases e das
3470 possibilidades de ir estabelecendo diálogos cada vez mais amplos etc., que eu acho **que quando nós**
3471 **abandonamos o nosso plano de trabalho, ele significou, não simplesmente um abandono, ele**
3472 **significou a luta surda, nem sempre explícita, que se tem aqui de ganhos quanto a esses**
3473 **rumos**. Quer dizer, houve um ganho político, porque eu passei desde então a atender questão de
3474 demanda, e teve grupos, os grupos ligados às corporações, aos gestores, etc., eu acho que se nós
3475 formos analisar as atividades versus tempos, foram eles, esse tipo de assunto que realmente
3476 pautaram nossa atenção. De forma que quando nós ficamos aqui, colocando expressando, melhor
3477 dizendo, manifestando que nós não temos de fato as propostas do CONASP, não tem aceitação, não
3478 tem cobertura do Ministério, eu acho que isso não é à toa, nós não temos relações com as nossas
3479 bases capazes de fazer, trazer isso enquanto incidência política, e é esse adensamento político que
3480 nos falta para ser capaz de provocar uma reação política de maior, que seja capaz de nos chamar
3481 para dentro do Ministério e do governo a atenção a respeito daquilo que nós estamos fazendo e
3482 propondo etc. Eu **acho que nós não temos um trabalho de repercussão**, e eu acho que teve uma
3483 luta que se travou aqui, mesmo que não seja uma luta explícita, uma luta, vamos dizer, surda, não

3484 era aberta, mas os encaminhamentos dados em torno, a partir mais ou menos do segundo semestre
3485 de 2011 elas representam.

3486

3487 **A Sra. Raquel Willanido Braga (Observatório de Favelas do Rio de Janeiro)** – Bom, eu
3488 elenquei também alguns pontos **que já foram tocados por outros conselheiros, mas acho**
3489 **importante reiterar para que constem no balanço.** No primeiro ano, eu acho que nós **tivemos**
3490 **um esforço muito significativo de tentar trazer pautas relevantes, discutir as prioridades da**
3491 **política, a questão do orçamento, como a Célia lembrou muito bem, conseguimos produzir**
3492 **ações coletivas de articulação nesse sentido.** E, naquele momento, nós tivemos, não só muita
3493 dificuldade de influenciar, mas de acesso a informações básicas. E aí o Pedro tem toda razão
3494 quando ele diz que na grande maioria das vezes, conseguimos sim chegar, discutir e ter aqui
3495 espaços de interlocução sobre as prioridades da política, que já **mas na maioria das vezes fomos**
3496 **chamados a posteriori com tudo pronto praticamente para validar o estava absolutamente**
3497 **resolvido. E em muitos momentos tivemos notícia de que essas pautas estavam sendo**
3498 **dialogadas em vários outros espaços, então, o Conselho realmente entrou no final da lista das**
3499 **interlocuções sobre as prioridades da política nacional de segurança pública.** Acho que, apesar
3500 disso, tratamos de temas relevantes e conseguimos produzir documentação de muita
3501 qualidade, então eu acho que do ponto de vista das recomendações, no campo da formulação a
3502 nossa produção no pleno e em determinado momento em algumas Câmaras Técnicas, foi
3503 significativa. Porém, não conseguimos produzir desdobramentos concretos que garantissem a
3504 implementação efetiva das nossas Resoluções. Aí eu acho que tem limite em dois sentidos, tem o
3505 limite do reconhecimento institucional e tem o limite do reconhecimento público, do
3506 reconhecimento social, que eu acho que fica muito claro agora quando nós fazemos a mobilização
3507 para o processo eleitoral, e são pouquíssimas as entidades para além das que estão aqui, que
3508 respondem. Isso diz da falta de reconhecimento ampliado da relevância dessa instância. E aí eu
3509 acho que isso de alguma maneira passa também por momentos de desmobilização nossa interna, e
3510 de momentos em que nós realmente nos perdemos. **Eu acho que tem aí uma combinação do**
3511 **esvaziamento progressivo deste Conselho, que aí tem uma dimensão que é também externa,**
3512 **mas tem o quanto esse pleno se perdeu em questões dedicando horas e horas de discussão a**
3513 **questões administrativas, circulando em torno dos mesmos temas, que não tinham nenhum**
3514 **impacto na sociedade.** Então, eu acho que isso é fundamental que nós reiteremos, que nós façamos
3515 uma autocrítica, nós começamos esse mandato falando sobre isso e terminou batendo cabeça no
3516 mesmo tipo de dinâmica. Então, eu acho que isso cabe destacar, e aí eu acho que o abandono das
3517 Câmaras Técnicas foi lamentável, porque embora nem todas as Câmaras tenham produzido,
3518 algumas das Câmaras sim tiveram movimento de produção mais consistente. Bom, queria também
3519 dizer que eu acho **que nós avançamos bastante nas aproximações entre segmentos,** eu tive a
3520 oportunidade neste mandato eu estou como suplente, mas tive a oportunidade de estar nesse debate
3521 desde da primeira reunião da ACOM, e aí lembrando assim, o campo de tensões que nós tínhamos
3522 no início dessa composição e o quanto nós fomos nos aproximando e nos compreendendo nesse
3523 processo, eu acho que isso é muito rico e merece destaque. Por outro lado, concordo com o Marcos
3524 de que isso é muito diferente de nós produzirmos ações políticas conjuntas. Eu acho que nós sim
3525 ganhamos em aproximação, mas nós ainda não conseguimos ter uma articulação interna, e aí não é
3526 só entre os segmentos, é inclusive intrasseguimento. Eu acho que em alguns momentos nós
3527 conseguimos se articular de forma mais orgânica, pautar agendas coletivas, mas em boa parte do
3528 tempo nós ficamos trabalhando de maneira muito reativa e isolada nos debates que nós travamos
3529 aqui no Conselho. **E para concluir, eu também queria, e aí como horizonte para o grupo que**
3530 **fica no próximo mandato, deixar aqui a provocação de que nós procuremos avançar nas**
3531 **construções deste Conselho para além das reuniões.** Eu acho que em alguns momentos nós
3532 produzimos muito bem, em alguns momentos nós produzimos muito mal aqui, mas eu acho que nós
3533 continuamos muito limitados a esse espaço. E o Conselho tem uma responsabilidade social que

3534 precisa ser mais bem trabalhada. Nós não podemos apesar das discussões que nós temos feito aqui
3535 desde o início do ano, por exemplo, sobre a questão do extermínio da juventude negra, se limitar a
3536 belas recomendações, porque os nossos companheiros continuam morrendo lá na ponta. E nós não
3537 temos conseguido dialogar com as bases na medida em que nós precisamos fazer. Então, eu acho
3538 que se nós não avançarmos nisso, nós vamos perder legitimidade social, e mais do que isso, nós
3539 vamos começar a carregar a frustração que manifestamos aqui alguma vezes e dizer que são
3540 reuniões e reuniões, formulações e formulações, mas nós não conseguimos ver a diferença concreta
3541 na vida das pessoas e é isso que nos move a estar aqui.

3542

3543 **Sr. Elder Costa Santos (Fórum Nacional de Juventude Negra – FONAJUNE)** – Bem, eu
3544 concordo com a maior parte do que foi dito. Na nossa avaliação é inegável reconhecer que é um
3545 grande avanço haver um espaço onde possamos fazer um diálogo com os diferentes atores da
3546 segurança pública, então isso é algo inédito em termos de Brasil. Também temos que fazer um
3547 elogio às posições avançadas, majoritariamente as posições que foram adotadas aqui no Conselho
3548 foram posições que apontam para o modelo de sociedade não racista, não machista, não
3549 homofóbica, e que valorize também os trabalhadores e toda a sociedade brasileira na discussão de
3550 segurança pública. Temos que elogiar também o grau de produção, não podemos dizer que o
3551 CONASP não formulou. Aqui tem essa pasta azul que demonstra que o grau de produção deste
3552 Conselho foi bastante elevado, mas isso não foi o suficiente, isso não foi satisfatório, porque
3553 realmente o decreto, a questão do decreto tirou o foco do conselho durante muito tempo. Tanto a
3554 questão do decreto, quanto as questões burocráticas que o Ministério da Justiça acabou colocando
3555 para o Conselho, e eu não acredito em coincidência e não acredito que não existe intenções por trás
3556 dessa situação. Parece-me que eu estava até comentando com o Geraldo e Marcos aqui, que o
3557 Ministério da Justiça tratou o CONASP como um filho bastardo, eu não quero ofender os filhos
3558 bastardos, mas eu não tive outra expressão para colocar. Então, o CONASP infelizmente não teve o
3559 mérito, não teve o prestígio que merecia perante o Ministério da Justiça, e por uma decisão política
3560 do Ministério, por uma decisão política do governo federal que recuou no caminho que estava indo,
3561 um caminho de ampliar a discussão sobre segurança pública e incluir todos os atores que a elas
3562 estão envolvidas. Eu acho que perceberam que é um perigo, perceberam que é, na verdade, um
3563 grande formigueiro, e começaram a recuar. **E essa questão do decreto e as burocracias que nós
3564 fomos vítimas aqui me parece que foi a estratégia utilizada para inviabilizar e enfraquecer o
3565 Conselho.** Um Conselho que se tornou, infelizmente, somente o pleno, porque as Câmaras Técnicas
3566 e temáticas sofreram um esvaziamento, apesar de sua contribuição, todas as Câmaras estão de
3567 parabéns, contribuíram muito, formularam muito. **Mas nós acabamos não tendo estrutura para
3568 reunir as Câmaras ou dar consequência às formulações da Câmara.** Então, as **Câmaras
3569 Técnicas passaram a praticamente não existir e a questão da efetividade dos
3570 encaminhamentos.** Alguns encaminhamentos que nós sabemos que têm alguns encaminhamentos
3571 que o Ministério dependia de outros entes da administração pública, mas vários encaminhamentos
3572 dependia apenas dele. E eu vou citar um aqui que diz respeito ao segmento ao qual eu represento,
3573 que foi a recomendação em relação ao extermínio da juventude negra, uma recomendação
3574 avançada, mais uma vez a juventude negra parabeniza o Conselho pela sua posição. No entanto, o
3575 Ministério da Justiça quando teve a oportunidade de colocar as propostas daquele documento em
3576 prática, não o fez, e a oportunidade foi agora no Plano de Juventude Viva, que o governo federal
3577 está desenvolvendo. Um plano que nós não podemos dizer que está sendo desenvolvido por conta
3578 do Ministério ou do CONASP, era algo que já iria acontecer, porque nós já temos mais de uma
3579 década aí colocando essa questão de extermínio da juventude negra. Mas tudo bem, acontece, o
3580 Ministério adere, participa, mas o Ministério, as contribuições que o Ministério apresentou ao plano
3581 não são as contribuições que a recomendação aponta, são contribuições tímidas do ponto de vista da
3582 recomendação. Entende? Então, nós somos um Conselho que formulamos, que aconselhamos, que
3583 apresentamos, e o Ministério quando tem a oportunidade de beber na fonte que o Conselho fornece,

3584 dá as costas. Então, na última reunião que teve semana passada, eu, Raquel e Marcos estávamos lá,
 3585 o representante do Ministério da Justiça apresentou: “Olha, as contribuições do Ministério da
 3586 Justiça nessa questão de juventude negra são essas, essas...” E nós não conseguimos perceber a
 3587 profundidade das propostas que nós formulamos aqui. Então, falar que a contribuição do Ministério
 3588 ao Plano Juventude Viva é o projeto contra o auto de resistência que foi encaminhado, só isso? Não
 3589 foi só isso que nós formulamos aqui em relação à juventude negra, formulamos várias coisas e o
 3590 Ministério infelizmente deu as costas, e deu as costas por uma opção política. Muito obrigado.

3591

3592 **O Sr. Hildo Marques de Oliveira (Movimento Nacional de Direitos Humanos)** – Bom, eu acho
 3593 que muitos companheiros aqui já falaram algumas coisas, e eu estava querendo pontuar apenas
 3594 algumas observações em relação ao que eu escutei aqui do histórico. **E a reflexão é na questão da**
 3595 **importância deste Conselho, então nós percebemos que a importância desse Conselho, do**
 3596 **ponto de vista dos seus resultados e seus efeitos, pela narração aqui, inclusive de alguns**
 3597 **conselheiros, houve, de fato, alguns resultados,** resultados esses produzidos pelo Conselho, que
 3598 produziram alguns efeitos. Alguns efeitos que foram alcançados, do ponto de vista de algo do
 3599 segmento dos trabalhadores, e outros efeitos não foram alcançados, por exemplo, como acabou de
 3600 narrar aqui o companheiro Elder quando de uma formulação, de uma recomendação, isso não teve o
 3601 efeito necessário e esperado. Mas, não deixa de ser importante o Conselho quando ele promove o
 3602 debate sobre as suas recomendações. **A outra questão que eu acho que é fundamental**
 3603 **analisarmos é com relação à incidência política desse Conselho,** e a incidência política desse
 3604 Conselho no sistema de segurança pública, que no frígido dos ovos é o quê? É o objeto de estudo e
 3605 debate político deste Conselho. Então qual é a incidência política neste Conselho? Quer dizer, qual
 3606 é a importância da incidência política deste Conselho? Ora, se nós não em algumas falas
 3607 conseguimos atingir o próprio gestor central de uma política de segurança pública nacional, isso
 3608 mostra que há incidência política deste Conselho, ela, de **alguma maneira, está prejudicada e isso**
 3609 **precisa haver uma calibragem, é preciso calibrar neste Conselho a sua incidência política no**
 3610 **sentido de elevar-se à importância do qual ele, de fato, tem pela sua própria existência e**
 3611 **natureza.** A outra questão ainda sobre a importância é a expectativa que a população, que a
 3612 sociedade, que os segmentos têm desse Conselho. E eu percebo que as expectativas, muitas vezes,
 3613 elas são muito confusas, porque ora se espera que este Conselho tenha de fato um papel
 3614 eminentemente no controle de monitoramento no controle social, ora se tem a expectativa que este
 3615 Conselho seja um captador das denúncias, dos problemas de segurança pública que existe no
 3616 território. E ora ele pode ser tudo isso, mas a expectativa que as pessoas têm deste Conselho é que
 3617 ele não seja um espaço que se debata apenas as questões de palácio, mas que se debata as questões
 3618 de rua, que o problema está na rua, o problema está lá fora dos palácios, nos palácios, pode-se
 3619 encontrar solução, mas os problemas não estão nos palácios, e nós não podemos ter um debate só de
 3620 palácio. E aí na questão **ainda voltando mais para a questão do monitoramento, o abandono**
 3621 **das Câmaras Técnicas, de fato, mitiga a importância desse Conselho, por quê?** Porque o que
 3622 este Conselho tem a dizer, por exemplo, se alguém perguntar sobre a violência no Brasil hoje? O
 3623 que dizemos sobre a violência no Brasil hoje, qual é o posicionamento neste Conselho com dados,
 3624 análises, com, enfim, diagnósticos sobre a violência do Brasil hoje? E em relação aos conflitos, os
 3625 conflitos de terra, com a questão indígena, os conflitos com os companheiros que lutam pela
 3626 reforma agrária, os conflitos das comunidades tradicionais, os conflitos de grupos urbanos nos
 3627 movimentos de moradia que geram e estão dentro do cenário da segurança pública, e são alvejados
 3628 nas suas reivindicações e manifestações políticas por ações estatais, que continuam provocando a
 3629 violação de direitos humanos. Então, o que este Conselho tem a dizer sobre os conflitos que existem
 3630 no Brasil? A CPP denuncia que existem 320 lideranças sociais pelo interior do país sendo
 3631 ameaçadas de morte. E os programas de proteção, eles são inócuos diante do quadro que existe.
 3632 Semana passada, o índio da Tribo Mandocurú foi assassinado pela Polícia Federal, a questão
 3633 dramática dos índios Guaranis Caiovaqui, acontece hoje no Mato Grosso do Sul, a questão das

3634 comunidades indígenas que em conflito no Sul da Bahia, sendo que existem diversos líderes lá em
3635 situação de ameaça. Ou seja, e o que este Conselho tem a se posicionar em relação a isso? Outra
3636 questão ainda do campo do monitoramento é a própria ação estatal, quer dizer, qual é o produto do
3637 estado, e como nós avaliamos alguns produtos do estado, que inclusive é um dever do estado? E aí,
3638 no sentido, o Ministério da Justiça, ele tem algumas questões que nós precisamos analisar, por
3639 exemplo, o Pronasci, o que aconteceu com o Pronasci, qual é a continuidade desse programa, a
3640 questão do próprio SUSPE. Então o que é o SUSPE? Se falou do SUSPE, se apresentou o SUSPE, e
3641 o que significa ele? E o que está acontecendo, o que está andando em direção a de fato um Sistema
3642 Único de Segurança Pública? A questão do RENAERP, que é um órgão vinculado à SENASP, que
3643 é a rede de altos estudos sobre segurança pública, e em que momento se fez algum *link*, alguma
3644 articulação deste Conselho com esse outro órgão. E aí para ir encerrando no campo das
3645 perspectivas, pelo menos do movimento nacional de direitos humanos, nós compreendemos que
3646 este Conselho deve agir, deve se articular, e ele deve agir e se articular no campo das problemáticas
3647 sociais que existem hoje, e não só no campo do sistema de segurança do ponto de vista só jurídico
3648 legal, mas deve se articular também com essas questões aqui levantadas. **A nossa perspectiva é**
3649 **que este Conselho possa ter posições não só a partir de recomendações, mas que ele possa se**
3650 **articular na questão de conflitos de terra hoje no Brasil, que é um dos grandes problemas hoje**
3651 **na segurança pública.** Esse Conselho deve debater e deve ter articulação com a discussão sobre o
3652 desenvolvimento social que acaba criando um impacto e gerando processo de violência. O Conselho
3653 Nacional deve se articular com essa problemática dos cidadãos que estão com ameaça porque não
3654 podem lutar e reivindicar os seus direitos. E, por fim, **nós devemos pensar qual é o sistema de**
3655 **segurança pública que se afine com o estado democrático, com o estado** de direito, porque na
3656 visao do Movimento Nacional de Direitos Humanos, esse modelo de segurança pública que está aí
3657 não nos serve mais, ele não produz a segurança como um direito humano. E eu acho que essa é a
3658 perspectiva que nós temos é para este Conselho e achamos que esse Conselho tem um grande
3659 desafio. E para encerrar mesmo, achamos extremamente positivo esse espaço, em que de fato nós
3660 possamos dialogar e conhecer todos os segmentos, mas também sermos conhecidos pelos demais
3661 segmentos.

3662

3663 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil)** - Eu queria, eu sei
3664 que tem quatro, eu também gostaria de fazer a minha avaliação pela Rede Desarma Brasil, que nós
3665 estamos com o companheiro Everardo, mas temos vários companheiros aqui que vão precisar sair
3666 no horário a partir de 12h. Então, nós vamos ficar um pouco sem audiência, e vamos falar para
3667 poucos. (intervenções fora do microfone) O quorum está tendo agora. (intervenções fora do
3668 microfone) Não, a sugestão é que vamos para o almoço e volte todo mundo, se todo mundo voltar
3669 tem quorum, como está tendo aqui. (intervenções fora do microfone) Ribamar, vamos para o
3670 almoço e você volta o primeiro lá após o almoço. (intervenções fora do microfone) Não. Porque tem
3671 muita gente inscrita, todos nós fomos ouvidos e acho que devemos ouvir também todos. Vamos
3672 almoçar e voltarmos às 14h.

3673

3674 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público)** – Pessoal,
3675 então, assim, é uma questão só de ordem para reflexão durante o almoço, o seguinte, mais
3676 importante do que as manifestações que ainda existem conselheiros que estão querendo fazer as
3677 suas manifestações, é que nós consigamos votar alguma coisa, uma mensagem, ainda que seja
3678 simples, entendeu? Assim, por exemplo, nesse biênio o processo de segmentação do CONASP foi
3679 insuficiente, tem que ser coisa assim, coisas simples, entendeu? Mas com a carga política forte,
3680 porque senão nós não conseguimos passar a mensagem. (intervenções fora do microfone)

3681

3682 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil)** - Não só construir
3683 da insuficiência, eu acho que nós temos que ver o que Pedro falou, não só da insuficiência, mas da
3684 possibilidade de ser alcançada, senão fica uma coisa.

3685
3686 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público)** – É, e aí você
3687 pode dizer que pode melhorar, mas assim, é que isso seja assim, é suficiente ou insuficiente? Foi
3688 excelente? Esses conceitos são conceitos de votação e posição política, entendeu? Daí que também,
3689 eventualmente, eu estou ficando calado, porque eu acho que há um protagonismo aqui dos
3690 segmentos nessa avaliação. Eu estou aqui só mais observando e calado, mas assim, talvez o próprio
3691 segmento possa trazer alguma coisa, uma coisa simples que se faz ali no papel. (intervenções
3692 simultâneas)

3693
3694 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil)** – Sem dúvida.
3695 Marcos, você está fazendo isso o tempo todo, não se preocupe não porque nós entendemos sua
3696 mensagem. Eu acho que agora nós estamos, vamos almoçar. 14h aqui todos, obrigado pela manhã.

3697
3698 **07/12/2012**

3699
3700 **TARDE**

3701
3702 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Vice-Presidente) (Rede Desarma Brasil)** – Bom,
3703 vamos dar continuidade ao trabalho com o conselheiro Ribamar.

3704
3705 **O Sr. José de Ribamar de Araújo e Silva (Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia – FNOP)** –
3706 Bom, eu queria fazer uma avaliação que, de certa forma, é parcial porque estou há pouco menos de
3707 um ano no Conasp. Era antes a ouvidora do Pará que era a nossa coordenadora do Fórum Nacional
3708 de Ouvidores que nos representava. Mas, vou contar aqui com a ajuda do Geraldo também que pode
3709 me ajudar a avaliar na perspectiva do Fórum Nacional dos Ouvidores. Eu considero, a partir da
3710 experiência dos conselhos que eu tenho, ele vive um pouco uma crise de identidade própria desse
3711 período de maturação política. E, por isso, a minha avaliação é também muito prospectiva. Eu tenho
3712 duas coisas interessantes a registrar que eu vejo em outros conselhos e não vejo com a mesma
3713 intensidade aqui. Se eu estiver errado, me corrijam, porque não percebi. **Aqui, embora haja**
3714 **conflitos pontuais entre liderança não há aquela disputa de liderança que se pode perceber em**
3715 **outras instâncias de poder. Prova disso é que grande parte das recomendações e proposições**
3716 **por nós aprovadas, elas são ou por unanimidade ou por absoluta maioria.** Isso na linha do que
3717 o Élder tinha dito dá uma visão de **que temos avançado também na busca de um ponto**
3718 **consensual.** Um registro que já foi feito e eu queria reforçar que é importante, eu acho que, no
3719 tempo que estou aqui, **temos tido uma boa produtividade.** O volume das resoluções, das
3720 audiências públicas que desdobram **em resoluções tem boa produtividade no meu ponto de**
3721 **vista; agora baixa resolutividade.** Decidimos muito, mas não conseguimos fazer o círculo
3722 virtuoso dos encaminhamentos, que não dependem só de nós, mas muitas dependem só de nós
3723 também, ou seja, estamos atuando relativamente bem na formulação, mas no que diz respeito ao
3724 controle social, **não só porque também há um arrefecimento do governo, isso já foi registrado**
3725 **aqui, algumas coisas não avançam também porque não há interesse e decisão política de**
3726 **governo para avançar.** Mas, temos também perseguido pouco esse ideal do controle social, isso
3727 aqui foi falado em termos de orçamento, em termos de programas e projetos, nós tínhamos que ter
3728 uma visão maior de monitoramento de alguns programas e para isso precisamos ter mais
3729 capilaridade, e aqui estou fazendo uma autoavaliação, eu acho daqui e, normalmente, starto logo um
3730 informe da reunião para todos os ouvidores e me perguntam, como me pergunto quando eu vejo a
3731 Célia Rique apresentando a experiência da audiência lá em Pernambuco quando a ouvidoria local

3732 efetivamente se engajou nisso porque se estamos aqui representando uma parcela, é preciso que
3733 repliquemos aquilo que para o segmento que aqui representamos e que ele dê capilaridade a todo
3734 esse debate que aqui fazemos. **Eu registro outra coisa importante que precisa ser melhorado,**
3735 **mas está num nível importante é que aqui pairam uma disputa legítima de interesses**
3736 **corporativos no melhor sentido da palavra. Não há interesse corporativo, como diria daquele**
3737 **corporativo pernicioso que prejudica a coletividade.** Embora haja tensões localizadas a esse
3738 respeito. Falta a nós também uma autocrítica a respeito de disciplina porque se o nosso tempo aqui é
3739 pouco, só temos dois dias, eu acho que tínhamos que ter um dia anterior, **a exemplo do que têm**
3740 **outros conselhos, para o funcionamento das Câmaras Temáticas.** Enquanto isso funcionou, eu
3741 acompanhei a Câmara Temática do Sistema Penitenciário, nós tivemos produção, debate,
3742 formulação, isso é uma coisa que precisa ser colocada em prática. Finalmente, aos ouvidores, eu
3743 acho, é uma autocrítica também, com igual importância que estamos discutindo a autonomia das
3744 perícias, nós tínhamos que discutir a autonomia das ouvidorias. Nós temos hoje 20 ouvidorias,
3745 estamos numa luta para chegar aos 27 estados. Isso que estou dizendo aqui tenho dito aos meus
3746 pares, o Geraldo é testemunha disso, **precisamos pautar aqui como pautamos lá a necessidade**
3747 **de: 1 - criar algumas condicionalidades, alguém já disse aqui nos repasses de recursos do**
3748 **Governo Federal. A própria Ouvidoria do Maranhão foi criada nessa perspectiva e agora nós**
3749 **estamos lá tentando fazer valer aqui aquilo...**

3750

3751 **O Sr. Heder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças Militares**
3752 **Estaduais - ANASPRA) –** Você me concede um aparte? Eu acho fundamental esse ponto que você
3753 colocou. Acreditamos ou não, **mas a Secretária-Geral da Presidência da República, através do**
3754 **Fórum Interconselhos, ele institucionalizou o Fórum Interconselhos. A cada 6 meses vão se**
3755 **reunir representantes de todos os conselhos, de âmbito nacional, para discutir o planejamento**
3756 **e o orçamento, e inclusive, a cada 6 meses que operar em Brasília e isso é fundamental,**
3757 **estávamos esquecendo desse detalhe, existirá uma política da Secretaria-Geral da Presidência**
3758 **da República e do Ministério do Planejamento para que os conselhos tomem ciência dos seus**
3759 **respectivos orçamentos para que possam monitorá-los e acompanhá-los.** Então, inclusive para
3760 abril do ano que vem haverá uma primeira atividade do Fórum Interconselhos que foi
3761 institucionalizado. Vale a pena quando você toca essa questão das Câmaras Técnicas e nós temos
3762 uma Câmara de Financiamento, ela tem que ser reestruturada, acompanhar o orçamento do
3763 Ministério da Justiça porque dentro do Fórum Interconselhos é que estará legitimado, estão criando
3764 uma ferramenta de monitoramento de todo planejamento e orçamento. **Você tocou num ponto**
3765 **fundamental que este conselho tem que se debruçar já no ano que vem porque nós temos a**
3766 **possibilidade efetiva de trabalhar dentro do planejamento e orçamento.** Obrigado.

3767

3768 **O Sr. José de Ribamar de Araújo e Silva (Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia – FNOP) –**
3769 Eu agradeço a sua colaboração e digo aos que ficam, eu sou daqueles que saem mesmo, porque
3770 também estou deixando a missão de ouvidor. É preciso dialogar de forma intersetorial com algumas
3771 outras políticas e conselhos. Inclusive fazendo a pedagogia de convencimento ao Governo Federal
3772 porque, por exemplo, é impossível tratar de Brasil sem Miséria sem atacar uma das mais graves
3773 mazelas que não é só a fome e a segurança alimentar, isso também, mas a insegurança pública. E eu
3774 costumo dizer que os problemas que não conseguimos resolver na segurança alimentar nutricional
3775 vira um problema de segurança pública, está aí o extermínio da população negra, a criminalização
3776 dos pobres como resultante desse fenômeno. Isso é um desdobramento prático para nós, **é dialogar**
3777 **de forma intersetorial com outras políticas da segurança alimentar e nutricional, da educação,**
3778 **com os próprios conselhos do Ministério da Justiça,** na oportunidade, a Câmara Temática fez um
3779 bom diálogo com o CMPCP, Conselho Nacional de Política Criminal, precisa investir e aprofundar
3780 esse debate, o Conselho Nacional da Política Racial, O Conselho da Juventude que está debruçado
3781 sobre o Programa Juventude Viva, na perspectiva de enfrentamento do extermínio negra. O

3782 instrumento fundamental também defendido como diretriz do controle social da política e da
3783 atividade social precisa ser discutido e referendado na perspectiva de construir ouvidorias com
3784 autonomia porque alguns serviços só se prestam bem, como o da perícia, por exemplo, se for
3785 efetivamente prestado com autonomia. E esse debate não pode ser só um debate setorizado aos
3786 ouvidores. **E também aprofundar a perspectiva do monitoramento do orçamento, dos**
3787 **programas e dos projetos de forma articulada, sem que haja concorrência entre um e outro.** É
3788 a minha contribuição e avaliação. E só para finalizar, quem continuar aqui tem investir na 2ª
3789 Conferência Nacional de Segurança Pública a bem de todos nós que precisamos de uma política
3790 pública de qualidade.

3791

3792 **O SR. GERALDO SOARES WANDERLEY (Pastoral Carcerária Nacional) – Bem,**
3793 **analisando a história desde o começo, desde a Conseg, e depois com a implantação do Conasp,**
3794 **eu acho que nós temos que considerar isso um grande avanço porque não tínhamos esse**
3795 **instrumento de controle, de discussão, de espaço, de estarmos juntos aqui, sociedade civil,**
3796 **trabalhadores, gestores,** e esse tempo temos que considerá-lo bastante profícuo. E tentamos muito.
3797 Se não empregamos um tempão aqui na organização do Conselho, na questão das proposições,
3798 construindo as propostas, e depois vimos que isso ficou um pouco de lado porque outras demandas
3799 apareceram. Aquele entusiasmo que tínhamos no começo e as expectativas em função do que a 1ª
3800 Conseg gerou também isso tomou uma proporção, mas foi diminuída porque foi até fruto de
3801 amadurecimento, fomos percebendo que não podíamos dar conta de tudo aquilo, e aquilo se efetivar
3802 a partir de uma conferência quando têm outras políticas por aí que já têm 15 conferências e têm
3803 demandas da primeira. Eu acho que começamos a nos preocupar com os problemas da segurança
3804 pública e as respostas do governo foi quando nós começamos a exigir apresentação de planos, que o
3805 governo discutisse conosco, e o governo só apresentou, tudo já estava montado. Vieram as
3806 audiências públicas que também era uma tentativa de discutir os problemas de maneira mais
3807 profunda e tirar algumas deliberações. Fomos tentando e isso é importante. Mas, o problema é que
3808 chegamos a dizer que isso quase não deu em nada. Tivemos até a preocupação de transferir as
3809 reuniões do Conasp para os estados, depois desistimos. Na verdade, nós queríamos dar visibilidade
3810 ao Conselho, discutir os problemas com a população local. Então, vejam, que tudo que eu estou
3811 dizendo nós pontuamos nessa caminhada. Mas, fomos nos esgotando, evidentemente, porque o
3812 governo foi cada vez mais se encolhendo com relação ao Conselho. Bem, eu considero que
3813 produzimos bastante para o primeiro mandato, o que precisamos agora é realmente buscar uma
3814 maneira mais organizada, pensada. Eu sempre defendi que deveríamos ter começado com 15 dias de
3815 preparação deste Conselho, todo mundo fazendo um trabalho de aprofundamento do que realmente
3816 era o Conasp e das grandes problemáticas da segurança pública que não discutimos. Nós,
3817 pessoalmente, na questão penitenciária tivemos as apresentações do Ministério, através do Depen,
3818 duas apresentações, audiência pública que foi feita, recomendações, tivemos encontro com o
3819 Conselho Nacional de Política Criminal e com alguns órgãos do Governo Federal nessa perspectiva
3820 de criar um debate intersectorial, mas chegamos ao final meio sem perspectiva e nós não fomos bem-
3821 sucedidos. Então, **o que eu acho é que devemos continuar depois desse processo procurar fazer**
3822 **com que essa Conseg vá o mais possível para a rua, discuta os assuntos mais importantes da**
3823 **segurança pública, inclusive sobre o plano que fizemos aqui, trazendo os trabalhadores, a**
3824 **sociedade para pensar isso junto de modo bem mais unido e procurar fazer com que nós**
3825 **realmente consolide isso usando bastante a mídia, não usamos, voltando às nossas origens**
3826 **trabalhar junto com as nossas bases, não fizemos bem isso, por exemplo, eu termino e faço o**
3827 **release e mando para vários cantos, para a minha Pastoral Brasileira, às vezes não temos nem**
3828 **respostas. Então, devemos definir novas estratégias, mas considerar que, nesse período, avançamos.**
3829 Essa é a avaliação.

3830

3831 **O SR. MARCOS ANTÔNIO DA SILVA COSTA (CONSELHO NACIONAL DO**
3832 **MINISTÉRIO PÚBLICO)** - Em relação a essa prestação de contas do que foi esse biênio, a
3833 existência do Conasp, ou até falei com o Éder, essa garantia desse espaço democrático é básico, isso
3834 foi conseguido na Conseg. Isso não é mérito mais do governo. **O mérito do governo é consolidar o**
3835 **controle social na área de segurança pública.** Esse é que é o espaço de controle social. A
3836 realidade deve ser enfrentada de forma dura. Ontem, na última reunião, houve uma ida ao Gabinete
3837 do ministro da Justiça, essa ida não foi capaz de fazer o ministro se movimentar para responder ao
3838 Conasp, isso é muito simbólico do significado do que o Conasp tem em relação do ministro da
3839 Justiça. Então, eu tenho sido muito crítico em relação à postura em relação ao Conasp porque a
3840 partir da minha experiência em conselhos dessa natureza de controle social, o controle social é
3841 exercido sobre o Governo, e apesar de ser paradoxal e contraditório o governo tem que querer esse
3842 controle social; ele tem que patrocinar um ambiente onde ele vai ser controlado, e quando o
3843 governo não participa, quando o governo não está num ambiente de controle social fica um diálogo
3844 entre os segmentos. Quem do Governo Federal está aqui agora neste momento para ouvir? Então, a
3845 participação do Governo efetivamente em todas as reuniões, isso é uma condição *sin qua non* para o
3846 funcionamento do controle social porque este é feito sobre o Governo, se o Governo não está aqui,
3847 o que adianta esse controle social? **Daí que e aí deve ser repensada a aceitação, por exemplo, da**
3848 **vice-presidência por um indicado da sociedade civil ou do segmento dos trabalhadores.** O
3849 Almir, por exemplo, não a pessoa Almir, mas quem está conduzindo as nossas reuniões nos últimos
3850 tempos é Almir. Não é para ser isso. Foi meio que uma armadilha. Se para fazer assim, tirar a
3851 presidência, então vamos passar a presidência definitivamente com um cargo comissionado na
3852 mesma estatura das demais secretarias do Ministério da Justiça, com dedicação exclusiva, que esse
3853 presidente tenha acesso diretamente ao Gabinete do Ministro, se é para ser assim, então, vamos
3854 fazer o jogo completo. Até por que nós estamos vinculados à Secretaria Nacional de Segurança
3855 Pública - Senasp? Se a Senasp você tem a Secretaria Antidrogas, você tem a Secretaria de Justiça, é
3856 algo que deve ser repensado então. **A realocação do Conasp dentro do Ministério da Justiça tem**
3857 **que estar estabelecido, um presidente com dedicação exclusiva que saiba que aquele local ele**
3858 **tem que brigar por ele perante o ministro é importante porque senão vai continuar essa**
3859 **mesma situação. Então, que houve avanços, mas do ponto de vista da sociedade civil ampla,**
3860 **que não está representada, qual é o reconhecimento do Conasp na imprensa? Que ator é esse?**
3861 **Nós não conseguimos também consolidar um sistema de conselhos estaduais e municipais, não**
3862 **conseguimos ser referência para esse sistema. E isso** depende de orçamento, depende de pessoas,
3863 de estrutura, não se sai do lugar com 2 servidores da Secretaria-Executiva. Não se sai do lugar se
3864 não puder trazer pessoas para cá movimentar. Então, daí que é importante que haja uma avaliação
3865 crítica do que foi esse biênio, do que significa a Política Nacional de Segurança Pública nesse
3866 biênio? Estamos bem? Estamos mal? O Governo está bem ou está mal? Essa avaliação tem que ser
3867 manifestada criticamente por esse ambiente, quem aqui está são os representantes, bem ou mal,
3868 foram eleitos dos segmentos da sociedade civil, dos segmentos dos profissionais da área de
3869 segurança pública e mais os indicados pelos gestores públicos. Então, é preciso justamente apontar
3870 quais foram as deficiências. Há uma deficiência nessa consolidação, tem que ser dito isso porque
3871 senão vai continuar a mesma coisa, não sai do lugar, continuamos tendo dois anos, 50 mil
3872 homicídios por ano, 100 mil homicídios, desses quantos são negros? Mais de 80 por cento. Você
3873 chega lá para os seus representantes e dizem assim: “Você está lá no Conasp, modificou alguma
3874 coisa? Que Conasp é esse?” As nossas deliberações, se você olhar no portal, elas nem são
3875 divulgadas adequadamente. Ninguém não está nem aí para o Conasp. O Conasp não é um ambiente
3876 importante no debate hoje. As pessoas que estão no Conasp, esse ambiente é um ambiente
3877 importante? Muito importante. As relações interinstitucionais aqui estabelecidas, essa proximidade
3878 entre o movimento social e os profissionais segurança pública que foi estabelecida é importante? É
3879 de grande relevância. E aqui eu queria também atentar por uma coisa, eu acho importante que além
3880 do Conasp como entidade, quer dizer, nós somos uma coletividade e essa coletividade depende de

3881 uma decisão coletiva para ser movimentada, mas, além disso, cada uma das instituições que aqui
 3882 estão, cada uma deve atuar por fora do sistema do Conasp perante o ministro da Justiça porque Viva
 3883 Rio é recebida pelo ministro, a Pastoral é recebida pelo ministro da Justiça para dizer justamente
 3884 assim: “Ministro, não está funcionando”. Eu digo assim, a Pastoral, Viva Rio, outras entidades, são
 3885 recebidos individualmente como atores relevantes, o que eu falo é que aqueles que têm acesso e
 3886 muitos aqui têm acesso ao governo devem chegar perante a ele...

3887

3888 **O Sr. Marcos Fábio Rezende Correia (Coletivo de Entidades Negras)** – Eu quero saber onde
 3889 estão esses muitos até para eu saber onde estou pisando. Porque eu sou uma parte que já fiz ofício
 3890 algumas vezes e tudo e nunca fui recebido pelo ministro. Eu quero até entender meus parceiros que
 3891 estão indo lá que não têm conversando entre os pares. Então, deixe-me explicar quais muitos são. E
 3892 isso revela o tratamento diferenciado que existe entre o governo e algumas entidades. Mas, algumas
 3893 entidades aqui têm acesso direto ao governo. Cobrapol tem acesso direto ao ministro da Justiça.
 3894 PRF tem também. Gajop tem acesso, Gajop está no governo. O que estou falando é que algumas
 3895 entidades aqui têm acesso. A Rede Desarma, por exemplo, tem acesso. Agora, o que estou falando é
 3896 que além do Conasp agir coletivamente, as entidades que estão dentro do Conasp e que por acaso
 3897 algumas dessas entidades têm acesso ao governo e ao ministro da Justiça deveriam chegar e ele
 3898 dizer que não está funcionando o Conasp. Algumas, por exemplo, têm acesso aos sistemas
 3899 partidários. Então, o importante é deixar claro para o Governo que não está funcionando. Seja
 3900 coletivamente o Conasp, seja individualmente cada uma das entidades que aqui estão. Pastoral por
 3901 exemplo tem acesso, a CNBB tem acesso.

3902

3903 **O SR. VICENTE ANTONIO MARIANO FERRAZ (Conselho Nacional de Comandantes**
 3904 **Gerais das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares)** – Eu queria levantar uns 5
 3905 ou 6 pontos e fazer algumas propostas para o relatório da Comissão que vai avaliar os dois anos. O
 3906 primeiro ponto que eu queria destacar é que de uma forma direta ou indireta, outros conselheiros já
 3907 enfatizaram, porque o Conasp se é uma conquista da sociedade; se nós avaliarmos que a 1ª
 3908 Conferência Nacional de Segurança Pública foi a consolidação do Conasp com a referência de 40%
 3909 da sociedade, 30% de gestores e 30% de trabalhadores. O Conselho Nacional de Segurança Pública
 3910 nas gestões anteriores não só no período militar, mas mesmo em governos de transição era um papel
 3911 em branco. Tinha lá uma composição, 100% de Governo e não tinha reuniões. Então, **mal ou bem**
 3912 **isso aqui é uma conquista da sociedade, razão pela qual a maioria das entidades que está no**
 3913 **processo eleitoral quer voltar para garantir essa conquista. O segundo ponto, nos 2 primeiros**
 3914 **anos nosso aqui, eu acho que demos muita atenção a questões administrativas,** perdemos
 3915 tempo, não que não seja relevante o debate do decreto, mas não precisa ter 8 ou 9 reuniões para
 3916 discutir o decreto, perdemos tempo. Então nós não temos que olhar só para o olhar do Governo com
 3917 relação ao Conasp, eu vou citar, mas também uma autocrítica nossa porque aqui nós temos
 3918 somando trabalhadores e sociedade civil e parte dos gestores temos a maioria absoluta do Conselho
 3919 que defende posições que não têm vínculo governamental da qual eu me incluo, eu em todas as
 3920 questões mais de fundo colocadas ou pelos trabalhadores ou pela sociedade civil eu voto pela
 3921 consciência do tema. Então, eu acho que a questão, por exemplo, da desmilitarização, fim da prisão
 3922 administrativa, aposentaria especial para policiais, não são só temas corporativos, também devem
 3923 ser temas da sociedade que têm reflexo na sociedade, como outros temas trazidos pela sociedade
 3924 civil, o genocídio da juventude negra no país, nós discutimos temas importantes. **Tivemos pautas**
 3925 **relevantes para os segmentos, mas talvez essas pautas fossem mais relevantes para os nossos**
 3926 **segmentos aqui em particular dos trabalhadores do que para a sociedade, então, nós temos**
 3927 **que transmitir que o debate nosso aqui é importante para a sociedade.** Quando se discutiu a
 3928 questão envolvendo a Polícia Federal e a Polícia Técnico-Científica tinha 8 delegados da Polícia
 3929 Federal aqui, hoje não veio nenhum. Quer dizer, só venho quando o tema interessa à minha
 3930 corporação? Eu acho que o Conasp tem três papéis estratégicos. O primeiro é ser um espaço

3931 institucional para dialogar com a sociedade sobre os grandes temas da segurança pública. Nós
3932 discutimos alguns temas relevantes, mas não dialogamos com a sociedade civil. Temos que
3933 repensar essas audiências públicas que fazemos porque são um fiasco. A última tinha 5
3934 conselheiros. Não precisa ter audiência pública, chama o cara aqui e fala para os conselheiros. O
3935 segundo papel do Conasp é contribuir para formular políticas públicas para a área de segurança
3936 pública. Isso não fizemos e essa não tem dúvida, só formula políticas pública na área de segurança
3937 pública se tiver abertura do governo de receber. E nesses dois anos tudo que saiu no ponto de vista
3938 de política de segurança pública este Conselho foi informado, não foi convidado a formular. Então,
3939 essa para mim do ponto de vista estratégico é a crítica maior que eu faço ao governo. A questão
3940 também da Secretaria-Executiva é secundária. Às vezes ela ganha um tempo aqui de 3, 4 reuniões.
3941 O importante e a falta aí do ponto de vista crítico é que este Conselho não foi reconhecido como
3942 órgão que contribui para política pública. A Raquel disse que nós corremos o risco de perder a
3943 legitimidade social. Será que temos legitimidade social? Quer dizer, não as entidades
3944 individualmente, mas **o Conasp não construiu em dois anos legitimidade social. Esse é desafio**
3945 **que não é do governo, é nosso de prestígio social, de prestígio político não se ganha, se**
3946 **conquista.** Então, temos que pensar quais as maneiras de ganharmos legitimidade social e prestígio
3947 político, independentemente, da leitura que o governo tem ou não deste Conselho. Bom, a **questão**
3948 **de melhorar e reestruturar a Secretaria-Executiva é uma exigência porque ela já esteve**
3949 **estruturada. Acho que aí concordo com a análise do conselheiro Marcos Costa de que a**
3950 **eleição do vice-presidente do Conasp não é sinônimo de que agora não precisa mais da**
3951 **presença do governo porque senão ficamos falando para nós mesmos. Então, essa questão**
3952 **temos que retomar aqui e ver qual a importância, e aí não é nem um desmérito pessoal, acho**
3953 **que está bem representado o vice-presidente, mas depois que teve a vice-presidência da**
3954 **sociedade civil praticamente não teve mais a participação orgânica, permanente do governo**
3955 **aqui.** Então, dá para a sociedade civil ou para os trabalhadores a presidência do Conasp porque aí
3956 sabemos, não precisa vir, a presidência é da sociedade civil. Bom, feitas essas observações, eu
3957 queria fazer 6 sugestões para o segundo mandato que eu como gestor não sei se vou estar aqui ou
3958 não. Se for presidente do CONSEIS nós temos uma representação de municípios, não sendo
3959 presidente do CONSEIS não terá nenhum sentido eu estar aqui. **A primeira questão: o Ministério**
3960 **da Justiça, a nova gestão tem que dialogar e exigir do governo que tenha assessores direto do**
3961 **ministro para acompanhar, junto ao Conasp, as etapas da 2ª Conferência.** Eu acho
3962 fundamental, **aí sim uma decisão colegiada cobrando quais são os representantes do Ministro**
3963 **da Justiça para discutir a 2ª Conferência. Reforçar o papel do Conasp como órgão de**
3964 **assessoramento do Ministério da Justiça na formulação de políticas públicas.** Não tivemos em
3965 dois anos. Nós queremos ser esse órgão que contribui para formular políticas públicas; **propor a**
3966 **publicação do Anuário do Conasp com as principais deliberações destes dois colegiados, as**
3967 **moções, recomendações e pareceres,** um livro com 15, 20 mil exemplares para as nossas entidades
3968 sair entregando o que nós fizemos. Isso tem que sair uma decisão e brigarmos para que o governo
3969 publique, isso aqui é um órgão vinculado ao Ministério da Justiça. Um anuário, temos condições de
3970 cada setor recebendo 500, 1000 exemplares divulgar para a sociedade o que estamos fazendo aqui.
3971 **Reestruturar a Secretaria-Executiva; propor duas reuniões no ano, pelo menos, com o**
3972 **ministro da Justiça com pauta discutida em conjunto; rever audiências públicas, dar um**
3973 **formato novo a elas; e propor para o governo que demandas nos estados onde participa o**
3974 **Ministério da Justiça na área de Segurança Pública não só informar, mas nos colocar, inserir**
3975 **nos estados no debate com os governadores.** Isso não aconteceu nenhuma vez, Foram citadas aqui
3976 situações da Bahia, de São Paulo foi criado um grupo de inteligência no estado e no Ministério da
3977 Justiça para discutir a crise na segurança pública, eu sou conselheiro de São Paulo, nem sei o que
3978 foi discutido e qual é a pauta que foi colocada, eu vi pela imprensa. Essas são questões que
3979 envolvem a nós todos. Por último, eu estou torcendo para que volte, senão todos, mas maioria das
3980 entidades que estão hoje nestes 2 primeiros anos do Conasp, **eu acho que 2013, aí a Mesa Diretora**

3981 **tem uma papel importante é pauta única, a pauta única é a segunda conferência porque** senão
 3982 nós não vamos conseguir fazer a 2ª Conferência. E aí tem uma posição de cobrar do governo e uma
 3983 equipe que acompanha, mas também iniciativas como teve a Célia de já botar a conferência na rua.
 3984 Daquilo que nós discutimos de articular a Conferência na rua, só a Célia fez e o Geraldo fez lá uma
 3985 pequena reunião. Se todos nós já tivéssemos colocado a conferência na rua, trazendo debates, nós
 3986 encaminhávamos um relatório para o governo dizendo: a 2ª Conferência já começou. Então, os
 3987 nossos debates no ano que vem têm que serem pautados pelos temas que nós escolhemos para a 2ª
 3988 Conferência. E aí dá um amplo debate. A reforma das polícias, vamos discutir isso por completo, o
 3989 inquérito policial, têm tantos temas, desmilitarização, mas dentro da lógica da 2ª Conferência. Se
 3990 nós não priorizarmos, discutir em 2012 a 2ª Conferência, ela não vai acontecer. E mais, o governo
 3991 vai dizer: “Passamos para vocês a responsabilidade de escolher os temas, de fazer o documento
 3992 básico e vocês não deram conta”. Então, **formular o projeto básico para a conferência, fazer as**
 3993 **reuniões nos estados não dependem de recursos do governo, não dependem da vontade do**
 3994 **governo, com recursos seria melhor, mas precisamos recursos para fazer reunião?** Dá-se um
 3995 jeito de fazer de uma forma ou de outra, fizemos reuniões e plenárias com ou sem Governo. Eu faço
 3996 um apelo, sobretudo para as **entidades que ficarão nos próximos 2013/2014, de trazer para este**
 3997 **plenário a questão da 2ª Conferência até março ou abril ter efetivamente um texto básico.** E
 3998 acho que a principal contribuição das Câmaras Técnicas foi qualificar o conteúdo da 2ª
 3999 Conferência. Agora as Câmaras Técnicas se não der para vir um dia antes, uma reunião discute
 4000 conferência, a outra reunião é Câmara Técnica, ficamos dois dias aqui discutindo Câmara Técnica.
 4001 Quem decide a lógica desse colegiado é este Colegiado. Se achamos que é importante ter Câmara
 4002 Técnica, uma é ordinária e a outra é Câmara Técnica e informamos o governo. Quer dizer, não ter
 4003 que ficar pedindo ao governo, eu, pessoalmente, tenho dificuldade de ficar 3 ou 4 dias aqui. Então,
 4004 esta Conferência e a visibilidade, a legitimidade social, o prestígio político que vamos conquistar,
 4005 não ganha, esperar que o governo dê de mão beijada o prestígio político, nós vamos passar mais 8
 4006 anos aqui, prestígio político conquista e a conquista do prestígio político deste Conasp se dá em
 4007 dirigir e fazer uma 2ª Conferência mais qualificada do que a primeira. Esse é o nosso desafio. Se
 4008 conseguirmos fazer isso com certeza a participação do Governo será outra e o reconhecimento da
 4009 sociedade também será outra. Obrigado.

4010

4011 **O Sr. José Roberto Neves (Sindicato dos Agentes Penitenciários Federais – Sindapef) –** Bom, a
 4012 experiência que quero compartilhar com vocês aqui é de um conselheiro que entrou aqui e viu tudo
 4013 de novo. Eu tinha um pouco de preconceito com relação a conselhos, sobretudo, porque vimos de
 4014 uma categoria que, normalmente, não é ouvida nesses conselhos. Mas, vimos aqui uma
 4015 possibilidade interessante de fazermos de intervenções. Então, não estamos aqui esperando muito
 4016 do governo e sabemos fundamentalmente que proposição deverá vir das nossas discussões ou das
 4017 mobilizações de base. **Eu entendo que um conselho ligado a um órgão do governo que é o**
 4018 **Ministério da Justiça e quando possibilita à sociedade civil e aos trabalhadores a participarem**
 4019 **poderá ter duas vertentes: ou eu quero realmente fazer com que a sociedade e os**
 4020 **trabalhadores participem das formulações das políticas de determinado setor, neste caso a**
 4021 **segurança, ou eu quero apenas que essas entidades legitimem as ações e as intenções deste**
 4022 **governo.** Nós percebemos aqui que tem um pouco de tudo. Existe a possibilidade, mas tem
 4023 fundamentalmente aqui algumas coisas que vieram aqui para ter a nossa chancela, o que demonstra
 4024 que também existe intenção que sejamos aqui meros assinadores de recomendação ou ratificadores
 4025 de decisões do governo. Pessoalmente, eu tive uma experiência muito interessante. Eu disse a
 4026 alguns colegas que eu provavelmente tenha sido o conselheiro que mais aprendeu nesses 2 anos,
 4027 não evidentemente por que fui o conselheiro mais aplicado, mas talvez ser o conselheiro que chegou
 4028 aqui com menos experiência e assumi uma estratégia de observar e muito. **Uma das experiências**
 4029 **mais fortes que eu tive aqui foi a interlocução com a sociedade civil; de poder falar com a**
 4030 **sociedade civil um pouco dos anseios da categoria que eu represento aqui dentro.** Eu tenho

4031 certeza que isso foi o maior ganho para nós, dialogar com a sociedade civil e passar essas
4032 referências que temos dos trabalhadores do cárcere. A partir dessas experiências, nós
4033 implementamos boas ações dentro do estado de onde eu venho que é o Paraná. Dialogando com a
4034 sociedade civil e a chamando para discutir as questões do sistema penitenciário, não mais como
4035 opositores. Algumas questões do ponto de vista regimental e da estrutura também foram muito
4036 novas para mim. Aqui logo que cheguei fui para uma das Câmaras Técnicas, que é a do Sistema
4037 Prisional e tivemos muitas dificuldades no debate e aprendemos muita coisa. Aqui, depois desse
4038 debate e interlocução, eu aprendi a respeitar a opinião do outro, a Pastoral Carcerária que
4039 teoricamente seria a entidade que mais teria divergência conosco se tornou agora nesse próximo
4040 pleito eleitoral a minha primeira opção de voto, se não concordamos com tudo, sabemos que é com
4041 essas entidades que vão nos ajudar a pautar o sistema prisional. Eu digo isso pela importância que
4042 teve pessoalmente para nossa formação. Isso eu tento passar para as outras pessoas da nossa
4043 categoria, isso tem tido um reflexo dentro dos estados. **Agora, uma falta que eu vejo fundamental**
4044 **é que nossas ações e proposições não têm encaminhamento.** Nós temos as resoluções, as
4045 recomendações e elas não param por aí. E eu pergunto, qual é o expediente que temos para fazer
4046 uma diligência para uma recomendação se transforme efetivamente em ação no Ministério da
4047 Justiça, para quem nós, normalmente, dirigimos nossas recomendações. Nós fizemos o debate da 1ª
4048 Conseg e tiramos diretrizes importantes e eu penso que aqui não conseguimos sintonizar isso como
4049 prioridade das nossas ações. De qualquer forma, eu revelo para vocês aqui que o nosso segmento de
4050 trabalhadores nunca foi ouvido como aqui neste colegiado. Então, só por isso valeu estar a pena
4051 estar aqui. Acho que se não somos respeitados, eu concordo com o Mariano, temos que cobrar
4052 ações do governo, mas acho que as nossas ações políticas aqui é que vão nos dar essa garantia dessa
4053 legitimidade. Eu também penso assim e é por isso que tentamos fazer interlocução com a categoria
4054 das questões que aqui estão. Assim, me senti muitas vezes aqui rotulado das poucas vezes em que
4055 fiz intervenções, rotulado de corporativista, mas é porque a experiência que nós trazemos para
4056 contribuir no debate de segurança pública como um todo é a experiência que trazemos lá do nosso
4057 trabalho, nós não militamos nessas áreas sociais que vocês militam, eu acho que com o tempo, as
4058 pessoas que vierem a nos suceder, vamos buscar repassar essas experiências para que não comecem
4059 tão verdes como nós começamos. Houve um lance até tietagem. Quando eu cheguei aqui neste
4060 Conselho, eu vi entidades que eu só ouvia falar de nome. Todos aqui, a Viva Rio, o Conselho de
4061 Entidades Negras, a Pastoral que militava conosco, tantas entidades aqui que eu conhecia por ouvir
4062 falar. E hoje quando chegamos lá na nossa base e digo que debati com vocês isso para nós é muito
4063 importante, embora não estejamos ainda no grau no debate porque só são dois anos desta
4064 experiência, nós trazemos essa humilde experiência dos trabalhadores do cárcere para vir poder
4065 fazer esse debate, mas embora não estejamos na condição de fazer o debate no mesmo nível talvez,
4066 eu espero ter dado um pouco de contribuição e trazido aqui um pouco desses anseios. E para nós lá
4067 é muito importante. Para nós lá quando falamos que estávamos com vocês aqui para a nossa
4068 categoria é de fundamental importância. Para finalizar, vocês não sabem a diferença que faz para
4069 um agente penitenciário que está lá na base, no fundo do presídio, falar que estamos aqui debatendo
4070 no Conselho de Segurança. Se para nós conselheiros não damos essa importância, a nossa categoria
4071 espera muito de nós. E é por isso que agradeço esses dois anos que passamos juntos debatendo.

4072

4073 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente) (Rede Desarma Brasil)** – Bom, todos os
4074 conselheiros fizeram uso da palavra. A Rede Desarma Brasil gostaria também registrar, não a vice-
4075 presidência, mas a instituição que eu represento. Como foi sugerido por Tião que fizéssemos uma
4076 autoanálise, a Rede Desarma Brasil por coincidência está no lugar certo, fomos a instituição
4077 procurada pelo Ministério da Justiça por Alberto Kopttike para que pudesse dar uma capilarização a
4078 um anteprojeto da realização da Primeira Conferência Nacional de Segurança Pública dadas as
4079 instituições que fazem parte da Rede Desarma Brasil e como o Pedro disse, nós também buscamos
4080 espaço, não esperamos convite não. O Grande Oriente foi em busca do espaço, até chegamos a

4081 brigar pacificamente porque num fórum foi aberta a audiência e fomos nos inscrever para falar,
 4082 demos os nossos nomes, eu e o Clovis, quando chegou a nossa vez, encerrou-se o evento. Mas, daí
 4083 nasceu uma grande amizade porque não tinha ódio na reivindicação, tinha o pedido de querer falar
 4084 naquele congresso. Mas, percebemos naquele congresso um avanço muito grande como nós
 4085 fazemos parte da sociedade civil, eu vi um gestor falando com coragem para o governo de tal
 4086 maneira que colocava em risco o seu cargo que era o Secretário Nacional de Segurança Pública,
 4087 Ricardo Balestreri. Aquilo nos encantou e todos da Rede Desarma Brasil fizemos um documento ao
 4088 Ministério da Justiça dando apoio e aí foi construindo isso, foram chegando essas instituições que
 4089 também não conhecíamos como o Neves disse e tivemos acesso a outras instituições valorosas neste
 4090 País que para nós poderiam ser anônimas, mas para o trabalho da cidadania já estavam
 4091 consolidadas. E aí fomos vendo o colorido dessa cidadania que eu percebo que a nossa política de
 4092 segurança pública, a cidadania está em inanição. Eu acho que o Conasp hoje no Ministério é o
 4093 espaço da cidadania em segurança pública. Não existe outro espaço, eu não estou vendo outro.
 4094 Ainda vejo este espaço como a construção de cidadania porque o Conasp tinha prazo inclusive para
 4095 dezembro de 2012. E como Tião, eu nunca faltei a uma reunião. Para vocês terem ideia, eu nunca vi
 4096 um suplente meu tão feliz como é o grão-mestre lá da Paraíba porque ele não quer vir. Então, não
 4097 consegui faltar a nenhuma reunião até hoje e me senti muito feliz nesse aprendizado também.
 4098 Temos diferença na sociedade civil e isso nunca não foi escondido e essa clareza faz mostrar quem
 4099 está realmente no exercício disso. Conviver com a adversidade é a maior dificuldade que eu
 4100 percebo. Eu e Helder fomos ao Fórum de Interconselhos e o tema era “Convivência com a
 4101 Adversidade”. É difícil, porque têm muitos paladinos, são tantos diferentes da sua ideia que ele não
 4102 consegue suportar isso e esse exercício de conviver com os diferentes, isso nos dá oportunidade de
 4103 pensar sobre todas essas coisas. Eu vou dizer da minha felicidade de se não estiver aqui na próxima
 4104 gestão dizer que eu participei dessa condição. Que possamos, de certa forma, a Rede Desarma
 4105 Brasil e o Grande Oriente do Brasil, nós perdemos uma grande **oportunidade também de pactuar**
 4106 **com o governo quando a Secretária Nacional esteve aqui. Ela iniciou dizendo que este**
 4107 **Conselho iniciasse uma pauta, É isso que precisamos fazer: a pactuar a política de que tanto**
 4108 **falamos. Eu desejo para a próxima, como delegado, dê atenção às sinalizações que chegam e**
 4109 **nós não percamos oportunidade.** Então, desejo sucesso a todas na próxima eleição, dia 18, que
 4110 possamos fazer uma eleição no mesmo nível que já fizemos com aquela beleza da articulação, sem
 4111 desrespeitar ninguém. É assim que eu penso. E foi um feliz aprendizado que eu tive neste Conselho.
 4112 Vamos fazer o rodízio novamente passando para o conselheiro Gandra.

4113

4114 **O Sr. Jânio Bosco Gandra (Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais Civis –**
 4115 **Cobracol)** – Bom, eu gostaria primeiro por uma questão de esclarecimento o que nós vamos tratar
 4116 depois do encerramento dessa rodada porque como eu disse eu tenho que me ausentar. Eu gostaria
 4117 de um esclarecimento da Comissão Eleitoral porque nesse processo que se deu houve um pedido de
 4118 impugnação de candidatura da nossa entidade. Eu gostaria de saber quem foi que pediu isso.

4119

4120 **O Sr. Benedito Domingos Mariano (Conselho Nacional de Secretários e Gestores Municipais**
 4121 **de Segurança Pública)** – Eu acho que podemos passar por email o nome da entidade, é legítimo o
 4122 pedido.

4123

4124 **O Sr. Jânio Bosco Gandra (Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais Civis –**
 4125 **Cobracol)** – Então, pode passar por email, não tem problema. (*intervenções fora do microfone*). Era
 4126 essa a questão que eu queria esclarecer. Eu me sinto contemplado na fala de todos, e como eu
 4127 pretendo me ausentar eu vou me despedir de todos os senhores, vou pedir licença para eu possa me
 4128 retirar e dizer que espero vê-los novamente em 2013 na 1ª Sessão de Nomeação, não sei se serei eu
 4129 porque me parece que enquanto não for resolvida essa questão de repetir mandato poderemos até
 4130 não estar aqui presente, mas eu quero dizer que vamos indicar um não policial para ser suplente,

4131 sempre colocamos dois policiais, agora nós vamos indicar um não policial, uma pessoa que é
 4132 envolvida na Segurança Pública e por sinal é político-partidário, é do Partido dos Trabalhadores,
 4133 mas não tem nada a ver com o Governo, ele será independente até porque eu serei o seu
 4134 coordenador e vamos estar juntos. Ele virá aqui colaborar com assuntos técnicos etc. Como nós não
 4135 temos concorrentes, a nossa entidade já agradece desde já os votos que foram dispensados por todas
 4136 as entidades votantes e aproveitar para dizer que temos dois votos, o voto da Cobrapol e o voto de
 4137 uma Federação, as outras infelizmente não entenderam, não se candidataram, brigaram entre eles,
 4138 ficaram ciúme, isso aí tem em todo canto mesmo, e impugnou justamente por conta dessa outra
 4139 como se eu tivesse manipulado. Mas, cada entidade é autônoma, tem a sua vontade própria. Eu
 4140 concedo um aparte.

4141

4142 **O Sr. Marcos Fábio Rezende Correia (Coletivo de Entidades Negras)** – Não, Gandra, você tem
 4143 concorrente porque não é o fato de você não ter outra entidade que possa ocupar a cadeira de vocês
 4144 que faz com que você possa vir a ser votado ou não. E com certeza os votos que vocês têm
 4145 representam o respeito, o carinho e o trabalho que você desenvolveu frente à Cobrapol junto a este
 4146 Conselho porque muitas vezes existem outras entidades de trabalhadores que não têm concorrentes,
 4147 mas que acaba tendo uma votação pequena, inexpressiva o que demonstra a dificuldade de diálogo e
 4148 de respeito entre as partes. Eu queria registrar isso que é importante para nós.

4149

4150 **O Sr. Jânio Bosco Gandra (Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais Civis –**
 4151 **Cobracol)** – É isso mesmo Marcos. É por isso que eu solicito que as entidades mesmo não tendo
 4152 naquela lista, as entidades concorrentes, que vocês votem com consciência porque isso contribui
 4153 para o Conselho Nacional. Eu acho que a nossa entidade é legitimada sim, mesmo ela estando só.
 4154 Nós já concorremos da última vez as entidades dos policiais federais, tivemos a felicidade de estar
 4155 aqui convivendo com os senhores, bem ou mal, aprendemos muita coisa e **o que eu quero deixar**
 4156 **aqui consignado em Ata é que as coisas que eu levo para os nossos policiais em todos os**
 4157 **rincões do País foi a possibilidade de conhecer entidades civis, entidades militantes dos**
 4158 **direitos humanos, entidades que talvez nem entendessem, até algumas equivocadamente**
 4159 **generalizando, então, eu vejo isso como um dos fatos positivos.** É poder conversar, esse
 4160 relacionamento que tivemos, não enquanto conselheiros, mas enquanto pessoas tomando um
 4161 cafezinho e sabendo que existem pessoas boas, a instituição policial é uma instituição boa, está
 4162 capengando, todos nós sabemos, precisamos fazer uma reforma, mas as forças políticas a que nós
 4163 dispusemos não foi possível ainda para que pudéssemos implementar isso. Eu acho que temos de
 4164 pressionar o governo sim, a sociedade civil tem um papel muito mais importante do que nós
 4165 entidade dos trabalhadores porque vocês são os formadores de opinião sim e apesar desse nosso
 4166 Parlamento estar completamente viciado, os partidos políticos que lá estão perderam a sua
 4167 identidade político-partidária, ninguém sabe qual é a sua bandeira, a ideologia, prevalece a
 4168 ideologia do comodismo, da politicagem, isso é muito ruim e posso até dizer que é um fato
 4169 preponderante para que o país continue da forma como está. O que está faltando é salário para o
 4170 policial. O policial mora mal, ganha mal, o policial tem bico, e o governo não toma nenhuma
 4171 medida. Se o governo não toma, eu conclamo a todas as entidades civis para nós nos juntarmos aos
 4172 policiais militares e das entidades representantes dos policiais militares para que possamos sim já
 4173 reivindicar a forma de tratamento adequado porque criticar é muito bom, é fácil criticar. Portanto,
 4174 eu acho que o Conselho sim deveria tratar de temas que estão acontecendo no nosso dia a dia,
 4175 interferir, pedir providências para que nós enquanto conselho, não sejamos taxados de cegos. Feliz
 4176 Natal a todos. Eu vou levar daqui saudades de todos os amigos, caso eu não tenha que estar aqui,
 4177 mas de vez em quando vou aparecer, todos têm meu telefone, se precisarem da nossa ajuda, se for
 4178 possível, conte conosco, nós estamos em todos os estados do Brasil, em todos os municípios, com
 4179 raríssimas exceções, quando não está a Polícia Civil, certamente, encontrará um posto da Polícia
 4180 Militar e também um posto na estrada da Polícia Rodoviária. Contem conosco. Eu desejo que a

4181 família de vocês seja muita abençoada neste Natal e que nossas entidades também possam estar
4182 aqui de volta. Toda entidade independente conte com o voto da Cobrapol. Um abraço.

4183

4184 **O Sr. Marcos Dias dos Santos (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais –**
4185 **Fenaprf)** – Eu queria também ressaltar o apoio que tivemos e já agradecer antecipadamente e dizer
4186 que a Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais tem essa possibilidade essa facilidade
4187 de dialogar com todos os que estão representados aqui e com todos que se inscreveram nesse
4188 processo eleitoral. Nosso desejo é que todos que se inscreveram tivessem assento neste Conselho,
4189 por isso essa defesa desde o primeiro ano do Conasp se ampliassem os assentos neste colegiado. E
4190 também por isso que tencionamos bastante a questão desse decreto autocrático que não respeitou e
4191 não ouviu a vontade deste conselho. E eu acho que ainda por muito tempo nós vamos pressionar. É
4192 claro agora não permitindo mais dessas grandes questões nós precisamos tratar no próximo ano que
4193 tem que ter uma conexão, **concordo com o Benedito Mariano, uma ligação muito forte com os**
4194 **temas já elencados para a Segunda Conferência Nacional e por aqueles que não ficaram**
4195 **resolvidos na Primeira Conferência onde nós priorizamos princípios e diretrizes antagônicos.**
4196 Mas, eu quero também agradecer esses momentos que vocês nos ouviram e dizer que foi um
4197 aprendizado muito rico que eu levo tanto como experiência pessoal, como para a entidade que eu
4198 represento.

4199

4200 **O Sr. Pedro Paulo Bicalho (Conselho Federal de Psicologia)** – Seguindo na linha de pensar a
4201 próxima gestão, o que ficou para trás e que pode ser potencializado nos próximos anos, um **ponto**
4202 **importante que não tratamos é o diálogo com os demais conselhos nacionais.** Em momento
4203 algum nós não tivemos nenhum tipo de parceria com os outros conselhos e eu acredito que eles
4204 passam por situações parecidas com as quais nós vivemos. Eu acho que estarmos juntos
4205 potencializar uma forma. **Para o próximo mandato, o Conasp poderia ser protagonista de um**
4206 **Encontro Nacional de Conselhos Nacionais.** Acho que nós teríamos muito a discutir e acho que
4207 podemos ser protagonista desse encontro. **Outra questão que foi falado aqui sobre as nossas**
4208 **assessorias, é extremamente importante que tenhamos aqui uma assessoria para nos ajudar a**
4209 **acompanhar o modo pelo qual as diretrizes aprovadas na 1ª Conseg foram implementadas,**
4210 **não acredito que isso seja tarefa de conselheiros, acho que precisamos de uma assessoria para**
4211 **fazer isso também conosco. Outra questão é a assessoria parlamentar,** nós não temos a menor
4212 ideia aqui, a não ser pelas nossas entidades e pelas nossas redes pessoais, quais são os projetos
4213 envolvendo segurança pública que estão neste momento em andamento. Eu acredito que seja de
4214 extrema importância. **E outra coisa é uma assessoria de imprensa.** Nós precisamos ter um
4215 clipping do modo pelo qual a segurança pública está sendo pautada pela imprensa e, ao mesmo
4216 tempo, precisamos pautar também. Uma assessoria de imprensa que seja para receber o clipping e
4217 para produzir clipes, a partir das nossas exposições. Eu acredito que o Ministério da Justiça deva ter
4218 esse tipo de coisa. Seria só nos incluir, incluir o Conasp, não acredito que o Ministério da Justiça
4219 não receba esse tipo informação. Outra coisa importante é produzir a capilaridade das discussões de
4220 segurança pública nos estados. Parece que entra no campo da culpa. Se cada conselheiro fez ou não
4221 fez determinadas coisas no seu estado. Eu acho que isso não deva ser uma tarefa pessoal nossa. Nós
4222 aqui estamos sendo conselheiros no Conselho Nacional, acredito que este Conselho deva produzir é
4223 a capilaridade dos estados. O fomento na criação de conselhos estaduais de segurança pública seja
4224 extremamente importante para isso, para que isso não fique num registro pessoal nosso. **E acredito**
4225 **que as etapas preparatórias da Segunda Conseg possam ser um momento importante para**
4226 **isso, fomentar a construção de conselhos estaduais ou para tornar os que já existem efetivos**
4227 **de fato.** Eu acho que a pesquisa que foi apresentada aqui por nós pela UFRJ, numa das nossas
4228 reuniões, acredito que aquela pesquisa já nos dê certa ideia do funcionamento dos conselhos
4229 estaduais e que coloque para nós também essa tarefa de fomentar a participação e a criação desses
4230 conselhos para que de fato não seja uma tarefa pessoal e, sim, uma tarefa política.

4231

4232 **O Sr. Márcio da Silveira Marins (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Travestis e**
4233 **Transexuais) – Só para acompanhar, você falou em três assessorias: uma para**
4234 **acompanhamento dos princípios e diretrizes da Conferência, uma assessoria parlamentar e**
4235 **uma assessoria de comunicação.**

4236

4237 **A Sra. Raquel Willanido Braga (Observatório de Favelas do Rio de Janeiro) –** Bom, eu pedi
4238 mais uma vez a palavra porque essa é a minha última reunião e não poderia sair daqui sem fazer
4239 alguns registros. Primeiro, eu me senti muito provocada pela fala do Almir quando ele retoma e faz
4240 a leitura de quem estava aqui no início do processo que gerou a reformulação do Conasp. Eu
4241 cheguei aqui representando uma Rede, tive a possibilidade de estar num mandato transitório.
4242 Quando fizemos a discussão sobre como entrar no primeiro processo eleitoral, o Observatório de
4243 Favelas fez a opção vir numa perspectiva de compartilhamento de cadeira, entendendo que seria
4244 importante ampliar a participação desse espaço e que esse formato de compartilhar viabilizava a que
4245 tivéssemos mais parceiros aqui dentro, e tínhamos uma afinidade de agenda, uma identidade
4246 política de origem das entidades, então foi muito tranquilo construir nessa direção. E viemos nessa
4247 perspectiva de compartilhamento diferente de outras organizações que fizeram rodízio. No meu
4248 caso, eu e a Eliana, procuramos trabalhar numa perspectiva de acompanhamento efetivamente em
4249 conjunto. Embora ela tivesse a titularidade durante todo o período e eu na suplência, eu acho que,
4250 de fato, conseguimos construir um trabalho das duas entidades. **E aí o registro que eu queria**
4251 **deixar aqui é que a opção do Observatório de Favelas de não disputar o processo eleitoral não**
4252 **tem nada a ver com este espaço não ter importância. Nós entendemos que é importante ter**
4253 **alternância**, então num primeiro momento nós poderíamos ver sozinhos, nós optamos por vir com
4254 outra entidade que estava chegando no processo. Agora, estamos fazendo um movimento de
4255 retirada que significa uma perspectiva de abandonar o diálogo com esta instância, muito pelo
4256 contrário, quando avaliamos e tomamos a decisão de não estar aqui neste processo eleitoral, nós
4257 estamos entendendo que a partir da articulação e da composição de entidades a partir da articulação
4258 posição de entidades que estão aqui hoje e que estão no processo eleitoral, nós estaremos
4259 representados e as agendas prioritárias também. Então, eu queria deixar aqui registrado a nossa
4260 convicção de que a despeito do resultado temos certeza de que entidades e redes que estão neste
4261 conselho e que permanecerão **continuarão trabalhando as agendas que nós entendemos que são**
4262 **centrais para esse campo e manifestar nossa disponibilidade de continuar contribuindo nessa**
4263 **construção, fazendo todas as interlocuções e dialogando com o Conasp para que este conselho**
4264 **seja cada vez mais forte.** Agradecer muito por esse período de convivência, dizer que foi um
4265 aprendizado muito rico e muito especialmente porque no campo da sociedade civil nós já nos
4266 conhecíamos e tínhamos muito diálogos, mas a possibilidade de estarmos mais pertos de gestores e,
4267 em particular, dos trabalhadores que contribuíram muito para nosso aprendizado aqui institucional.

4268

4269 **O Sr. Abelardo Camilo Bride (Associação dos Policiais Militares Estaduais do Brasil –**
4270 **AMEBRASIL) -** Primeira vez na minha vida eu fui chamado de trabalhador em segurança pública.
4271 A expectativa no início da gestão é que nós policiais militares sofreríamos muito. E ele não foi tão
4272 grande assim não. Descobrimos que tem mais consenso do que dissenso na segurança pública.
4273 Temos algumas arestas que devem ser aparadas, principalmente, dentro de casa, oficiais de praças,
4274 coisa que nunca tinha acontecido de conversar, de jogar aberto, o contato estabeleceu e progrediu.
4275 Não é o ideal ainda, mas houve avanços, graças ao Conasp. Descobri aqui também que todas as
4276 polícias possuem as mesmas mazelas do que a Polícia Militar. A principal mazela que todos nós
4277 enfrentamos é que não somos donos dos nossos recursos e nem dos nossos orçamentos, nós não
4278 decidimos o que fazer e nem quando fazer. Engraçado que não se admite um não médico
4279 administrar um hospital. Pelo menos ele é o responsável técnico pelo hospital. Na segurança pública
4280 qualquer um pode ser secretário de Segurança Pública e nos dizer o que fazer, sem ser técnico. E aí

4281 eles fazem como querem, do jeito que querem e vão embora. Os policiais ficam e ficam com todas
 4282 aquelas mazelas para resolver. Eu estou completando 30 anos de PM e estou numa polícia 1/3
 4283 menor do que ela era quando entrei. Eu entrei numa polícia com quase 15 mil homens, em 1985,
 4284 estamos chegando agora a quase 30 anos depois com 10 mil homens e mantendo estado de
 4285 excelência. Significa, senhores, que a polícia do estado de Santa Catarina é uma polícia que trabalha
 4286 e muito para estar segurando a onda de 1/3 do efetivo, não é fácil. Se o policial militar trabalhasse
 4287 pelo salário não seríamos mais policiais militares. Estamos lá por acreditar que vamos dar conta. A
 4288 quem culpar? Eu considero que os últimos 6 governadores do estado de Santa Catarina são tão
 4289 culpados quanto o atual. Tudo que este governador fizer de bom ou de ruim para segurança pública
 4290 não é no governo dele que teremos reflexos. O atual governador incluiu 2 mil policiais militares já
 4291 de saída, mal cobriu os que foram embora. **Agora o que ele continuar fazendo agora, o outro vai
 4292 sentir o reflexo. Nós estamos pagando um preço de trinta anos de descaso com a segurança
 4293 pública neste país, eu espero que este Conselho na próxima gestão se atente para isso.
 4294 Algumas questões que dizem que é corporativismo das polícias de todas elas, é simplesmente
 4295 luta pela sobrevivência das instituições policiais.** Tanto que não perceberam aqui alguma rejeição
 4296 de entrar no debate. Eu, particularmente, tenho uma rejeição muito grande pelo tema
 4297 desmilitarização das políticas militares. Mas, não me furto dos debates e dizer que sim e por que
 4298 não, quais são as mazelas e quais são os benefícios? Não nos furtamos de discutir unificação de
 4299 Polícia Militar e Polícia Civil, vamos discutir abertamente o porquê fazer cada uma coisa dessas.
 4300 Soluções, porque teve uma crise muda tudo em cima de crise só vai gerar uma nova crise e,
 4301 infelizmente, nesses quase 30 anos de segurança pública eu vivo de espasmos a cada espasmo no
 4302 estado há uma mudança de legislação, há uma tentativa de mudar o *status quo* e a coisa piora. Que
 4303 fique para reflexão: a Emenda 45 do Judiciário que passou para o Tribunal do Juri os crimes
 4304 dolosos contra a vida praticados por policiais militares foi um tiro no pé. As Redes poderiam fazer
 4305 uma pesquisa quantos policiais militares foram condenados antes da Emenda 45 e quantos policiais
 4306 militares foram condenados após a Emenda 45? Para finalizar, sempre que sair uma notícia de
 4307 segurança pública vão na fonte. A última que saiu e fomos na fonte é que a ONU teria recomendado
 4308 a extinção militar do Brasil quando estavam se referindo para acabar com as milícias do estado do
 4309 Rio de Janeiro e dos outros estados. Volto a dizer daquele trauma que tenho: é muito fácil bater na
 4310 PM. Tudo que dá errado neste país sai no noticiário a PM paga o pago. Nós estamos acostumados
 4311 com isso. Mas, esperava que neste fórum aqui fosse mais qualificado e nós fôssemos bater em
 4312 ninguém, fôssemos buscar a causa, a raiz do problema e resolvê-lo na raiz. Não estarei aqui no
 4313 próximo mandato, tenham um bom mandato nos próximos dois anos, mas, seguidamente, estarei
 4314 fazendo visita a este Conselho. Boa-tarde, feliz Natal e um ótimo Ana Novo. Eu espero todos na
 4315 Santa e bela Catarina, que nosso estado, além do trabalho, vive do turismo, então, venham nos
 4316 visitar.

4317

4318 **O Sr. Heder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças Militares**
 4319 **Estaduais – ANASPRA)** – Eu queria fazer uso da palavra primeiro para dizer da satisfação de ter
 4320 estado neste Conselho e como eu disse inicialmente extramuros poder dialogar com os gestores,
 4321 com os demais trabalhadores na condição que dia a dia eu não possuo. Aí não sou eu, são os praças
 4322 das polícias e corpos de bombeiros militares. É porque o sistema é assim, então eu não posso deixar
 4323 de dizer que este espaço para nós é um espaço de construção. Tenho aqui o maior respeito por todos
 4324 que o compõe, temos nossos posicionamentos ideológicos e filosóficos e dentro desse debate eu não
 4325 vejo dificuldade nenhuma na convergência, divergência. Mas, eu faço uso aqui para registrar para
 4326 mim foi de extrema relevância conviver com a Raquel, eu faço essa menção agora porque você já se
 4327 despediu, os demais não sabemos, e porque, normalmente, nós que somos policiais, e nisso temos
 4328 que reconhecer um pouco disso, mas não na sua totalidade, mas as abordagens são completamente
 4329 diferentes na Zona Sul para aqueles menos favorecidos. Isso é inegável. E aí eu também tenho que
 4330 atestar que isso não é um modelo forjado. Você não recebe instrução para ser assim. Eu nunca

4331 recebi instrução, formação para ser agressivo, eu nunca recebi capacitação para desrespeitar direitos
4332 humanos. Existem duas dimensões que não devem ser desconsideradas, a primeira é que de fato há
4333 desrespeito, há violência, mas não se pode também dizer que a formação te conduz a isso. E eu seria
4334 injusto se afirmasse isso. Esse período que eu pude conviver eu consegui ter a exata dimensão do
4335 que é ter um grupo que representa ter uma rede, que representa os menos favorecidos e que isso nos
4336 causa reflexão. Isso nos faz conversar dentro da própria instituição, não só na instituição, mas na
4337 polícia a que pertença que é Minas Gerais, das necessidades que temos, porque o direito humano
4338 não pode ser cartesiano, não adianta eu ter uma formação na grade curricular direitos humanos, a
4339 dimensão ultrapassa isso, é eu internalizar direitos humanos, é eu saber o que significa direitos
4340 humanos, ler a Lei 4898 descobrir o tratamento, as convenções é muito pouco, então, não se pode
4341 exigir do profissional de segurança pública que respeite os direitos humanos quando ele não tem os
4342 seus respeitados e não dá para dizer que ele tem que absorver direitos humanos a partir de uma
4343 cartilha ou de um livro, ele tem que praticar direitos humanos. E aí eu consigo ter uma dimensão
4344 daquilo que você nos retrata, você, Raquel, eu não vou citar Elder e Marcos porque imagino que
4345 eles continuarão aqui, mas eu não poderia deixar de citá-la em razão da experiência que você nos
4346 trouxe. E não tenham dúvida, aprendi muito. Aprendi sim a entender, a ter visão crítica daquilo que
4347 ultrapassa a condição de trabalho. E isso foi possível porque pude dialogar com o Instituto
4348 Observatório, com a Rede, inclusive estou lendo o livro da Eliana, achei estupefante alguns
4349 depoimentos e aquilo não é ficção, é a realidade. Então, quem lê o livro da Eliana, que é uma tese
4350 de doutorado, e não se dá conta do que está ocorrendo, eu acho que de coração ele não tem nada.
4351 Então, eu quero agradecer a você a oportunidade que eu tive de conviver aqui no Conselho e
4352 assumir de público o compromisso de disseminar essas informações que eu pude ter com vocês do
4353 respeito que temos que ter e não só na Zona Sul. Eu também não posso deixar de agradecer ao
4354 coronel Bride que respeitosamente nos tratou aqui dentro, então se eu não tenho o respeito nos
4355 quartéis, nas discussões diárias, aqui dentro eu tive, isso é inegável, concordando ou discordando
4356 dos posicionamentos. Eu recorro de uma fala do conselheiro Bride quando tínhamos uma crise em
4357 Santa Catarina e nós aqui festejávamos a anistia a todos, e ele disse, está gravado e registrado em
4358 ata, que a solução daquele conflito surgira e nascera dentro deste Conselho. Então, fica aqui,
4359 coronel Bride, os respeitos da Anaspra por que no momento de crise, numa situação extremamente
4360 complicada em Santa Catarina, através do diálogo mantido aqui, buscou a solução e está pacificado.
4361 Eu acho que o senhor deve se lembrar muito bem quando eu disse: “O que precisa é colocar uma pá
4362 de cal para que dali não ressurgira nenhuma insurgência para reivindicar históricos de movimentos”.
4363 Então, fica também os nossos respeitos, não tenham dúvida disso e, certamente, as divergências que
4364 tivemos aqui dentro foram no campo da institucionalidade porque o meu papel, da Anaspra, é
4365 representar os trabalhadores. Temos sim muitas coisas convergentes, algumas divergentes e outras
4366 que talvez ainda nem saibamos ainda. Leve os respeitos da Anaspra, cumpriu seu papel muito
4367 dignamente até porque representa os trabalhadores oficiais não poderia ser diferente. Aproveito para
4368 desejar a todos um feliz Natal e um próspero Ano Novo. Eu não sei quem a Anaspra vai indicar, se
4369 eleita for para estar aqui presente, mas tenho certeza que continuará nessa linha de respeito e da
4370 busca de diálogo. Obrigado.

4371

4372 **O Sr. Marcos Fábio Rezende Correia (Coletivo de Entidades Negras)** – Eu gostaria também de
4373 fazer essas considerações finais, agradecendo pela oportunidade que este Conselho deu de conhecer
4374 um pouco mais as nossas pautas que tratam da questão racial, ao combate à intolerância religiosa
4375 que foi o que discutimos muito aqui por parte do Coletivo de Entidades Negras e dizer que a nossa
4376 experiência é muito rica também. Nós não temos certeza do que virá a acontecer no processo
4377 eleitoral, então é claro que é bom fazer uma fala meio de despedida, mas que fique o registro para
4378 as entidades, inclusive quem tem um olhar mais duro, insensível a essas causas, ter um olhar muito
4379 cuidadoso. Quando eu falo isso eu estou falando muito da CNCG que foi sempre muito dura,
4380 sempre muito difícil entender as nossas pauta, porque tem um olhar às vezes corporativo com

4381 relação aos temas, e isso nos incomoda muito porque o que estamos falando não é algo que vai ser
 4382 bom para nós e ruim para os coronéis ou para o secretário de Segurança Pública ou para a elite da
 4383 Polícia. O que estamos falando é o que vai ser bom para a segurança pública. Talvez a nossa forma
 4384 de falar às vezes incomoda, porque de onde eu venho quando a pessoa não diz muito as coisas com
 4385 verdade não se cria, assim do lugar que eu saí, do lugar que Elder saiu, se tiver muita dúvida ou
 4386 muitos rodeios ou se for muito refinado na política não dura seis meses, não dura um ano. Então,
 4387 por isso somos muito diretos, dizemos o precisa dizer e nós acabamos perdendo muito por isso
 4388 porque muitas vezes esses espaços mais sofisticados da política e aqui é um espaço sofisticado de
 4389 fazer política, as pessoas têm mais refinamento nos tratos, nas ações, então quando falamos de
 4390 forma muito impactante a tendência é jogar mais duro conosco. Mas, percebo que apesar de alguns
 4391 olhares, inicialmente, ter sido nesse campo, com o passar do tempo vários olhares mostraram que
 4392 temos convergência, temos diálogos, aprendemos muito a respeitar vários setores deste Conasp. E
 4393 deixamos a mensagem de que em um país onde a segurança pública não está conseguindo avançar e
 4394 nós percebemos que apesar de todos os nossos esforços aumenta a intolerância religiosa, aumenta a
 4395 homofobia, aumenta a violência contra a mulher, contra o idoso, contra a juventude negra mostra
 4396 que nós, de fato, precisamos ter um olhar mais profundo sobre isso porque é claro eu também sou
 4397 um profissional da educação. Eu sou um professor concursado do estado da Bahia. Então, eu posso
 4398 falar aqui que o meu salário é horrível, eu estava até brincando com o Gandra quando ele disse: “Eu
 4399 tenho 20 anos de corporação Marcos você queria que o meu salário fosse menos de não sei quanto”.
 4400 Bom, eu tenho 15 também dando aula e o meu é um quarto do seu. Apesar de todas as minhas
 4401 dificuldades, eu sei que todo mundo aqui, enquanto trabalhadores também, apesar de todas as
 4402 dificuldades, e como gestores públicos também, o que nos move a continuar nessa área não pode ser
 4403 basicamente o salário, isso é importante. As condições de trabalho são importantes, mas muito mais
 4404 a nossa crença de que é válido construir um Brasil melhor a todos, que seja inclusivo e que evite
 4405 esses tipos de violência contra nosso povo.

4406

4407 **O Sr. Cel Altair Derner Filho (Conselho Nacional de Comandantes-Gerais das Polícias**
 4408 **Militares e do Corpo de Bombeiros Militares)** – Boa-tarde a todos. É só para fazer uma réplica ao
 4409 Marcos e dizer da satisfação de participar aqui desta primeira reunião. Eu vim até preparado para
 4410 outro tipo de reunião em relação à Polícia Militar, tipo não confronto, mas um debate mais um
 4411 pouco acalorado no campo das ideias, e temos também uma posição de atuar um pouco mais prático
 4412 nas questões. Afinal de contas, trabalhamos na ponta não pode ser muito discutida às vezes. Mas,
 4413 enfim, dizer da satisfação que foi de ter participado desta primeira reunião aqui e concordo com o
 4414 Bride, endosso as palavras deles, só para vocês terem ideia das mazelas que enfrentamos também e
 4415 que temos que derrubar a cada dia, no final da semana que passou nós nos reunimos em Santa
 4416 Catarina os secretários de Estado de Segurança Pública, todos os delegados-gerais de Polícias e os
 4417 comandantes de Polícias e de Bombeiros de todo o Brasil. Foi uma reunião bastante ampliada. E
 4418 determinado momento, cada conselho fez a sua reunião, e determinado momento nós promovemos
 4419 uma reunião conjunta entre os delegados-gerais de Polícia e os comandantes-gerais. O doutor
 4420 Eraldo não está aqui que é o secretário-Executivo do CONCPC, fomos amadurecendo essa pauta, eu
 4421 e ele, e conseguimos lá no período reunião fazer essa reunião, capitaneada pela secretária Regina
 4422 Miki. E um dos comandantes-gerais pediu a palavra enaltecendo aquele ato, que era histórico, mas
 4423 que era pela primeira vez que isso acontecia em 2012. Então, para ver as mazelas que todo dia vão
 4424 nos derrubando, esses dogmas e algumas resistências dentro da segurança pública. E saiu dessa
 4425 reunião que em março vai ser feita uma reunião conjunta, patrocinada pela Senasp, entre os
 4426 delegados-gerais de Polícia e os Comandantes-Gerais para efetivamente continuar esse diálogo que
 4427 institucionalmente começou nesse encontro a partir de Florianópolis no final da semana que passou.
 4428 É uma amostra das mazelas.

4429

4430 **O Sr. Kléber Luiz da Silva Ribeiro (Associação dos Delegados de Polícia do Brasil –**
 4431 **ADEPOL) –** Obrigado Almir. Eu poderia aqui endossar muitas das colocações, mas, notadamente,
 4432 a do nosso amigo conselheiro Heder Oliveira que além dessas observações que foram feitas eu acho
 4433 que nesses dois anos de convivência, o Conasp se prestou também como um espaço de discussão e
 4434 dialética entre segmentos que ou não se entendiam ou não se comunicavam, principalmente, entre
 4435 trabalhadores de segurança pública, gestores e sociedade civil organizada. Começamos a dar aqui
 4436 um primeiro passo, ainda falta mais, o processo é longo, acho que teremos tempo, os que nos
 4437 sucederão talvez consigam avançar mais nisso. E alguns pontos que se referem a questões mais
 4438 ligadas ao corporativismo das instituições policiais puderam ser discutidos nesse período e ainda
 4439 que não se tenha alcançado o consenso, de toda sorte foi importante trazer a lume algumas questões
 4440 que talvez estejam herméticas porque a sociedade civil talvez não conheça de maneira mais
 4441 profunda alguns temas que são ligados aos trabalhadores da segurança pública, às corporações, em
 4442 síntese, eu acho que muito do que se ganhou nesse período está relacionado ao diálogo em razão da
 4443 composição deste Conselho. Nós da Adepol Brasil gostaríamos de agradecer a todos os conselheiros
 4444 pela forma respeitosa com que fomos tratados, acho que conseguimos estreitar importantes laços de
 4445 relacionamento com os que aqui estão, pedimos desculpas se falhamos em algum momento,
 4446 tentamos não polemizar e, acima de tudo, ter um trato pautado na urbanidade, no respeito com as
 4447 opiniões contrárias que muitas vezes foram assim mesmo e temos esperança de que, apesar de todas
 4448 as dificuldades, o próximo biênio possa ser também de grandes conquistas e de amadurecimento
 4449 maior deste Conselho.

4450

4451 **A SR^a. CÉLIA DANTAS GENTILE RIQUE (Gabinete de Assessoria Jurídica às**
 4452 **Organizações Populares) –** O que eu gostaria de deixar para vocês é que nós, neste momento,
 4453 sentimos uma carga de uma emoção de estarmos vivendo este momento para lhes dizer quer nós
 4454 estejamos aqui no próximo mandato, quer não estejamos, eu desejo que acertemos cada vez mais
 4455 porque todos nós distantes ou próximos deste Conselho precisamos lutar cada vez mais pela
 4456 afirmação da segurança pública. Um abraço a todos, feliz Natal.

4457

4458 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente) (Rede Desarma Brasil) –** Antes de
 4459 começarmos os informes, eu vou fazer aqui dois informes importantes. *(intervenções fora do*
 4460 *microfone)* **nós já aprovamos hoje de manhã, o documento, aquela comissão e a mesa diretora.**

4461

4462 **O SR. VICENTE ANTONIO MARIANO FERRAZ (Conselho Nacional de Comandantes**
 4463 **Gerais das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares) –** Produzir um documento
 4464 que foi análise do dia todo e meia hora por isso no papel. Eu acho que a comissão Marcos, Raquel,
 4465 Pedro elaboram e encaminham por email para nós.

4466

4467 **O Sr. Heder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças Militares**
 4468 **Estaduais -- ANASPRA) –** A partir do registro das atas, temos que acertar com a Secretaria-
 4469 Executiva...

4470

4471 **O SR. MARCOS ANTÔNIO DA SILVA COSTA (CONSELHO NACIONAL DO**
 4472 **MINISTÉRIO PÚBLICO) -** Pessoal, pegando um pouco uma conversa que eu tive com o Marcos
 4473 Rezende ao final da manhã, se vamos ficar na dimensão da política, assim por fora, tudo bem, mas,
 4474 claramente, nós não estamos aprovando nada aqui, esta comissão não vai ter oportunidade de
 4475 aprovar qualquer coisa. Então, se for naquela lógica, Marcos Rezende, que você disse da política
 4476 que é importante porque às vezes supera a formalidade, tudo bem, mas é para ficar claro que não
 4477 estamos aqui dando nenhum recado, fruto de uma decisão desta composição. Esta composição se
 4478 encerra agora, daqui a meia hora, acabou, não tem mais nada que essa composição possa fazer. Que
 4479 fique claro que se falou muito e não decidiu nada.

4480

4481 **O SR. VICENTE ANTONIO MARIANO FERRAZ (Conselho Nacional de Comandantes**
4482 **Gerais das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares)** – Eu não quero polemizar,
4483 mas não é verdade que se falou muito e não encaminhou nada. **A decisão e acho que foi uma das**
4484 **melhores reuniões de reflexão nossa aqui, foi mais convergente grande parte das opiniões, é**
4485 **que a Mesa Diretora com mais algumas pessoas vão produzir um relatório que é reflexo desse**
4486 **debate político que nós fizemos. Então, se deliberou que essa comissão terá legitimidade de**
4487 **pegar as questões de fundo que cada um disse ou as principais e produzir um relatório, não**
4488 **precisa votar tudo, já está encaminhado e deliberado que essa comissão vai fazer isso, ter um**
4489 **relatório reflexivo com análise que diz respeito internamente ao Conselho, do seu papel, da**
4490 **sua relação com o governo, são vários pontos que foram levantados aqui que no meu**
4491 **entendimento essa comissão tem legitimidade para colher o que é consensual das reflexões e**
4492 **produzir um texto.**

4493

4494 **O SR. MARCOS DIAS DOS SANTOS (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários**
4495 **Federais)** – Indo mais, esse relatório só vai ser produzido se houver da parte da Senasp, que é quem
4496 autoriza os recursos para essa comissão se reunir, porque a comissão terá que vir aqui, se reunir
4497 para produzir esse documento.

4498

4499 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Vice-Presidente) (Rede Desarma Brasil)** – Foi o
4500 que foi aprovado.

4501

4502 **O SR. MARCOS DIAS DOS SANTOS (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários**
4503 **Federais)** – Se não for produzido nenhum relatório, a Mesa Diretora precisa fazer gestão junto à
4504 doutora Regina Miki porque se não for apresentado nenhum relatório é porque a comissão não foi
4505 instrumentalizada para produzir. E o que vai lá assinar esse relatório é uma comissão. Não é a
4506 palavra final, todos sabem disso, e quem quiser ainda dar uma contribuição maior e puder mandar
4507 por escrito para os membros da comissão isso vai ser recepcionado no relatório final.

4508

4509 **O SR. MARCOS ANTÔNIO DA SILVA COSTA (CONSELHO NACIONAL DO**
4510 **MINISTÉRIO PÚBLICO)** – Pessoal, essa composição se encerra hoje, ainda que 90% sejam
4511 reeleitos e estejam aqui, uma ou outra pessoa vai mudar aqui. Então, acabou, só tem este momento,
4512 é o último momento que essa comissão pode decidir alguma coisa. Se não vai ficar para a próxima
4513 composição, mas é para ficar claro isso.

4514

4515 **O Sr. Marcos Fábio Rezende Correia (Coletivo de Entidades Negras)** – Olha só, eu acho que
4516 não existe a menor possibilidade de ficarmos no mundo dos sonhos achando vamos nos reunir. Nós
4517 não vamos nos reunir. Então, vamos parar com isso. Não existe a menor possibilidade de comissão
4518 nenhuma se reunir. Não existe gestão mais, acabou, pronto, é um fato. Então, **temos dois**
4519 **encaminhamentos aqui que podemos adotar: 1 – significa que a comissão que foi tirada,**
4520 **elaborar o documento, jogar na rede do Conasp, essa rede dá o ok e nós anexarmos nessa**
4521 **última ata, deixamos isso aprovado, não foi isso? Então, já está aprovado que a comissão vai**
4522 **fazer o relatório e quando formos aprovar, como é que vamos aprovar esta ata de hoje?**

4523

4524 **SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Vice-Presidente) (Rede Desarma Brasil)** – Na
4525 próxima reunião.

4526

4527 **O Sr. Marcos Fábio Rezende Correia (Coletivo de Entidades Negras)** – Sim, a outra
4528 composição é quem aprova a ata de hoje? Então, quer dizer que se tiver aqui 30 entidades
4529 diferentes, não, eu tenho dúvidas, eu quero esclarecimento. Quem aprova a ata de hoje?

4530 *(intervenção fora do microfone)*. Isso, então são as pessoas que fazem parte desta composição que
 4531 vão ter aprovar a ata de hoje. Não existe outra composição para aprovar. Então, essa composição
 4532 que vai aprovar a ata de hoje, que somos nós, aprovamos junto com esse relatório e nós faremos os
 4533 adendos necessários, cada qual se sinta à vontade quando nós entregarmos o relatório para inserir o
 4534 que quiser. O relatório é aprovado como apêndice ou como uma resolução da plenária.

4535

4536 **O Sr. Márcio da Silveira Marins (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais,**
 4537 **Travestis e Transexuais – ABGLT) –** Sim, Marcos, esta é a última reunião, mas não é o final da
 4538 gestão. **É até o dia 31 de dezembro, visto que foi a data que fomos empossados. Então, mesmo**
 4539 **que seja dessa forma, que seja antes de terminar este ano.**

4540

4541 **O Sr. Marcos Fábio Rezende Correia (Coletivo de Entidades Negras) –** Perfeito.

4542

4543 **O SR. MARCOS DIAS DOS SANTOS (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários**
 4544 **Federais) –** Eu queria trazer essa experiência, eu já participei de algumas comissões aqui, quanto
 4545 maior a comissão pior, porque fica a responsabilidade para ninguém, recai sobre uma pessoa, no
 4546 máximo duas, uma ou duas elaborarem esse relatório, por isso que é importante reunir essas pessoas
 4547 da comissão aqui. Porque não vai da mesma forma que estamos falando aqui. Não tem como
 4548 sistematizar isso.

4549

4550 **O Sr. Marcos Fábio Rezende Correia (Coletivo de Entidades Negras) –** Qual é a sugestão? Se
 4551 quisermos nos reunirmos aqui, mas entidades que puderem pagar as passagens da comissão porque
 4552 ficar querendo que a Senasp vá pagar as passagens é maluquice. Ou as nossas entidades que têm
 4553 dinheiro que possam pagar, como a nossa não tem, então, quem tiver e quiser pagar para nós
 4554 estamos à disposição para vir. Agora, também temos certeza absoluta que por mais que todo mundo
 4555 aqui fale, a Senasp não vai pagar para virmos. A Regina já disse ontem que não vai pagar, vamos
 4556 ser realistas.

4557

4558 **O SR. MARCOS DIAS DOS SANTOS (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários**
 4559 **Federais) –** Colaborando com essa proposta sua também, que essa transcrição da reunião de
 4560 hoje seja disponibilizada para essa comissão.

4561

4562 **SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Vice-Presidente) (Rede Desarma Brasil) –** Uma
 4563 semana estará disponibilizada, é o prazo.

4564

4565 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP) –**
 4566 **Pessoal, esse termo relatório fica meio desviando o que estávamos falando sobre avaliação.**
 4567 **Não estamos querendo fazer avaliação, por quê? Ninguém aqui está querendo votar uma**
 4568 **avaliação política desse biênio? Por que não se tenta? Por que não coloca 5 ou 6 itens, dizendo**
 4569 **o seguinte: nós entendemos isso e isso. É uma avaliação será a marca desta composição. Se**
 4570 **não for fazer agora, não for votada e aprovada, esta composição não vai deixar uma**
 4571 **avaliação.** Esse relatório grande, essa coisa toda, isso é o de menos. Então, é o seguinte: há aqui
 4572 uma resistência a fazer essa avaliação. Tudo bem. Aparentemente há essa resistência. Porque aqui
 4573 se falou uma série de coisas. Há consenso de uma série de coisas por que não coloca no papel e se
 4574 vota agora? Para dizer assim: essa comissão entendeu isso.

4575

4576 **O SR. VICENTE ANTONIO MARIANO FERRAZ (Conselho Nacional de Comandantes**
 4577 **Gerais das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares) –** Primeiro que não há
 4578 resistência nenhuma. Segundo, eu acho que simplifica, desqualifica o debate que nós fizemos o dia
 4579 inteiro para daqui a meia hora fazer dez pontinhos aqui e se manifestar. A nossa manifestação

4580 política foi o dia todo hoje. Está registrada a manifestação política. É um relatório de avaliação que
4581 vai colher a avaliação político que nós fizemos. São 16h10. Se é para efetivamente trazer o debate
4582 que fizemos aqui para uma definição hoje, quem puder ficar até 22h ou até meia noite aqui
4583 preparando com quórum com 16 faremos isso hoje. Então, não adianta ficar vendo conspiração
4584 onde não existe. É o tempo, nós fizemos o debate o dia todo, são 16h30, daqui a meia hora acaba a
4585 reunião. E todo mundo vai para o aeroporto. Então, ou damos referência para a coordenação do
4586 Conasp, a Mesa Diretora colher pontos principais que cada um aqui falaram, e foi uma avaliação
4587 política o dia inteiro, não são três linhas de uma decisão colegiada que vai ser a avaliação política.
4588 Isso desqualifica o que nós fizemos o dia todo.

4589

4590 **O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio)** – Na linha do Mariano, só propor o seguinte: para
4591 não ficarmos na ilusão de que vai ter e depois e não aparece, é importante ter um prazo para isso, é
4592 uma semana.

4593

4594 **O Sr. Heder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças Militares**
4595 **Estaduais -- ANASPRA)** – Nós precisamos primeiro: receber a ata. Precisamos saber aqui da
4596 Secretaria qual o prazo. Aí vamos à metodologia. Vão todas receber e fazem as considerações
4597 e nós consolidamos e faremos isso ou nós fazemos a análise e enviamos a cada um?

4598

4599 **O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio)** – Heder, quem faz a proposta para ser submetida
4600 ao colegiado é a Mesa Diretora. Foi aprovado hoje de manhã.

4601

4602 **O Sr. Heder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças Militares**
4603 **Estaduais -- ANASPRA)** – É um debate. Mas, a forma, a metodologia não foi. Tudo bem. Olha o
4604 que ocorre, aí eu posso dizer que quando do decreto, não queria nem lembrar aqui, nós ficamos
4605 aguardando posicionamentos que nunca chegaram. Posso pontuar aqui, aliás, não vou nominar dos
4606 que chegaram. E aí quando você apresenta à plenária aqueles que tiverem o tempo oportuno para se
4607 manifestar e não se manifestaram derrubam tudo aquilo que foi apresentado aqui. Então, o que
4608 precisa ficar pactuado? Se for essa metodologia que concordemos ou não, prazo, prescrição, se não
4609 chegou, porque senão nós que vamos despende tempo...

4610

4611 **SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Vice-Presidente) (Rede Desarma Brasil)** – Héder, o
4612 **conselheiro que quiser fazer as novas considerações: 10 dias. Se até 10 dias ninguém mandou,**
4613 **vai fazer a análise da ata, de tudo aqui. Temos 10 dias para mandar. Quem quiser manda.**

4614

4615 **O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio)** – Para ficar claro: então, a Mesa Diretora mais
4616 a comissão a partir da análise da ata faz um texto conciliatório do que foi colocado na ata,
4617 sintetizado, submete com um prazo ao coletivo, e o coletivo tem ao final desse prazo
4618 devolutiva a fazer, se não fizer...

4619

4620 **SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Vice-Presidente) (Rede Desarma Brasil)** – Está
4621 **aprovado.** Bom, temos aqui o convite do Comandante-Geral da Guarda Municipal Metropolitana
4622 de São Paulo e presidente de Conselho Nacional das Guardas Municipais, o inspetor regional Joel
4623 Malta de Sá, que está aqui presente, tem a honra de convidar todos os conselheiros para a
4624 solenidade de abertura do 22º Congresso Nacional das Guardas Municipais. O Congresso Nacional
4625 se realizará no dia 12 de dezembro de 2012, horário de abertura às 10 horas no Auditório Elis
4626 Regina, Parque Anhenbi.

4627

4628 **O Sr. Joel Malta de Sá (Presidente do Conselho Nacional das Guardas Municipais)** – O
4629 Ministro da Justiça faz o encerramento no dia 14, às 16 horas e a Secretária Regina faz a abertura no
4630 dia 12.

4631

4632 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de Segurança**
4633 **Pública)** – Eu vou ler o comunicado que ficou certo da Secretária assinar em conjunto com a
4634 comissão eleitoral. “A presidente do Conselho Nacional de Segurança Pública e o Coordenador da
4635 Comissão Eleitoral comunicam a todas entidades, redes e fóruns inscritas para eleição do Conasp
4636 biênio 2013/2014 que: 1. Considerando que quatro entidades que se fizeram presentes na
4637 Assembleia Eleitoral não tiveram seus votos computados pelo sistema sendo que uma delas
4638 apresentou impugnação, com pedido de extensão as demais; 2. Considerando que por equívoco uma
4639 entidade inscrita como eleitora e candidata foi inscrita no Sistema do Infoseg apenas como eleitora;
4640 3. Considerando que outras entidades manifestaram dificuldades de concluírem seu voto pelo
4641 Sistema da Rede Infoseg; 4. Considerando que o Sistema Eletrônico da Rede Infoseg deveria ter
4642 indicativos de conclusão efetiva dos votos ou outro mecanismo de confirmação e acompanhamento
4643 da votação, a Comissão Eleitoral delibera: Anular a Assembleia Eleitoral, tornando nulo o resultado
4644 provisório apresentando no dia 30 de novembro de 2012. Designar o dia 18 de dezembro de 2012
4645 para nova assembleia eleitoral como início às 09 horas e término às 14 horas horário de Brasília-
4646 DF. Caso haja segundo turno, iniciar-se-á às 15h30 do mesmo dia. Solicitar a Rede Infoseg soluções
4647 e adequações do sistema a fim de garantir votação tranquila com confirmação do voto online ou por
4648 e-mail. Alterar o Edital nº 9, de 27 e setembro de 2012 no que tange à Assembleia Eleitoral,
4649 mantendo o mesmo colégio eleitoral com as entidades já homologadas. Garantir uns processos
4650 eleitorais democráticos, participativos e isonômicos é o nosso objetivo. Brasília, 7 de dezembro de
4651 2012, Regina Miki e Benedito Mariano.

4652

4653 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-presidente) (Rede Desarma Brasil)** – Bom, a
4654 presidência deste trabalho se sente satisfeita pela presença de todos. Vamos ouvir um informe com
4655 o Elder.

4656

4657 **O Sr. Elder Costa Santos (Fórum Nacional de Juventude Negra – Fonajune)** – Bem, na semana
4658 passada a Secretaria Nacional de Juventude e a Secretaria-Geral da Presidência realizaram uma
4659 reunião com vários conselhos e vários representantes da sociedade civil para dar uma devolutiva da
4660 construção do Plano Nacional de Juventude Viva, que como sabemos é um plano voltado para
4661 prevenção de homicídios de jovens no Brasil, em especial de jovens negros e negras. Eu queria
4662 apresentar aos conselheiros o vídeo que foi elaborado. Seria interessante os conselheiros assistirem
4663 porque em que pese nossas dificuldades que já foram colocadas nós contribuimos de alguma forma
4664 para a construção deste plano. Eu gostaria que nós, inclusive, fizéssemos um pronunciamento
4665 favorável à implementação desse plano no Brasil, assim como nós fizemos de várias ações do
4666 Governo Federal no campo da segurança pública. Inclusive eu, Raquel e Marcos fizemos uma
4667 proposta de moção de apoio ao plano, inclusive convidando os estados a aderirem, porque tem uma
4668 boa parcela dos estados no desenvolvimento das ações do plano e nós queríamos apresentar o vídeo
4669 e, em seguida, apresentar a proposta de moção. *(apresentação do vídeo)*.

4670

4671 **O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio)** – Eu queria fazer o convite. A Viva Rio faz 19
4672 anos agora no dia 17 de dezembro e nós vamos celebrar com um seminário internacional sobre a
4673 questão das drogas aqui no Brasil. Virão alguns especialistas de outros países, Portugal inclusive, e
4674 vai ser um debate aberto lá na Fiocruz, nos dias 17 e 18. No dia 17 certamente estaremos lá e 18
4675 estaremos aqui.

4676

4677 **O Sr. Rildo Marques de Oliveira (Movimento Nacional de Direitos Humanos)** – Mais do que
4678 informe, na verdade, estava na pauta, então, **acho que vai entrar no campo de reivindicação que**
4679 **é a situação de São Paulo**, então, não vou perder tempo aqui falando, estava na pauta, que nós
4680 tínhamos que fazer um exercício, mas as questões que passam lá não é uma questão simples, não é
4681 uma questão menor, questão muito grande no que impacta o tema segurança pública e aí a
4682 solicitação que queríamos fazer é que esta Mesa Diretora independentemente do resultado do dia
4683 18, **depois de tantas despedidas que se garanta para a primeira reunião do conselho a**
4684 **discussão do tema**, inclusive por que a maior parte das informações que se tem é via imprensa e a
4685 imprensa dá apenas o corte que ela quer no sentido de que muitas pessoas, entidades, inclusive este
4686 Conselho não têm as informações reais do que se passa e o que aconteceu, o Gandra falou porque
4687 alguém e fez uma pesquisa que morreram 137, os números que temos é que nesse período morreram
4688 mais de 1.500 pessoas, com 200 desaparecimentos forçados, ou seja, não é uma análise rasa que se
4689 possa fazer, houve a troca do Secretário de Segurança Pública que pretende impor uma nova visão
4690 do que estava tendo anteriormente, e eu acredito que ele terá muita dificuldade porque ele propõe
4691 unir as polícias Civil e Militar e disse que a pauta da Secretaria é direitos humanos, um discurso que
4692 nunca existiu naquele estado, então nós verificamos que ele terá grande dificuldade, está tentando
4693 chamar algumas reuniões com a sociedade civil para poder entender um pouco o processo, o que o
4694 Helder traz aqui como pauta e Fenajune tem trazido como pauta, é muito sério isso também em São
4695 Paulo, é muita séria a questão dos jovens, é muito sério a questão dos jovens que estão morrendo e é
4696 muita séria a questão dos jovens negros e dos jovens na periferia. Precisa de um debate. E nós
4697 tínhamos proposto de falar a este Conselho, não do ponto de vista só da sociedade civil, mas
4698 queríamos convidar o procurador federal da República que está acompanhando o caso e que ofertou
4699 algumas denúncias contra as medidas adotadas no governo para que vocês tenham um panorama do
4700 que significa. Na verdade, o que queríamos solicitar, mas o momento é muito complexo para isso, é
4701 uma reunião com o Conasp em São Paulo para que este Conselho de fato tivesse contato e isso
4702 entrou na nossa avaliação daquele campo das expectativas para que o Conasp pudesse se posicionar
4703 sobre essa situação. **Outra solicitação que queríamos fazer e agora pelo horário não sei se é**
4704 **possível é uma carta ao secretário de Segurança para que ele faça o empossamento do novo**
4705 **ouvidor de Polícia porque há um ano e meio está no cargo uma pessoa que não tem**
4706 **legitimidade para ser o ouvidor de Polícia hoje**, ou seja, são muitas questões que passam por essa
4707 problemática de São Paulo em que a imprensa muitas vezes resume por um problema de crime
4708 organizado que não é verdade isso, o problema é político, ele é muito mais sério do que se possa
4709 imaginar, essa onda de ataques e violência que ocorreu é resposta política e quem acabou pagando
4710 com isso milhares de pessoas inocentes, muitas pessoas inocentes morreram. Então, eu quero
4711 solicitar isso à mesa, deixar essas duas reivindicações.

4712

4713 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-presidente) (Rede Desarma Brasil)** – Quais são as duas
4714 reivindicações?

4715

4716 **O Sr. Rildo Marques de Oliveira (Movimento Nacional de Direitos Humanos)** – **Que seja feita**
4717 **uma carta ao secretário de Segurança Pública atual para que faça o empossamento do novo**
4718 **ouvidor de Polícia. A segunda é que na próxima reunião seja tratada a situação de São Paulo**
4719 **como ponto de pauta.**

4720

4721 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-presidente) (Rede Desarma Brasil)** – Eu acho que não
4722 podemos pautar nada para a próxima reunião. Podemos deixar o registro.

4723

4724 **O Sr. Rildo Marques de Oliveira (Movimento Nacional de Direitos Humanos)** – Isso. Deixar
4725 um registro indicativo que ocorra isso e de preferência in loco para que o conselho possa ter
4726 contato.

4727

4728 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-presidente) (Rede Desarma Brasil)** – Eu sugiro ao
4729 conselheiro que já fizesse a minuta da carta que dá para aprovarmos agora, estamos com quórum.

4730

4731 **O Sr. Kléber Luiz da Silva Ribeiro (Associação dos Delegados de Polícia do Brasil –**
4732 **ADEPOL)** – Eu tenho um questionamento ao conselheiro Rildo. Como nós não temos
4733 conhecimento da realidade do estado de São Paulo, eu queria indagá-lo quem é o atual ouvidor e
4734 porque que ele não detém legitimidade e quem seria o indicado porque a aprovação é nesse sentido.
4735 Acho melhor nós conhecermos as razões.

4736

4737 **O Sr. Rildo Marques de Oliveira (Movimento Nacional de Direitos Humanos)** – A Ouvidoria
4738 de São Paulo criada já há 15 anos, inclusive quem poderia falar melhor sobre ela está aqui, tem um
4739 caráter de independência e de autonomia, ou seja, o ouvidor é indicado pelo governador, porém a
4740 partir de uma lista tríplice que é encaminhada ao Condep, que é o Conselho Estadual da Pessoa
4741 Humana, que por sua vez é um conselho autônomo, independente do Poder Executivo. Então, o
4742 Condep faz o seu debate e após isso faz a sua lista tríplice e indica para que o governador entre os
4743 três possa escolher um para essa ouvidoria independente e autônoma. O mandato do ouvidor que
4744 está agora como mandatário do Poder Executivo encerrou-se no dia 14 de junho de 2011 e, naquela
4745 oportunidade, o Condep indicou nova lista tríplice e na qual não constava esse ouvidor. E o governo
4746 do estado fez uma pressão dentro do próprio conselho para que esse ouvidor fosse reconduzido. O
4747 Conselho Estadual reagiu contra indicando outros três nomes que não o atual e o governo do estado
4748 criou um problema administrativo-jurídico e não indicou e o ouvidor ficou permanecendo no cargo
4749 sem nenhuma legitimidade. Novamente, o governo propôs um acordo para o Condep e que aquela
4750 lista tríplice fosse refeita, o conselho abriu um edital público, promoveu a inscrição, fez uma
4751 audiência pública com os candidatos e fez a sua eleição e indicou outros três ouvidores na qual o
4752 atual dito ouvidor também não estava na lista. E o governo não indica. Tanto isso que isso é verdade
4753 que o Fórum Nacional dos Ouvidores, meu amigo José Ribamar, foi acompanhar o processo
4754 pessoalmente em São Paulo e verificou que esse ouvidor atual não tem legitimidade, nem mesmo
4755 jurídica para estar no cargo e com tudo que aconteceu não houve nenhuma manifestação da
4756 Ouvidoria de Polícia. Com tudo que vocês viram nos jornais, esse ouvidor nada fez, não teve um
4757 posicionamento. Não sei se esclareci ao Kleber e se o Ribamar queria completar.

4758

4759 **O Sr. José de Ribamar de Araújo e Silva (Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia – FNOP)** –
4760 É muito simbólico a defesa do mandato e da ouvidoria autônoma de São Paulo porque ela é uma
4761 daquelas que no inspira no ideal de efetivo controle social da atividade policial. Poucas ouvidorias
4762 nas quais a do Rio Grande do Norte que ele acaba de deixar o mandato, o Maranhão eu estou
4763 deixando o mandato porque é uma delas que se inspira em São Paulo. Então, eu queria reiterar esse
4764 pedido e passar a palavra ao Mariano que foi o primeiro ouvidor e que pode acrescentar mais ao que
4765 estou dizendo para dizer que em matéria de ouvidoria errar em São Paulo é errar em todo Brasil
4766 porque a ouvidoria de São Paulo é uma daquelas que muito nos inspira naquilo que se quer
4767 construir de efetivo controle social da atividade social.

4768

4769 **O Sr. Benedito Domingos Mariano (Conselho Nacional de Secretários e Gestores Municipais**
4770 **de Segurança Pública)** – A questão da ouvidoria é garantir a lista tríplice encaminhada pelo
4771 Condep que o governo não delibera sobre essa lista tríplice. Eu conheço o ouvidor que está no
4772 cargo, tenho relação de amizade com ele, o problema não é pessoal, o problema é político. Venceu
4773 o mandato há mais de um ano e meio e está indo para a segunda lista tríplice e o governo não se
4774 posiciona essa lista tríplice, então, se questiona sobre a legitimidade do ouvidor continuar na
4775 função. A regra da lei estadual é que o ouvidor pode ser reconduzido uma única vez desde que
4776 esteja na lista tríplice elaborada pelo Condep que é formada por 6 entidades de direitos humanos,

4777 dois membros da OAB, um representante do Poder Judiciário e um representante do Poder
 4778 Legislativo. Esse é o formato do Conselho Estadual da Defesa da Pessoa Humana aprovado na
 4779 década de 90, se não me engano, em 1992. Então, acho que a carta lembrando da importância de
 4780 respeitar a lista tríplice é fundamental. Teve uma situação dessa em Minas Gerais, o primeiro
 4781 ouvidor de Minas e foi a partir da manifestação da sociedade que o governo recuou e indicou o
 4782 ouvidor escolhido que infelizmente depois veio a falecer na função de ouvidor. Mas, foi uma luta
 4783 para garantir que ele fosse empossado. Então, eu posso dizer com segurança que mesmo não tendo
 4784 conhecimento detalhado da situação, companheiro Kleber, não cria constrangimento nenhum para o
 4785 Conasp fazer essa carta ao governador porque vai na linha de respeitar a lista tríplice prevista em
 4786 lei.

4787

4788 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-presidente - Rede Desarma Brasil)** - Para evitarmos a
 4789 questão da aprovação, há condição de votarmos essa carta ao governador? Sim? É consenso? **Então**
 4790 **aprovado.** Ele faz agora a carta. Élder, está pronta a moção? Está aprovada a Moção? Então, vamos
 4791 ler.

4792

4793 **Sr. Elder Costa Santos (Fórum Nacional de Juventude Negra – FONAJUNE)** – “Á Secretaria-
 4794 Geral da Presidência da República, a Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial e a
 4795 Secretaria Nacional de Juventude. O Plenário do Conselho Nacional de Segurança Pública
 4796 (CONASP), em sua 20ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 06 e 07 de dezembro de 2012, a partir
 4797 dos debates, participações e encaminhamentos já realizados em torno da questão da violência contra
 4798 os (as) jovens no Brasil, em especial contra os jovens negros (as), entende que as elevadas e
 4799 crescentes taxas de homicídios nesse segmento, obriga a necessidade urgente de ampliar o
 4800 desenvolvimento de ações por parte do Governo Federal capazes de mudar esse quadro. Portanto,
 4801 decide apoiar o desenvolvimento do **Plano Juventude Viva** e recomendar aos estados federados
 4802 que adiram a essa iniciativa a fim de nacionalizar o enfrentamento da violência contra esse
 4803 expressivo segmento da sociedade brasileira. Além disso, manifesta a necessidade de
 4804 aprofundamento desse debate a partir das propostas contidas na Recomendação 02 (em anexo)
 4805 produzida pela Câmara Técnica de Combate à Discriminação e aprovada pelo Pleno em junho de
 4806 2011.

4807

4808 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-presidente - Rede Desarma Brasil)** – **Eu queria só**
 4809 **fazer uma observação: a necessidade urgente de desenvolvimento de ações ou ampliar as**
 4810 **ações? Não existe nenhuma ação feita? Aqui esteve gente apresentando aqui. Eu acho que**
 4811 **ampliar porque tem alguma coisa sendo feito. Está aprovado.**

4812

4813 **O Sr. Marcos Fábio Rezende Correia (Coletivo de Entidades Negras)** – É o seguinte, tem
 4814 alguns casos acontecendo na Bahia acerca de intolerância religiosa com terreiros de candomblé. A
 4815 prefeitura de Salvador fez um mapeamento de terreiros e chegou à conclusão que Salvador tem
 4816 1.165 terreiros. Mas, desses 1.165, 468 não têm documentação. E nós temos um caso grave de
 4817 regularização fundiária, não só no caso terreiros, mas até nos apartamentos da própria Urbis, que era
 4818 o órgão da organização da cidade de Salvador, que urbanizou a cidade, fez apartamentos, mas não
 4819 deu a documentação para seus mutuários e temos uma crise com relação a isso. Moral da história:
 4820 esta semana está acontecendo em Salvador o seguinte: um terreiro de candomblé que tem 50 anos
 4821 de existência e que virou uma briga entre alguém que se colocou como dono do terreno e a outra
 4822 parte que não templo, mas outra pessoa física fez com que o juiz desse uma ordem para aquela outra
 4823 pessoa física fosse despejada daquele espaço. Só que aquele espaço não é só um terreno de 800
 4824 metros. É um terreiro de candomblé que está lá há 50 anos, construído, com assentamentos e tal.
 4825 Então, temos uma questão que queríamos contar com o apoio deste Pleno, até mesmo para refletir
 4826 sobre isso, eu não sei se vocês vão concordar e aprovar uma moção porque é um debate complexo,

4827 **mas que poderíamos aqui no Conasp, eu posso fazer uma moção para ver se aprovamos junto**
4828 **com a ata? É acerca do seguinte que quando tiver conflito fundiário relativo a tipos religiosos**
4829 **independentemente de qual religião seja que se busque um meio que não o de demolição, um**
4830 **meio de diálogo, de desapropriação,** de venda porque senão isso pode acontecer com qualquer
4831 templo, com os evangélicos, não vai acontecer com a igreja católica porque sabemos que é difícil.
4832 Mas, eu queria deixar isso para reflexão, e eu coloco essa moção na nossa lista para ver se vocês
4833 topam aprovar nesses dias porque conseguimos com o juiz a suspensão da ação até segunda-feira e
4834 estamos lutando com o governo do estado da Bahia para desapropriar o terreno e com o IPAC que é
4835 o Instituto de Patrimônio Artístico e Cultural o tombamento do terreiro, provavelmente vai
4836 acontecer isso, mas esse é um caso só, tenho mais 400 que pode acontecer a qualquer momento.
4837 Não podemos esquecer que em 2008 estávamos aqui e tivemos outro terreiro que foi parcialmente
4838 demolido, eu fiz até uma greve de fome durante 7 dias, mas que acabou fazendo com que o prefeito
4839 pedisse desculpas, reconstruísse o terreiro e fizesse um documento de que a Prefeitura de Salvador
4840 não pode e não vai mais destruir nenhum templo que esteja em terreiro público independentemente
4841 de qualquer religião. Mas, agora estamos falando de uma ação de partes, civil, e eu queria contar
4842 com o Pleno a respeito dessa moção.

4843

4844 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-presidente - Rede Desarma Brasil)** – Junto com o
4845 relatório, nós aprovaremos a moção. Bem, nós agradecemos a presença de todos e está encerrada a
4846 20ª Reunião Ordinária do Conasp. Obrigado pela presença de todas e todos.

4847

4848

4849